

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Psicologia

Jaíza Pollyanna Dias da Cruz Rocha

**ENTRE RUAS E AVENIDAS:
memória e representações sociais do período militar (1964-1985) em Belo
Horizonte/MG**

Belo Horizonte
2021

Jaíza Pollyanna Dias da Cruz Rocha

**ENTRE RUAS E AVENIDAS:
memória e representações sociais do período militar (1964-1985) em Belo
Horizonte/MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social
Linha de Pesquisa: Cultura, Modernidade e Subjetividade.

Orientadora: Profa. Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento.

Belo Horizonte
2021

150
R672e
2021

Rocha, Jaíza Pollyanna Dias da Cruz .
Entre ruas e avenidas [manuscrito] : memórias e representações sociais de período militar (1964-1985) para moradores de Belo Horizonte / Jaíza Pollyanna Dias da Cruz Rocha. - 2021.
387 f.
Orientadora: Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Representações sociais - Teses. 3. Brasil – História - 1964-1985 - Teses. 4. Psicologia social - Teses. I. Gianordoli-Nascimento, Ingrid Faria II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE TESE DE JAÍZA POLLYANNA DIAS DA CRUZ ROCHA

Realizou-se, no dia 31 de março de 2021, às 09:00 horas, On-line, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *ENTRE RUAS E AVENIDAS: MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PERÍODO MILITAR (1964-1985) EM BELO HORIZONTE/MG*, apresentada por JAÍZA POLLYANNA DIAS DA CRUZ ROCHA, número de registro 2016652882, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Ingrid Faria Gianordoli Nascimento - Orientador (Ufmg), Prof(a). Zeidi Araujo Trindade (UFES), Prof(a). Maria de Fátima de Souza Santos (UFPE), Prof(a). Ricardo Vieiralves de Castro (UERJ), Prof(a). Angela Maria de Oliveira Almeida (UNB).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, a presente ata, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 31 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Ingrid Faria Gianordoli Nascimento, Professora do Magistério Superior**, em 15/03/2022, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fátima de Souza Santos, Usuário Externo**, em 15/03/2022, às 20:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Maria de Oliveira Almeida, Usuário Externo**, em 18/03/2022, às 07:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Vieiralves de Castro, Usuário Externo**, em 21/03/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Zeidi Araujo Trindade, Usuário Externo**, em 22/03/2022, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1311752** e o código CRC **0D6D0598**.

Este trabalho é dedicado às militantes e aos militantes políticos mortos e desaparecidos na ditadura militar no Brasil, e, também, aos familiares deles, que, devido à ausência de uma lápide, para homenagear os entes queridos, podem, simbolicamente, tê-los lembrados, entre as ruas e as avenidas da cidade.

AGRADECIMENTOS

Em nossa socialização, alguns valores podem ser questionáveis, outros têm pesos inegociáveis. Dentre os inegociáveis, destaco tanto o aprendizado quanto a gratidão a Deus, da forma como o compreendo. Acreditar na experiência transcendental com o sagrado me faz me sentir forte, ainda que a relação entre ciência e religião seja e deva ser discutida. Abro aqui, espaço para esse exercício.

Agradeço aos meus pais, Jair e Nilsa, que, quando jovens, não tiveram a oportunidade de darem continuidade aos estudos, mas investiram na minha escolarização e sempre me incentivaram a buscar pelo conhecimento. À minha irmã, Bruna Cruz, por me auxiliar sempre. Sou a primeira na família a possuir um título de graduação, mestrado e agora, aspirando de doutorado. Trago cada um e cada uma de vocês, meus familiares, comigo. Esta conquista também é de vocês e por vocês.

Ao meu marido, Anderson Rocha, que acompanhou meu processo de formação desde a graduação, me dando, suporte e apoio, para alcançarmos nossos objetivos. O amor e o cuidado, que você me dá, foram e são essenciais, para mim. Ao meu filho, Theo da Cruz Rocha, que nasceu, cresceu e se desenvolveu junto com esta tese. Quando iniciei, ele tinha apenas um aninho de vida, e, entre os meus livros, *notebook*, cadernos e colo, fomos vivendo também nossa relação mãe e filho. Em meio a uma pandemia, vinte quatro horas por dia em casa, com aulas *on-line*, e me fazendo companhia, dia, noite e madrugadas, produzi(mos) esta tese. Obrigada “meu companheirinho”, mesmo que você ainda não tivesse a maturidade necessária, para compreender, lhe expliquei várias vezes porque mamãe não podia parar, porque era preciso esperar até que pudesse te dar atenção de qualidade. Por várias vezes, você adormeceu em meu colo: com uma mão continuei te segurando, e, com a outra, prosseguia digitando, lendo, segurando um livro, um caderno, uma caneta. Obrigada por me esperar, por suportar minha ausência, por ser minha companhia em todas as horas!

Agora, nos últimos meses de produção, fui presenteada com a surpresa de mais um fruto, você, Bella, minha filhinha, que ainda está aqui no meu ventre, mas participando dos momentos finais da minha tese, adiada também pelos desafios, que a maternidade e o gestar me conferiram. Vocês são meus presentes, e fazem parte desta história. Em minha dissertação, havia refletido sobre a articulação entre trabalho, carreira e maternidade, e, agora, na experiência vivida, posso dizer que não é tarefa fácil. Meu agradecimento e reconhecimento a todas as mães pós-graduandas, com as quais compartilhei e refleti sobre este desafio.

Diante das complexidades das experiências de vida, teço também um agradecimento muito especial ao Dr. Robson Nascimento da Cruz, meu psicoterapeuta, especializado no estudo e atendimento a pós-graduandos, escritores e autores, que passam por desafios em relação à escrita acadêmica e à saúde mental, durante a pós-graduação. Obrigada, por me acolher de forma humanizada, respeitosa e dedicada. Por realizar atendimentos, intervenções, acompanhamentos, consultorias e orientações. Obrigada, por acolher minhas dores, minhas alegrias. Por me incentivar e fazer acreditar que eu era mais do que minhas crenças limitantes, e por me ajudar a produzir e (re)encontrar sentido na tese, que, mais do que um trabalho, é parte da minha trajetória de formação e construção de carreira. O acompanhamento e o suporte ofertados foram fundamentais, para que eu continuasse e concluísse meu trabalho. Agradeço também ao Dr. Anderson Luiz de Souza, pelo acompanhamento e suporte de saúde.

À minha orientadora, professora Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, por me receber no núcleo de pesquisa “Memória, Representações e Práticas Sociais, em 2011, quando, desde então, tem me proporcionado inúmeras oportunidades, para o desenvolvimento de minhas habilidades como docente/pesquisadora. Mais que uma orientadora, se tornou uma amiga, que além de acompanhar e investir em minha trajetória, me acolheu em diversos momentos da minha vida. Obrigada por todo carinho e cuidado, pelas longas conversas, pelos abraços. Obrigada pelas possibilidades de formação, pela confiança, pelo incentivo, pela parceria; por podermos ter constituído em nosso núcleo de pesquisa uma linha de pesquisa sólida

e frutífera sobre o tema da ditadura militar, voltado não apenas para a produção acadêmica, mas atenta aos familiares e aos militantes políticos ainda vivos, às organizações voltadas para os direitos humanos e à luta por memória, verdade e justiça no Brasil.

Meu reconhecimento e gratidão às agências de fomento das quais fui bolsistas durante os quatro anos desta produção. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), no período 2016-2018, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período 2018-2020, que possibilitou, inclusive, a prorrogação das bolsas de pesquisa, ao considerar os impactos da pandemia do novo coronavírus para os bolsistas. Mesmo em meio às crises políticas no país, a falta de investimento em ciência e tecnologia, e o contingenciamento e corte de verbas, mantiveram o pagamento das bolsas, e o compromisso com o desenvolvimento da ciência no Brasil. Por meio da bolsa de pesquisa de doutorado foi possível minha dedicação integral e exclusiva à pesquisa, e às atividades científicas, na Universidade Federal de Minas Gerais e fora dela, por meio da participação em eventos científicos no Brasil e do desenvolvimento de produtos técnico-científicos.

Agradeço às professoras Dra. Maria de Fátima de Souza Santos (UFPE), Dra. Zeidi Araújo Trindade (UFES) e ao professor Dr. Ricardo Vieiralves de Castro (UERJ), que compõem a comissão examinadora de minha banca de defesa de doutorado, aceitando o convite para avaliar e analisar minha tese, de forma atenta, cuidadosa e qualificada. Agradeço por participarem deste momento, sobretudo diante da conjuntura pandêmica, que exigiu diferentes esforços, inclusive para nosso encontro remoto. Para mim, é uma honra tê-los como membros da banca, sendo referências teóricas tão importantes ao campo da Psicologia Social no Brasil. Estendo os agradecimentos aos professores suplentes por aceitarem também o convite e a demanda.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, pelo ensino público gratuito e de qualidade, pelas políticas afirmativas na pós-graduação, e por ser um polo reconhecido de produção científica qualificada e compromissada com a sociedade. Gratidão também à Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), pela assistência estudantil que me garantiu a alimentação com valor social nos Restaurantes Universitários da UFMG durante o curso.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, especialmente às professoras e professores da coordenação e colegiado no quadriênio 2016-2020, e às professoras e professores, que lecionaram disciplinas, que colaboraram para o desenvolvimento da minha pesquisa e formação. Agradeço especialmente à professora Dra. Déborah Barbosa e ao grupo Com Inspiração; à professora Dra. Claudia Mayorga e aos membros do Núcleo de Pesquisa Conexão de Saberes; à professora Dra. Ariane Corradi e ao professor Dr. Sérgio Cirino, pelas oportunidades de formação.

Agradeço, especialmente, ao professor Dr. Adriano Roberto Afonso do Nascimento, também coordenador do núcleo de pesquisa MRPS, pelas trocas, pela inclusão em trabalhos de pesquisa, e pela disponibilidade em acompanhar o nascimento e desenvolvimento desta tese. Agradeço também por nos ensinar e discutir aspectos teóricos-metodológicos da Teoria das Representações Sociais. Muito obrigada pelos ensinamentos, e pelas oportunidades de trabalho conjunto.

Gostaria de deixar registrado aqui a honra em ter compartilhado meu trabalho e ter recebido a orientação de professoras e professores tão importantes na área da Teoria das Representações Sociais e na Abordagem Psicossocial da Memória. Mais uma vez, ao professor Dr. Ricardo Vieiralves, por reconhecer e apontar o potencial do meu trabalho, ainda ao início, como projeto, e pelas importantes sugestões, tendo possibilitado, inclusive, uma formação complementar no curso de extensão sobre Sistemas de Informações Geográficas, ofertado pelo Núcleo de Geotecnologias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LABGIS/UERJ).

Agradeço ao professor Dr. José Augusto Sapienza, pelos ensinamentos do curso de extensão do LABGIS. À professora Dra. Denise Jodelet, por ter disponibilizado, em um de nossos encontros, ainda em 2018, ainda na UERJ, uma tarde inteira de orientação junto ao professor Ricardo Vieiralves e à minha orientadora Dra. Ingrid Gianordoli-Nascimento, contribuindo de maneira fundamental e enriquecedora para este trabalho. Minha gratidão e reconhecimento à generosidade em compartilhar e construir saberes. Às professoras Dra. Maria de Fátima de Souza Santos, Dra. Mariana Bonomo, Dra. Luciene Naiff, e aos professores Dr. Rafael Wolter e Dr. Dennis Naiff, por também me ouvirem e contribuírem, com experiências teóricas e de pesquisas no campo.

Aos professores Dr. Rodrigo Patto do PPG em História da UFMG, à professora Dra. Maria Isabel Antunes-Rocha, da Faculdade de Educação da UFMG, à professora Dra. Maria Guiomar Frota da Escola de Ciência da Informação da UFMG, ao Professor Dr. Emílio Peluso da Faculdade de Direito da UFMG e do Centro de Estudos sobre Justiça de Transição, pelas disciplinas ministradas, pelas contribuições em minha formação e pelas parcerias nos trabalhos desenvolvidos. Aos colegas dos núcleos de pesquisa da História (Carolina Dellamore, Juliana Ventura, Débora Raíza, João Teófilo, Bruno Moraes); do Direito (Vanuza Nunes, Thelma Yanagisawa e Raquel Possolo) e da Ciência da Informação (Ana Cláudia Ribeiro).

Meus agradecimentos, ainda, aos colegas do núcleo de pesquisa “Memórias, Representações e Práticas Sociais”, bolsistas de iniciação científica, mestradas(os) e doutorandas(os) por construirmos aprendizado e produções coletivas. Em especial, à Dra. Flaviane da Costa Oliveira, com quem cursei o mestrado, desenvolvi e continuo desenvolvendo trabalhos de pesquisa, ensino e extensão. Mais que uma companheira de laboratório, se tornou uma amiga e parceira de trabalho, com quem aprendi e aprendo muito! Muito obrigada, por acompanhar e colaborar, desde o desenvolvimento da minha pergunta de pesquisa, pela produção de artigos e capítulos de livros, e, para o desenvolvimento da minha tese, no auxílio durante a construção e revisão do instrumento de coleta, no ensino e suporte para o manuseio dos *softwares* estatísticos, no preparo e processamento dos bancos dados e, por todo o suporte,

antes, durante e depois da tese. Obrigada por ser parceira, coautora, amiga, e por ser presença e presente, em meu trabalho e em minha vida!

Também agradeço aos colegas do núcleo de pesquisa, Janaína Breugelmans, Letícia Faleiro, Rodolfo Leal, Lucas Henrique, Andréa Chamon, Márcia Oliveira, Gislaíne Motti, Míria Moraes, Thiago Mikahel, Luiz Vinhal, Gabriel Fernandes, Pablo Ferreira, Alline Hellen, Sara Angélica, Walter Miez e Karen Góes, por todo o apoio ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, pelas trocas, contribuições, pelos trabalhos coletivos, afetos e tantos momentos compartilhados.

Às minhas colegas da turma de doutorado (2016-2020), em especial aos “subalternos”, grupo que recebeu esse nome ao desenvolvermos em um trabalho grupal de disciplina, o conceito de “Subalternidade”, e, então, percebemos que, no conjunto, éramos os pretos, pobres, gays, lésbicas, estrangeiros, cujas vozes se fortaleciam e reverberavam em resistências diárias, que nos fizeram mais fortes. Obrigada pelos aprendizados construídos coletivamente, pelo afeto, pelas partilhas, pelos almoços no Restaurante Universitário. Um agradecimento especial à prof.^a Dra. Paula Gonzaga, por, na época, ainda como discente no doutorado, ter me direcionado a própria bolsa de estudos CAPES, quando minha bolsa FAPEMIG, em constantes atrasos, me fizeram passar por necessidades financeiras. Muito obrigada, Izabela Roman e Alberto Timo, por me apoiarem, também nos momentos de crise, inclusive durante esta pandemia. Obrigada Vilmar Oliveira, por todas as oportunidades oferecidas, pelo cuidado ao ouvir e acolher. Obrigada, Juliana Diniz, Néstor Moreno, Laís Di Bella, Ricardo Dias, Sarug Dagir, Naira Silva, Alessandra Viera, Márcio Nobre, por todo o apoio, suporte e trocas. Essa foi uma rede de amizade e solidariedade!

Meu reconhecimento e gratidão à Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG), por meio da pessoa de Lays Moreira, com quem lutei durante os primeiros anos no doutorado pelo avanço da ciência e tecnologia no Brasil e pela garantia de direitos dos bolsistas de mestrado e doutorado da FAPEMIG. Em tempos de uso intenso das redes sociais, agradeço aos Grupo de Bolsistas CAPES no Facebook, e ao Grupo de

Bolsistas FAPEMIG, que, em diversos momentos, foram suporte, para a nossa luta e trajetória como bolsistas.

Obrigada também às representantes discentes Míria Moraes, Camile Veiga, Andréa Marques Chamon, pela incansável luta e por serem nossas vozes em nosso PPG, para a garantia da manutenção das bolsas de estudos e dos direitos dos discentes. Agradeço aos demais colegas do PPG envolvidos em tais itinerários. Agradeço também à técnica Keila Melo, do setor de bolsas da Pró-reitoria de Pós-graduação da UFMG, que, de forma atenciosa, me atendeu diversas vezes, me auxiliando com as demandas sobre as bolsas de pesquisa. Agradeço também à prof.^a. Dra. Zulmira Medeiros, técnica-administrativa em educação, pela oportunidade de trabalho e aprendizado, ao nos supervisionar, quando lecionamos o curso de elaboração de projetos de pesquisa, para os técnicos-administrativos da UFMG.

Meu agradecimento especial ao ex-vereador de Belo Horizonte, Betinho Duarte, pela disponibilidade e colaboração constante, por me conceder a entrevista, que constitui uma das etapas deste estudo; pelos materiais de suporte, e por ser o mentor do Projeto Rua Viva, na cidade de Belo Horizonte.

Aos moradores e transeuntes dos logradouros públicos homenageados, em que realizamos a coleta de dados, por consentiram em participar desta pesquisa, sendo fundamentais para a produção de parte dos dados. Obrigada, por abrirem as casas, pelos cafés, pela gentileza com a qual muitos nos receberam e compartilharam saberes e histórias.

A toda a equipe de voluntários, formada por acadêmicos de graduação em Psicologia, pós-graduandos em Psicologia e por profissionais da área, que colaboraram de maneira intensa, dedicada, organizada e comprometida, com a preparação, para a coleta de dados e a aplicação dos questionários. Meus sinceros agradecimentos, pela fundamental e necessária colaboração e apoio de vocês: Gislaine Motti, Míria Moraes,

Luciano Starling, Ana Clara Gomes, Luiza Rezende, Karen Góes, Larissa Santos, Florence Champs, Caroline Pimenta, Daniela de Souza, Alexandre Miranda, Izabela da Silva, Márcia Santos, Nuergeli Aguiar, Kenya Januário, Tatiana Serra, Ângela Souza, Carlos Henrique de Souza, Hudson Pinheiro, Edilaine Rodrigues, e Carlos. Agradeço especialmente à Gislaine Motti, Larissa Cecília Santos, Florece Vasches Champs e Míria Moraes Dantas, por permanecerem contribuindo com as demais etapas da pesquisa.

Por fim, e não menos importante, agradeço aos ex-militantes políticos ainda vivos, e aos familiares dos militantes mortos e desaparecidos políticos, durante a ditadura militar no Brasil, que, ao serem citados direta ou indiretamente neste trabalho, tiveram parte de versões de memória sobre o período, por eles vividas, compartilhadas. Dedico a vocês este trabalho!

O objetivo era o de trazer para as artérias da cidade (não é esse o outro nome de rua, avenida ou praça?) a memória daqueles que doaram a vida pela utopia de uma pátria livre, justa e igual. Assim, a memória deixaria o remanso de seu porto para voltar a pulsar, viva, nas veias que transportam, no traçado da cidade, o sangue com que os homens continuam a construir seu cotidiano. . . . No seu conjunto, vivas as ruas, os trajetos no chão são rotas na história e permitem aferir o desenho da utopia, esse sonho que move os homens em direção de objetivos maiores (Duarte, 2004, p. 12).

RESUMO

Neste trabalho, tomamos a memória em aspecto psicossocial, considerando-a uma construção social, em que lembrança, silêncio e esquecimento são produtos intrínsecos, em uma trama, que articula passado, presente e futuro. A partir da Abordagem Psicossocial da Memória, enfocamos o estudo da construção da memória histórica do período militar no Brasil (1964-1985), no contexto ditatorial e pós-ditatorial, partindo dos pilares da Justiça de Transição, que visam à busca por memória, verdade e justiça. Considerando as recomendações de documentos oficiais, como o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que reitera a necessidade de atos de reparação simbólica aos mortos e desaparecidos políticos, analisamos os atos simbólicos de nomeação de logradouros públicos, no município de Belo Horizonte/MG, que homenageiam tais militantes. Assim, objetivamos compreender a construção de uma memória histórica e as representações sociais dos moradores de BH sobre o “período militar”. A partir do uso de métodos mistos, para a coleta e análise dos dados, o desenho metodológico quali-quantitativo se dividiu em quatro etapas, nas quais realizamos: 1) pesquisa Documental, identificando os logradouros públicos objetos de homenagem, organizando, a partir da análise de conteúdo, as informações sobre os locais e os militantes homenageados; 2) mapeamento dos locais homenageados, por meio da cartografia digital e dos *softwares ArcGIS, QGIS e Google Earth*, para a criação de uma mapa estático com os 200 pontos identificados no levantamento, e um mapa interativo, com os logradouros em que realizamos a pesquisa de campo; 3) entrevista semiestruturada com o ex-vereador Betinho Duarte, autor do projeto de lei “Rua Viva”, que nomeou centenas de logradouros públicos em BH, homenageando os militantes políticos de oposição à ditadura militar no Brasil. Por meio da análise de conteúdo, estabelecemos categorias, que envolvem a atividade legislativa e a toponímia urbana, a relação entre o projeto e a história de militância do ex-vereador, além da perspectiva de projetos futuros; 4) pesquisa de campo em 20 logradouros públicos (ruas, praças, avenidas e beco), nas nove regionais de BH, com 150 respondentes de faixa etária jovem, adulta e idosa, para os quais aplicamos um instrumento único, composto por um questionário misto e por tarefas de associação livre de palavras (TALP). Os dados foram analisados, por meio de estatística simples, valendo-se do cálculo da frequência das respostas fechadas, e da análise de conteúdo temático-categorial das questões abertas. As evocações foram analisadas, por meio

da análise prototípica, por intermédio do *software* IRaMuTeQ, visando a identificação da estrutura central e periférica de uma possível representação social, na qual o núcleo central de “período militar” é composto por elementos que contrastam sentimentos de respeito, ordem e segurança, e os que indicam a existência de uma ditadura, que provocou torturas, mortes e falta de liberdade. No contexto investigado, o desconhecimento da população sobre as homenagens nos logradouros públicos, parece não advir apenas da falta de informação da conjuntura do período militar no Brasil, mas da complexa relação entre memória, silêncio e esquecimento, produtos das disputas intergrupais pela preservação de versões de memória, que contribui para a proteção da identidade social dos grupos.

Palavras-chave: Memória Social. Ditadura. Representação social.

ABSTRACT

In this study, we consider the psychosocial aspect of memory that is a social construct in which recovering, silence, and oblivion are products of a web in which past, present, and future are articulated. Regarding the psychosocial approach of memory, this study focused on the historical construction of Brazilian Military Dictatorship memory (1964-1985) which was analyzed considering the Transitional Justice which sought to remember, the truth and justice. We considered the recommendations of official documents, such as the final report of the National Truth Commission which highlights the symbolic reparation acts to those who suffered political deaths and disappearances in Brazil. The action of naming public spaces was analyzed as symbolic acts in the municipality of Belo Horizonte - MG which pay tributes for those political militants. Thus, we sought to understand how the residents construct their historical memory and their social representations of the past military government. Using mixed methods for data collection and analysis, the qualitative and quantitative methodological design was divided into four stages: 1) documentary research in which we identify public places that are objects of homage and organizing, based on content analysis, information about these places and the militants honored; 2) The mapping of the honored places, through digital cartography using the software ArcGIS, QGIS and Google Earth for the creation of a static map with 200 points identified in the survey, and an interactive map, including the locations where we developed the field research; 3) A Semi-structured interview with the former city councilor Betinho Duarte, author of the law project "Rua Viva", that named hundreds public places in BH, honoring political activist who opposed the military dictatorship in Brazil. We established categories involving the legislative activity and the urban toponomy, the relationship between the project and the former city counselor's activism history through content analysis, and finally, the perspective of future projects 4) Field research in 20 public places (streets, squares, avenues, and alley), in the 09 regional offices of BH, with 150 respondents of young, adult and elderly age, in which we applied a single instrument, consisting of a mixed questionnaire and Word Free Association Test (WFAT). Data were analyzed through basic statistics such as frequency of responses and content analysis in the case of opened questions using categories and general themes. The memory evocations were analyzed through prototypical analysis using the software IRaMuTeQ. It was done to identify the central and peripheral structure of a possible social representation in which

the central core of the "military period" is composed of elements contrasting feelings of respect, order, safety, and those indicating a dictatorship that caused tortures, deaths, and lack of freedom. In the investigated context, the population's lack of knowledge about the tributes paid in public places does not seem to stem only from the lack of information on the situation of the military period in Brazil, but the complex relationship between memory, silence and forgetting, products of intergroup disputes for the preservation of memory versions, which contributes to the protection of the groups' social identity.

Keywords: Social Memory. Dictatorship. Social representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reprodução de possível ficha policial de Dilma Rousseff	47
Figura 2 – Fotos da ex-presidente Dilma Rousseff em interrogatório policial (1970)	48
Figura 3 – Montagem de fotos dos líderes do Partido dos trabalhadores (PT)	48
Figura 4 – Candidatos segurando fragmentos da placa em homenagem à Vereadora Marielle Franco (PSOL).....	54
Figura 5 – Protótipo da placa simbólica do Projeto “Marielle Franco”	56
Figura 6 – Esquema de organização do núcleo central e das periferias	119
Figura 7 – Guia “Memórias de Resistência – lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964 a 1985	129
Figura 8 – Guia “Memórias de Resistência – lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964 a 1985 (parte 1)	130
Figura 9 – Guia “Memórias de Resistência – lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964 a 1985 (parte 2)	131
Figura 10 – Exemplo de mapa extraído de Betinho Duarte.....	143
Figura 11 – Mapa das regionais de Belo Horizonte e dos limites municipais das regiões metropolitanas de Belo Horizonte.....	147
Figura 12 – Mapa estático do total de logradouros públicos identificados na pesquisa documental (N=200)	170
Figura 13 – Captura de tela da interface do mapa interativo (parte 1)	172
Figura 14 – Captura de tela da interface do mapa interativo (parte 2)	172
Figura 15 – Exemplo de cartaz utilizado pelo Governo Militar.....	198
Figura 16 – Foto de placa afixada por Betinho Duarte e Denise Crispim, na região do Barreiro	221
Figura 17 – Modelo de placa informativa para logradouros públicos homenageados	223
Figura 18 – Foto das placas, antiga e nova, de nomeação da Rua Eduardo Leite Bacuri	236
Figura 19 – Diagrama exemplificando o processo de tematização das evocações	253
Figura 20 – Captura de tela do banco de dados dos questionários com a organização das evocações e hierarquizações	254
Figura 21 – Modelo de Análise das Evocações através do Quadro de Quatro Casas	257
Figura 22 – Regionais de Belo Horizonte, Minas Gerais	264
Figura 23 – Apresentação do Quadro de Quatro Casas	288
Figura 24 – Gráfico da Análise de Similitude.....	293

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição dos logradouros públicos selecionados para a aplicação dos questionários, conforme as regionais da cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais	238
Quadro 2 – Elementos do possível núcleo central de “Período Militar”	289
Quadro 3 – Elementos do Núcleo Central da Representação Social de Período Militar	294
Quadro 4 – Elementos do núcleo central e orientação política	296
Quadro 5 – Elementos do núcleo central e escolaridade	297
Quadro 6 – Elementos do núcleo central e renda	298
Quadro 7 – Elementos do núcleo central e religião	300
Quadro 8 – Melhor termo para definir o período militar	303

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de logradouros públicos homenageados, por região em Belo Horizonte - MG	148
Tabela 2 – Tipos de logradouros públicos em BH nomeados em homenagem aos militantes políticos e personalidades que fizeram oposição à ditadura militar no Brasil	151
Tabela 3 – Origem dos homenageados	153
Tabela 4 – Origem dos homenageados de outros estados	154
Tabela 5 – Circunstância de morte/desaparecimento dos homenageados	155
Tabela 6 – Gênero dos(as) homenageados(as) em logradouros públicos de BH...	157
Tabela 7 – Número de mortos e desaparecidos políticos identificados pela Comissão Nacional da Verdade (2014).....	157
Tabela 8 – Perfil dos respondentes conforme a faixa etária.....	260
Tabela 9 – Nível de escolaridade	263
Tabela 10 – Distribuição de logradouros públicos homenageados, por região em Belo Horizonte - MG	264
Tabela 11 – Faixa de renda indicada pelos respondentes com base no salário mínimo referente ao ano de 2019	265
Tabela 12 – Autodeclaração de raça.....	266
Tabela 13 – Orientação Política	266
Tabela 14 – Distribuição do número de respondentes por região em BH	275
Tabela 15 – Tempo de moradia ou circulação nos logradouros públicos objeto de homenagem	275
Tabela 16 – Questão 13 do questionário aplicado, sobre o termo que melhor representa o período	302
Tabela 17 – Questão 24 do questionário, sobre o que foi mais marcante no período militar (1964-1985)	306
Tabela 18 – Lembranças e conhecimento sobre as práticas de tortura utilizadas contra os opositores	307
Tabela 19 – Resultado da escala de sondagem sobre o apoio ao governo militar .	308
Tabela 20 – O que houve de bom, ruim, ou tanto bom ou ruim durante o período .	309

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	43
1.1 Contextualizando o cenário sociopolítico de produção da pesquisa	43
1.2 Tateando o campo de estudos	65
2 OBJETIVOS.....	73
2.1 Objetivo Geral	73
2.2 Objetivos Específicos	73
3 REFERENCIAL TEÓRICO	74
3.1 Ditadura Militar no Brasil: o processo de transição e as ações de reparação simbólica.....	74
3.2 Ditadura Militar e aspectos da Cultura Política no Brasil: a relação entre memória e representações sociais	88
3.3 Memória e Representações Sociais: lembrança, silêncio e esquecimento 	102
3.4 Topografando Belo Horizonte: a cidade e ditadura militar.....	120
4 MÉTODO, RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	133
4.1 Etapa 1 – Pesquisa Documental.....	139
4.1.1 Descrição de procedimentos metodológicos	139
4.1.1.1 Fonte e coleta de dados	139
4.1.1.2 Procedimento de análise dos dados	144
4.1.2 “Veias e artérias da cidade:” as homenagens de reparação simbólica em BH	145
4.2 Etapa II – Mapeamento.....	159
4.2.1 Descrição de Procedimentos Metodológicos	159
4.3 Etapa III – Entrevista Semiestruturada.....	185
4.3.1 Descrição de Procedimentos Metodológicos	185
4.3.1.1 Procedimentos de Coleta dos Dados	187
4.3.2 Entrevista semiestruturada com Betinho Duarte, ex-vereador de Belo Horizonte e idealizador do Projeto “Rua Viva”	192
4.3.2.1 A voz de quem viveu, projetou e planejou as marcas da memória dos militantes políticos nas ruas de BH	192
4.3.2.2 A atividade legislativa na toponímia urbana em BH	201
4.3.2.3 Projeto Rua Viva – o desenho da utopia	209
4.4 Etapa IV – Questionários.....	228
4.4.1 Descrição de Procedimentos Metodológicos	228
4.4.1.1 Procedimento de Coleta de Dados e Sujeitos da Pesquisa	230

4.4.1.2 Instrumento de coleta de dados	244
4.4.1.3 Procedimento de Análise dos Dados	250
4.4.2 O Estado atual da memória histórica e representações sociais do período militar em Belo Horizonte – MG	260
4.4.2.1 Apresentação dos Dados Sociodemográficos	260
4.4.2.2 Apresentação e discussão dos dados da Parte 1 do questionário: os logradouros públicos homenageados e a relação da população entrevistada com as homenagens	273
4.4.2.3 Apresentação e discussão dos dados da Parte II do questionário: representações e memória social do período militar no Brasil (1964-1985), para os moradores de BH	286
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	311
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	322
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	349
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	351
APÊNDICE C - EXEMPLO DAS BIOGRAFIAS UTILIZADAS NA INTERVENÇÃO FEITA NA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	360
APÊNDICE D – TABELAS COMPLETAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO (ESTUDO IV).....	361
APÊNDICE E – QUADRO DE QUATRO CASAS COMPARATIVO (ORDEM MÉDIA DE EVOCAÇÃO (OME)	380
ANEXO A – FOLHA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFMG	381
ANEXO B - PROJETO “LOCAIS DA RESISTÊNCIA OU TRILHAS DA DEMOCRACIA”	382

APRESENTAÇÃO

“Da formação de pesquisadora à pesquisa”

Nesta pesquisa, ao discorrermos sobre a memória social, o pensamento social dos grupos e as experiências vividas, acreditamos estar produzindo, para além de reflexões teóricas, um tipo de conhecimento localizado, em uma perspectiva de subjetivação da objetividade (Haraway, 2009). Localizar um saber implica em diferentes perspectivas, tanto a localização temporal e espacial do período ou fenômeno analisado – aqui, mais especificamente, o contexto da ditadura militar – quanto tratar de grupos sociais característicos de um país, estado ou município. Sobretudo, nos interessa também a marcação de vozes diversas, tanto de quem narra, quanto de quem fomenta a escuta e a reverberação de outras vozes, na emissão de versões narrativas de histórias e memórias.

Nas linhas a seguir, peço licença metodológica para narrar em voz ativa, fragmentos de minha trajetória de vida e de pesquisa, que me conectaram a este tema e campo de estudos, e me provocaram a produzir conhecimento. Pensando na partilha, e na construção social de conhecimento, minha pequena trajetória, na psicologia social e na produção de conhecimento, me conecta aos saberes tradicionais, cotidianos, por meio do reconhecimento dos saberes do senso comum e da produção de um conhecimento acadêmico útil e acessível, não apenas à academia, mas aos demais grupos sociais interessados ou com potencial de interesse. Transito entre os dois universos, o reificado e o consensual, assim como todos nós, sujeitos atores, em uma sociedade pensante.

Meu nome é Jaíza Cruz, natural de Belo Horizonte, Minas Gerais (BH-MG), nascida em outubro de 1985, ano final do período da ditadura militar no Brasil. Minha mãe nasceu exatamente no ano de início do golpe, em 1964, e meu pai, em 1962, vivendo a infância e a juventude, durante o período da ditadura. Ambos de origem pobre, ele, um homem negro, residentes em um bairro operário, na região norte de BH, nomeado

naqueles tempos como Vila Operária, por ser um bairro povoado por operários, que trabalhavam no principal polo de emprego da região, o Matadouro Modelo. Posteriormente, o bairro onde residimos foi nomeado como 1º de Maio (em menção ao Dia do Trabalhador). No bairro, fundado em 1940, às margens do Ribeirão do Onça, fui criada e cresci.

O bairro é marcado pelo ativismo do pároco local, padre Pier Luigi Bernareggi, popularmente conhecido como padre Pigi¹. Ele, um padre missionário italiano, chegou ao bairro em 1964, e é conhecido pela luta por igualdade social e direito à moradia. Infelizmente, veio a falecer agora, em 2021. Em um dos contatos pessoais com ele, de quem sempre ouvi histórias interessantíssimas, contou-me, durante uma conversa informal, que durante o período da ditadura, abrigou militantes políticos nos porões da Igreja, e sempre lutou pelos trabalhadores e moradores da comunidade.

O 1º de Maio é uma vila, em Belo Horizonte, localizada na regional Norte da cidade, que além dos índices de violência, e dados sobre o tráfico de drogas, é reconhecida pela efervescência de práticas culturais, tais como, grupos de quadrilhas e festejos juninos, de capoeira, e por ter abrigado o antigo, e não mais existente, Espaço Cultural Calabouço. O Calabouço foi um bar/espço cultural que respirava militância política, arte e cultura, fundado nos anos de 1985 (até 1996), com forte influência da Música Popular Brasileira (MPB), tendo recebido em seus palcos, artistas nacionais como Chico César, Zeca Baleiro, Vander Lee e Tia Nastácia, por exemplo (Buzatti, 2018; Ribeiro, 2011). O nome Calabouço é uma provocação, que faz referência ao local de morte do estudante secundarista Edson Luiz, morto pela repressão policial no Rio de Janeiro, em 1968, dentro do restaurante universitário conhecido como “Calabouço”.

¹ Algumas informações sobre a vida e obra do Padre Pigi podem ser consultadas em: Recuperado em 24 de agosto de 2020

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/04/25/interna_gerais,290806/ha-meio-seculo-padre-deixou-a-familia-rica-na-italia-e-abracou-favelas-em-bh.shtml

Roma, Produções. *Pigi, o padre dos pobres*. Trailer. Recuperado em 24 de agosto de 2020 de <https://youtu.be/1LqI5rf6d34>

A socialização na periferia nos possibilita a inserção em diferentes grupos. Minha experiência se deu nos grupos religiosos, e de ações sociais e culturais no bairro. Minha formação escolar ocorreu, na maior parte do tempo, em escolas públicas. Aos 16 anos, iniciei um estágio remunerado, como “menor aprendiz”, pela Prefeitura de Belo Horizonte, em uma biblioteca da escola municipal da região. Minha paixão pelos livros, e pelo “cheiro” da biblioteca, reavivaram memórias, inclusive olfativas, da minha infância nos corredores da biblioteca da escola, onde, no cantinho das estantes, lia poesias de Cecília Meireles, Vinícius de Moraes e Ruth Rocha.

Para além das poesias, percebia que precisava ler e estudar mais, e o desejo de saber sempre caminhou comigo. Na escola da periferia, fomos ensinados a estudar para trabalhar. De fato, a socialização secundária, no mundo da escolarização, nos prepara para o mercado, e as relações de poder e dominação, construídas a partir das hierarquias sociais estabelecidas, traçam a divisão entre os donos dos meios de produção e os da força de trabalho.

Tinha dúvidas basilares à época, como não saber diferenciar entre o que era uma “universidade”, “faculdade” e o que era um “vestibular”. Sem ter qualquer pessoa no núcleo familiar e na família estendida, que tivesse ingressado ou concluído o ensino superior, fui buscar, junto aos meus professores, informações sobre tal universo. Ao indagar um professor de biologia, que era padre – e, por isso, talvez tivesse tido a segurança de confessar-lhe minha ignorância – sobre o que era o vestibular, sobre quais passos deveria seguir, para entrar em uma universidade, e como escolher um curso superior, recebi como orientação, algo que me manteria no meu “devido lugar”. Ele me disse: “esquece isso. Isso não é para você. Vocês aqui devem se preocupar em terminar o ensino médio e procurar um trabalho. Vocês precisam de um serviço, de uma carteira assinada”. Recordo-me de ter saído da presença dele com os olhos marejados de lágrimas e com o que chamamos de “nó na garganta”. Um silêncio ensurdecedor se fez dentro de mim, sentia vergonha e um coração bastante apertado. Como eu ousava perguntar e pensar nisso? Não era para mim. Lembro-me que, naquele dia, o morro (ladeira), que subia para poder chegar em casa, ficou mais longo do que realmente era. A vontade de chorar e engolir o choro até chegar em casa, onde

eu pudesse fazer isso escondida, viraram uma força enorme dentro de mim. Estava no 3º ano do ensino médio, e apenas uma colega da turma, fazia cursinho pré-vestibular, o que aguçou meu interesse. Não hesitei em procurá-la, para me informar, por mais básicas que as informações dela seriam, naquele momento. O irmão mais velho dela tinha ingressado na faculdade, e a incentivou a se preparar em um cursinho pré-vestibular para “entrar na UFMG”. Aquilo tudo era algo muito distante para mim.

O espírito investigativo dava sinais há muito tempo, e não me contentei com mais um dia triste. Procurei outra professora, que tentou me explicar. Perguntei aos meus pais, mas eles não sabiam. O ano era 2003, eu tinha um computador em casa, mas o acesso à internet não era tão fácil. Minha amiga me emprestou um “Almanaque Abril”, com um Guia de Estudantes, e, ali, pude ler mais sobre as profissões. Descobri que deveria me preparar para o vestibular, que à época, acontecia em três dias de exame.

A periferia é lugar de acolhimento e luta. Havia outras pessoas motivadas a dar continuidade aos estudos, mesmo com todas as barreiras impostas. No ano de 2004, após a conclusão do ensino médio, ingressei no pré-vestibular comunitário do bairro, fundado e mantido pela paróquia do padre Pigi, citado anteriormente. O cursinho acontecia na parte da noite, fazíamos lanches comunitários, grupos de estudos, simulado das provas. No mesmo ano, me candidatei ao vestibular de uma Faculdade privada, mesmo sem saber como iria pagar, mas havia uma promessa de um amigo do meu pai de que, caso eu fizesse o curso de enfermagem, ele daria uma ajuda financeira para custear, e, posteriormente, me empregaria na clínica médica dele. Na ocasião, passei em dois cursos de graduação, enfermagem e fisioterapia. Escolhi o de enfermagem, por gosto dos meus pais, confiantes na promessa do amigo, mas, não consegui concluir o primeiro semestre. Além do alto custo, para me manter na faculdade, sentia inaptidão e falta de conhecimento anterior, para as disciplinas da área biológica. Decidi sair e realmente fazer uma escolha que fosse minha. Em 2005, de volta ao pré-vestibular comunitário, durante o período noturno, e pagando um pré-vestibular diurno, passei no vestibular para o curso que havia escolhido: Psicologia, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), em uma unidade do campus, que ficava em um bairro próximo à minha casa (Unidade São Gabriel).

De 2005 a 2010, me graduei no curso de Psicologia. Com uma bolsa de estudos de 50% de financiamento, por meio do Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Na universidade, me envolvi em inúmeras atividades de pesquisa, ensino e extensão. Fui monitora em diferentes laboratórios da faculdade de psicologia. Devido ao envolvimento com o curso e as atividades, a Universidade reconheceu meu empenho com as premiações de destaque acadêmico, por algumas vezes, o que me garantiu o bônus de desconto dos demais 50% da mensalidade, durante os cinco anos de curso.

O desejo de aprender me levou a fazer estágios curriculares nas diversas áreas da psicologia. Mas, foi no campo da psicologia social, sobretudo da psicologia social comunitária, que iniciei meu percurso na pesquisa e na extensão. Inclusive, minha inserção possibilitou o retorno às atividades do meu bairro, dessa vez, como acadêmica, fazendo uma pesquisa-extensão, que visava mapear as práticas artísticas e culturais no bairro e, posteriormente, um segundo projeto de intervenção psicossocial, com crianças e adolescentes de um centro cultural. Meu bairro ficava no entorno da universidade e um dos objetivos do corpo docente da PUC Minas Unidade – São Gabriel era, e continua sendo, de articular redes, para além dos muros da universidade, com a comunidade local limítrofe ao campus, e aos equipamentos públicos inseridos em tal comunidade.

O comprometimento com a perspectiva teórica e com a produção de conhecimento útil à sociedade permitiram os frutos do trabalho comunitário em minha comunidade, que também me possibilitaram voltar e trazer frutos para o lugar de onde vim. A inserção na iniciação científica durante a graduação foi minha oportunidade de gerar meus primeiros produtos científicos² e aumentaram meu interesse pela produção de conhecimento.

² Cruz, J P. D. & Gonçalves, B. D. (2009). *Relação comunidade-universidade no trabalho comunitário: o convite à saída*. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social: Psicologia Social e Políticas de Existência: fronteiras e conflitos, 2009, Maceió- AL. Recuperado em 24 de agosto de 2020 de http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/257.%20rela%C7%C3o%20comunidade-universidade%20no%20trabalho%20comunit%C1rio.pdf

Diferentemente da experiência no ensino médio, na graduação tive contato com muitas professoras e professores pesquisadores, que me incentivaram a aprimorar minhas habilidades acadêmicas. Participei de inúmeros eventos científicos, publiquei um primeiro artigo no segundo ano de curso, fruto de um projeto de pesquisa e extensão, que articulava psicologia e fisiologia humana³. Havia percebido que, além de desejo de aprender, havia também o desejo de ensinar e me informei sobre os processos necessários para me tornar uma docente de ensino superior. Ao final do curso, tendo sido bolsista de pesquisa e extensão da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/PUC Minas), me preparei para a produção de um projeto de pesquisa para o processo seletivo do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A UFMG era uma referência muito distante para mim. Havia um mito em torno dos Programas de Pós-graduação de que só as pessoas que haviam se graduado lá, ou se envolvido em pesquisas naquela universidade, conseguiriam se inserir. Mais um obstáculo simbólico, ao qual teria que resistir e vencer, se possível.

Ao final do ano de 2010, passei no processo seletivo, nos primeiros lugares, e junto comigo, quase outros 10 alunos da mesma universidade da qual vim. Em 2011, iniciei o mestrado em psicologia, com financiamento de bolsa de pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a orientação da professora Dra. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento. Começou, assim, meu ingresso, no Núcleo de Pesquisa “Memória, Representações e Práticas Sociais” (MRPS). O projeto de pesquisa com o qual fui selecionada versava sobre a relação entre as

Cruz, J. P. D. & Gonçalves, B. D. (2009). *Intervenção psicossocial com oficinas em dinâmica de grupo: reflexões sobre o fazer com grupos de crianças e de adolescentes*. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social: Psicologia Social e Políticas de Existência: fronteiras e conflitos, 2009, Maceió- AL. Recuperado em 24 de agosto de 2020 de http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/256.%20interven%C7%C3o%20psicossocial%20com%20oficinas%20em%20din%C2mica%20de%20grupo.pdf

Cruz, J. P. D. & Abade, F. L. (2009). *Oficinas Psicossociais com Crianças: repensando o fazer*. In: XIII Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica - Homenagem a Eugéne Enriquez, 2009, Belo Horizonte - MG. Anais do XIII Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica- ISSN 2176-1086, 2009.

³ Passaglio, K. T.; Barros Neto, R.; Fensterseifer, L; Meireles, B. C. R ; Cruz, J. P. D; Santos, L. C.; Lins, V. S. (2008). Possíveis benefícios psicológicos e fisiológicos do riso em ambiente escolar. *Neurociências*, 4, 22-30, Atlântica Editora.

mulheres e o tráfico de drogas, especificamente, sobre as mulheres, que ocupavam lugar de liderança na organização do tráfico de drogas. Ao conhecer o núcleo de pesquisa, e os temas trabalhados ali, fiz uma imersão completa, pois, me parecia estranho ter estudado psicologia social, e ter “escolhido” tal área de conhecimento, e desconhecer a Teoria das Representações Sociais e a Teoria da Identidade Social, e os nomes de teóricos importantes, como Serge Moscovici, Henri Tajfel, Denise Jodelet. Junto ao espanto e incipiência teórica, veio a descoberta de que eu não sabia nada, ou quase nada, sobre a ditadura militar no Brasil, e a maior parte dos estudos desenvolvidos por minha orientadora, eram dentro de tal quadro conceitual e temático.

Meu primeiro estágio de docência me colocou diante de um desconhecimento e da ânsia por querer estudar os temas e teorias. Frente à necessidade de me preparar para ministrar uma disciplina com quase 60 alunos do terceiro período de graduação em psicologia da UFMG, me preparei intensamente para aprender-ensinar. Ainda hoje, encontro os mesmos alunos, que atualmente estão no mestrado, doutorado e atuando na prática clínica, e comentam sobre a lembrança das aulas. Foi um aprendizado para eles, e para mim. O aprendizado mediado, o aprendizado coletivo.

Durante o processo de imersão no núcleo de pesquisa, decidi mudar o tema da minha pesquisa, episódio que marca um amadurecimento pessoal e profissional, pois, além, de me abrir para a parceria e para o trabalho conjunto de coautoria do meu trabalho, com as pesquisas do núcleo, notei que continuaria estudando o que gostaria: a participação de mulheres em lugares que socialmente não seriam dirigidos a elas.

Ao me aprofundar no tema da ditadura militar, assistir a inúmeros documentários, ler a tese de minha orientadora sobre a participação de mulheres na ditadura militar no Espírito Santo, percebi que sabia muito pouco sobre o período e me indignei ao perceber que na escola, havia apenas aprendido que a Ditadura Militar no Brasil foi um fato histórico, com a sucessão de presidentes militares. Havia apenas decorado os nomes daqueles presidentes. Minha indignação não era apenas individual, até porque, não acredito na indissociabilidade entre sujeito e sociedade. Diante das

sugestões de estudos, que advieram da tese doutoral da profa. Dra. Ingrid Gianordoli, passei a pesquisar a implicação entre maternidade e militância política, para mulheres que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985).

A pesquisa foi realizada, a partir da narrativa de quatro mulheres militantes políticas, que estiveram grávidas, tiveram filhos ou interromperam a gestação, durante o período de militância em oposição ao governo militar. Na descrição metodológica do trabalho, relato minha imersão no campo e os impactos gerados na minha experiência pessoal, e aqueles gerados nas próprias entrevistadas, pois a forma de coletar os dados se baseou em uma perspectiva fenomenológica, que possibilitou o acolhimento das histórias narradas e sentimentos emergentes⁴.

O trabalho defendido em 2013 gerou algumas questões, para estudos futuros, como a escuta das narrativas dos filhos de militantes políticos, as relações afetivo-sexuais entre militantes políticos, as redes de solidariedade entre militares de baixa patente e presos políticos, trabalhos sobre a experiência da tortura e a saúde mental, homossexualidades e participação política na ditadura, e estudos sobre a memória social do período. Além do meu trabalho, uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado sobre o tema foram também desenvolvidas no âmbito do núcleo de pesquisa, sob orientação da profa. Dra. Ingrid-Gianordoli. Pesquisas com o enfoque na ditadura militar e a discussão teórica de identidade social, memória e representações sociais, como o trabalho de Breugelmans (2016) e Oliveira (2019)⁵.

⁴ Cruz, J. P. D. (2013). *“Ou isto ou aquilo”: implicações entre maternidade e militância para mulheres que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais. Recuperado em 24 de agosto de 2020 de https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9U5HEL/1/disserta__o_de_mestrado._ja_z_a_pollyanna_dias_da_cruz._ppg_psicologia__ufmg.pdf

⁵ Breugelmans, J. C. F. (2016). *Guardiões da memória, herdeiros da luta: identidade e memória nas publicações dos websites do grupo Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el silencio*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais. Recuperado em 24 de agosto de 2020 de <http://www.fafich.ufmg.br/pospsicologia/wp-content/plugins/download-attachments/includes/download.php?id=1850>

É importante ressaltar que o desenvolvimento de nossos trabalhos aconteceu de forma conjunta com o crescimento do núcleo de pesquisa, no que tange às produções científicas sobre o tema da ditadura e das teorias, formando, assim, uma linha de pesquisa sólida no tema, articulado às Teorias das Representações Sociais, Identidade Social e Memória Social. A tese doutoral da professora Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento (2012) inaugurou e fomentou os estudos e as questões de pesquisas que foram se desdobrando.

Entre os anos de 2014 a 2016, a condição de gênero e a articulação entre carreira e maternidade me exigiram uma pausa, pois minha experiência materna exigia desacelerar, embora tenha continuado atuando no núcleo, como bolsista de apoio técnico em pesquisa, pela FAPEMIG. Em 2015, comecei a desenvolver meu projeto de pesquisa, para a seleção do doutorado no PPG Psicologia da UFMG, no qual me inseri, em 2016, como bolsista FAPEMIG e, posteriormente, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁶.

Oliveira, F. C (2019). *Batalhas virtuais pela memória: uma análise psicossocial da memória histórica do regime militar no Brasil*. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.

⁶ Essa troca de agência de fomento para o recebimento da bolsa de estudo de nível doutorado é mais uma cena que marca minha trajetória como bolsista com dedicação exclusiva, desde a iniciação científica até a pós graduação *stricto sensu*. Minha inserção, dedicação e permanência no universo acadêmico tornou-se palatável pois, a bolsa de estudos era minha fonte de renda; tanto para sobrevivência, quanto para o investimento necessário em materiais, participações em eventos científicos e cotidiano na universidade. O perfil de discentes da pós-graduação brasileira, sobretudo via políticas afirmativas de inclusão na educação de nível superior, parece ter absorvido alunos de camadas populares, negros, deficientes, que articulam longas cargas de horário de trabalho com o curso, e discentes que saem da iniciação científica, na graduação, e seguem para a formação de professor/pesquisador nos mestrados acadêmicos e, posteriormente, para o doutorado. A troca da minha bolsa de pesquisa aconteceu no ano de 2018, após a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) sofrer um corte orçamentário que afetou diretamente à agência e a produção de pesquisas em MG, o pagamento dos bolsistas sofreu atrasos consideráveis, por quase um ano. Sem o recebimento da bolsa, e diante da situação financeira precária, a troca de bolsas por uma bolsa ociosa da CAPES foi me oferecida, para que pudesse me manter no curso, com certa seguridade social. Contextualizo um pouco dessa situação em algumas entrevistas, quando em decorrência dessa situação, me uni aos pós-graduandos bolsistas da FAPEMIG, numa luta de movimento estudantil, junto a Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG). <https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2018/11/14/doutoras-da-periferia-da-quebrada-para-o-topo-das-universidades/><https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/faco-doutorado-e-vivo-de-doacao-atraso-em-bolsas-faz-cientistas-passarem-necessidade-em-mg.ghtml>

Como parte integrante de nossa formação como pesquisadoras do contexto ditatorial, no Brasil, nos organizamos, para participar e acompanhar os eventos públicos e científicos sobre o tema. Durante minha participação como ouvinte em uma audiência pública, realizada em 2013, na 69ª Caravana da Anistia Política, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em Belo Horizonte, descobri que um militante político chamado Cecílio Emígdio Saturnino (que naquele dia, representado pelo sobrinho, recebeu o pedido de perdão do Estado: a anistia política) era alguém que dava nome a uma das ruas do meu bairro, o bairro 1º de Maio. Ao abordar o familiar de Cecílio Emígdio, ao final da audiência, soube que ele era de uma família conhecida de meu pai, e tal rua, que recebeu o nome, é a rua em que meus avós paternos e demais parentes paternos residem. Compartilhei a história com meu pai e as memórias dele sobre o período de militância eram muito ligadas a elementos como “ordem”, “medo”, “polícia”, e pouco sabia sobre o militante, apenas que era irmão de outro conhecido.

O acontecimento narrado foi um gatilho, que me levou a compartilhar com meus familiares, que moram naquela rua, quem era a pessoa que nomeava aquele local, sobre quem foi o Cecílio Emígdio Saturnino. Se eu que estudava o tema não sabia, imaginava que os demais também poderiam não saber quem ele era, até porque houve grande comoção dos moradores quando o nome da rua foi alterado, pois, já habituados com o nome popular do logradouro, um novo nome só geraria transtorno, ainda mais sendo um nome longo e de difícil pronúncia. A ideia de estudar os nomes das ruas e a relação com a memória se fortaleceu por meio dos episódios e ao ter contato com o livro “Rua Viva: o desenho da utopia”, do ex-vereador e militante político, Betinho Duarte.

Novamente, a questão do sujeito cognoscente aparece. Me recordo da epistemologia do conhecimento e do sujeito, que conhece e se apropria do saber, como nos lembram as teorias de Piaget e na perspectiva de Vigotsky a construção do conhecimento por meio da mediação. Tais pressupostos aparecem em minha trajetória de produção de questionamentos e busca pelo conhecimento, não apenas de forma individual e cognitiva, mas coletiva e psicossocial.

Meu projeto de pesquisa foi construído, então, a partir de indagações, tais como: “Será que as pessoas conhecem algum desses militantes políticos que nomeiam as ruas?” “O que as pessoas sabem sobre a ditadura militar no Brasil?”. As perguntas me remeteram novamente à minha experiência pessoal com o tema, olhando para minha experiência como algo que também poderia ser coletivo. A proposta, então, de minha tese doutoral foi intitulada (inicialmente) assim: “Entre ruas e avenidas: a construção da memória histórica da ditadura militar em Belo Horizonte, Minas Gerais.”

O desenvolvimento do trabalho durante os quatro anos me gerou mais questionamentos, principalmente, nos encontros com pesquisadoras e pesquisadores da área, como o professor Dr. Ricardo Veiralves de Castro, prof. Dr. Renato Möller, profa. Dra. Luciene Naiff, profa. Dra. Denise Jodelet, prof. Dr. Rafael Wolter, prof. Dr. Denis Naiff, profa. Dra. Fátima Santos, profa. Mariana Bonomo, prof. Dr. Adriano Nascimento e demais pesquisadoras(es) da área nas Jornadas Internacionais e Conferências Brasileiras sobre Representações Sociais (JIRS), e nos encontros da Associação Nacional para o Desenvolvimento da Psicologia Social (ADEPS). Em eventos compartilhei com demais investigadores da área, o projeto e os resultados preliminares sobre a pesquisa. Algumas indagações direcionadas a mim giravam em torno de hipóteses como as de que as pessoas, provavelmente, não saberiam quem eram os militantes homenageados, e, talvez, do pouco acesso à informação e conhecimento sobre o tema. Em dúvida, ainda sobre o rumo do trabalho, a pesquisa de Sá, Oliveira, Castro e Möller (2009) foi uma grande influência, para buscar entender, então, o estado atual da memória social dos belo-horizontinos sobre o período.

Em um dos encontros, o professor Dr. Ricardo Veiralves valorizou a ideia de fazermos um mapeamento sobre os logradouros e, o que era apenas um rascunho de projeto futuro, ganhou consistência, a partir de um curso de extensão sobre Sistemas de Informações Geográficas ofertado pelo Núcleo de Geotecnologias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LABIGIS - UERJ), em uma parceria internúcleos, entre o Laboratório de Estudos Contemporâneos da UERJ (Labore), o Laboratório de Memórias e Representações Sociais (MEMORES - UERJ) e o nosso Núcleo de

pesquisa na UFMG (MRPS). No curso, recebemos a concessão de uma licença provisória de *software* de processamento de informações geográficas (ArcGis), e, assim, o primeiro produto da etapa dois desta pesquisa foi desenvolvido.

No mesmo ensejo, ainda em 2018, tivemos a oportunidade de apresentar nossos trabalhos para a prof.^a. Dra. Denise Jodelet, que estava no Brasil, nesses dias, e, na UERJ, ela gentilmente ouviu cada projeto de pesquisa de mestrandos e doutorandos dos núcleos de pesquisa envolvidos. A oportunidade de ter tal orientação tão qualificada e generosa, juntamente com minha orientadora, foi transformadora pessoalmente e para vários aspectos da pesquisa, que, naquele ano, passaria pela banca de qualificação. Naquela tarde de orientação, pude ver, na prática, os pressupostos de Piaget sobre a construção do conhecimento, no meu processo de autoconhecimento e de tatear os conhecimentos a serem desenvolvidos. Assimilação, acomodação e posteriormente, durante as próximas semanas, o de equilíbrio dos conhecimentos, como nos ensinou Piaget (2007).

As trocas descritas foram marcantes, porque a produção de um novo instrumento de coleta de dados e um novo desenho metodológico passou a ser redesenhado para a pesquisa, e compreendi que minha questão central estava ligada a toda minha trajetória de vida e formação, como uma mulher negra, periférica, de classe popular. Eu não queria entender “como as pessoas se lembram”, e o conteúdo lembrado. A questão central era “porque as pessoas NÃO se lembram”; um estudo sobre memória social que enfocava elementos como o esquecimento e o silêncio.

Novamente, me transportei à experiência inicial de encontro com o tema da ditadura e, juntamente, com ele, à indignação, pois, se o silêncio e o esquecimento são constituintes da memória, são também disputados e controlados pelos grupos sociais, e podemos identificar os conhecimentos disponíveis aos grupos e as formas de acesso a eles. Logo, era importante entender o motivo pelo qual os indivíduos não souberam e não tiveram acesso, e planejar ações de transformação social, por

exemplo, por meio de intervenções psicossociais⁷, que fomentem a mobilização social das pessoas em torno dos lugares de memória ou de história. Ainda era preciso saber como se desenrolavam tais dinâmicas.

Além das experiências de construção do objeto de pesquisa, a imersão teórica no campo da memória social e da Teoria das Representações Sociais, articuladas ao tema da ditadura militar levou-nos ao desenvolvimento e à participação em algumas disciplinas do curso de graduação em Psicologia, junto a minha orientadora, tais como: a disciplina optativa, “Memória Social e Ditadura” ofertada no segundo semestre de 2016, quando discutimos a conjuntura sociopolítica do período, associada às discussões sobre memória social, incluindo a participação de diferentes atores sociais naquele contexto político; a disciplina obrigatória “Psicologia Social I”, no primeiro semestre de 2017, na qual foram apresentados conteúdos teóricos da TRS e Teoria da Identidade Social; e, por fim, a elaboração e condução da disciplina “Direitos Humanos e Políticas Públicas: Memória, Verdade e Justiça”, ofertada na proposta de Formação Transversal em Direitos Humanos⁸, da UFMG, que inclui a possibilidade de uma formação aprofundada em temas “extras”, visando o desenvolvimento crítico e reflexivo dos alunos (PROGRAD UFMG, n/d).

⁷ Ao falarmos de intervenção psicossocial estamos tratando de ações pontuais junto à comunidade ou população pesquisada, como forma de provocar reflexão, predisposições a novos comportamentos que gerem algum tipo de transformação social, na realidade grupal e no contexto brasileiro. Lopes e Nascimento (2015) analisam o uso do termo evidenciando as práticas nomeadas por alguns profissionais da psicologia social sobre a intervenção psicossocial, investigando inclusive, definições de um conceito.

⁸ A formação transversal é uma proposta interdisciplinar acadêmica e formativa, iniciada em 2014, por meio da qual discentes de todos os cursos de graduação da universidade têm a possibilidade cursar ao longo da graduação uma estrutura curricular extra de disciplinas e atividades alocadas em eixos que lhes garantirão a certificação de formação transversa. A cada semestre têm sido ofertados eixos como: Saberes tradicionais, Divulgação Científica, Relações Étnico-Raciais, História da África e Cultura Afro-Brasileira, Culturas em Movimento e Processos Criativos, Direitos Humanos, Empreendedorismo e Inovação, Gênero e Sexualidade: Perspectivas Queer/LGBTI, Acessibilidade e Inclusão e Estudos Internacionais. A disciplina ministrada por nós pertencia ao eixo de Direitos Humanos, e foi realizada em parceria com professores do curso de Direito (Prof. Dr. Emílio Peluso Neder Meyer) e Ciências da Informação (Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota), especialistas na discussão sobre o tema das ditaduras latino-americanas, direitos humanos, justiça de transição, políticas de memória e acesso à informação.

Além das atividades formativas, eventos importantes sobre o tema da Ditadura foram organizados pelo nosso núcleo de pesquisa, como o Encontro Imagens dos Anos de Chumbo, em três edições (2014/2016/2019). Nos citados encontros, realizamos a exibição de documentários sobre o período, cinema comentado, rodas de conversas, mesas com ex-militantes convidados e intervenções no campus Pampulha da UFMG, como caminhadas aos monumentos e prédios que homenageiam militantes do período, exposição de fotos e cartazes, e atos de homenagens aos mortos e desaparecidos políticos. Ainda com nossa colaboração, junto à equipe do núcleo de pesquisa Memória, Representações e Práticas Sociais, participamos da organização da Semana da Anistia Mineira, em 2015, e da seleção de materiais junto ao Projeto República da UFMG e o Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (Direito/UFMG), que contribuíram para a exposição “Desconstrução do esquecimento: anistia e justiça de transição” no Centro Cultural UFMG⁹, ocorrida em Junho/Julho de 2017. Ao longo da formação no doutorado, também tivemos a oportunidade de gerar produtos científicos, tais como artigos publicados em periódicos (03) e capítulos de livros (02), articulando a temática da ditadura às discussões sobre memória social, cibercultura e relações de gênero¹⁰.

A narrativa aqui registrada justifica-se pessoal e coletivamente, pressupondo que as pesquisas em psicologia social permitem a reflexividade da relação pesquisador-pesquisado. Na Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1961/2012), é reconhecida a conexão entre sujeito, objeto e o outro, tão fundamental, para compreendermos os saberes socialmente construídos. A dimensão do afeto também não pode ser perdida, considerando que, nas práticas sociais, torna-se possível identificar laços e sentimentos diversos, como de diferenciação e de identificação entre os grupos, o que reflete nas representações sociais sustentadas por eles (Jovchelovitch, 2000). A prática científica de pesquisar também envolve o desejo de

⁹ Mais informações sobre a Exposição “Desconstrução do Esquecimento: Golpe, Anistia e Justiça de Transição” <https://ufmg.br/comunicacao/eventos/exposicao-desconstrucao-do-esquecimento-golpe-anistia-e-justica-de-transicao>
<https://www.youtube.com/watch?v=cK7SciPV8rw>

¹⁰ (Breugelmans, Oliveira, Cruz & Gianordoli-Nascimento, 2019; Oliveira, Cruz, Freitas, Gianordoli-Nascimento & Santos, 2017; Oliveira, Cruz, Gianordoli-Nascimento, Naiff & Avila, 2017; Breugelmans, Gianordoli-Nascimento, Oliveira, & Cruz, 2019; Gianordoli-Nascimento, Santos, Freitas, Oliveira, Cruz, Santos & Mendes, 2016).

saber e, no caso deste estudo, a vontade de memória, tanto da equipe de pesquisadoras quanto dos sujeitos pesquisados.

Na dissertação, meu encontro e imersão com o tema permitiu o conhecimento e a reverberação das vozes e memórias subalternas das mulheres, que articularam militância política e maternidade. Na experiência vivida na tese, há uma ampliação para a compreensão da construção do pensamento social dos belo-horizontinos sobre o período militar, a partir da nomeação dos logradouros públicos, como ato de homenagem simbólica. Partindo das experiências pessoais e comuns, chegamos às experiências coletivas, geracionais e nacionais.

Além de analisar o pensamento social, durante as etapas da pesquisa, algumas intervenções também foram realizadas, interpretadas por nós como atos de mobilização comunitária, que poderiam contribuir para o engajamento da população com outras versões de memória sobre o período, para a educação em direitos humanos e como uma demanda para a criação de políticas de memória, como políticas de Estado.

Em tal sentido, reconhecemos que silêncio, esquecimento e lembrança fazem parte da memória social, e o que é lembrado ou esquecido passa pela relação intergrupos, de disputas identitárias, que culminam em relações de poder e dominação. Percebo que não apenas eu, como “indivíduo” não sabia. E, por várias vezes, em minha trajetória, precisei resistir para saber, pois a ignorância social tem uma função na hierarquia social. Manter determinados grupos apartados do conhecimento formal, das diferentes versões da memória e da história é um projeto político de manutenção de lugares, com marcas colonizadoras. Saber, lembrar e esquecer podem ser demandas sociais basilares, para a tomada de consciência.

A Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1983) apresenta um esquema explicativo sobre os contínuos por meio dos quais o comportamento social transita, na relação

intergrupos. Um deles é o contínuo do extremo interindividual, para o intergrupar; o outro, é o contínuo da mobilidade social, para a mudança social. Por meio da teoria, observamos que o contínuo interindividual é puramente teórico, reafirmando a compreensão não dicotômica entre sujeito e sociedade. A transição entre tal contínuo levaria para o segundo modelo explicativo entre mobilidade e mudança social. Quanto mais próximo do contínuo interindividual os grupos estão, mais acreditam que as fronteiras entre os grupos são permeáveis e fluidas e, assim, seria possível se desvincular de tal grupo e migrar individualmente para outros, em uma escala de ascensão. Por outro lado, quanto mais próximo do contínuo intergrupar forem os grupos, mais os grupos teriam o entendimento de que as fronteiras entre grupos são impermeáveis e estáveis, e, por isso, a mudança aconteceria de forma coletiva.

Diante do exposto, minha trajetória em busca de conhecimento se estende aos grupos subalternos dos quais venho e tenho pertença psicológica. Romper com o silêncio, possibilitar que vozes subalternizadas (Spivak, 2010) ecoem e sejam ouvidas é um compromisso ético como profissional da psicologia social e pesquisadora. Sob tal prisma, Sá (2015) aponta a diferença das pesquisas sobre o regime militar, no Brasil, desenvolvidas pelos denominados “militantes memoriais” (p. 267) e pelos historiadores. Talvez nossa perspectiva aqui envolva, para além do trabalho acadêmico e analítico, um aspecto que possa ser considerado militante, contudo, nossa intenção não é de substituição das versões de memória sobre o período, nem de elencar “vencedores” ou “derrotados”, mas de criar espaço de fala e de escuta para as trajetórias de vítimas da violência estatal então homenageadas, de quem pouco ou nada se sabe, de seus familiares, dos movimentos sociais que lutam para o reconhecimento de tais memórias. Não há interesse de comprovação em relação a fatos históricos, tampouco em construir ou destacar que seja determinada então a “verdadeira” memória nacional. Sá (2015) reitera a importância dos estudos que envolvem as narrativas dos atingidos e dos familiares, pois, alimentariam a memória histórica do período. E é no descrito sentido que trabalhamos, promovendo visibilidade e emergência das versões de memória, pouco narradas, pouco ouvidas e/ou muito desvalorizadas.

A ideia de emancipar o conhecimento, por meio dos produtos desta pesquisa, para os moradores dos logradouros envolvidos na pesquisa e para sociedade, de forma mais ampla, nos parece ser consoante com a ideia de direito à memória e à verdade. Elas são as bases das políticas de direitos humanos, em países que passaram por graves violações de direitos humanos e que caminham ao longo do processo transicional de construção da democracia, como é o caso brasileiro. O acesso ao conhecimento marca minha trajetória e marca também esta pesquisa, e esperamos que novas produções partam daqui, e que as classes apartadas do mundo da política, da academia, do conhecimento formal, tenham a possibilidade de ouvir versões não oficiais, conhecer histórias, rostos e capítulos da história recente do país. Um aprendizado que faça sentido para os moradores dos logradouros públicos homenageados, para os transeuntes, para os estudantes, que tiverem acesso a tal tipo de produto. Democratizar o conhecimento é fundamental, e uma psicologia social comprometida, também, opera na construção de saberes de forma coletiva e acessível.

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir
Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
Aí, maloqueiro, aí, maloqueira
Levanta essa cabeça
Enxuga essas lágrimas, certo?
Respira fundo e volta pro ringue
Cê vai sair dessa prisão
Cê vai atrás desse diploma
Com a fúria da beleza do Sol, entendeu?
Faz isso por nós
Faz essa por nós
Te vejo no pódio

Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
(Emicida/Belchior, faixa 10, 2019)¹¹.

¹¹ Trecho retirado da música “AmarElo” do rapper, cantor e compositor brasileiro, Leandro Roque de Oliveira, mais conhecido por seu nome artístico, Emicida. O clipe da música pode ser visto em <https://youtu.be/PTDgP3BDPIU>

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualizando o cenário sociopolítico de produção da pesquisa

A produção e escrita desta tese se enquadram em um contexto sociopolítico complexo, com acontecimentos que marcam e marcarão historicamente o Brasil e o mundo. O recorte histórico envolve elementos pós-Lei da Anistia no Brasil, decretada em 1979, mas abarca os acontecimentos vividos por opositores do regime político autoritário instalado no Brasil, a partir de 31 de março de 1964. Muitos termos são utilizados pelos pesquisadores do campo da história e por aqueles que se dedicam ao estudo do tema, para definir o período histórico de 1964-1985, considerando o próprio recorte de tempo, o contexto sociopolítico, as especificidades de tal tipo de governo, e o que ele significou, enquanto uma estrutura de poder.

No livro publicado por Reis, Ridenti e Motta (2014) sobre os 50 anos do início do Golpe no Brasil, várias denominações são utilizadas, tais como: Golpe Militar, Ditadura, Ditadura Civil-Militar, e outros como Regime Militar, Ditadura Militar, Governo Militar, também são empregados, em trabalhos sobre o período. Os autores, cada um sob uma perspectiva compreensiva sobre aspectos do período, consideram como consenso o uso do termo Ditadura Civil-Militar, chamando a atenção para o entendimento de que as ditaduras são produtos sociais e, no caso brasileiro, é fundamental a compreensão da participação intensa da sociedade civil, que não apenas deu apoio político-ideológico, mas participou financeiramente de formas distintas da consolidação e das ações juntos aos agentes do Regime, por meio de setores específicos, como o empresariado, a igreja católica, setores médico-científico, entre outros.

Para além do posicionamento ideológico, a decisão por uma nomenclatura ou outra pode apontar para especificidades, explanadas no estudo de Monteiro (2016), que indica a complexidade do uso de termos e o tratamento do tema. Os variados termos evidenciam inclusive entraves entre apoiadores e opositores, ao considerarmos que

retratar o período como “golpe”, “ditadura”, por exemplo, pode ser uma forma de denúncia, resistência e uma tentativa de desconstrução da ideia propagada por uma memória oficial amplamente difundida.

Por memória oficial compreendemos aquela considerada a memória dos “vencedores”, a dos militares, oficializada nos livros didáticos, em documentos oficiais (Sá, 2007; 2009) e que sedimentou a compreensão de que o período de 1964-1985 designa um tipo de Governo liderado por militares, uma Revolução e uma ação necessária diante da ameaça do comunismo no Brasil. Mesmo diante de inúmeras denúncias nacionais e internacionais de mortes, prisões e desaparecimentos forçados, uso de práticas e técnicas de tortura, expurgos, exílios e banimentos, a memória oficial continuou sendo propagada e somente no início dos anos 1980, sobretudo com a publicação do Cardeal Paulo Evaristo Arns, com o dossiê “Brasil Nunca Mais” (Arquidiocese de São Paulo, 1985), é que as ações violentas perpetradas pelo aparato repressivo do estado vão evidenciar, para parte da sociedade, o quão violento e ameaçador foi o período.

A partir do trabalho de Monteiro (2016), podemos compreender que as diferentes nomenclaturas, para nomear o período, poderiam definir o que estamos chamando de forma ampla como “Período Militar”. Em termos de posicionamento, consideramos que, no Brasil, houve uma Ditadura Militar, a partir de um golpe de estado, liderado por militares e apoiadores civis, que viam o governo de João Goulart como uma ameaça comunista. Embora a participação dos civis seja reconhecida e comprovada, o protagonismo e a direção do governo foram dos militares, levando inclusive à militarização do Estado (Monteiro, 2016), retirando direitos civis e violando direitos humanos, como reconhecido pela Comissão Nacional da Verdade no Brasil (2014) e por órgãos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em termos metodológicos, como será apresentado adiante, diante dos estudos utilizados, para embasar o estudo da memória atual da memória histórica, decidimos

utilizar o termo “Período Militar”, considerando que ele poderia se apresentar como um termo mais “neutro” ou não diretivo, para acionar alguns elementos cognitivos no momento de nossa coleta de dados, pois, interessava-nos saber como as pessoas se lembram, do que se lembram, e como apoiam e constroem conhecimentos sobre o recorte do período de 1964-1985. Em uma perspectiva ideológica, contudo, consideramos que o termo ditadura militar é o que coaduna com o que aconteceu no país, por isso, é o termo que usamos quando não estamos tratando do aspecto metodológico. Ao longo da tese, a depender da forma como estamos nos referindo a alguma especificidade do contexto, também podem aparecer termos como “Governo Militar”, “Golpe Militar”, “Regime ou regime militar”, e, embora não sejam, ao nosso ver, a melhor definição para o que ocorreu, também caracterizam o período.

Segundo Monteiro (2016), “Regime Político” e “Ditadura(s)” são conceitos definidos no dicionário de política (Ostellino, 1998), com significados diferentes, assim, o fenômeno sociopolítico que aconteceu no Brasil se enquadraria de maneira mais assertiva como uma ditadura e não apenas como um Regime Político e/ou Militar, termo que não contemplaria, por exemplo, a violência de caráter político e os crimes cometidos pelo estado.

O conceito de Ditadura é aquele que melhor explica as bases fundamentais do sistema político imposto após o golpe de abril de 1964. A noção de Regime Militar apresenta numerosas lacunas, mas, pode ser relacionada com a de ditadura. Podemos pensar em um regime ditatorial militar em que os órgãos administrativos, as regras do sistema político e o ambiente em que as disputas de poder ocorriam eram caracterizada pelo arbítrio, pelo elevado poder político dos oficiais das FFAA [Forças Armadas], em prol de um projeto conservador [...] Nesse projeto, a violência policial-militar foi um dos elementos fundamentais dos anos de 1964-1985 e um meio para sobrepujar as oposições à ditadura; para silenciar as vozes divergentes e para implantar o projeto de país e sociedade defendido pela coalizão golpista e ditatorial. (Monteiro, 2016, p. 9).

Diante de tal complexidade, que pode ser percebida desde a definição do termo mais adequado, é que nosso trabalho se coloca. O projeto para a entrada na pós-graduação começa a ser gestado ainda em 2014, no marco dos 50 anos do início do Golpe Militar no Brasil, no ano de 1964, e com a entrega do Relatório da Comissão Nacional da

Verdade, instalada no Brasil em 2010. Nos quatro anos de desenvolvimento da pesquisa, fatos, como os listados, foram marcantes e impactaram este trabalho e setores da sociedade brasileira.




Mediante tal contexto, torna-se importante salientar que, com o fim da ditadura militar, no Brasil, em 1985, alguns atores, que participam como oposição e até os apoiadores, continuaram ou se inseriram nas política partidárias. Em tal cenário, destacam-se personalidades políticas reconhecidas no cenário nacional, entre elas, dois ex-presidentes, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores, 2003-2010), Dilma Vana Rousseff (Partido dos Trabalhadores, 2011-2016) e o atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal/sem partido, 2019-atual). Lula e Dilma foram militantes políticos que fizeram oposição ao governo militar, no período de 1964-1985, inclusive tendo sido presos políticos na época (Machado, 2019). Jair Bolsonaro é capitão reformado do Exército e nos anos de 1970 estava concluindo a formação na Academia Militar das Agulhas Negras (FGV, 2020). Escrever e pesquisar o tema diante da conjuntura política que envolve passado, presente e futuro nos revelou a importância dos estudos de memória social para a conexão de temporalidades.

O início da pesquisa se deu no ano de 2016, quando, no Brasil, ocorreu o *impeachment* da primeira mulher democraticamente eleita, a ex-presidenta Dilma Rousseff. Na ocasião, notícias e discussões sobre a ditadura, torturas, censura e repressão voltaram mais uma vez à cena pública, pois, a trajetória de militância política de oposição à ditadura da presidenta foi novamente evidenciada, assim como nas candidaturas (2010 e 2014). Os elementos acionados, para questionar a identidade da presidenta parecem se referenciar e se objetivar em fotos de documentos da época, sobretudo, do envolvimento militante na luta armada, reforçando a representação do militante político como “subversivo”, “terrorista” “comunista” (Jinkings & Cleto, 2016; Motta, 2002).

As estratégias sociocognitivas de categorização e objetivação alimentam a construção de estereótipos sociais, que, em processos comparativos e avaliativos, podem levar à

exclusão e violência (Souza, 2004). Logo, a suposta incompatibilidade estereotipada sobre “ser mulher” e “ser militante” (Gianordoli-Nascimento et al, 2015) serviu como base para a produção de *fake news*, memes, e até como pauta para bandeiras de luta, sustentando argumentos, que colocaram sob ambiguidade a identidade social dos envolvidos, como mostram as Figuras 1, 2, 3. Tais eventos orientaram práticas sociais, que levaram o país a uma divisão intergrupos, extremando a polarização política entre as ideologias políticas de esquerda e direita, o que se exacerbou durante o processo eleitoral de 2018.

Figura 1 – Reprodução de possível ficha policial de Dilma Rousseff

L I N H A R E S		TERRORISTA/ASSALTANTE DE BANCOS	
Sobrenome		Número do artigo	
DILMA VANA ROUSSEFF LINHARES		00237	
Nome		ESTELA	
		Alcunha	
		POLEGAR DIREITO	
  			
Outros nomes: LUIZA; PATRICIA; WANDA			
Assinaturas: _____			
Filiação: Pedro Rousseff e Dilma Rousseff			
Enderço: Av. João Pinheiro, 85 apto. 1001			
Naturalidade: Belo Horizonte - MG		Data Nasc: 14/12/47	
Profissão: Desconhecida		Est. civil: Casada (Lobato?)	
Atividade:			
1967 - militante da Política Operária (POLOP), MG			
06/10/68 - assalto ao BANESPA, Rua Iguatemi: NCr\$ 80 mil.			
12/10/68 - planejamento assassinato Cap. Charles R. Chandler (?)			
11/12/68 - assalto à casa de Armas Diana, R. do Seminário: 48 armas			
??/04/69 - Comando de Libertação Nacional (COLINA)			
24/01/69 - Assalto ao 4º RI Quitauna, Osasco - SP: 63 FAL; 3 INA; 4 cunhetes munição			
18/07/69 - Assalto casa Gov. Adhemar de Barros.			
01/08/68 - assalto ao Banco Mercantil de São Paulo			
??/09/69 - Congresso VAR Palmares (Teresópolis)			
20/09/69 - assalto ao quartel da Força Pública, Barro Branco (cont.)			

Fonte: Reprodução de uma possível ficha policial de Dilma Rousseff, que teria sido publicada no Jornal Folha de São Paulo, em 2008, e reproduzida em inúmeros contextos de campanha, impeachment. A própria ex-presidenta publicou uma carta resposta à Folha de São Paulo, negando a veracidade da ficha, que continha informações editadas e falseadas. Recuperado em <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/dilma-rousseff/dilma-usa-ficha-falsa-em-video-oficial-de-campanha,682412948ad08410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>.

Figura 2 – Fotos da ex-presidente Dilma Rousseff em interrogatório policial (1970)



Fonte: Fotos da ex-presidente Dilma Rousseff em um interrogatório policial no ano de 1970, quando se deu sua prisão política. Foto do arquivo de fichamento policial de Dilma. Recuperado em <https://midiasujaverdade.blogspot.com/2016/10/as-mentiras-que-os-comunistas-dilma-e.html>.

Figura 3 – Montagem de fotos dos líderes do Partido dos trabalhadores (PT)



Fonte: Montagem de fotos com imagens do Ex-presidente Lula, da Ex-presidenta Dilma Rousseff, Fernando Pimentel, Ex-governador de Minas Gerais e ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no mandato de Dilma Rousseff, José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, no Governo Lula e Franklin Martins, ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social no segundo mandato do governo Lula. Recuperado em <https://midiasujaverdade.blogspot.com/2016/10/as-mentiras-que-os-comunistas-dilma-e.html>

A relação entre os ex-presidentes e o atual presidente, como figuras atuantes também no cenário da ditadura, traz embates ainda hoje, com elementos do passado. No dia 17 de abril de 2016, na sessão deliberativa na Câmara dos Deputados, durante o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, à época deputado federal pelo Partido Social Cristão do Rio de Janeiro (PSC-RJ), o atual presidente, Jair Bolsonaro, ao receber a palavra para proferir voto contra ou a favor do impedimento, faz uma menção¹², considerada como homenagem ao ex-coronel do Exército Brasileiro, Carlos Alberto Brilhante Ustra, chamando-o de “o pavor de Dilma Rousseff (SIC)”. O homenageado foi citado e reconhecido, por meio de diversos depoimentos de militantes políticos, durante as oitivas da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014), por perseguir, torturar e matar militantes políticos durante o período de exceção, entre eles a ex-presidenta Dilma Rousseff (CNV, 2014; Barrucho, 2016), tendo ele próprio sido chamado a prestar depoimento.

Um dos casos emblemáticos envolvendo Carlos Alberto Brilhante Ustra é o de 2008, envolvendo a família de ex-militantes políticos, conhecidos pelo sobrenome “Almeida Teles”. A militante Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), juntamente com a irmã, Criméia Alice Schmidt de Almeida, e os filhos/sobrinhos, impetraram na justiça um pedido de ação indenizatória reconhecendo o coronel Ustra como torturador da família (quando foram presos políticos em São Paulo), em crimes cometidos contra: Maria Amélia Teles, o marido (César Augusto Teles), os filhos (Janaína de Almeida Teles e Edson Luís de Almeida Teles) e a irmã (Criméia Alice Schmidt de Almeida), na década de 1970.

¹² “Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S.Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! (Apupos no plenário.) [...] Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é "sim"! (Manifestação no plenário.)” (Câmara dos Deputados, Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, 2016 - Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016).

Ustra foi diretor do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em São Paulo, órgão militar subordinado ao Exército Brasileiro, no qual também atuava na chamada Operação Bandeirantes. Ustra foi o primeiro militar formalmente reconhecido e declarado em primeira instância pelo Ministério Público Federal (MPF)¹³, como um torturador do período ditatorial no Brasil (Folha de São Paulo, 2008). A condenação não foi consumada devido ao falecimento, no ano de 2015. Caso a condenação tivesse acontecido, seria o primeiro caso de responsabilização no Brasil, cumprindo alguns pilares da Justiça de Transição, na busca por verdade e justiça nos casos de violação de direitos humanos e crimes de lesa humanidade, no período ditatorial no país.

O cenário apresentado acima ilustra como a memória da ditadura militar no Brasil permanece em construção, tendo forte impacto no universo político, que a alimenta e sente as repercussões. A atuação de atores e estruturas institucionais do passado mantem as lembranças vivas e atualiza as dinâmicas, dificultando uma transição com responsabilização. Os precedentes deixados pela Lei da Anistia no Brasil, que, além de aos militantes políticos, concedeu perdão também aos militares, dá brechas para que não se cumpra com a judicialização dos culpados.

Além dos fatores ligados à temática da ditadura militar no Brasil, alguns acontecimentos marcaram a produção de conhecimento científico no país, e o investimento para a realização de pesquisas acadêmicas, e, assim, o desenvolvimento científico e tecnológico no país, durante o desenvolvimento de nossa pesquisa. Em 2016, no âmbito do Governo do ex-presidente Michel Temer, vice que assumiu a presidência do Brasil após o impedimento de Dilma Rousseff, ocorreu a

¹³ “A procuradora advogou pela não incidência da Lei da Anistia ao caso, uma vez que tal lei tem efeito para o passado e o caso em questão tratar de um crime cuja execução, embora tenha sido iniciada em 1972, perdura até a presente data. O julgamento do caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia) pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em 2010, no qual o Brasil foi condenado a não mais invocar os efeitos da Lei da Anistia para impedir a apuração dos crimes cometidos no período da ditadura militar e a responsabilização dos agentes que deram cabo a isso, foi lembrado pela PRR3 para alertar o Judiciário sobre a importância de respeitar o compromisso assumido pelo Brasil de apurar e punir crimes que implicaram em graves violações de direitos humanos.” (Ministério Público Federal, s/p, 2014).

fusão entre o Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério das Comunicações. A junção alterou os investimentos públicos em ambas as áreas, dando início ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC, 2019).

No ano de 2019, novos cortes orçamentários e o contingenciamento de verbas afetaram sobremaneira as universidades públicas federais e as agências de fomento de pesquisa, entre elas o CNPq e a CAPES, ocasionando a suspensão de editais públicos de pesquisa, extensão, bolsas de pesquisas e financiamentos, para a realização e participação nos eventos científicos, além da diminuição dos processos de internacionalização (El País, 2019).

Considerando o acesso ao conhecimento, e o saber como forma de poder (Foucault, 1989), restringir as universidades públicas e diminuir a produção e acesso ao conhecimento, pode ser considerada uma estratégia política, que justificou inclusive a perseguição às universidades no período ditatorial, quando ocorreu a expulsão de vários estudantes, o expurgo de funcionários e professores, a setorização, como a criação dos Diretórios acadêmicos, a junção dos cursos em uma mesma unidade administrativa, e as reformas estruturais “modernistas” de construção do *campus* (Motta, 2014). Assim, os fatos atuais que, inicialmente, parecem descolados de práticas utilizadas por regimes autoritários, se assemelham com aspectos do período.

Em 2018, ano eleitoral para o cargo de presidente, no Brasil, assistimos a uma polarização política acirrada, que culminou em práticas violentas, com bases no fundamentalismo religioso, conservador e político que promoveu a formação ou o fortalecimento de grupos de extremistas, com bases que chegaram a atos de violência, e a ampla produção de notícias falsas (Guareschi, Amon & Guerra, 2017), além da defesa de ideologias voltadas para a “moral e os bons costumes”.

No contexto da ditadura, o movimento da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, repaginado no Brasil, em 2014 (Oliveira, Neves Júnior & Lanza, 2014),

demonstrou a conexão entre religião e política, e a construção de uma imagem de cidadãos e de cidadania seletiva. A construção da imagem do militante político de oposição ao regime militar como “subversivo”, “terrorista”, os colocava, perante a opinião pública, na qualidade de indivíduos perigosos para o Brasil e para os brasileiros, e, por isso, o comunismo e os comunistas, deveriam ser eliminados (Motta, 2002). Assim, a concepção de uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN) teve solo fértil para a implantação, fortalecendo a percepção da existência de uma guerra interna em que era necessário o combate ao inimigo (Padrós, 2009). De forma aproximada, nos últimos anos, o Partido dos Trabalhadores (PT) materializou-se no imaginário social brasileiro como o retorno do perigo de ameaça comunista (Motta, 2002), consolidado também pelo discurso anticorrupção balizado pela investigação da Ministério Público Federal e da Polícia Federal, nomeada de “Operação Lava Jato”¹⁴ (Ministério Público Federal, n/d).

Na contemporaneidade, assistimos também à super valorização da imagem do chamado, “Cidadão de Bem” objetivada na imagem do homem, heterossexual, trabalhador, pai de família, patriota, que não é corrupto e que mantém valores sociais e religiosos que o conduzem a uma “boa imagem”; diferentemente da construção da identidade do brasileiro corrupto “por natureza”, o “malandro”, festeiro (Vieiralves de Castro, 2017; Jovchelovitch, 2000). Tais construções sobre a identidade do brasileiro “de verdade” acentuam a polarização política no Brasil e a disputa intergrupos, por meio da qual a ideia de eliminação do diferente alimentou e alimenta práticas violentas, e até a composição do que hoje é chamado de “Gabinete do ódio”¹⁵ (Alves, 2019). Tal estrutura seria formada por grupos políticos partidários, com representantes

¹⁴ A Operação Lava-jato se constitui com uma grande investigação coordenada pela Polícia Federal Brasileira para apurar casos de corrupção no país, envolvendo parlamentares, doleiros, empreiteiros, empresários. O nome “lava-jato” é utilizado porque os crimes de pagamentos de propina que “decorrem do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora os trabalhos tenham avançado para outros rumos, o nome inicial se consagrou.” (Ministério Público Federal, n/d).

¹⁵ O termo “Gabinete do ódio” tem sido usado por opositores ao Governo de Jair Bolsonaro, e também por aliados, para caracterizar um grupo de parlamentares ligados ao presidente, investigados na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Fake News. São acusados de produzirem e divulgarem notícias falsas, de cunho agressivo à opositores, e instituições, como forma de ataque aos adversários políticos. (Alves, 2019).

parlamentares, associado a civis, que atuam na produção de notícias falsas sobre os opositores políticos e grupos considerados uma ameaça às crenças e ideais da estrutura citada. Assim, as notícias são compartilhadas amplamente na internet, sendo alvo de investigação policial, e foco de pesquisas¹⁶ que estudam a produção de *fake news* e o contexto da pós-verdade (Guareschi, Amon & Guerra, 2017). A difusão dessas informações falsas pode orientar práticas e comportamentos, fomentando ações de ódio e violência contra os grupos opositores. Os sentimentos hostis e as práticas de violência se dão não apenas no universo da cibercultura, *on-line* (redes sociais, e-mails, plataformas virtuais), mas no dia a dia do mundo *off-line*, nas ruas, nos gabinetes de políticos, no âmbito público e privado (The New York Times, 2020).

No Brasil, a disputa intergruppal voltada para a eliminação do “inimigo” pode ser exemplificada pelo violento assassinato da vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do motorista particular, Anderson Gomes, alvejados com 13 tiros, na noite de 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro. Nos trabalhos de Motta (2002), a construção da imagem do opositor político como “inimigo”, “subversivo” que precisa ser eliminado, parece não ter sido apenas uma ideia perpetrada pelo período ditatorial no Brasil, pois, os registros de tais práticas, memórias e representações sociais podem continuar alimentando o imaginário coletivo, com resquícios presentes ainda hoje.

Não obstante, como citamos anteriormente, notícias falsas sobre a ex-presidenta Dilma Rousseff, baseadas em um passado militante, continuam sendo reproduzidas, e no caso Marielle, mesmo após quase três anos do assassinato, *fake news* persistem, sendo produzidas e compartilhadas, guiando olhares para que a sociedade a veja como “mulher de traficante”, promíscua, pessoa de caráter duvidoso etc.. A impunidade diante dos casos de notícias falsas, sem a devida responsabilização dos

¹⁶ Na Escola de Ciência da Informação da UFMG, em Belo Horizonte/MG, tem sido desenvolvido, sob a coordenação da Professora Dra. Lorena Tavares de Paula, o projeto de pesquisa chamado “Observatório Fake News” que tem por objetivo estudar e desenvolver metodologias para o estudo das fake news, além de monitorar a criação e a reprodução de notícias falsas. Mais informações sobre o projeto, em <https://observatoriofakenews.eci.ufmg.br/>

culpados, continua sustentando os discursos, que se estendem à memória de Marielle, e a dos familiares. Mesmo sendo comprovadas como falsas, tais notícias ainda geram engajamento nas redes sociais: compartilhamentos, comentários e reações (Moraes, 2020).

A morte de Marielle Franco (e as apurações sobre o crime e os motivos que levaram à execução) segue em investigação, tendo repercussão internacional, exigindo posicionamento de órgãos internacionais de direitos humanos, dada a morosidade do processo de investigação, gerando o sentimento de impunidade (Anistia Internacional, 2018a, 2018b). Como forma simbólica de mantê-la viva na memória e exigindo justiça pelos homicídios, várias manifestações e atos públicos aconteceram no Brasil e no mundo, reivindicando informações sobre a motivação, sobre os responsáveis pela execução e sobre os mandantes do crime.

Figura 4 – Candidatos segurando fragmentos da placa em homenagem à Vereadora Marielle Franco (PSOL)



Fonte: Reprodução da foto divulgada na internet que mostra os então candidatos, e hoje eleitos, Deputado Federal Daniel Silveira (PSL) à esquerda e à direita, o Deputado Estadual Rodrigo Amorim (PSL), segurando fragmentos da placa em homenagem à Vereadora Marielle Franco (PSOL). Recuperado em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/03/interna_politica,710027/candidatos-quebram-placa-e-celebram-destruicao-de-homenagem-a-marielle.shtml.

Como ato simbólico e de escrache público, após a morte da vereadora, foi colocado um cartaz, em homenagem a Marielle Franco, imitando uma placa de rua, colocada sobre a placa da Praça Marechal Floriano Peixoto, na cidade do Rio de Janeiro. Em

outubro de 2018, os candidatos a deputado federal e estadual pelo Partido Social Liberal (PSL), Daniel Silveira e Rodrigo Amorim arrancaram a placa sobreposta. A imagem dos candidatos com destroços da placa foi postada e amplamente compartilhada em redes sociais na Internet.

Em um ato considerado vandalismo, por uns, e de justiça, por outros, a placa foi arrancada, e, posteriormente, um fragmento dela foi emoldurado e colocado como quadro no gabinete do deputado eleito, Rodrigo Amorim. O vereador relata que homenagens eram justas, mas ele, como “inimigo do PSOL” (Correio Brasiliense, 2018), não deixaria com que o ato ilícito de cobrir placas que homenageavam militares, por exemplo, fosse aceito.

Como repúdio à destruição à homenagem a Marielle, no dia 14 de outubro de 2018, mil placas com o nome e os dados de Marielle, similares à que foi destruída, foram entregues aos manifestantes presentes no ato público em homenagem à vereadora, em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). Mônica Benício, viúva de Marielle Franco, simbolicamente, recolocou outra placa no local de onde a antiga placa foi retirada pelos candidatos a deputados (Carta Capital, 2018). Em repúdio ao ato violento acontecido no Brasil, uma onda de outras homenagens aconteceram, como a nomeação do Jardim Marielle Franco, na *Gare de l'Est*, em Paris, França (Carta Capital, 2019).

No Brasil, foram nomeados oficialmente pelo menos quatro logradouros públicos com o nome da vereadora: uma rua em Ribeirão Preto (São Paulo), uma rua em Salvador (Bahia), a renomeação da Rua dos Inválidos, no Rio de Janeiro (Rua onde fica localizada a “Casa das Pretas” local onde Marielle esteve pela última vez, palestrando), e uma Avenida em Caruaru (PE), nas dependências de um dos *campings* da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Cultura inaugurou, ao lado da Câmara dos Vereadores, o “Quarteirão Marielle Franco” (França, 2019). Em Belo Horizonte, o movimento “Ocupa Floresta” fez uma homenagem à ex-vereadora Marielle Franco, colocando uma placa

em uma praça pública, na Rua Bernardo Monteiro, região central de BH, e, embora a Prefeitura não tenha reconhecido nenhum pedido de nomeação oficial do espaço, a placa foi fixada no chamado “Quarteirão Cultural”, em um ato de homenagem (Santos, 2019; Testi, 2019).

Como forma de protesto e de resistência permanente ao ato violento de retirada da placa com o nome da vereadora, surgiu o Projeto “Rua Marielle Franco”. Uma iniciativa do Grupo “Chama Agência-Rede”, um coletivo de profissionais da comunicação e mobilização social, que apoiam movimentos sociais¹⁷. Em atividade na Internet, o grupo disponibilizou mais de 18.000 placas, para serem impressas e afixadas simbolicamente pelas cidades do país e do mundo (Figura 5). No site, além da possibilidade de *download* em alta resolução, e da indicação de gráficas parceiras para fazer a impressão, há ainda um mapa virtual colaborativo, no qual as pessoas podem cadastrar os pontos em que as placas foram colocadas.

Figura 5 – Protótipo da placa simbólica do Projeto “Marielle Franco”



Protótipo da placa simbólica do Projeto “Rua Marielle Franco”, recuperado em <https://www.ruamariellefranco.com.br/>.

O ato de nomear ruas, como se vê no exemplo do caso da ex-vereadora Marielle Franco, indica a importância do estudo sobre homenagens do tipo, que não tratam apenas da nomeação de logradouros públicos, mas das memórias e histórias que os grupos sociais querem evidenciar ou velar. Em tal sentido, a cidade, como espaço de todas e todos, é também um lugar de memória e esquecimento. Por que alguns heróis

¹⁷ Mais informações sobre a Chama Agência-Rede podem ser obtidas em <https://www.achama.org/>

viram estátuas e outros não? Como se escolhem os homenageados? A nomeação de logradouros e espaços públicos nos parece ser relevante, quando analisadas as disputas simbólicas intergrupos e os sentimentos diversos que as homenagens podem provocar, revelando heróis, para uns, e algozes, para outros (Bolognesi & Puntoni, 2012).

Continuando nossa reflexão sobre os inimigos do passado e os do presente, após um mês da morte de Marielle e Anderson, ocorreu, em abril de 2018, o julgamento e prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e, novamente, os termos “Golpe”, “Tortura”, “Ditadura” amplamente evocados, em 2016, regressaram ao cenário sociopolítico, em um ano de eleições presidenciais e de intensa polarização política (Jinking, Doria & Cleto, 2016; Albuquerque, 2018). Discursos que pediam a intervenção militar, vistos, recentemente, em 2020, estavam presentes, em meados de 2018, na greve dos caminhoneiros (Carta Capital, 2018; Estado de Minas, 2018). Apresentando novas nuances, nos meses de agosto, setembro e início de outubro de 2018, se deu o fortalecimento dos movimentos eleitorais e sociais prós e contra ao então candidato à Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro¹⁸, presidente eleito à época, pelo Partido Social Liberal (PSL).

A campanha eleitoral do Presidente Jair Bolsonaro foi fortalecida, principalmente, pelo engajamento de apoiadores nas redes sociais, aproximando o universo privado dos usuários da rede mundial de computadores ao universo público da política, subsidiando a formação da opinião pública. O debate intenso sobre “democracia”, “ditadura”, “tortura”, “direitos humanos”, “golpe”, “anticomunismo”, “antipetismo”, “fascismo” e “nazismo” apontam para uma possível rede de representações sociais, marcadas pelas memórias históricas dos grupos sociais sobre os regimes autoritários e os personagens neles atuantes (Oliveira, 2019). As figuras dos ex-presidentes do

¹⁸ A proposta de plano de governo publicada do então candidato, e hoje Presidente Jair Messias Bolsonaro encontra-se disponível para consulta em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos> Podendo ser baixada em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf

Brasil, e, atualmente, do presidente Jair Bolsonaro, também se tornam um fenômeno de análise, pois, em torno da imagem deles e dos respectivos governos, desenvolvem-se teorias do senso comum, ancoradas e objetivadas em elementos novos e antigos.

Ao longo da Jornada Internacional sobre Representações Sociais no Brasil, a XI JIRS de 2019, em Porto Alegre/RS, discutiu-se pesquisas, que investigavam a construção de representações sociais sobre a figura do político Jair Messias Bolsonaro, e outros trabalhos, que analisavam aspectos psicossociais e a rede representacional em torno da imagem e governo dele. Foram apresentados quatro trabalhos (Hernandez, 2019; Sobrinho, 2019a;b; e Lima, 2019)¹⁹, em uma mesa redonda sobre a “Psicossociologia do fenômeno Bolsonaro”, cujos resultados apresentados evidenciaram a conjuntura social e de organização política do Governo Bolsonaro.

No trabalho de Hernandez (2019), foram apresentados metaforicamente quatro categorias relacionadas às bases organizativas do Governo Bolsonaro. O primeiro nominado “*Bannon*”, objetivada na imagem de Steve Bannon, assessor político e estrategista chefe do Governo do Presidente estadunidense, Donald Trump, e ancorado aos elementos culturais norte-americanos, no contexto da pós-verdade, e o movimento cibernético ligado à produção de *fake news*. O segundo “B”, de Bíblia, materializado na composição da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados, sustentada por religiosos com bases conservadoras, baseadas na Bíblia e majoritariamente na igreja evangélica; o outro “B” vem de “Boi”, objetivando a Bancada Ruralista, composta por parlamentares ligados ao agronegócio, e, por fim, o B de “Bala”, representado pela Bancada Militar, que defende a legalização do porte e posse

¹⁹ Um trabalho intitulado: “As Representações “b” do fenômeno Bolsonaro em análise” (Profa. Dra. Aline Reis Calvo Hernandez/UFRGS); Dois outros, chamados: “Psicossociologia do fenômeno Bolsonaro” e “Representações sociais e matrizes explicativas do fenômeno Bolsonaro” (Prof. Dr. Moisés Domingos Sobrinho/UFRN); e por fim: “Imagem social de Jair Bolsonaro para mulheres entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2018 no Brasil” (Profa. Dra. Rita de Cássia Pereira Lima/UNESA).

Os anais com o resumo dos trabalhos estão disponíveis em <https://www.2019.jirs.com.br/anais/trabalhos/mesaredonda?simposio=11>

de armas. Tais elementos organizam a rede representacional do “B”, do Governo Bolsonaro.

Nos trabalhos de Sobrinho (2019a,b), mostrou-se uma aproximação com a conjuntura ditatorial e com o movimento de anulação de produção de saberes e ideologias contrárias às compartilhadas pelo Presidente Jair Bolsonaro e apoiadores, e o movimento grupal de massa e unificação de pensamento; além de evidenciar os aspectos estruturantes, tanto dos grupos de esquerda e quanto de direita, que culminaram na formação do “Fenômeno Bolsonaro”.

O trabalho de Lima (2019) aborda o processo de objetivação da imagem de Jair Bolsonaro, para as mulheres, no primeiro e no segundo turno das eleições de 2018, e evidenciam uma transformação na percepção e construção de tal imagem, influenciada pelo “tom” da mudança de discurso do candidato e produção de *fake news*. Assim, a imagem do candidato sai de uma conduta mais patriota, heroica, no sentido de livrar o país da corrupção, para uma postura mais combativa e violenta. Tal percepção social parece ter reorientado a atitude decisória das eleitoras, quanto ao votar ou não no candidato.

Trabalhos anteriores no campo das representações sociais também analisaram a construção de memória e representações sociais sobre presidentes brasileiros e respectivos governos, como, por exemplo, a tese sobre “A memória social do Governo Vargas: um estudo comparativo entre duas gerações no Rio de Janeiro” de Naiff (2005) e o livro de Sá, Menandro e Naiff (2013): “Psicologia social e o estudo da memória histórica: o caso dos Anos Dourados no Brasil”, além dos inúmeros trabalhos do prof. Celso Pereira de Sá e colaboradores e da profa. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento sobre o regime militar no Brasil.

Ainda sobre a relação entre o contexto político do Brasil nos últimos quatro anos, em 2019, com o início do Governo Bolsonaro, alguns Ministérios do Governo e Comissões

passaram por fusões. Entre elas, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada pela Lei nº 9.140/1995, e a Comissão de Anistia Política (Lei nº 10559/2002), que pertenciam ao Ministério da Justiça e no atual governo passaram a compor o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), presidido pela Ministra Damares Alves (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019a, 2019b).

No âmbito da Comissão de Anistia, e de outras comissões que a compunham, é preciso destacar que, além da inclusão da comissão ao MMFDH, o Decreto 9.759/2019, sancionado pelo Presidente Jair Bolsonaro, extinguiu a Comissão de Perus, responsável por pesquisas e levantamentos sobre a identificação de ossadas de desaparecidos políticos encontradas em 1990 em uma vala comum, no Cemitério Dom Bosco (Cemitério de Perus) em São Paulo. O encerramento da Comissão foi nocivo à continuidade dos estudos de identificação e à proposição de novos estudos. Na nova conjuntura, cinco comissionados pelo presidente, para compor a Comissão da Anistia, tiveram os cargos arguidos, questionando a experiência de trajetória de defesa dos direitos humanos. Por serem todos militares, houve também o descumprimento do direcionamento posto na Lei nº 10.559/2002 que indica a presença de pelo menos um anistiado político na composição da Comissão da Anistia. O presidente da Comissão, nomeado em 2019, o advogado “João Henrique Nascimento de Freitas”, foi, em 2015, autor de uma ação popular, que pedia a suspensão dos processos indenizatórios das vítimas que solicitaram a reparação financeira. Outro comissionado, o general da reserva militar, “Luiz Eduardo Rocha Paiva”, foi pré-fascista do livro de Carlos Alberto Brilhante Ustra, militar reconhecido como torturador durante o período militar (Valente & Erundina, 2019; Godoy, 2019).

Além das trocas de integrantes, houve a exoneração de cargos e a previsão do encerramento das citadas Comissões, com a justificativa de que as comissões teriam prazo para a conclusão dos trabalhos, e que poucas demandas com novos pedidos de anistia surgiram, sendo a demanda atual as respostas a serem dadas aos pedidos de anistia em andamento (Gazeta do Povo, 2019). Os pedidos de anistia englobam petições de ex-militantes, familiares e/ou de militares, que solicitam reparação pelos

danos/violências sofridas durante as ditaduras no Brasil, que englobam o período de 1946 a 1988 (Ministério da Mulher, da Família, e dos Direitos Humanos, 2019b).

Entre as exonerações, destaca-se a da procuradora regional da República, Eugênia Augusta Gonzaga, da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, e a de outros comissionados, publicada no Diário Oficial da União (DOU), sem aviso prévio. Tal evento ocorreu após a CEMDP se posicionar frente à fala do presidente Jair Bolsonaro, no dia 31 jul. 2020, quando Bolsonaro questionou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre as delongas na investigação do ataque com golpes de faca, que o presidente sofreu durante a campanha eleitoral em 2018. Durante a referida fala, Bolsonaro mencionou Felipe Santa Cruz, presidente da OAB, sobre as circunstâncias de morte e desaparecimento do pai de Santa Cruz, Fernando Santa Cruz, militante político morto e desaparecido durante a ditadura (Nuzzi, 2019; Alves, 2019; Mazui, 2019).

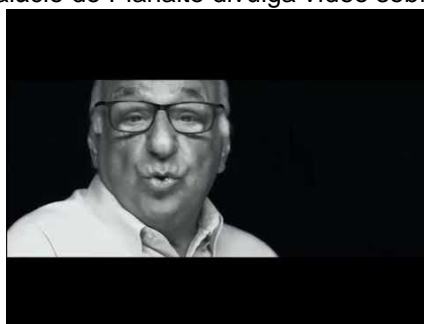
O caso foi levado ao Supremo Tribunal Federal (STF), para que o presidente desse explicações sobre a fala, que levou ao entendimento de que ele teria informações não oficiais sobre a morte e desaparecimento de Fernando Santa Cruz. O STF exigiu esclarecimentos e comprovação de informações ditas, que pareceram incompatíveis ou inexistentes no conjunto de dados documentais levantados e analisados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Órgãos de direitos humanos nacionais e internacionais também manifestaram repúdio ao ato, considerado uma forma de violência simbólica contra a família de Fernando Santa Cruz e de todos os familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil.

Como dissemos anteriormente, o tema ditadura militar no Brasil e os elementos que compõem essa discussão, apareceram em diferentes momentos dos quatro anos de desenvolvimento de nossa pesquisa. Outro fato polêmico no ano de 2019 foi o pronunciamento público realizado pelo porta-voz da presidência da república, General

Otávio Santana do Rêgo Barros, no dia 25/04/2019²⁰, ao ser questionado sobre o estímulo que o Presidente Jair Bolsonaro teria feito para as comemorações do dia 31 de março no Brasil, data que marca o início do Regime Ditatorial de 1964-1985. Em resposta à pergunta da imprensa, o porta-voz deixou evidente o posicionamento do chefe de estado, justificando que o presidente não considera o período como um golpe militar, mas como a reação de uma ação conjunta e engajada da sociedade civil e as forças militares diante da ameaça do avanço do comunismo no Brasil. Reiterou que, por isso, o presidente havia determinado ao Ministério da Defesa que fizesse às “comemorações devidas”, na data que marcaria os 55 anos do início do período militar no Brasil (Isto É, 2019).

Além do referido pronunciamento, o canal do Palácio do Planalto divulgou na Internet um vídeo que traz uma versão de memória sobre o período, compatível com a defesa de argumento do presidente.

Vídeo 1 – Palácio do Planalto divulga vídeo sobre o dia 31/03



Fonte: Recuperado em https://youtu.be/4qtyo_ZilOA. Para visualizar, clique no ícone acima, ou utilize o link de compartilhamento do YouTube.

O pronunciamento oficial e a divulgação do vídeo do Palácio do Planalto tiveram repercussão nacional e internacional, e órgãos de Direitos Humanos o consideraram antidemocrático e desumano. Tais organismos manifestaram repúdio frente ao ato, já que há o reconhecimento oficial de que houve uma ditadura militar no Brasil, com violência estatal, institucionalização de práticas de tortura, prisões de caráter político,

²⁰ Encontramos o vídeo com a resposta do porta-voz da presidência da república a partir do minuto 48 do vídeo <https://youtu.be/pMATSNxLhcY>

banimentos, mortes, desaparecimentos forçados, além de outras práticas degradantes por motivos políticos (CNV, 2014).

A discussão sobre a garantia dos direitos humanos e a Justiça de Transição no Brasil envolveu, ainda no quadriênio de recorte da tese, (2016-2020), a interrupção, em 2016, da construção do Memorial da Anistia Política, em Belo Horizonte, em um antigo complexo de prédio da UFMG, no qual situava-se a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), o Teatro Universitário (TU) e o antigo Colégio de Aplicação (Coleginho). Em 2017, houve a condução coercitiva do então Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Jaime Arturo Ramirez, para prestar depoimento à Polícia Federal quanto aos gastos e atrasos na entrega da obra. O Reitor, representante da UFMG, era responsável pela execução da obra, financiada pelo Ministério da Justiça.

Diferentes entraves de ordem política, financeira (envolvendo divergências sobre a falta de verba e acusações de gastos excessivos) e questões relacionadas à fragilidade estrutural dos prédios que abrigariam o Memorial da Anistia Política foram impeditivos para a conclusão e continuidade da obra, que viria a receber todo o acervo da Comissão da Anistia, patrimônio que compõe o Programa Memória do Mundo da Unesco (UFMG, 2017). Em agosto de 2019, a Ministra Damare Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos fez uma visita ao local, juntamente com a cúpula da UFMG e, naquele dia, ficou decidida a interrupção total da obra. Em termos da preservação da memória, a ministra disse:

A gente vai depois decidir o que fazer com a memória, com o acervo, a museografia, o material, os livros, aí é uma outra situação. Mas o prédio não temos condição de entregar para a sociedade, não temos dinheiro mais para isso (Cipriani, 2019. - Trecho de fragmento de fala da Ministra Damare Alves, publicada pelo Jornal Estado de Minas, 2019).

Outro assunto de grande impacto em relação aos direitos humanos e a memória social no Brasil e no mundo foram reacendidos em maio de 2020, pouco tempo após a

constatação da pandemia do novo coronavírus²¹. A morte do estadunidense negro George Floyd, mediante a violência policial em Mineápolis, nos Estados Unidos da América (EUA) (Estado de Minas, 2020a). Várias manifestações públicas antirracistas aconteceram nos EUA e no mundo, entre elas, a do ativismo internacional do movimento “*Black Lives Matter*”, que mobilizou protestos contra a morte de George Floyd, reafirmando os direitos da população negra no mundo e o combate contra à violência policial contra a população negra (Black Lives Matter, 2020). Alguns dos atos envolveram a retirada e atos de escracho em estátuas de personalidade que foram escravocratas, colonizadoras, evidenciando, inclusive, debates sobre a preservação de memória, patrimonialização, e revisionismo histórico.

O questionamento sobre homenagens a figuras que cometeram crimes contra a humanidade e a importância da permanência ou da retirada de determinados símbolos nas cidades revela a disputa simbólica intergrupala. Há os que defendem a permanência dos símbolos e outros que pleiteiam e luta pela retirada e outros até pela destruição, como nos casos de estátuas e bustos (Bolognese & Puntoni, 2012; Pagotto-Euzebio & Menezes, 2020).

Após a morte de George Floyd, a onda de manifestos envolvendo o patrimônio público foi intensa. Na cidade de Bristol (Inglaterra), a estátua de Edward Colston (o inglês mercador de escravos) foi arrancada do local em que ficava e lançada no Rio Avon, como forma de protesto antirracista (G1, 2020; Pagotto-Euzebio & Menezes, 2020). Em Lisboa (Portugal), pichações em uma estátua do Padre Antônio Vieira protestavam contra a colonização. Em Boston (EUA), a estátua de Cristóvão Colombo,

²¹ Se nos últimos três anos, os fatos citados se relacionam ao tema desenvolvido nesta pesquisa, o ano de 2020 ficará marcado na história mundial devido a pandemia do “novo Coronavírus” (SARS-CoV-2), ocasionando o número de mais de duzentos e cinquenta mil mortos (252.835) no Brasil até o final do mês de fevereiro de 2021 (Ministério da Saúde, 2020) e mais de dois milhões (2.497.406) óbitos no mundo, por COVID-19 (<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>). A situação gerada pela necessidade do isolamento social alterou de forma global as rotinas de trabalho, estudos, e de sociabilidade, nos colando diante de um fenômeno novo e desconhecido, do qual, num futuro breve, poderemos conhecer as possíveis representações sociais sobre ele. Além do caos na saúde pública e a fragilidade de políticas de saúde, educação, e outras necessidades de seguridade social, a pandemia escancarou as desigualdades sociais, os acordos políticos, e práticas consideradas genocidas diante do enfrentamento do governo brasileiro frente a pandemia (Santos, Santos & Oliveira, 2020).

historicamente conhecido como o descobridor da América, foi decapitada. Em Richmond e Miami, também nos EUA, outras estatuas de Colombo foram objetos de protesto (Estado de Minas, 2020b).

Essas e outras manifestações evidenciaram a necessidade de os governos repensarem as homenagens nas cidades, retirando os símbolos de violência, exploração e opressão, que, em alguns casos, poderão compor acervos de museus nas cidades, que mencionem a história do homenageado, para o país/cidade/bairro e os motivos pelos quais elas foram retiradas dos locais onde outrora estavam colocados. É um debate polêmico, que gera interpretações e justificativas diversas sobre história, memória e direito à cidade. Foi diante desse cenário sociopolítico, afetado por fatos como o escrachos citados é que construímos esta tese, em uma atmosfera em que o tema da ditadura, as reparações simbólicas, a justiça de transição, os atos de homenagem e o revisionismo histórico movimentam e conectam passado, presente e futuro.

1.2 Tateando o campo de estudos

Este trabalho parte da compreensão de que a memória é socialmente construída, sendo um fenômeno não apenas cognitivo, com mecanismos psicofisiológicos que influenciam o ato de lembrar, esquecer, armazenar, gerar e reter informações (Davidoff, 2000), mas centrando o olhar para o processo de construção social da memória. Sendo, assim, a memória considerada um fenômeno produzido e compartilhado pelos grupos nas interações sociais (Bosi, 1987; Halbwachs, 1990; Sá, 2007).

Sob tal prisma, entendemos que elementos como silêncio e esquecimento fazem parte da dinâmica de construção da memória social, sendo mecanismos que contribuem para a emergência das lembranças, ou para a manutenção do não dito (Vinitzky-Seroussi & Teeger, 2010; Ricouer, 2007). A partir das elaborações de Sá (2007, 2009,

2015), reiteramos que quem se lembra, esquece ou se silencia são as pessoas, não como indivíduos isolados, pois, o conteúdo rememorado ou esquecido é definido – mesmo que de forma não diretiva – pelos grupos sociais. Assim, a consideração de que existe uma disputa entre os grupos pela manutenção ou pela efervescência de que novas versões de memória surjam, reforça o caráter social da construção da memória.

É importante salientar que alguns conceitos serão utilizados aqui em formas ampliadas, a partir da elaboração dos autores de referência. O termo memória social é abarcado, conforme Sá (2005, 2007, 2013), como um conceito “guarda-chuva”, que inclui diferentes tipos de memórias: pessoais, comuns, coletivas, geracionais e históricas, sendo a última considerada em versões oral e documental. Em uma perspectiva psicossocial (Sá 2007, 2009, 2012) e histórica (Nora, 1993), a memória histórica é entendida como uma memória social construída sobre algum evento/fato histórico, como uma espécie de memória da história. Em tal sentido, a noção de documento é ampliada, não tratando apenas do material factual, impresso, que serve como prova da veracidade do fato, mas incluindo novos elementos, tais como, monumentos, datas comemorativas, e distintos símbolos culturais (canções, mídias e outros).

A concepção de silêncio também é expandida ao considerarmos o silêncio não somente como ausência de linguagem, mas como elemento que pode servir tanto à memória quanto ao esquecimento, tendo um papel ativo à elaboração mnemônica dos grupos sociais (Vinitzky-Seroussi & Teeger, 2010).

Quanto ao esquecimento, a partir do trabalho de Paul Ricoeur (2007) e David Rieff (2015), compreendemos sua funcionalidade no seio da vida social. Embora como processo coletivo seja visto negativamente, pode ser crucial, para determinados momentos de crise social.

No caso específico da ditadura civil militar no Brasil (Reis, 2005), o enfoque na memória, silêncio e esquecimento parece ser fundamental, para o entendimento da elaboração, que determinados grupos sociais fazem sobre o período. Entendemos, portanto, que a concepção e o engendramento do regime autoritário, no país, também passa pela construção social de versões de determinados grupos (Rollemberg & Quadrat, 2010). Tanto aquela liderada por militares, com apoio de parte do empresariado brasileiro e demais setores da sociedade civil, quanto pelas versões de memória produzidas e reproduzidas sobre o período, com ênfase nas experiências daqueles que foram perseguidos ou reprimidos.

Debruçamos nosso olhar sobre a história recente do país, especificamente, sobre o marco da Lei de Anistia no Brasil, em 1979, e sobre o processo transicional para a implantação de uma democracia no país. Por isso, pensar a Justiça de Transição no Brasil, a implantação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em 2002, das Caravanas da Anistia e a Comissão Nacional da Verdade em 2010 é de suma importância, para compreendermos o tema deste trabalho: o ato de homenagem simbólica de nomeação e renomeação de logradouros públicos, que pode configurar-se como um tipo de reparação simbólica às vítimas da ditadura, que passaram por crimes de lesa-humanidade, e de violação dos direitos como pessoas.

Embora a atividade de toponímia urbana seja de responsabilidade do poder legislativo de cada município, entendemos que a participação dos movimentos sociais de familiares de ex-presos, mortos e desaparecidos políticos – independentes ou alinhados a parlamentares de posicionamento político de esquerda – é fundamental para a efetivação de projetos de leis, que visem homenagear militantes políticos e figuras importantes de oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985).

A pesquisa se desenvolveu e teve como território de investigação a cidade de Belo Horizonte (BH), em Minas Gerais. Foi na capital mineira que, no ano de 1994, por meio do projeto de lei “Rua Viva”, de autoria do ex-vereador da cidade Betinho Duarte, ocorreu a proposição de que militantes políticos mineiros, mortos ou desaparecidos

pela ditadura, fossem homenageados, dando aos nomes de logradouros públicos, os nomes de tais pessoas (Duarte, 2004 a, b). Embora no citado contexto ainda não fosse considerada como uma Política de Memória, por tal debate ainda não estar em plena efusão, e por ainda ter apenas nove anos do fim do período ditatorial, o projeto é precursor na atividade de homenagens às pessoas citadas, o que pode se configurar como uma ação de reparação simbólica.

Belo Horizonte também é pioneira no que tange à modificação do nome de ruas que homenageiam agentes da repressão, que cometeram graves violações aos direitos humanos (Dias, 2012), sendo que, ainda no ano de 1983, durante a ditadura, houve o primeiro ato de renomeação de rua, por tal razão. Por meio da ação encabeçada pela vereadora mineira Heloísa Greco e pelo vereador Artur Vianna, houve o pedido de modificação do nome da rua “Dan Mitrione” (um agente da Companhia de Inteligência Americana, que residiu em BH e teria treinado militares para as práticas de tortura), para “José Carlos da Matta Machado”, militante político da Ação Popular Marxista-Lenista (APML), estudante de direito da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do centro acadêmico dos estudantes (Duarte, 2004; Dias 2012).

Considerando os aspectos temáticos e teóricos citados, o interesse pelo tema se deu em meio ao acompanhamento da repercussão do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2014, e das recomendações dele, quanto à modificação de nomes de logradouros e prédios públicos; do acompanhamento e desenvolvimento da Comissão da Verdade em Minas Gerais (COVEMG), e da 69ª Caravana da Anistia, que aconteceu em 2013, na cidade de BH, aproximando-nos dos personagens mineiros que receberam, naquele evento, o pedido do perdão do Estado. Posteriormente, identificamos que alguns dos anistiados receberam, também, como homenagem simbólica, a designação de uma rua com o nome deles, como foi o caso específico do mineiro “Cecílio Emígdio Saturnino”²².

²² Essa rua se localiza na periferia da região norte de Belo Horizonte, no bairro Primeiro de Maio. Cecílio Emígdio Saturnino foi cabo da Polícia Militar e em meados da década de 1960/70, após ser

Nossos questionamentos diante desta pesquisa passaram e passam por diversas indagações e afirmações do tipo: “As pessoas não sabem quem é a pessoa que dá nome a essa rua”; “Por que as pessoas se interessariam por isso? É só uma rua.”, “Como são pensadas e executadas as ações de homenagem?”; “O que pode ser feito para ampliar o alcance de tais ações?”.

A partir do Programa Nacional de Direitos Humanos de 2003 (PNDH-3) e do relatório final da CNV em 2010, considerou-se a necessidade de se repensar a retirada dos nomes de logradouros e de prédios públicos, que fazem homenagem a agentes do estado ou a apoiadores do regime, que cometeram crimes contra a humanidade. Indica-se, além da retirada, a nomeação pública em homenagem a militantes políticos de oposição à ditadura. Tal ato, pode ser compreendido como forma de reparação simbólica e reconhecimento pelo Estado brasileiro das graves violações de direitos humanos durante o período ditatorial, podendo se tornar uma política de memória. Entretanto, a questão é polêmica, não tendo consenso entre a sociedade civil, estudiosos do tema, familiares de militantes e de militares, de que a retirada do nome de um torturador seja uma ação efetiva, podendo ser considerada por alguns setores, uma maneira de “apagar” parte da história.

A assessora da CNV, historiadora e professora da Universidade Federal de Minas Gerais, Dra. Heloísa Starling, ressalta em entrevista concedida ao jornalista Enzo Menezes (2014), do Portal de Notícias R7, ao comentar o caso da família do ex-deputado estadual e ex-militante político, “Sinval Bambirra” – que reside em uma rua na região centro-sul de Belo Horizonte, que leva o nome do militar torturador “Luiz Soares da Rocha”, que perfurou o tímpano de Bambirra, em uma sessão de tortura durante à ditadura militar –, que o objetivo de tais ações não é de supressão ou de esquecimento histórico. Tampouco um ato de revanchismo, mas o reconhecimento estatal de que houve uma ditadura no país, com um aparato repressivo que torturou, matou e desapareceu com centenas de pessoas, e que esses agentes de tortura e

expulso da corporação, tornou-se um militante político de oposição à ditadura militar no Brasil, atuando principalmente no Comitê Brasileiro de Anistia (Duarte, 2004), embora só tenha sido anistiado pós morte, em 2013, numa das Caravanas da Anistia que aconteceu em Belo Horizonte.

crimes violentos contra a pessoa humana não podem receber atos de homenagens, pois o cerne de uma homenagem está na importância ou benfeitoria que o sujeito homenageado fez àquele lugar ou ao povo. Logo, homenageá-los seria uma ironia ou incoerência, pois, foram identificados e reconhecidos pelos crimes de sangue que cometeram, embora não tenham sido responsabilizados judicialmente como violadores de direitos humanos, pelo fato de os crimes conexos terem sido anistiados pelo Estado, com a Lei de Anistia de 1979.

Consideramos que a luta pelo reconhecimento das versões de memória e da identidade dos militantes foi iniciada em 1995, com a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, fortalecida por movimentos sociais e parlamentares que, reconhecem e compartilham a existência da ditadura militar no Brasil e a necessidade de reparar os danos causados pelo estado brasileiro.

As homenagens, por meio da mudança ou do batismo de ruas, têm sido reconhecidas como um tipo de reparação simbólica de grande valor para os familiares de militantes políticos mortos ou desaparecidos pela ditadura. Entretanto, a maneira como as ações são feitas, no caso, os projetos de lei, parecem não alcançar a população local: os moradores/transeuntes das ruas e avenidas, sendo necessário, a partir de nossas análises, não só a publicização e a mobilização para essas homenagens, mas, antes de tudo, a educação social para os direitos humanos.

Pensando na importância da proteção à democracia e no direito ao acesso à informação, seria desejável que as pessoas e as gerações conhecessem, reconhecessem e encontrassem sentido no ato de lembrar dos militantes homenageados, e até mesmo de conhecerem quem era a pessoa que, anteriormente, nomeava aquele logradouro.

Por meio da revisão da literatura, temos compreendido que a Lei da Anistia no Brasil foi um grande acordo, que silenciou e não permitiu, de certa maneira, o processo de

responsabilização dos perpetradores de crimes violentos durante a ditadura, tendo sido anistiados tanto os que foram considerados vítimas, quanto os agentes do Estado, que violaram os direitos humanos. A cultura política do país cooperou, para a segregação e divisão social, impossibilitando o acesso de camadas da sociedade à vida político-social. Assim, consideramos que há pessoas que se lembram da ditadura no Brasil, pessoas que ouviram falar sobre, e pessoas que de maneira estratégica ou protetiva não se lembram, ou se esqueceram.

Em tal sentido, diferentes comunidades de memória formam esse amálgama de saberes construídos sobre o período, composto por pessoas que viveram o período ainda com idade tenra, outros que eram jovens e adultos, e outros que possuem conhecimento das versões passadas oralmente, pelos grupos sociais (familiares, vizinhos etc.) ou por meio das fontes consideradas oficiais, como o material didático escolar, para os que têm acesso aos livros, documentários e aulas, durante a escolarização formal.

Para que as pessoas conheçam as nuances de tal história, é necessário que haja a criação de uma comunidade de sentido (Bosi, 1987). Atualmente, o sentido de reconhecimento positivo da imagem dos militantes políticos de oposição à ditadura parece permanecer restrito a certos grupos, tais como: movimentos sociais por memória, verdade e justiça, familiares de mortos e desaparecidos políticos, Comissão Estadual e Nacional da Verdade, estudantes e pesquisadores interessados no tema (Sá, 2015; Lira, 1998).

Nossa intenção ao levantar o debate aqui proposto é a de que outros setores da sociedade tenham acesso a versões de memória; e que, inclusive, possam mobilizar documentos históricos (no sentido amplo do que venha a ser um documento histórico), mobilizando e ocupando espaços como lugares de memória. Para isso, ponderamos a necessidade de investimento em educação e em direitos humanos, em todos os níveis possíveis de escolarização, isto é, uma educação cidadã para a mudança, que vise o respeito aos seres humanos (Benevides, 2003), para que a educação possa

ser uma ferramenta-chave para a produção de sentido, por exemplo, para os atos de homenagem e para a instituição de lugares de memória, como os museus, monumentos e logradouros públicos.

O Instituto Vladimir Herzog, por exemplo, no site Memórias da ditadura²³, no item “Apoio ao educador”, tem possibilitado aos educadores, do ensino básico e médio, uma preparação pedagógica, com a disponibilização *on-line* de materiais, que possam ampliar a versão oficial do que tenha sido a ditadura militar no Brasil. Assim, o investimento na formação de educadores é fundamental (Rayo, 2008), pois, o grande tempo de silêncio evidente em nossa sociedade, durante, antes e depois do período ditatorial, afetou diferentes gerações; e a cultura política conciliatória no Brasil (Motta, 2013), também, aplacou a maneira pela qual o assunto se manteve nos porões do silêncio. Considerando que a memória social abarca presente, passado e futuro, os acontecimentos em torno do tema ajudam a formar a trama entre lembrar, silenciar e esquecer.

²³ Par saber mais sobre o site Memórias da Ditadura, acesse o link <http://memoriasdaditadura.org.br/aos-educadores/index.html>

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Compreender a construção da memória histórica e as representações sociais do período militar (1964-1985), em Belo Horizonte – MG, a partir das ações de reparação simbólica de nomeação de logradouros públicos em homenagem a militantes políticos de oposição à ditadura civil militar no Brasil.

2.2 Objetivos Específicos

- a) identificar e mapear logradouros públicos (ruas, avenidas, becos, praças, elevados), em Belo Horizonte, que homenageiam militantes políticos de oposição ao governo militar no Brasil;
- b) analisar um dos projetos de lei do município de Belo Horizonte, que deu origem às homenagens aos militantes políticos no ato de nomeação de logradouros públicos, suas continuidades, limites e potencialidades;
- c) conhecer as possíveis representações sociais de “período militar” para moradores de um conjunto específico de ruas homenageadas na cidade de Belo Horizonte;
- d) compreender o estado atual da memória dos moradores de Belo Horizonte sobre o período militar, identificando, nas narrativas dos respondentes, elementos como as lembranças, os silêncios e o esquecimento.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Ditadura Militar no Brasil: o processo de transição e as ações de reparação simbólica

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) foi marcada por intensa violência e graves violações aos direitos humanos, advindos da ascensão de militares ao poder e da Doutrina de Segurança Nacional empregada. A tortura e o desaparecimento forçado de pessoas, entre elas, militantes políticos de oposição, agricultores, indígenas, sindicalistas entre outros simpatizantes da causa “comunista”, foram práticas que, ao longo do período ditatorial, tornaram-se institucionalizadas pelos agentes de repressão do Estado (Arquidiocese de São Paulo, 1985; Almeida & Weis, 1997; Abrão & Torelly, 2010). A violência extrema e a caça aos comunistas (Ventura, 1988), ou terroristas de estado, provocaram inúmeras mortes e desaparecimentos, não apenas de militantes, mas também de familiares, que se tornaram alvo da repressão (Catela, 2001).

O recrudescimento do regime militar se deu, principalmente, devido ao Ato Institucional número cinco (AI-5). Promulgado pelo General Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 – o “Golpe dentro do Golpe” – fez eclodir a insatisfação dos governantes contra as manifestações públicas, consideradas como estratégia comunista, para atingir aos agentes da repressão. O Ato levou ao fechamento do Congresso Nacional, provocou a suspensão dos direitos políticos, além do aumento das ações repressivas, a institucionalização da tortura e a proibição de certos comportamentos, por meio da censura. No citado período, os partidos políticos de esquerda e a militância política passaram a agir clandestinamente fomentando o surgimento das organizações de resistência, inclusive armada, com a participação de diversos estudantes (Ferreira, 1996). Em tal momento, o espaço privado tornou-se o ponto de encontro, para se fazer política e fortalecer a organização e a luta dos vários movimentos de esquerda.

A repressão também se desenvolveu, clandestinamente, no que se refere ao uso de distintos espaços clandestinos, como sítios, pátios de colégios, terrenos baldios e ermos, nos quais incidiram ações repressivas, que culminaram em intensas sessões de interrogatório, testes de aparatos e técnicas de tortura física e psicológica, além do assassinato de militantes políticos, visando não apenas informações sobre outros militantes ou sobre a organização de esquerda, mas o extermínio do comunismo, que, na visão dos militares, ameaçava o país (Arquidiocese de São Paulo, 1985; Guerra, Netto & Medeiros, 2012). Para tanto, o ideal de Segurança Nacional foi amplamente difundido (Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012). Durante o período de 1968/69 a 1973/74, considerando a Guerrilha do Araguaia²⁴, houve um número crescente de presos, mortos, desaparecidos políticos, além daqueles que foram banidos e outros que conseguiram se exilar, em outros países.

A partir da entrada do Governo do general Geisel (1974-1979), iniciou-se uma luta intensa, possibilitada por um esboço de abertura política, com ideal de que tal abertura seria “lenta, gradual e segura” (Zilli, 2011, p. 69), tendo duração até o governo do General João Figueiredo (1979-1985). Ainda durante tal período, o aparato repressivo do Estado esteve em atuação, sendo desarticulado, com muita resistência e dificuldade, até a revogação do AI-5, em novembro de 1978. Conseqüentemente, os movimentos sociais, como os Comitês de Anistia, que se formaram, a partir da organização de ex-presos políticos e familiares, além da reivindicação de entidades religiosas e a oposição política, conseguiram, aos poucos, ‘desembargar a voz’,

²⁴ A Guerrilha do Araguaia foi uma ação pensada e executada por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que tinha o foco no trabalho de conscientização dos camponeses e agricultores, a fim de fazer uma passagem para o socialismo a partir de um cerco armado, vindo do campo para a cidade. As ações começaram em 1969 na região Norte do Brasil, nas imediações do Rio Araguaia, mas fracassou devido o cerco formado pelos militares que tomaram paulatinamente toda região, provocando a morte de quase todos os militantes políticos que ali estiveram. Há ainda desaparecidos políticos que nunca tiveram seus corpos encontrados e entregues à família. Além disso, dos que morreram neste confronto, apenas após muitos anos de investigação, tiveram seus restos mortais reconhecidos e entregues aos seus entes. A luta de familiares e movimentos sociais pelas buscas e reconhecimentos culminou em 1995 na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 2009; Coimbra, 2011; Zilli, 2011).

silenciada por tanta violência (Zilli, 2011, Bettamio, 2014), e, assim, culminou, em 1979, na aprovação, no Congresso Nacional, da Lei da Anistia (Lei 6.683/1979).

Como aponta Abrão e Torelly (2010), diferentemente de outros países da América Latina, que passaram por ditaduras, como o Chile, o Uruguai e a Argentina, no Brasil, a luta pela anistia política, isto é, pelo pedido de perdão, reconhecimento de violação de direitos humanos, e reparação foi uma iniciativa que partiu dos movimentos sociais de luta popular.

Embora a Lei da Anistia tenha se concretizado, com o lema “ampla, geral e irrestrita”, para muitos membros de movimentos sociais compostos por militantes políticos e familiares, como o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (Coimbra, 2011), assim como para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (Abrão & Torelly, 2010), a lei da Anistia fracassou ao ter concedido perdão do Estado para os agentes da repressão, que cometeram crimes de lesa-humanidade e graves violações de direitos humanos, ao torturar, matar desaparecer e provocar violência extrema contra os opositores ao regime militar.

No referido sentido, Abrão e Torelly (2010); Zilli (2011) e Coimbra (2011) apontam que o Brasil cumpriu o requisito de Justiça de Transição, inversamente, partindo da reparação, principalmente, financeira, e não do esclarecimento da memória, verdade e justiça, que deveria explicar os fatos e julgar os agentes da repressão. Da referida forma, a memória enquadrada, ou uniformizada (Pollak, 1992), sobre a ditadura, como uma memória oficial, continuaria cristalizada, mantendo, nos ‘porões’, outros acontecimentos, que fariam composição às novas versões da conjuntura política, histórica e social.

Entender a importância de se resguardar direitos fundamentais à pessoa humana, entre eles, o direito à memória, é fundamental para a luta por tais direitos. Segundo Meyer (2016), a associação entre os direitos humanos e o direito à memória,

justiça e verdade estão interligados, e envolvem os crimes praticados contra o direito da pessoa humana: à humanidade, ferindo direitos fundamentais. Os crimes praticados na Segunda Guerra Mundial serviram de base para a interpretação jurídica de julgamento e para a garantia dos direitos e da dignidade da pessoa humana, com a criação da Organização das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

A preocupação em tentar deixar claro que os crimes praticados no curso da Segunda Guerra não seriam esquecidos deu início a uma aproximação cada vez maior entre memória, verdade e justiça. Noções como crimes contra a humanidade foram fundamentais para o desenvolvimento de um campo do Direito Internacional que passou a ser chamado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Nesse contexto, o surgimento de instituições como a ONU – Organização das Nações Unidas, com sua Carta das Nações Unidas, assim como outros instrumentos jurídicos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio foram de elevado valor para pavimentar as bases do Direito Internacional dos Direitos Humanos (Meyer, 2016, p. 13).

Tendo em vista a necessidade de construção de reconhecimento das violações de direitos humanos e da transição entre um governo autoritário para um governo democrático, surge a necessidade de uma justiça de transição, que não se trata de uma justiça especializada, mas cujo o enfoque se dá ao acompanhamento dos processos de transição de períodos autoritários para a construção de uma democracia, enfatizando os direitos das vítimas, que tiveram direitos violados:

A Justiça de transição é predominantemente uma justiça para vítimas que, além de interesses têm direitos a serem respeitados e defendidos. . . . engloba uma série de medidas.... alimentadas pelo ideal de reconstrução dos valores ligadas ao Estado de Direitos em sociedades que suportaram maciças violações de direitos humanos. (Zilli, 2011, p.75).

Conforme apontam Abrão e Torelly (2010) e a Organização das Nações Unidas (2009), dentro da justiça de transição e do processo de redemocratização de países que passaram por violências extremas, existe a previsão de que pelo menos quatro medidas se cumpram: “(i) a reparação, (ii) o fornecimento da verdade e construção da memória, (iii) a regularização da justiça e reestabelecimento da igualdade perante à lei e (iv) a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos” (Organização das Nações Unidas, 2009, p. 323).

No Brasil, uma série de estratégias e de programas de reparação acontecem, desde a própria criação da Lei de Anistia, em 1979: a criação de Comitês de Anistia (1979), a Comissão Especial para Mortos e Desaparecidos (Lei n.º 9.140/1995), além da Comissão de Anistia (Lei n.º 10.559/2002), criada pelo Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos, que tinham ações itinerantes, como as Caravanas da Anistia. As caravanas atuam no reconhecimento e em atos públicos de anistia, como forma de reparação simbólica, para pessoas de diferentes estados da federação brasileira, e que, ainda hoje, não têm o reconhecimento e pedido oficial de desculpas por parte do Estado (Abraão & Torelly, 2010).

O trabalho da Comissão de Anistia, nos últimos anos, fomentou ações de reparação de caráter simbólico, atendendo à perspectiva da justiça de transição de promover a reconciliação nacional, a partir da reconciliação, não apenas política, mas, social (Bettamio, 2014). Em tal sentido, a Comissão de Anistia, por meio de investimentos do Ministério da Justiça e de políticas públicas, tem promovido iniciativas para a criação de projetos, tais como: o “Memórias Reveladas”; a construção do Memorial da Resistência em Brasília; e a construção do Memorial da Anistia Política no Brasil, que teve, em 2019, as obras suspensas, ficando o acervo sob os cuidados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019).

Considerando que a memória é construída coletivamente, nas relações entre os grupos sociais e na cultura (Halbwachs, 1990), alguns movimentos são referência para a produção de uma cultura de reparação simbólica, tendo a função importante

de contribuir para a construção de uma memória histórica sobre a ditadura militar. Assim, tanto as gerações que viveram o período, quanto aquelas que ouviram falar sobre eles, vivendo-os “por tabela” (Pollak, 1992, p. 201), podem ser mobilizadas, para pensar sobre o período. Exemplos disso são: o ato de tombamento do antigo prédio do DEOPS/SP, transformado em Museu da Resistência, em São Paulo; a Construção, por meio do Arquivo Nacional do Centro de Referência em Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas (Abrão & Torelly, 2010; Almeida, 2014). Tal Arquivo possui acervo impresso e *on-line* de mapas da resistência, incluindo locais como monumentos, praças, logradouros e prédios que foram palcos de acontecimentos durante o regime militar ou que, por meio de atos públicos, tornaram-se lugares de homenagens às vítimas da ditadura. Tais entidades e movimentos têm um importante papel no que tange não apenas às medidas reparatórias, sendo de suma importância, para o resgate da história e da memória nacional, medida prevista pela ONU, ao se referir à construção de memória, como ato reparador (Organização das Nações Unidas, 2009).

Uma das ações de suma importância do Brasil, embora tardia, em relação aos demais países da América Latina, que passaram por ditaduras, foi a constituição e consolidação de uma Comissão Nacional da Verdade (Lei 12.528/2011). A CNV foi instalada no Brasil devido a uma punição pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, diante de denúncias de impunidade do país no caso da Guerrilha do Araguaia, e por não rever e julgar crimes contra a humanidade e de violação dos Direitos Humanos.

A constituição e execução da CNV, paralelamente à promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei 12527/2011), proporcionou uma série de revelações sobre o período. Além disso, trouxe, novamente, para o debate público, o cenário da ditadura militar, em um espectro amplo de 1945-1985, envolvendo os dois regimes ditatoriais, no Brasil, além de temas relativos ao período da Ditadura Militar, em especial, a situação de mortos e desaparecidos no Brasil, e as controvérsias relacionadas à Lei da Anistia (Bettamio, 2014). A CNV teve por função principal a apuração das graves violações de direitos humanos ocorridas durante as ditaduras militares no Brasil, entre o período

de 1946 a 1988, além de garantir a busca pela memória e verdade (Comissão Nacional da Verdade, 2014). Além de uma Comissão Nacional da Verdade, foram instaladas nos Estados, Comissões Estaduais da Verdade. Embora a constituição das Comissões tenha sido questionada pelos movimentos sociais, por não incluir, entre os comissionados, familiares e outros militantes políticos – mas um corpo técnico-científico – o trabalho realizado foi extremamente importante, para esclarecer fatos ainda não investigados, ou pouco investigados, e tornar documentos e narrativas públicos e acessíveis.

Cabe-nos ressaltar, ainda, que, em 01 de abril de 2014, ao completar cinquenta anos do início do Golpe Militar de 1964 no Brasil, a mídia dedicou espaço para trazer novamente à tona o debate sobre a ditadura (Folha de São Paulo, 2014; Jornal O Tempo, 2014). No fim do mesmo ano, em dezembro de 2014, foi realizada a entrega pública e oficial do relatório final dos trabalhos da CNV, constando de três volumes, com temáticas diversas, que incluem as investigações realizadas pela comissão. Dentre tais relatórios, o primeiro volume, na seção “Conclusões e Recomendações” (CNV, 2014a), chama nossa atenção, por fazer uma indicação que vai ao encontro de nossa proposta de investigação. No item 49 da seção consta a seguinte recomendação ao Estado, que deve:

b) promover a alteração da denominação de logradouros, vias de transporte, edifícios e instituições públicas de qualquer natureza, sejam federais, estaduais ou municipais, que se refiram a agentes públicos ou a particulares que notoriamente tenham tido comprometimento com a prática de graves violações (CNV, 2014a, p. 974).

Tal prerrogativa se deu por a CNV ter tornado público o nome de inúmeros agentes do estado, que cometeram práticas que violaram direitos humanos no período ditatorial, e por essas ações serem parte daquelas que se tornam atos de reparação simbólica. Mas, infelizmente, ainda hoje, segue mais como um “conselho”, do que um encargo, sendo uma das justificativas, para o não desenvolvimento de tais ações, a falta de responsabilização do culpados, que continuam (os que ainda permanecem

vivos) sem julgamento e sem responsabilização pelos crimes cometidos (Meyer & Reis, 2021).

Contudo, após a publicação do relatório, algumas ações, em conformidade com a indicação, foram divulgadas pela mídia, como, por exemplo, o decreto de lei, sancionado pelo Governador Flávio Dino, no Estado do Maranhão, que propôs a alteração do nome de quase dez escolas estaduais e municipais, que homenageavam torturadores e agentes do estado, que tiveram os nomes divulgados no relatório final da CNV (Carta Capital, 2015). A escolha dos nomes das escolas foi feita de forma democrática, com plebiscitos, por meio dos quais os estudantes puderam conhecer e escolher novos nomes de educadores e de militantes que foram mortos durante a ditadura militar, cujos nomes também estão no relatório da CNV.

Dias (2012) ressalta que há um valor político no batismo de logradouros públicos, e, embora seja uma atividade desvalorizada do legislativo, é significativa para a construção de uma memória nacional. Conforme apontado no trabalho do mesmo autor, só é possível a alteração ou o batismo de logradouros com o nome de pessoas falecidas, sendo uma atividade a ser realizada no município, no âmbito legislativo, pela câmara de vereadores ou por meio de projetos de lei de deputados estaduais ou de governadores.

No Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (PNH-3), (Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2010), havia a proposta de que espaços públicos não recebessem nomes de pessoas envolvidas em crimes de lesa humanidade. A última contagem do número de mortos e desaparecidos políticos do Brasil (CNV, 2014b) consta em 434 pessoas, que perderam as vidas no Brasil ou no exterior, durante as ditaduras militares brasileiras.

Por isso, várias ações aconteceram, antes da divulgação do relatório final da CNV e estão publicadas, por exemplo, no site do Centro de Referência em Lutas Políticas –

Memórias Reveladas²⁵ e no Site Memórias da Ditadura²⁶, no que se refere ao tombamento de prédios públicos, renomeação de praças, ruas, viadutos, avenidas, bem como atos públicos de homenagem, construção e fixação de placas e bustos e lugares de resistência (Martins & Migowsky, 2015).

Em maio de 2015, a Prefeitura Municipal de São Paulo divulgou uma ação, com intervenções artísticas, sarais, musicais, danças entre outros atos, que tinham como intuito mobilizar a população de São Paulo, para os acontecimentos de violação de direitos humanos, ocorridos durante a ditadura militar no Brasil. Foram ações pensadas pela Coordenação de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, autora do Projeto “Ruas de Memórias”, oficialmente lançado em um ato público, no Viaduto do Chá, em 13 de agosto de 2015 (Prefeitura de São Paulo, 2015). O objetivo do projeto correspondia à proposta de troca de nomes de lugares públicos. Para isso, as mudanças deveriam passar pela aprovação da Câmara Municipal de Vereadores, e pela aprovação dos moradores, por isso, foram pensadas intervenções artísticas, a fim de informar, sensibilizar e mobilizar a população.

Vemos, assim, que as recomendações, preconizadas no PNH-3 e no relatório final da CNV, gerou movimentação em torno de uma das ações de reparação, que tem ocorrido, no Brasil: a nomeação ou a renomeação de logradouros públicos, retirando nome de ditadores, torturadores e apoiadores do regime, propondo o nome de militantes políticos mortos e desaparecidos durante a ditadura. “Verifica-se, hoje em dia, que a maioria dos nomes que constam da lista dos mortos e desaparecidos recebeu pelo menos uma homenagem em logradouros públicos” (Dias, 2012, p. 177).

Catela (2001), Abrão e Torelly (2010), e Coimbra (2011), ressaltam que, nos países latino- americanos que passaram por ditaduras, como a Argentina, o Chile e o Uruguai,

²⁵ <http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=11&sid=3>

²⁶ <http://memoriasdaditadura.org.br/mapas-da-ditadura/#!/loc=-16.274986750657074,-45.53991355,5>

nota-se o movimento do estado em ações de preservação da memória, a partir da criação de acervos documentais, construção de memoriais e monumentos, além de atos públicos anuais em datas específicas em espaços públicos, a fim de lembrar, protestar e não se deixar esquecer o passado truculento de tais países, que, também, tiveram número elevado de mortes e desaparecimentos forçados durante as ditaduras militares que passaram.

Especificamente na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, identificamos o Projeto Rua Viva, de autoria do ex-vereador de BH, Betinho Duarte, que foi pioneiro, no Brasil, em atos de nomeação de ruas em homenagem a militantes políticos (Dias, 2012). Além do Rua Viva, um trabalho em similar sentido é ligado à Secretaria de Turismo, Belotur, que criou um guia denominado “Memórias de Resistência – lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964 a 1985, em Belo Horizonte”, lançado em 31 de março de 2014, em um ato solene, em parceria com a Associação dos Amigos do Memorial da Anistia (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2014). Trata-se de um mapa impresso ou disponível *on-line*, que indica 27 locais de repressão e resistência em Belo Horizonte, durante a ditadura militar. Entre eles, a UFMG, o Memorial da Anistia, o antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), tombado em 2016 como patrimônio histórico pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA – MG), e que abrigará o Memorial dos Direitos Humanos em BH (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, 2019), entre outros pontos da cidade.

Foram realizadas, ainda, na cidade de BH, ações de movimentos sociais de familiares de ex-presos políticos, mortos e desaparecidos, do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos, juntamente com ex-militantes políticos, que assumiram cargos públicos, como o ex-vereador Betinho Duarte, pressionando a necessidade da construção de memória do período, em Belo Horizonte. Sob tal prisma, o pioneiro foi o Projeto Rua Viva, lançado em 1994, pelo então presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Betinho Duarte, visando homenagear mortos e desaparecidos políticos, no período da ditadura militar, em especial os de origem mineira, realizando o ato simbólico de nomear logradouros públicos, como ruas e avenidas, em homenagem a militantes

políticos do período. O projeto foi aprovado e publicado, em formato de livro, tendo sido lançado em duas edições, uma em 1994, e a segunda, em 2004, nas quais constam o nome dos militantes homenageados, um breve histórico das biografias e trajetória política na ditadura, além de um pequeno mapa de localização, com a região e nome da rua homenageada (Duarte, 2004). Na publicação atualizada, constam 163 nomes de homenageados. O projeto “Rua Viva” serviu como modelo para as cidades de Maceió (AL) e Apucarana (PR), que fizeram projetos semelhantes (Dias, 2012).

Outros parlamentares de BH, como o vereador Tarcísio Caixeta (PT) e o deputado estadual Paulo Lamac (PT em 2015), também atuaram (e atuam) na promoção para educação em direitos humanos e construção da memória, seguindo a recomendação do PNDH-3 e da CNV, fiscalizando e revogando homenagens a agentes do estado envolvidos em crimes de violações dos direitos humanos. O vereador Tarcísio Caixeta deu continuidade ao projeto “Rua Viva” e solicitou à Câmara dos Vereadores a alteração do nome de dois elevados na cidade de Belo Horizonte, que, depois de muitas disputas políticas, passaram a se chamar, em 2012, de viaduto/elevado “Castelo Branco” para Viaduto/elevado “Dona Helena Greco”, em homenagem à militante política; e o viaduto “Costa e Silva”, que recebeu o nome do ex-deputado “José Maria Magalhães”.

O deputado estadual Paulo Lamac é autor da Lei 21.417/2014, que tem o objetivo de proibir homenagens a pessoas que violaram direitos humanos e alterar nomes de logradouros públicos. Além disso, criou, em 2013, o Projeto de Lei 4069/2013, que está arquivado, mas visa a mudança do nome do Estádio Governador Magalhães Pinto (Ex-governador de BH) para “Estádio Mineirão”, como é popularmente conhecido (Jornal O Tempo, 2013).

Além dos descritos movimentos no âmbito legislativo, em agosto de 2017, a Comissão Estadual da Verdade em Minas Gerais (COVEMG) publicou uma matéria sobre o projeto “Novas Ruas de Juiz de Fora”, coordenado pelo Professor Marcos Siqueira Dutra, que ministra aulas de sociologia e geografia em uma escola privada em Juiz de

Fora (JF). Participaram do projeto, cinco estudantes com idade entre 16 e 17 anos, que almejavam, junto ao professor, modificar nomes de ruas em JF, que fazem homenagens aos agentes da ditadura e mobilizar estudantes de outras escolas da rede privada e pública, para que outros logradouros e prédios públicos fossem renomeados (Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais, 2017).

Recentemente, o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais e da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, ajuizou uma ação contra a União, balizados pela recomendação da Comissão Nacional da Verdade, para que três logradouros públicos, nas dependências da área militar da Aeronáutica, no município de Lagoa Santa, na região metropolitana de Belo Horizonte, fossem modificados. Os citados logradouros homenageiam três ditadores, que foram presidentes durante a ditadura militar. Os logradouros seriam duas avenidas (Presidente Castelo Branco, Presidente Costa e Silva) e uma rua (Presidente Médici). Segundo o MPF, mais do que seguir a recomendação da CNV, tal tipo de homenagem fere o princípio democrático do Estado de Direitos, segundo a Constituição de 1988, portanto, o pedido de modificação é adequado (Ministério Público Federal, 2018).

Tendo em vista a movimentação provocada pelo cinquentenário do golpe militar de 1964, pela publicação do relatório final da CNV e pelas ações acima citadas, consideramos a importância e a atualidade em se estudar o tema “memória social e ditadura militar”, com enfoque na ação de nomeação de logradouros públicos, visando compreender a dinâmica de construção de uma memória histórica dos períodos, a partir das lembranças, silêncios e esquecimentos presentes na memória dos belo-horizontinos.

A escolha pela cidade de Belo Horizonte se deu por identificarmos a necessidade de estudos que contemplem a memória histórica do período ditatorial na capital mineira. Além disso, nossa observação de estudos, como os de Dias (2012) e Duarte (2004), evidenciam como Belo Horizonte foi uma das capitais com grande número de

militantes de oposição à ditadura militar. De tal modo, o território da cidade é rico em marcas da resistência dos citados atores, que, muitas vezes, se encontram esquecidos ou restritos ao âmbito das narrativas familiares.

Este trabalho pode contribuir, portanto, para a construção e fortalecimento de políticas públicas de reparação, dentro do conceito de justiça de transição, à medida em que possibilita conhecermos as construções de saberes dos moradores sobre as transformações do espaço público, além de promover visibilidade para os projetos em andamento e de conhecer a trajetória dos movimentos sociais de familiares de expressos, mortos e desaparecidos políticos, na luta por ações de reparação. Além disso, pode-se contribuir no âmbito da educação em direitos humanos (Zilli, 2011), e para a construção de uma memória histórica de caráter regional, que componha outras versões da memória nacional sobre o período da ditadura militar no Brasil.

Batizar um espaço público é uma das possibilidades de que o objeto da homenagem não venha a ser completamente esquecido. . . . Esta revisão de sentidos e de referências faz parte, não há dúvida, da luta social pelo presente e de sua relação com um passado vivo. A memória é, afinal, o suporte da identidade (Dias, 212, p. 162).

Há ainda uma possível contribuição teórica para os estudos, a partir da abordagem psicossocial da memória, visando a dinâmica de transformação de lugares de história, em lugares de memória (Sá 2005, 2007, 2009). Para isso, Nora (1993) e Sá (2009) propõe que haja uma “vontade de memória” (Nora, 1993, p.22), processo que visamos identificar.

Cabe salientar ainda, que, a partir dos anos de 1995 e com mais ênfase dos anos 2000, pesquisadores da área de Psicologia, e, mais especificamente, os da área da Psicologia Social, investiram em pesquisas sobre os aspectos psicossociais do período da ditadura militar no Brasil, as experiências nele vivenciadas e as continuidades das práticas sociais, (Coimbra, 1995, 2000; Sá, Castro, Möller & Perez, 2008; Sá, Oliveira, Castro & Möller, 2009; Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012; Gianordoli-Nascimento, Silva, Veloso, Cruz & Oliveira, 2012; Gianordoli-

Nascimento, Silva, Cruz, Oliveira, Veloso e Rabelo (2013); Gianordoli-Nascimento, Mendes e Naiff, 2014; Cruz, Gianordoli-Nascimento, Oliveira, Santos, Mendes, Freitas & Reis, 2015; Gianordoli-Nascimento, Oliveira, Cruz, Santos, Freitas & Mendes, 2015; Wolter, Wachelke, Sá, Dias & Naiff, 2015).

Sob tal ótica, nosso objetivo, enquanto psicólogas e psicólogos sociais, não é o foco no fato social ou na verdade histórica (Sá, 2005), mas, nas experiências vividas e na construção das memórias sociais do período, ampliando os estudos em psicologia, por meio das pesquisas sobre a ditadura militar no Brasil.

Os trabalhos do Grupo de Pesquisa Memórias, Representações e Práticas Sociais (CNPq) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado pela profa. Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, ao longo dos últimos treze anos, vem dedicando-se ao estudo aprofundado das repercussões, em nível psicossocial, do cenário do regime militar. Destaca-se o interesse pelas narrativas e experiências vividas por mulheres militantes políticas de oposição à ditadura (mulheres militantes, mães que militaram grávidas ou com os filhos ainda pequenos), e seus familiares (mães, pais, irmãs, irmãos e filhos), público cuja narrativa vinha sendo pouco acessada, mas que é de grande importância, tendo em vista que sofreram impactos diretos, devido à inserção de seus entes na militância de oposição à ditadura militar.

Outro grupo brasileiro de psicólogos sociais que têm se interessado pelo estudo da memória social de diferentes períodos históricos, dentre eles, a ditadura militar, foi liderado pelo professor Celso Pereira de Sá, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foram desenvolvidos estudos geracionais sobre o estado atual da memória dos brasileiros sobre o regime militar, a partir de participantes por coorte de faixa etária, idosos (que no período da ditadura eram jovens); adultos (que na época eram crianças); e jovens (que só tiveram acesso sobre o tema via escolarização formal); além de fontes orais e documentais;

corroborando, assim, a hipótese de que não é necessário ter vivenciado o fato histórico, para que se tenha memória sobre ele.

Assim, trabalhar tal tema é dar continuidade e ampliar a contribuição ao campo da psicologia social, mais especificamente, sobre o tema da ditadura militar no Brasil, em articulação com os aspectos do campo teórico da Teoria das Representações Sociais (TRS) e da Memória Social. Entendemos que a construção das representações sociais e da memória social está ligada ao processo de movimento e transformação, próprio dos grupos sociais e da modernidade. Lembrar e esquecer, produzir conhecimento sobre o passado é tocar também no presente e no futuro. Tratar da dinâmica da memória nos lugares urbanos, diz da produção de subjetividades “*el papel de la memoria em la construcción del sentido del espacio urbano. . . . [muestra] la necesidad de luchar contra la negación de pasados oscuros para restablecer las identidades urbanas*” (Jodelet, 2010).

3.2 Ditadura Militar e aspectos da Cultura Política no Brasil: a relação entre memória e representações sociais

Ainda explanando o contexto ditatorial, e a conjuntura e as dinâmicas presentes nas relações entre sociedade civil, militares, políticos, e demais camadas sociais, e, também, o caso brasileiro de uma transição autoritária para democrática, sem responsabilização dos culpados, nos parece relevante trazermos o conceito de cultura política. Por isso, retomaremos a discussão sobre a Lei de Anistia no Brasil e do processo transicional, e mostraremos a possibilidade de relação conceitual entre memória social, cultura política e representações sociais.

O conceito de Cultura Política, utilizado e definido por Berstein (2009), e amplamente estudado e discutido por Motta (2009; 2013; 2016; 2017) – no contexto da ditadura no Brasil (1964-1985) e em comparação às ditaduras na América Latina – nos permite discutir as estratégias de conciliação ou acomodação política, aspectos importantes na conjuntura ditatorial no Brasil. Exemplos marcantes das citadas estratégias

aplicam-se à lenta e delongada distensão política do Governo Geisel (Mathias, 1995), bem como, à constituição do projeto e a promulgação da Lei de Anistia em 1979, e à distorção do objetivo original; além dos retrocessos do processo de transição democrática e da instituição de políticas de memória (Rodeghero, 2014).

Assim, o entendimento e a aplicação do conceito de cultura política nos permite compreender como a tradição e as representações incorporadas socialmente foram bases, que sustentaram o passado da longa ditadura civil militar no Brasil; e continuam sustentando uma memória oficial em detrimento de outras memórias fragmentadas, o que influencia a vida de diferentes gerações, com o presente, futuro e a construção de memória sobre o recente passado brasileiro, considerando que a forma como lidamos com o passado, influencia práticas no presente e no porvir.

Ao definir a questão de pesquisa proposta para o desenvolvimento de nosso estudo, inúmeras inquietações sobre o conhecimento ou desconhecimento, por parte dos moradores da cidade de Belo Horizonte/MG e Região Metropolitana, quanto à ditadura militar no Brasil e sobre os inúmeros atores sociais nela envolvidos emergiram. A ideia de conhecer a memória social de moradores de BH sobre a ditadura e as lembranças ou silêncios e esquecimentos presentes, na elaboração dos grupos e documentos a serem acessados, parte de tais indagações, sobre como as pessoas se lembram, se esquecem, ou silenciam-se.

As abordagens em psicologia social sobre a construção da memória social (Sá, 2007, 2009, 2015; Bosi, 1987; Alba, 2011; Jodelet, 2012) e a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2012) foram as lentes, para pensarmos sobre os saberes socialmente construídos e compartilhados pelos grupos sociais acionados, tendo em vista que consideramos as representações sociais como saberes do senso comum, utilizados para lidar e construir a realidade social. Tais saberes estão ancorados na história, nas memórias, na cultura, nas tradições e também delas fazem parte. São objetivados em imagens de lugares, pessoas, acontecimentos, em metáforas e em ícones do período (Vala, 2004). Tais conhecimentos, segundo Moscovici (2012),

orientam práticas e determinam comportamentos diante do objeto representado, além de comporem as memórias coletivas, que seriam, segundo Jedlowski (2000), representações sociais do passado.

É como se a sociedade estivesse presente em cada indivíduo e quando analisamos suas representações sociais por meio de seus discursos, suas práticas ou de suas criações individuais, vemos como se manifesta o que há em comum com os grupos a que pertence, ou com a sociedade em que cresceu. Nesse sentido, a teoria das representações sociais estabelece um vínculo entre o individual e o coletivo. Trata-se de estudar como o social se manifesta nas representações que as pessoas elaboram em sua vida diária e compartilham com os outros (Alba, 2011, p. 401).

A partir da descrita elaboração, podemos dizer que o conceito de representações sociais pode ser articulado ao de cultura política, definido por Motta (2009), que, partindo da compilação de autores que buscam definir a categoria, desde o século XX, por meio de um paradigma culturalista, define o conceito como um “. . . conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para os projetos políticos direcionados para o futuro” (Motta, 2009, p.9). Logo, a cultura política de determinada sociedade é permeada por representações dos grupos sobre determinados temas (no caso do conceito de cultura política, a questão central são os aspectos sociopolíticos), assim como são construídas e amarradas a partir das tradições, memórias e experiências anteriores, que foram positivas.

Berstein (2009) destaca características da cultura política, sendo um “*fenômeno plural*”, na perspectiva de que existem culturas políticas diferentes, a depender do país, da formação política, filosófica; um “*fenômeno evolutivo*”: surgem como resposta aos momentos de crise e instabilidade política e se arraigam ao contexto social, podendo se adaptar e evoluir, conforme o próprio movimento da sociedade; e, por fim, a cultura política seria um “*fenômeno individual*”, interiorizado pelos membros da sociedade, a partir da elaboração, socialização e compartilhamento de um conjunto de valores, práticas, representações.

As representações sociais, como fenômeno sociocognitivo, também passam pelo processo de enraizamento, adaptação e interiorização no seio dos grupos sociais, e quanto mais se torna familiar e explicativa dos problemas sociais enfrentados pelos grupos, mais se solidificam, formando um núcleo representacional estável, e difícil de ser modificado (Vala, 2004; Sá, Castro & Möller, 2009). Entretanto, existe a possibilidade de transformação de uma cultura política, apesar de ela deixar rastros mnemônicos e estruturais, e não se apagar completamente (Berstein, 2009; Motta, 2009).

Em uma perspectiva estrutural de leitura do fenômeno, as representações sociais também podem ser transformadas, sendo um processo lento, mas possível, a partir de uma crise, que "bombardeia" o núcleo da representação: o surgimento de novas significações para a compreensão e explicação do fenômeno social em questão (Abric, 2001; Flament, 2001, Sá, 1996). A relação entre os dois conceitos permite a construção do argumento quanto ao esquecimento e/ou desconhecimento de determinados grupos sociais sobre a ditadura militar no Brasil. O desconhecimento ou o "não saber" pode se tratar de falta de acesso e apartamento dos processos políticos, o que resulta em uma "ignorância social" provocada politicamente, e que afeta os processos de silenciamento de determinadas memórias.

Nora (1993), Sá (2007) e Motta (2013) definem memória como um processo vivo, de experiência, de lembrar ou rememorar um fato passado, que pode ou não ter sido vivido presencialmente. No Brasil, entretanto, veremos que a cultura política, como uma tradição ou conjunto de regras e valores, contribuiu para a construção de uma espécie de "projeto de esquecimento e silenciamento", afetando a construção, confluência e efervescência de diferentes versões da memória da ditadura e de políticas de gestão do passado.

A questão provocativa e mobilizadora da pesquisa gira em torno do processo de esquecimento ou de silenciamento, do lugar do não saber, com questões como: "As pessoas não saberão quem é a pessoa homenageada na placa de rua, e talvez, que

o anterior era um torturador?” “E se não sabem, por que não sabem?” Diante de tais questionamentos, a problemática tratada por Ricouer (2007), sobre o fenômeno do esquecimento, tem grande relevância. Para o autor, o esquecimento não é apenas uma alteração, perturbação ou abuso da memória, mas possuidor de funções políticas e sociais.

Sá (2007), a partir de uma perspectiva psicossocial da memória, defende o argumento de que são as pessoas que se lembram e se esquecem, mas o que é lembrado e esquecido é definido socialmente, ressaltando, assim, o caráter psico/individual e coletivo/social da memória. Ricouer (2007) situa ainda a perspectiva de que há esquecimentos intencionais, manipulados ideologicamente, "desapossando" determinados grupos sociais de lembranças e construções memorialísticas. Motta (2013; 2016; 2017-no prelo) ressalta que algumas pessoas desconhecem as tramas da conjuntura ditatorial no Brasil, não porque se esqueceram, mas porque os jogos de acomodação política contribuíram, para coibir o acesso a alguns temas e excluiu parte da sociedade, por meio da manutenção das taxas de analfabetismo, pela falta de escolarização, pela não publicização de informação e pela impossibilidade de participação política. Assim, compreendemos que parte da sociedade, sobretudo as camadas populares, ficou tolhida de construir uma memória sobre o período.

Pollak (1992) e Nora (1993) defendam a ideia de que muitas pessoas têm acesso a determinadas memórias dos fatos sociais, vivendo-as, a partir do que escutam sobre elas, na transmissão geracional oral, nas conversações, nos meios de comunicação, e, principalmente, por meio da escolarização formal, com o suporte dos livros didáticos. Entretanto, é uma memória enquadrada, que pode demarcar a versão de uma maioria, que define os pontos que serão lembrados, e como serão lembrados e o que deve ser mantido no esquecimento ou silenciado (Pollak, 1992).

Na dinâmica do esquecimento, há os grupos que preferem se apartar de certas lembranças e acontecimentos, por serem prejudiciais à autoimagem e, conseqüentemente à identidade, e outros que desconhecem, e não se sentem

autorizados ou mobilizados pelo desejo de saber. Ricouer (2007) destaca, assim, o caráter não passivo do esquecimento. Há alguma posição ativa e dominante do lembrar e do esquecer. Halbwachs (1990) nos possibilita pensar sobre o caráter intencional e intergrupar do esquecimento; na rememoração, os grupos sociais se lembram ou destacam o que garante distintividade ao grupo, assim, Alba (2011) coloca que

O que não é lembrado fica de fora do esquema que articula a reconstrução do passado. . . . o grupo reconstrói o passado de acordo com um filtro moral, recuperando o que lhe dá uma identidade positiva, deixando de fora o que poderia gerar um conflito na concepção de si mesmo (p. 422).

Pode-se compreender o “filtro moral” no Brasil como um dos aspectos de sua cultura política, a tradição da manutenção da ordem e do progresso “. . . síntese perfeita do espírito conciliador” (Motta, 2009, p. 17); abafando conflitos, e mantendo a cordialidade e carisma brasileiros, destacados e sustentados como características que positivam a imagem da nação e lhe dá coerência. Nos trabalhos de Motta (2009, 2016, 2017- no prelo), entende-se a conciliação como uma tradição brasileira, especialmente, nos momentos de grandes crises, pois, não se refere apenas a uma característica da dimensão política, mas de identidade nacional, garantindo integração, relações não conflituosas e abrasivas. A equação final é o sentimento de que “passou”, de que tudo está sob controle, em um clima de harmonia e apaziguamento.

No Brasil, tal aspecto da cultura política propiciou apoios e acordos diversos (seja com instituições, empresariado, agências internacionais), que propiciaram tanto a especialização do aparato repressivo, por exemplo, quanto ações de segurança nacional. Por outro lado, assistiu-se, também, o crescimento da economia – o “Milagre Econômico” – além do desenvolvimento de políticas sociais. Como situa Motta (2016), entre os acordos políticos, com a participação de outros setores da sociedade, se mantiveram alguma das ideias de reformas sociais, aclamadas pelos estudantes e por outros movimentos sociais, nos antecedentes do golpe, e que foram mantidas

estrategicamente, principalmente, na perspectiva “Castelista”²⁷ (Motta, 1996), nos primeiros anos da ditadura.

A tradição conciliatória pode ser uma saída para evitar grandes conflitos, mas, por outro lado, mantém determinados grupos em posições subalternas, muitas vezes amordaçados, sem voz, sem possibilidade de negociar, participar, denunciar, agir: torna-se também um “estratagema das elites para excluir o povo e tentar convencê-lo de que é pacífico e ordeiro por natureza” (Motta, 2009, p. 17). Assim, encobrem-se violências, imposições e exclusões.

É preciso destacar que a cultura política é mantida e sustentada por grupos sociais majoritários, dominantes, e sua transmissão e continuidade se dá pelo “sucesso” e efetividade em experiências anteriores (Motta, 2016; Berstein 2009). Na história brasileira, além da ditadura, outros momentos históricos e políticos foram marcados por tal tradição conciliatória, como a Independência do Brasil, a Proclamação da República, a abolição da escravatura, nos quais negociações baseadas na cordialidade, no paternalismo, no personalismo e nos privilégios balizados pela intimidade e pelos laços consanguíneos, permitiram a determinados grupos sociais se colocarem acima da lei (Motta, 2016). São aspectos do chamado “jeitinho brasileiro” (DaMatta, 1986) de resolver os problemas, baseados na imagem do brasileiro como um indivíduo cordial, conciliador, e que consegue resolver, sutilmente, alguns de seus problemas com contravenções, usando poderes, como a linhagem familiar, *status* social, ocupação de lugares de poder, como cargos públicos, ou baseados na

²⁷ Motta (1996) usa o termo “Castelistas” para se referir a uma das “facções”, nos governos de coalizão durante a ditadura civil militar no Brasil. Eram seguidores ou apoiadores das ideias nacionalistas, internacionais e liberalistas do General Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro militar a assumir o Governo da ditadura militar no período de 1964 a 1967. Foram considerados mais brandos em relação a chamada “linha dura da ditadura”, nos anos de 1968 em diante. Motta (1996) define os castelistas como o grupo que foi “A primeira, e mais coesa, era oriunda da ESG (Escola Superior de Guerra), que assumiu a hegemonia dentro do governo com a ascensão de Castelo Branco à presidência. Por causa da proeminência de Castelo sobre os “esguianos”, eles também eram chamados de “castelistas”. Os “esguianos” tinham uma concepção bastante liberal em termos econômicos. Preconizavam uma modernização para a economia brasileira, o que na sua ótica passava por um aprofundamento dos laços com o capital norte-americano. Em termos políticos, esposavam também algumas posturas “liberalizantes”, por mais paradoxal que isso possa parecer, pois se tratava de uma facção que participou ativamente do golpe político.” (Motta, 1996, p. 202).

superioridade da profissão (o que chamamos popularmente de carteirada), entre outros comportamentos.

No entanto, tais formas de negociação devem ser compreendidas para além do aspecto conciliatório. Motta (2009, 2016) nos convida a pensá-las como estratégias de acomodação política, porque, no contexto histórico político brasileiro, em destaque, na ditadura militar, ocorreram jogos de acomodação, envolvendo diferentes setores da sociedade, possibilitando acordos, flexibilidade, negociações e apoio. Nosso objetivo é ressaltar que, diante dos descritos jogos de poder, alguns grupos forem estrategicamente excluídos, pois, uma característica marcante de concentração de poder está nas elites brasileiras, no patriarcado, na mão do patronado, e daqueles que detém capital financeiro cultural e político.

Mesmo não sendo nossa intenção realizar um estudo comparativo, pensar em outras ditaduras pode ser estratégia enriquecedora, para entender as especificidades, semelhanças e diferenças com o caso brasileiro. Conforme aponta Águila (2008), durante os primeiros anos da ditadura Argentina (1973/76), pode-se perceber que a cultura política do país era baseada na conformidade e no consenso, o que provocou, inicialmente, uma tentativa de emudecimento social, de desmobilização e despolitização dos movimentos sindicais, das associações de bairro, além das estratégias de disciplinamento social, principalmente, pelo uso da violência e repressão por parte do Estado. Entretanto, como veremos a seguir, outros aspectos, como a tradição de justiça (Jelin, 2008), vão marcar de forma diferente a maneira como os argentinos passaram pelo processo de transição das ditaduras, para a construção de uma sociedade democrática.

No Brasil, o silenciamento e a estratégia de conciliação e acomodação, definem a forma como lidamos com a revisão do passado ditatorial, com a memória, verdade e justiça e, assim, com a transição democrática, marcados pela maneira como se efetivou a distensão dos dois últimos governos militares, e a Lei da Anistia de 1979.

O Governo do presidente militar Ernesto Geisel (1974-1979) foi balizado pela ideia de liberalização e da política de distensão gradual e lenta (Mathias, 1995), que deu caminho para a promulgação da Lei da Anistia, em 1979. O cenário político contava com a dissipação das organizações de militantes políticos de oposição à ditadura, tendo, como saldo, um grande contingente de pessoas mortas e desaparecidas, devido a enrijecimento e aumento das práticas de violência; além do exílio de muitos; assim, a ameaça comunista ou subversiva, parecia ter sido dizimada pela repressão. A situação econômica do país era caótica, entre a recessão e o endividamento (Mathias, 1995). O projeto de transformação gradual, tanto da política, quanto da situação social e econômica, eram parte do plano de Governo de Geisel. Motta (2017) pontua que Geisel seguia a linha mais moderada no âmbito do regime ditatorial, no qual uma das perspectivas foi também reduzir os índices de violências cometidos pelas Forças Armadas Brasileiras²⁸. O esquema de linha-dura da ditadura estava em vias de ser destituído, embora, segundo Mathias (1995), Geisel não estava disposto a “abrir mão dos instrumentos legados pela revolução (leia-se AI-5)” (p. 113). Ainda que não se referisse aos atos de exceção, que não deixaram de acontecer, seja em casos de fechamento de congresso ou de expurgo de militares, o AI-5 continuou sendo uma ferramenta de poder.

A relação entre dois partidos no Congresso, o Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era de situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição, também foram responsáveis pelo tom das discussões sobre o fim do Governo Geisel e a distensão do militarismo, embora a Arena estivesse alinhada aos interesses do Governo. Com o entendimento de que denúncias internacionais eram feitas sobre o caso brasileiro, a discussão sobre os Direitos Humanos começou a

²⁸ Em recente notícia publicada pelo professor/pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, Matias Spektor soube-se através da divulgação de um documento da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América (CIA), de denúncias sobre a truculência e permissão para a execução de mortes e torturas no Brasil, durante o período do Governo Geisel (1979 em diante), colocando em discussão, a ação do então presidente Ernesto Geisel (Folha de São Paulo, 2018). Vemos assim, que ainda há muitos conflitos velados, mas presentes na construção de memórias sobre o período, e que a estratégia de silenciar e fazer esquecer tem valência, pois, há a constatação de que inúmeros documentos foram destruídos, e de outros que permanecem sobre segredo e proteção, embora a Lei de Acesso à Informação no Brasil (Lei nº 12.527/2011), tenha sido um grande passo para a abertura de arquivos da ditadura.

permear o cotidiano político, mas, rapidamente, foi silenciada, ou, pensando na cultura política, convencionou-se a não tocarem ainda, em 1974, no assunto.

Contudo, a violência não se aplacou e, além da cassação de deputados, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, colocou em dúvida "o abandono de qualquer projeto de distensão" (Mathias, 1995, p. 116). Entretanto, os jogos de poder entre os militares, que viam a distensão como um caminho para a saída do regime de base militar e os que lutavam pela manutenção de seus lugares de comando, mostram que o projeto de Geisel é continuado pelo sucessor, o presidente João Figueiredo (1979).

Mathias (1995) indica que o processo de transição do governo de base militar no Brasil para a construção de uma democracia, se deu em dois processos, ou forças de transição: a) a distensão e b) a abertura. O projeto de Anistia política e reforma política estavam no projeto do Governo Geisel, mas, é no Governo de João Figueiredo que essa passagem se dá. Da Lei de Anistia, até o considerado término da ditadura, ou a abertura política, passaram-se morosos seis anos.

Voltando à noção desenvolvida por Motta (2016) de uma cultura política de acomodação no Brasil, compreende-se que a lentidão do processo de distensão à abertura estava não apenas sob a égide das disputas militares, uma vez que consideramos, a partir do próprio conceito de acomodação, que outros atores sociais se envolveram em acordos com o governo, e, assim, mantinham certos interesses e privilégios. Ressaltamos, anteriormente, a existência de grupos majoritários, que concentraram o poder decisório e as alianças mantidas, conservando alheia, uma parcela da sociedade.

Ainda com relação à sociedade civil, é preciso considerar que a responsabilidade pelo avanço a passos curtos é de todos os brasileiros e, principalmente, de suas elites que sempre preferiram a mudança na continuidade e, além do mais, nunca formularam um projeto alternativo de

transição política. Pelo contrário, foi a adesão ao projeto militar que marcou a posição desses setores. (Mathias, 1995, p. 143).

Seguindo o argumento de Motta (2016), que alguns setores da sociedade são excluídos ou incluídos de forma subalterna nos projetos da sociedade, fica o impasse quanto à afirmação generalizante de Mathias (1995) de que “todos os brasileiros” tenham responsabilidade quanto aos acontecimentos passados, até porque a desmobilização dos setores populares excluídos se associa à perversidade do processo de acomodação política, que envolve, como pontua Sawaia (2008), artimanhas de inclusão-exclusão. Como um processo dinâmico, a acomodação propiciou, no citado momento de distensão e abertura, a moderação, por parte dos ditadores, e, por outro lado, ocasionou a saída lenta, negociada e “suave” (Motta, 2016, p.21), dos militares do poder.

A Lei da Anistia no Brasil tinha projeto original pensado, a partir de outros processos internacionais de Anistia e das lutas dos Comitês de Anistia nacionais e internacionais. No referido sentido, previa pedido de perdão do Estado para as pessoas que sofreram pelos crimes de violação dos direitos humanos, mas, por meio de acordos e negociações políticas, foi minada, concedendo a autoanistia aos militares e aos agentes do Estado, que estiveram envolvidos com a ditadura (Rodeghero, 2014). A lei que daria o “*start*”, para a abertura política do país, bem como, para a transição democrática e para a reconstrução da cidadania, significou esquecimento, uma amnésia social (Rodeghero, 2014; Motta, 2013, 2016).

Ricouer (2007) nos ajuda a compreender o processo de amnésia e esquecimento provocado pela Anistia, compreendendo a construção de uma memória obrigada, comandada, fragmentada. A concessão de perdão para crimes contra a humanidade é inconstitucional e inaceitável em qualquer corte internacional de direitos humanos, que determinam que haja julgamento e responsabilização dos atores considerados culpados. A anistia, em significado original de perdão, de “graça”, como aponta Ricouer (2007), foi tomada de maneira subvertida e comandada no Brasil. Ao

conceder autoanistia aos militares, ela não apenas alterou o princípio fundamental e institucional de que

Só se pode perdoar quando se pode punir; e deve-se punir quando há infração de regras comuns. . . . Se o perdão fosse possível nesse nível, ele consistiria em retirar a sanção punitiva, em não punir quando se pode e se deve punir. Isso é impossível diretamente, pois o perdão cria impunidade, que é uma grande injustiça. (Ricouer, 2007, p. 476).

No Brasil, o perdão serviu para aplacar qualquer sentido conflitivo, pois, faz parte da cultura política conciliar, harmonizar e pacificar, a ideia de uma transição pacífica, sem complicações e que acalmassem os ânimos, foi a saída encontrada. “Há um elevado grau de adesão aos acordos suaves, à bizarra ideia de anistia como perdão recíproco – consubstanciada na lei de anistia de 1979, ainda em vigor” (Motta, 2016, p. 21).

Se, de um lado, o projeto inicial e a Lei de Anistia, que ainda vigora, era considerado legal e intocado, devido às forças conciliatórias de lhe manter intacto (Motta, 2013), por outro, permitiu o retorno de muitos brasileiros exilados e a esperança da construção de uma democracia. Embora a Lei da Anistia tenha se concretizado, com o lema “ampla, geral e irrestrita”, ‘fracassou’ ao ter concedido perdão do Estado para os agentes da repressão (Coimbra, 2011, Abrão & Torelly, 2010; Zilli, 2011) e ao restringir o conceito de anistia.

Assim, considera-se que o Estado brasileiro inclusive cumpriu o requisito de Justiça de Transição, inversamente, partindo da reparação, principalmente, financeira, sendo uma das estratégias de reparação, deixando ausente o esclarecimento da memória, verdade e justiça, que deveria rever os fatos e julgar os repressores/torturadores (Abrão & Torelly, 2010). “Realmente, o Brasil ainda está engatinhando nessa questão. Somos o último país na América Latina a efetivar um processo de reparação. Isso porque começamos pelo final do processo de reparação. É como se fosse um “cala a boca”” (Coimbra, 2011, p.2).

Rodeghero (2014) salienta quão criticada e reprovada é a Lei de Anistia no Brasil, sendo que inúmeros pedidos de revisão da lei foram feitos, mas não concedidos. Entendemos mais uma vez a força da cultura política brasileira. Rever a Lei de Anistia significa mexer em um vespeiro, despertar fantasmas, entrar nos porões da ditadura, desvendar acordos, negociações, participação da elite e empresariado brasileiro; indícios que não permanecem de todo velados, dado aos avanços e lutas, por meio das ações de direitos humanos e das políticas de memória, encabeçadas por movimentos sociais de ex-militantes políticos e familiares de ex-presos, mortos e desaparecidos políticos.

Não se pode negar que ações como a criação de Comitês de Anistia, em 1979, da Comissão Especial para Mortos e Desaparecidos em 1995, além da Comissão de Anistia em 2002 (Abrão & Torelly, 2010), além da consolidação de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV) (Lei 12.528/2011), foram um avanço, no sentido de denotar algum movimento em torno da busca pela memória e verdade, pois a justiça ainda não foi um ideal alcançado no Brasil.

Contudo, algo diferente em relação a países como Chile e Argentina, como já pontuado, é a responsabilização e justiça. Tal marca se sustenta em nossa opinião, apoiada pela discussão de Motta (2016, 2017) pela cultura política brasileira, diferentemente de alguns aspectos da cultura política e dos processos de transição dos dois países. Na Argentina, como mostra Águila (2008) e Jelin (2008), os militares estavam enfraquecidos, e o reclame e organização popular fortalecido pelos movimentos sociais foi uma das bases do Governo de Raul Alfonsín (1983/89), como a luta por justiça e por consolidação dos direitos humanos.

Delgadillo (2011) mostra, no período pós-ditaduras, com a transição dos governos no Chile e Argentina, que as políticas de justiça, especialmente, na Argentina, tiveram grande impacto, inclusive no cenário internacional. Além das políticas, que visavam justiça, a gestão dos países com o passado previa políticas de reparação simbólica e financeira, além de tratar os casos em que houve impunidade de agentes do estado,

que cometeram crimes, e dos processos que continuavam paralisados. Certo é que retrocessos também aconteceram no Governo Raul Alfonsín, na Argentina, segundo destaca Romero (2006) e Jelin (2008), como a Lei do Ponto Final e da Obediência Devida.

Jelin (2008) nos ajuda a pensar que a cultura política argentina inclui a noção de justiça, mesmo que de forma dicotomizada entre justiça formal e justiça social, mas, que, sobretudo, existiu e existe uma demanda por justiça, fundamental para sustentar a luta pela consolidação dos direitos humanos, e ressalta que a exigência por justiça é também o reconhecimento da restituição do país, que foi completamente alterado e invadido pelo terror de Estado.

Do lado de cá, no Brasil, a demanda por justiça, embora exista, faz parte da emergência de vozes subalternas: é um desejo de uma minoria, que também demanda por políticas de memória, por instituição de lugares de memória, o que esbarra na cultura política de conciliação. Os grupos que lutam por direitos humanos, familiares de ex-presos, mortos e desaparecidos políticos, intelectuais e políticos alinhados mais à esquerda, são os atores da mobilização e do fomento de projetos que questionem o esquecimento, e se efetivam como proposta por memória e verdade.

De fato, continua não sendo interesse das elites brasileiras provocar conflitos, garantir um projeto de uma país equânime e garantidor de direitos e cidadania, a exemplo do golpe de 2016, que solapou o governo da presidenta eleita legitimamente, Dilma Rousseff. Por outro lado, a parte da sociedade, que desconhece, também precisa ser mobilizada, para que haja participação popular e, assim, compromisso com a transformação social, o que pode propiciar, no campo da memória, vontade de memória (Nora, 1993), permitindo uma relação ativa da sociedade com passado, presente e futuro. Questionar as tradições da cultura política brasileira se torna fundamental para pensarmos o contexto ditatorial, as memórias encobertas, e as

possibilidades de transformação social na gestão do passado, e em relação aos projetos de memória.

3.3 Memória e Representações Sociais: lembrança, silêncio e esquecimento

Lembrar e esquecer são ações que fazem parte do funcionamento da memória enquanto processo psicológico básico, (Davidoff, 2001). Segundo Jodelet (2012), silêncio e esquecimento são também produtos da memória. Logo, a memória social será tomada aqui como representação social do passado, construída e compartilhada pelos grupos sociais. Conforme aponta Moscovici (2012), as representações sociais são produzidas e tecidas coletivamente. De modo semelhante, Halbwachs (1990) considera a construção das memórias dos grupos. Contudo, sem o compartilhamento de sentido entre os membros, tanto as representações sociais quanto as memórias estariam esvaziadas de caráter social, uma vez que refletem a identidade e as pertencas de quem as constrói e partilha.

No referido sentido, memória, representações e identidade, todas adjetivadas pelo “social”, estão intimamente relacionadas, enquanto conceitos e fenômenos. O que as pessoas se lembram ou esquecem, como se lembram e/ou se esquecem, e o conteúdo de tais memórias explícitas ou veladas, são carregadas de representações sociais, seja sobre o passado, seja em relação ao objeto em questão, que se torna elemento de disputa entre os grupos, a partir do sentimento de pertença social e valorização endogrupal (Tajfel, 1983). É importante marcar que quem se esquece, e quem se lembra, são os indivíduos (entendendo-o como fruto da relação entre eu e o outro), mas o conteúdo lembrado, construído e disputado, é mediado pela linguagem (Sá, 2007), durante a interação social.

Como dito, o esquecimento é também um produto da memória. Ricouer (2007) traz aspectos importantes, para pensarmos os usos e abusos da memória e do esquecimento. Há memórias que seriam abafadas, ou impedidas de virem à tona,

aquelas que se tornam inconscientes, a fim de proteger o aparelho psíquico, e ainda as que ideologicamente são manipuladas, obrigadas, usadas a serviço “de”, para manter o *status quo*. O autor ainda retrata sobre o dever de memória, e mostra como a anistia pode provocar o esquecimento forçado de fatos importantes, como os ocorridos ao longo da ditadura militar no Brasil. Assim, lembrar e suscitar as memórias dos porões e das “caixas empoeiradas” das experiências seria fundamental para a revisão e a responsabilização dos envolvidos com crimes contra a humanidade, bem como, para dar a conhecer à sociedade diferentes versões que compõem a memória histórica sobre a ditadura.

Para Ricouer (2007), esquecer forçadamente é um abuso, é a ausência e o tamponamento da narrativa; é uma forma de controle de grupos de poder que sustentam uma versão oficial de memória, a fim de manter práticas, ideologias e a própria identidade dos grupos que dominam. Assim, memória, silêncio e esquecimento são intimamente tecidos nas relações de poder e dominação. Como ressalta Ferreira (1996), quem controla o passado, controla o presente e também o futuro.

Em uma perspectiva crítica de análise do esquecimento, o pensamento pós-estruturalista de David Rieff (2015) nos permite pensar como o esquecimento é visto positivamente quando é algo de cunho individual, de foro íntimo, e, por outro lado, o esquecimento coletivo é visto como moralmente negativo. O autor pondera que, em alguns casos, como em sociedades que estão se reconciliando, o esquecimento se torna ação importante, para que se chegue a uma democracia ou à resolução do conflito, em uma ideia de paz necessária para o reestabelecimento; como, por exemplo, nas sociedades que passaram por grandes guerras. Contudo, há casos em que a força da memória e da lembrança deve-se fazer presente, pois não é possível esquecer.

Ao pensarmos em silêncio, temos a concepção inicial de que se trata da ausência de verbalização, de narrativas. Assim, como é complexo dizer em esquecimento coletivo,

em detrimento da memória coletiva. Mas são tais instâncias que nos chamam atenção na dinâmica sobre a construção das memórias históricas da ditadura, principalmente, no tocante ao nosso tema de pesquisa, que trata do batismo de logradouros públicos, como ato de homenagem simbólica. Conforme aponta Dias (2012), como muitos homenageados são pessoas mortas ou desaparecidas, por motivos políticos, durante a ditadura militar civil no Brasil, a placa de rua ou avenida com o nome da pessoa seria uma forma de protesto contra o silêncio e o esquecimento. Se não há lápides ou certidões de óbito, a placa se faz força de lembrança. Nossa investigação se dá no descrito sentido, de compreender, se: mesmo com tais atos, a população continua instigada pelo esquecimento forçado ou intencional (Vinitzky-Seroussi & Teeger, 2010) ou se há indícios de um desejo de memória.

Observando os lugares de memória erigidos na Argentina, Jelin (2002) aponta quão difícil, polêmico e temível, é simbolizar o horror. Práticas e lugares de tortura, rostos e bustos de pessoas assassinadas, olhar e fazer com que isso exista e resista, é também um trabalho da memória, contra o esquecimento. Na perspectiva de Vinitzky-Seroussi e Teeger (2010) “... *the silence be understood as complex and rich social space that can operate as a vehicle of either memory or of forgetting and thus can be used by various groups for diferente ends.*” (p. 1104). Sob tal ótica, o silêncio não é o contrário da fala, e precisa ser pensado como fenômeno presente nos processos de construção de memória, podendo estar velado ou até explícito.

Ampliando a noção de silêncio, Vinitzky-Seroussi e Teeger (2010) fazem uma diferenciação entre silêncio manifesto, que seria a ausência total da fala e da narrativa, e o silêncio encoberto, aquele ausente de conteúdo verbal, mas expresso de forma oculta, em ações corporais, conversas e representações. A relação dos grupos sociais com o silêncio é também fundamental, para identificarmos e compreendermos as funções. Para Jodelet (2013), e, também, para Vinitzky Seroussi e Teeger (2010), o silêncio e o esquecimento podem ser estratégias, para lidar com passados difíceis e vergonhosos para um Governo ou grupo social, fato cada vez mais evidente nas sociedades contemporâneas. O reconhecimento do passado traria vergonha e culpa.

Pensando na memória como fenômeno psicossocial, devemos compreender aspectos fisiológicos, como, por exemplo, a seletividade de conteúdos, pois, sendo dinâmica e fluida, provoca situações de arquivamento e seleção, além de distorções. Contudo, aspectos psíquicos, afetivos, também permeiam o lembrar e o esquecer; assim, para além do processo psicológico básico, há uma seletividade baseada nos interesses intergrupais.

Rieff (2015) aponta que a memória coletiva é uma criação dos grupos, uma espécie de mito criado por eles, para sustentar ideologias e posicionamentos. Vinitzky Seroussi e Teeger (2010) ressaltam que há formas de lembrar, que cooperam mais para a manutenção do silêncio, do que propriamente para evidenciar uma lembrança. Tais silêncios teriam tipos (literais ou secretos) e intenções (voltados para a memória ou para o esquecimento). Um exemplo de silêncio que contribuiria, para fomentar a lembrança, seriam os “momentos de silêncio”, aqueles aclamados geralmente pelo pedido de “1 minuto de silêncio”, “um momento de reflexão”, espaços para que se lembre de algo ou alguém, assim como pode ser uma forma de controle, usada por algum grupo dominante. Por sua vez, o silêncio literal ou evidente é aquele da ausência, em que não se fala naquilo. O objetivo é realmente esquecer.

Além dos aspectos relacionados ao fenômeno do silêncio e do esquecimento, presentes na construção da memória social, nos interessa ainda o estudo da memória histórica, a partir de uma perspectiva psicossocial da memória (Sá, 2005; 2007; 2009). Nesta abordagem, o termo memória social é definido como conceito abrangente, que inclui diferentes tipos de memória, como, por exemplo, as pessoais, comuns, coletivas, históricas, entre outras, sendo a abordagem psicossocial da memória um exercício proposto pelo professor Dr. Celso Pereira de Sá, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que dedicou estudos – especificamente a partir da publicação de 2005 – para a construção de uma abordagem psicossocial da memória. A intenção foi reunir perspectivas psicológicas, como as de Frederic Charles Bartlett, e sociológicas, como as de Maurice Halbwachs, sem, contudo, dicotimizá-las. A ideia era de compreender o fenômeno da memória social de forma integrada, a fim de propor uma análise a nível “psicossocial” (Sá, 2005, 2007, 2009, 2012, 2013, 2015), abrangendo

as dinâmicas sociocognitivas presentes no fenômeno da memória, e considerando a importância fundamental do contexto social e da relação e interação entre os grupos sociais.

Seguindo essa linha, muitos psicólogos sociais brasileiros, alinhados à proposta de Celso Pereira de Sá têm desenvolvido estudos, investigando temas da história recente do país e o estado atual da memória, para grupos sociais geracionais diferentes, como Naiff (2005), no estudo sobre a memória do Regime de Getúlio Vargas, além de outros trabalhos sobre os Anos Dourados e a figura de Juscelino Kubitschek, a Era Vargas, o Regime Militar no Brasil, como os Sá e colaboradores (2008; 2009); Sá, Menandro e Naiff (2013); Sá, Oliveira, Wolter e Vetere (2011), Gianordoli-Nascimento e colaboradoras (2012).

Embora o professor Celso Pereira de Sá tenha contribuído intensamente para o desenvolvimento da abordagem psicossocial da memória, até o falecimento em maio de 2016, o material deixado permite que identifiquemos, ao menos três nortes para as pesquisas, na perspectiva psicossocial da memória (Sá, 2009): 1) a consideração inicial que fizemos, de reconhecer o termo memória social como um conceito ‘guarda-chuva’, um conceito abrangente, que permite falar de diferentes tipos de memória; 2) o reconhecimento de cinco princípios unificadores²⁹ no campo; 3) a identificação ou mapeamento de sete instâncias ou tipos de memória, que seria a parte mais classificatória da proposta, embora Sá (2009) ressalte que o objetivo da proposta não é o de ser taxonômica, ao nomear e identificar os tipos de memórias (pessoais, comuns, coletiva, histórica geracional, pública ou prática).

²⁹ Segundo Sá (2009), os princípios unificadores seriam “(1) a memória tem um caráter socialmente construtivo, e não meramente reprodutivo das experiências individuais; (2) são as pessoas que se lembram e se esquecem, embora o que ou como se lembram e se esquecem seja determinado pela sociedade, pela cultura e, em especial, pela linguagem; (3) a construção da memória não se produz senão através da interação e da comunicação sociais; (4) lembranças e pensamentos estão sempre e intrinsecamente associados nos fenômenos de memória social; (5) motivação, afeto e sentimento desempenham um papel importante na construção da memória social.” (Sá, 2009, pp. 95-96).

Cabe, desde logo, ressaltar que não se trata propriamente de uma classificação das memórias, pois, contrariamente aos critérios classificatórios tradicionais, as categorias não são mutuamente excludentes e algumas delas podem se transformar em outras, além do que o sistema não é exaustivo, podendo incorporar ainda “outras memórias”. A pergunta de “para o que isso serve então?” tem como primeira resposta justamente o fato de se estar evidenciando as imprecisões com que esses conceitos já vinham sendo empregados no domínio da memória e, como segunda resposta, o fato de que a sua conjugação num mapeamento único permite compreender tais supostas “imprecisões” como inerentes à complexa dinâmica dos fenômenos da memória em sociedade. (Sá, 2009, p. 96).

Sob tal perspectiva, a memória histórica seria uma das instâncias em que seria possível congregiar os outros diferentes tipos de memória. Embora não seja nosso objetivo defini-las, teoricamente, temos ciência de que as outras instâncias de memória estão presentes e se conjugam na construção da memória histórica; categoria a qual daremos maior enfoque, principalmente, na quarta etapa de pesquisa realizada na tese.

Salvaguardando a discussão, não sabemos se “superada” sobre a distinção entre memória e história, apresentamos sucinta e didaticamente algumas diferenças entre os campos. Conforme aponta Nora (1993), Sá (2015) e Jodelet (2012), a memória apresenta um dinamismo, está ligada à experiência, aos grupos sociais e à vida em sociedade; tem bases orais, corporais, e diferentes formas de registros; é mutável; inclui lembrança, silêncio e esquecimento. A história está no campo científico, da disciplina; ligada à intelectualidade; é estática; linear, se fundamenta em documentos e evidências sobre os fatos verificáveis, ligados a temporalidades. Sabemos, contudo, que o posicionamento de historiadores e memorialistas se divergem e convergem entre tais pontos, não sendo nosso objetivo restringi-los ou esgotá-los.

Jodelet (2012) e Sá (2015) nos provocam a pensar sobre a distinção entre a “história dos historiadores” e as “histórias memoriais”. Sá (2015), teórico-metodologicamente implicado em definir o campo de estudos da abordagem psicossocial da memória, faz considerações em relação à “memória histórica”, evidenciando que a diferença entre elas está na relação com a verdade. A história dos historiadores se trata da especificidade e do trabalho do historiador, do conhecimento e da produção da história

de determinado período e acontecimento histórico, baseado nas evidências coletadas e verificadas. A confirmação dos fatos históricos estaria baseada na reunião de documentos, entre outros elementos sustentadores.

Por outro lado, as histórias memoriais são aquelas que advêm dos testemunhos de vítimas das atrocidades e violações de direitos humanos; considera-se as experiências de prisão, tortura, censura, escravidão. O compromisso não é de comprovação científica, apesar de Sá (2015) considerar que haja algum propósito de incorporação das descritas memórias à história, como nos casos das leis memoriais e dos trabalhos de ativistas no campo, que pleiteiam a inclusão das versões de memória, em uma memória nacional. Para Sá (2015), seria uma oposição ao trabalho dos historiadores, pois, a história não se encaixaria como objeto jurídico, na decisão do que deverá ser ou não dado como oficial.

A memória histórica, por sua vez, objetiva compreender o estado atual da memória de algum período histórico, para diferentes gerações, que tiveram algum contato com o acontecimento histórico. Sá (2015) define o campo como um exercício de psicólogos sociais para identificar e analisar a relação entre as diferentes instâncias de memória e a relação entre passado, presente e futuro, não cabendo à psicologia social a definição da veracidade dos fatos.

Jodelet (2012) retrata a memória histórica como representação social do passado histórico e levanta o conflito entre as versões construídas socialmente sobre determinado período histórico e as versões científicas. Com a instalação da Comissão da Verdade no Brasil, em 2010, pudemos assistir a discussões acaloradas sobre o que seria “a verdade”, “a verdade de quem?”, “para quem?” e pode-se verificar, a partir dos instrumentos e técnicas utilizadas, que os testemunhos de ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, operários, povos indígenas, civis, população rural, bem como, de alguns militares, entre outros atores do período, foram fundamentais, para que outras versões de memória do período fossem alçadas.

Como já apontamos, Sá (2015) levanta a questão de que militantes políticos, movimentos sociais engajados no tema e intelectuais, que trabalham com as “histórias memoriais”, propõem a inclusão ou exclusão de tais versões na memória oficial do país, na “história dos historiadores”. Jodelet (2012) relata o poder das leis memoriais na França, onde têm sido inclusive solicitado adições ou revisões dos conteúdos de ensino da história (Sá, 2015). A autora pondera que ao se considerar as múltiplas versões de memória sobre um tema ou período é que se poderá construir uma memória coletiva e uma história comum sobre ele. Logo, as leis memoriais seriam uma forma de proteger a memória e haveria uma luta dos grupos memoriais que denunciam o que lhes “atinge” a memória (Jodelet, 2012).

No Brasil, aconteceram revisões em relação ao ensino da história da escravidão e das religiões de matrizes africanas e vemos, assim, que mesmo em países onde houve grande silenciamento e ausência de reparação simbólica, faz-se necessário a luta para que essas memórias subalternas, sejam ouvidas.

Embora Sá (2015) aponte a diferença da história dos historiadores e a proposta de estudo da memória histórica, consideramos, em nossos trabalhos, e, neste, especificamente, a importância de conhecermos não apenas o estado atual da memória da população, mas de compreender os sentidos das experiências das pessoas com aquele período, os saberes produzidos, a composição das narrativas, as interações e as redes de representações em torno do tema. Ainda que os resultados futuros da pesquisa possam contribuir para a emergência de versões de memória sobre a ditadura militar, o enfoque dado pela psicologia social não é o de mudança da história, mas de entendê-la como uma composição, formada por diferentes vozes e nuances. Nos interessam as memórias construídas nas relações entre os grupos sociais, a partir do sentido que os grupos, em disputas e vivências, dão à experiência.

Jodelet (2012) salienta que há um conflito interpretativo entre a história dos historiadores e a história dos grupos memoriais, mas que o estudo psicossocial do

conflito “ . . . permet d'éclairer l'étayage multiple de la connaissance du passé; comment elle se nourrit et peut être infléchie, dans le cas des groupes mémoriels, par des conditions sociales actuelles. . . . ”. (Jodelet, 2012, p. 160), em uma luta entre as memórias produzidas e as memórias transmitidas, uma legitimada pela vivência e outra pelo conhecimento objetivo (Halbwachs citado por Jodelet, 2012).

Tratar dos citados saberes e memórias dos grupos nos leva a pensar no trabalho de Moscovici (2012) de compreender como o conhecimento saía de um universo científico e técnico para o universo do cotidiano, contribuindo para o uso prático do saber socialmente construído. A partir do trabalho de Moscovici (2012) e de Jodelet (2005), podemos compreender o quanto os saberes do senso comum são de extrema importância na sociedade. Por isso, em nosso trabalho, nos interessamos também pelos burburinhos das conversas cotidianas, tecida nas ruas, nos bares, na internet: as disputas entre os grupos, que deflagram a forma como constroem e fortalecem as identidades sociais (Tajfel, 1983).

No referido sentido, embora seja de nosso interesse a luta dos movimentos sociais e as ações deles no campo de luta contra as mazelas deixadas pela ditadura militar, os objetivos enquanto pesquisa psicossocial se diferem, pois, sabemos que os grupos contrários apresentam diferentes versões sobre os acontecimentos vividos, como dissemos, questões identitárias e representacionais estão presentes no jogo, e se contrastam com a história considerada oficial (Jodelet, 2012).

O estudo da memória histórica na perspectiva psicossocial (Sá, 2009) se dá a partir do entendimento da memória histórica como uma memória da história, sendo possível a construção de distintas versões de um mesmo período, por diferentes grupos sociais. A depender da geração, há os que vivenciaram o fato e os que ouviram dizer sobre ele, por meio de livros didáticos e das conversações cotidianas. Todos os grupos geracionais podem compor uma memória histórica de um período, embora Mannheim (1982) ressalte que, na juventude, há um período sensível ou crítico, para maior elaboração e conformação de memórias. Contudo, Sá (2007) reitera que as

memórias são construídas por lembranças e sobre o que se sabe sobre elas, e, mesmo que uma pessoa tenha apenas ouvido falar de determinado contexto, o fato dela se lembrar e como ela se lembra, com mediação da linguagem, faz com que ela se sinta “herdeira” daquela memória tendo-a “vivido por tabela.” (Pollak, 1992, p. 201).

Sá (2009) faz ainda algumas considerações sobre o estudo da memória histórica, dividindo-a em duas categorias: a memória histórica oral, basicamente ligada a depoimentos, testemunhos, entrevistas concedidas; e as memórias históricas documentais, compostas por “documentos históricos stricto sensu quanto produções didáticas, midiáticas e artísticas posteriores” (Sá, 2009, p. 94). A partir da realização de alguns estudos como o de Sá, Castro, Möller e Perez (2008), nota-se que há uma ampliação da noção de documento na composição da construção de uma memória histórica, assim, incluem-se monumentos, livros, datas comemorativas, lugares, entre outros. Todavia, para que tais documentos saiam apenas do lugar de história, o qual inicialmente ocupa, é necessário que haja mobilização em torno deles. Assim, a memória histórica documental é um

Conceito que toma emprestada a noção histórica de documento, mas flexibiliza-a além do que seria possivelmente aceitável pelos historiadores, de modo a incluir todos os registros de que as pessoas e grupos se valem para lembrar o passado, mesmo que não o tenham testemunhado. Além disso, segundo a perspectiva psicossocial assumida pelo autor, os documentos como tais, não se configuram, apenas pela disponibilidade, como uma memória. O que ele chama de memória histórica documental só vem a se constituir quando os documentos são mobilizados – visitados, lidos, apreciados ou simplesmente referidos – por pessoas e grupos sociais concretos (Sá, Castro, Möller & Perez, 2008, p.50).

A noção de mobilização vem associada à proposição de Pierre Nora (1993), ao sinalizar que, para que um lugar de história se torne lugar de memória, é preciso que haja “vontade de memória” (p.22). Nora (1993) sinaliza, ainda, que os lugares de memória são importantes, para a construção de uma memória nacional, por exemplo, e, certamente, para a memória social, de forma geral, pois se impõe, fazendo força para que a memória exista e sobreviva. Visualiza-se, assim, a relação entre passado, realidade e cultura, tendo em vista que, a partir da priorização cultural e social de

alguns fatos, é que as pessoas poderão se lembrar ou esquecer-se deles (Sá, 2007, 2009).

A disputa pelo poder, pela posse e interpretação da memória, está calcada no meio do conflito, do jogo de interesses e de valores culturais, sociais e políticos, justamente por estar imbricada nas práticas de vida social. O silogismo citado de “quem controla o presente controla o passado” (Ferreira, 1996, p.71), revela a interação contínua entre presente e passado, demonstrando a força que o controle sobre os conteúdos representa. Pollak (1989) aponta que o discurso dos excluídos e marginalizados vem sendo incorporado ao discurso histórico, que constrói a memória oficial. Tais “memórias subterrâneas” (p.5) trazem à tona conflitos entre as memórias emergentes e as memórias estabelecidas.

A partir dessas considerações, entende-se que o enfoque da psicologia social não se dá na explanação ou na compreensão da veracidade de fatos históricos, mas na experiência de construção que os grupos sociais elaboram sobre determinados objetos sociais, tendo em vista que entendemos a memória como uma construção social (Pollak, 1992; Sá 2005), que compõe o pensamento social dos grupos (Sá, Oliveira, Castro e Möller, 2009). Logo, existe uma dinâmica entre memória e representações sociais, pois as representações são compostas por memórias, e as memórias povoadas por representações sociais.

Retomando a discussão sobre a definição de um conceito de Representações Sociais, enfocaremos nosso olhar sobre alguns aspectos da obra seminal de Serge Moscovici, que tinha como proposta teórico-conceitual, diante da realidade social e epistemológica vivida no campo da Psicologia Social, romper com as dicotomias entre sujeito e sociedade, teoria e prática, elaborando um pensamento congregador, sobre como os grupos sociais constroem conhecimento, valorizando esse tipo de saber.

Na Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais (TRS) se destaca como uma grande teoria, sendo importante, para o pensamento de um novo paradigma que supera a visão de sujeito agente, passivo, receptivo, mirando o olhar a um sujeito ator, ativo, pensante e transformador, “Articulando a ideia de um sujeito-actor e a ideia de um sujeito indissociável dos laços sociais” (Vala, 1993, p. 906).

A descrita visão não dicotômica entre o psico e o social possibilita a compreensão da cognição presente no ato de representar, como um processo psicológico, mas que é afetado pelo social. Partindo da noção das representações mentais, e, principalmente, do conceito de “Representações Coletivas”, cunhado na sociologia, por Émile Durkheim, Moscovici desenvolveu um conceito mais fluido, dinâmico, adjetivado pelo “social, e não apenas pelo coletivo, pois, o fenômeno se daria na interação entre os sujeitos, no contexto social, em uma construção de relação entre o sujeito pensante, o fenômeno representado e o outro, com influência do cenário em que estão envolvidos. “Este novo paradigma é ternário – considera-se que a relação de um *sujeito* (indivíduo ou grupo) com um *objecto* é sempre mediada pela intervenção de um *alter* (indivíduo ou grupo). . . . e o sujeito pensante metaforiza-se na sociedade pensante” (Vala, 1993, pp. 907-908). Assim, a representação é sempre a representação de algo/objeto, para alguém (sujeito/grupo).

A compreensão de um sujeito ativo, que opera no mundo em que vive e que pode transformar e ser transformado na interação com o outro, dá margens para o entendimento de que tal ator social é produtor de conhecimento. Moscovici (2012) contribui então para outro tipo de olhar crítico diante da dicotomia entre ciência e senso comum. Tendo em vista a supervalorização do saber científico como “verdadeiro”, único, superior, a proposição de Moscovici mira para os saberes construídos socialmente, o saber do dia a dia, que orienta as práticas, valorizando o senso comum como um saber socialmente relevante. O saber prático dos grupos se conecta aos problemas reais, cotidianos, e tem funcionalidade, para lidarem com os fenômenos novos e desconhecidos.

Em obra seminal, Moscovici (2012) buscou entender a passagem entre o que chamou de universo reificado, científico, para o universo consensual, do senso comum. A pesquisa buscava compreender como os conceitos científicos ligados à Psicanálise, um grande e famoso campo de estudos na França, naquele momento, chegava à comunidade não científica, e como aqueles conceitos cunhados no universo teórico se tornavam acessíveis e usuais à população. O estudo é metodologicamente pensado, para ouvir os sujeitos durante o cotidiano, para entender como diferentes grupos (trabalhadores, religiosos, e a mídia, por exemplo) estavam tratando os conceitos psicanalíticos. De forma muito sucinta, Moscovici vai nos mostrando detalhes sobre o fenômeno da representação social, em aspectos sociocognitivos, e desenvolvendo a Teoria das Representações Sociais, que continua em constante construção, desde o trabalho inicial.

Longe de definir um conceito de representação social, fechado e estático, ao longo de trabalhos, o autor desenvolveu o pensamento sobre a “sociedade de cientistas amadores” (Moscovici, 2012, p.48) produtores de teorias cotidianas. Em uma das caracterizações do conceito, indica que “As representações sociais são entidades quase tangíveis; circulam, se cruzam e se cristalizam continuamente através da fala, do gesto, do encontro no universo cotidiano. A maioria das relações sociais efetuadas, objetos produzidos e consumidos, comunicações trocadas, estão impregnadas delas” (Moscovici, 2012, p. 39). Além disso, elas são guias para orientar e antecipar comportamentos, e modificam nossa forma de lidar com o objeto representado.

A grande teoria de Moscovici é conhecida dentro do campo como uma abordagem dos processos, da sociogênese da representação social. No referido quadro conceitual da perspectiva processual, dois conceitos são fundamentais, o de “ancoragem”, que seria, no contato dos grupos com um fenômeno novo e estranho, a transformação de algo não familiar em algo familiar, palatável. A supracitada passagem se daria por meio de processos sociocognitivos de aproximação de conhecimentos anteriores que os sujeitos possuem sobre algum objeto que se aproxime do objeto estranho, desconhecido, de forma a alçar o sujeito do desconforto psicológico inicial, provocado pelo estranhamento. O processo de ancorar, de

amarração nos conhecimentos anteriores para a produção de um novo saber, tem bases na história, na cultura, nas memórias dos grupos, sendo um retorno a um universo familiar, comum. “Conseqüentemente, o que era inacessível torna-se acessível, inteligível e concreto” (Moscovici, 2012, p. 57).

Outro processo importante durante a formação de uma representação social e que está interligado à ancoragem, é a objetivação, quando o objeto representado toma forma, se materializa, por meio de um gesto, um rosto, uma figura, uma imagem, permitindo o sentimento de compreensão e consolidação, em relação ao objeto de representação.

A objetivação permite tornar real um esquema conceitual e substituir uma imagem por sua contrapartida material . . . As ideias não são mais percebidas como produtos da atividade intelectual de alguns espíritos, mas como reflexos de coisas que existem no exterior (Moscovici, 2012, pp. 100-101).

Embora em nosso trabalho nosso enfoque não se dê exatamente dentro do estudo e da análise dos processos de formação da representação social, consideramos importante abordá-los, mesmo que de maneira bastante sucinta, pois, a relação deles com a memória social, sobretudo no processo de ancoragem, se faz presente.

Como uma teoria em formação, a TRS continuou e continua sendo desenvolvida, tanto em relação ao campo conceitual, quanto metodológico. Uma grande colaboradora do desenvolvimento tem sido a professora Dra. Denise Jodelet, que, em trabalho sobre a loucura e as representações sociais (Jodelet, 2005), ampliou a produção teórica e o conhecimento sobre o fenômeno. Por isso, em uma perspectiva sociocultural de observar e intervir no contexto analisado, contribui para nossa forma de olhar as representações sociais, e entendê-las como

uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, essa forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto

de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social . . . (Jodelet, 2001, p. 22).

A consideração da importância da interação social para a produção e o desenvolvimento das representações sociais e a valorização do conhecimento construído e compartilhado pelos grupos sociais indica o quão complexo é o próprio fenômeno e o entendimento de como é produzido, envolvendo diferentes processos sociocognitivos. Sobre isso, Jodelet (2001) reitera que

As representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. Em sua riqueza como fenômeno, descobrimos diversos elementos. . . informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc. Contudo, esses elementos são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade. (p. 21).

Como parte da vida das pessoas, os conhecimentos produzidos devem ser úteis tanto para explicarem o fenômeno em questão, quanto em relação à funcionalidade para o cotidiano. Os saberes produzidos orientam a ação dos sujeitos, e mediam a relação com outros sujeitos e saberes. É um tipo de conhecimento prático, que tem base nas comunicações e na interação. Quando são considerados pelos grupos, como modelos explicativos usuais e funcionais, se espalham na “boca do povo”, porque resolvem a maneira de compreender o objeto que era desconhecido. “Como fenômenos cognitivos, envolvem a pertença social dos indivíduos com implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a ela estão ligadas” (Jodelet, 2001, p. 22).

Os citados conhecimentos socialmente construídos são difíceis de serem modificados, porque sustentam a versão dos grupos e fazem sentido para a identidade grupal, sobretudo. Diante da tentativa de compreensão do fenômeno, teorias complementares foram sendo desenvolvidas por outros teóricos ligados à Moscovici. Entre elas, está a Abordagem do Núcleo Central das Representações Sociais, que, em nosso trabalho, nos serviu como lente para tentar captar e compreender o fenômeno “período militar”,

para os moradores de Belo Horizonte. Nossa perspectiva era a de identificar se e como saberes se organizam, a partir de uma estrutura de pensamento.

A Teoria do Núcleo central desenvolvida por Jean-Claude Abric tem por base a premissa de que toda representação social tem uma organização, um núcleo central, no qual se concentram elementos mais estruturantes e estáveis do conhecimento, e, no entorno de tal núcleo, circulariam os elementos periféricos, que estão mais próximos ou mais distantes do núcleo, com uma função de sustentá-lo e protegê-lo (Abric, 2001; Flament, 2001). Entender o citado esquema nos possibilita a compreensão da relação do grupo social investigado, com o objeto de representação social, pois, é por meio da comunicação entre os grupos que são construídas as representações e as RS determinam também as interações.

Como dissemos anteriormente, além da identidade dos grupos, existe uma relação entre memória e representações sociais, que pode ser elucidada no contexto da abordagem do núcleo central, ao entendermos, pelas proposições de Jedlowski (2000), Abric (2001), Sá et al. (2009), que os saberes se constroem, a partir das memórias, e se tornam memórias. Em termos de memórias dos grupos, as memórias coletivas são componentes do núcleo central das RS, pois elas têm grande força estruturante, arraigada na história dos grupos, e assim, ajudaria a sustentar o conhecimento produzido. “. . . a memória se torna dimensão privilegiada do pensamento conhecido como representação social” (Sá et al., 2009, p. 248). Roussiau e Renard (2003) afirmam que, na tese de Moscovici, a relação entre memória e representações sociais dá sinais, ao conhecermos o processo de ancoragem, que é marcado pela “influência do passado dentro do pensamento presente” (p. 32), haveria, assim, uma historicidade entre o objeto e a representação social construída.

Para Abric (2001),

a representação social é um conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças e de informações referentes a um objeto ou uma situação. É determinada ao mesmo tempo pelo próprio sujeito (sua história, sua vivência), pelo sistema social e ideológico no qual ele está inserido e pela natureza dos vínculos que ele mantém com esse sistema social. (p. 156).

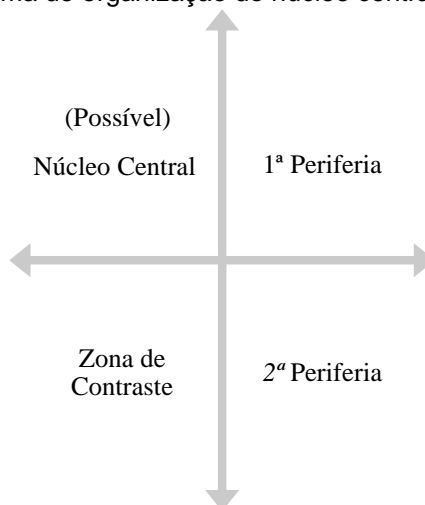
Na abordagem do núcleo central, o foco é entender como as RS se organizam e quais fatores, em tais contextos, subjetivo, social e ideológico, influenciam a organização, contribuindo para a manutenção de uma estrutura representacional, ou para a transformação, embora, o último processo seja mais lento e menos comum, pois, o núcleo central de uma RS é resistente à mudança, exatamente pela ligação com a identidade e a memória dos grupos. Segundo Abric (2001)

O núcleo central é um subconjunto da representação composto de um ou alguns elementos, cuja ausência desestruturaria ou daria uma significação radicalmente diferente à representação. Por outro lado, é o elemento mais estável da representação, o que mais resiste à mudança. (p. 163).

Assim, entendemos que são os elementos que compõe o núcleo central que dão corpo ao conhecimento produzido pelos grupos. Como definido, tal saber é anterior e, ao mesmo tempo, determina as ações dos sujeitos. Em termos de organização interna do núcleo central, na estrutura, ele teria uma função geradora: ali são criados sentidos e significados sobre o objeto em questão; e, em uma função organizadora, dentro do núcleo, existirá um vínculo entre os elementos ali presentes, que unificam, então, o conhecimento em questão, e ele também ordena os elementos que estão fora dela, a periferia (Flament, 2001; Abric, 2001). Tais elementos teriam, ainda, uma natureza normativa ou funcional e a ativação deles, bem como a identificação de uma hierarquia, se dá conforme o grupo ou a situação social em questão (Abric, 2001).

Em relação aos elementos periféricos, eles podem estar mais próximos ou mais distantes do núcleo central. Em esquema prototípico, que permite a visualização do esquema, a partir de um quadro de quatro casas, veríamos, além do núcleo central, duas periferias, e uma terceira, chamada também de zona de contraste. Na Figura 6, pode-se ver de forma mais clara o esquema.

Figura 6 – Esquema de organização do núcleo central e das periferias



Fonte: Adaptado de Abric (2021).

Tratamos o NC como possibilidade, pois, a partir da análise metodológica, indicada para a compreensão estrutural, indicamos sempre que podem ter outros elementos que compõe o núcleo e que a própria representação possa ainda estar em construção, e, assim, outros elementos poderiam ser acionados, a depender da situação. O núcleo central é protegido pela periferia ao redor dele, periferia que “serve de para-choque entre uma realidade que questiona o núcleo central” (Flament, 2001, p. 178). Tal estabilidade também é possível, porque há elementos na periferia que garantem uma familiaridade, uma aproximação com a normalidade, e na zona de contraste, como o nome indica, o contato que não é tão normal, o que se torna um ponto de observação, pois, poderiam indicar um posicionamento diferente de parcela do grupo. Ele guarda os não ditos. “Esses esquemas normais permitem à representação funcionar economicamente, sem que seja necessário, a cada instante, analisar a situação em relação ao princípio organizador que é o núcleo central” (Flament, 2001, p. 177).

Em nosso trabalho, buscaremos compreender como se organiza a representação social do período histórico que visamos investigar, o “período militar”, articulando com a compreensão sobre a memória atual dos belo-horizontinos, considerando que a abordagem do núcleo central tem sido utilizada em pesquisas sobre a memória histórica, como, por exemplo, o de Naiff (2005); Sá e colaboradores (2008; 2009) e Sá, Oliveira, Wolter e Vetere (2011). Nossa perspectiva não é apenas de localizar o

arranjo da estrutura, mas compreendê-la em relação ao contexto histórico, político e social, que contribuem para aquele tipo de organização.

Considerando a importância de conhecermos os aspectos acima citados, e o contexto em que as homenagens que estudamos aconteceram, passaremos agora a apresentar a cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, sendo ela território em que os grupos investigados residem, e que tem especificidades em relação à conjuntura da ditadura militar no Brasil.

3.4 Topografando Belo Horizonte: a cidade e ditadura militar

Entender a cidade como espaço coletivo, de trabalho, vida, convivência, lazer e de memória, é uma tentativa de olhar para o território, para além do aspecto geográfico, arquitetônico e urbano, mas como espaço democrático, de relação, existência, resistência. Partimos das “veias e artérias das cidades” (Duarte, 2004, p.12), pensando as ruas e as avenidas como lugares que carregam memórias e histórias de cidadãos, afetos, identidade. Se a cidade é espaço de negociação, de política, também precisamos dizer das marcas que os períodos históricos como a ditadura militar deixaram no espaço urbano.

Lugares de memória, lugares de história, lugares sociais, a cidade como lugar. Ana F. Carlos (2007) nos ajuda a compreender e a ampliar a noção de “lugar”, para além do território geográfico, para além dos registros memorialísticos em locais específicos, ou pelo espaço de acontecimentos de fatos. “O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo.” (Carlos, 2007, p. 17). Lugar de produção da vida e de sentido, a cidade se enquadra como lugar, enquanto território, e lugar no sentido da criação e da existência. Contudo, fatores tais quais a industrialização, a desigualdade social, as disputas de poder, as possibilidades de consumo e acesso, balizam a ocupação da cidade, como lugar de vida.

A partir da perspectiva do direito à cidade, desenvolvida por Lefebvre (1968/2008), pensar a cidade é fazer a transcendência do olhar do território geográfico, para as relações e o uso do espaço, as disputas de poderes pelo domínio dela e dos lugares; a construção e a reconstrução da cidade e das identidades, compreendendo que o sujeito na cidade se constrói e é construído por ela. Jodelet (2010) aponta a relação entre a memória dos lugares urbanos e afetividade, quando os sujeitos conseguem produzir e encontrar sentido diante das vivências cotidianas na cidade, ao transitar pelas ruas, ao caminhar em uma praça, ao se deparar com um monumento, ao olhar a um prédio e sentir-se tomado por sensações, lembranças, reflexões, saudades, silêncio. As memórias são marcadas pelo afeto, podem ter som, aroma, sabor, imagens, trilhas sonoras, podem acionar dor, alegria, esperança, revolta, pode ser muito mais que um lugar de vivência, mas de experiências carregadas de sentido.

Mais que identificar os detalhes do planejamento urbano, e as ideologias sob as quais estão sustentados os pilares de cada cidade, devemos nos atentar para o que faz a cidade pulsar. No projeto de Betinho Duarte (2004), vemos que a ideia de tornar uma “rua viva”, dando a ela o nome de um mineiro ou militante, que atuou ou nasceu em MG, em oposição à ditadura militar, é chamada por ele como uma “utopia”, um desejo de

[...] trazer para as artérias (não é esse o outro nome de rua, avenida ou praça?) da cidade a memória daqueles que doaram a vida pela utopia de uma pátria livre, justa e igual. Assim, a memória deixaria o remanso de seu porto para voltar a pulsar, viva, nas veias que transportam, no traçado da cidade, o sangue com que os homens continuam a construir seu cotidiano. [...] No seu conjunto, viva as ruas, os trajetos no chão são as rotas na história e permitem aferir o desenho da utopia, esse sonho que move os homens em direção de objetivos maiores (Duarte, 2004, p. 12).

O afeto envolvido na lembrança das pessoas homenageadas e a compreensão da cidade como suporte tanto para o ato de homenagem, como para a lembrança, pode possibilitar diferentes sentimentos dos grupos sociais, em uma relação com o espaço urbano. No livro “Meus heróis não viraram estátua”, Bolognesi & Puntoni (2012) refletem sobre as disputas sociais pela escolha de “heróis” da sociedade, em uma discussão sobre a manutenção de versões de memória e de histórias consideradas

como verdade. Assim, as homenagens nas cidades, sejam por meio de estátuas, nomeação de logradouros ou prédios públicos, trazem à tona elementos históricos, que fizeram com que aquelas pessoas fossem tomadas como objeto de homenagem. Contudo, a versão de memória e de fato histórico tomado como justificativa para a eleição dos personagens e locais estão sempre baseados na tal “verdade”, que sustenta as bases do motivo pelo qual o indivíduo em questão deve ser homenageado.

Na obra clássica sobre o direito a cidade, Lefebvre (2008) dá sinais sobre afetar e ser afetado na/pela cidade. O autor aponta que a cidade deve ser pensada, para além do tecnicismo, pois não é construída apenas por formas e estruturas. Sob uma ótica humanista, nos convoca a pensar a construção das cidades, a partir das ideologias e das relações. A cidade como o lugar da festa, de encontro, de trabalho, de exploração, de desigualdades, de política, de construção de sentidos.

Citando Lefebvre, Monte-Mór (2006) ressalta que, ao estudar e discutir a cidade, é preciso pensar nos processos de alienação dos cidadãos em relação ao espaço. Em uma perspectiva marxista, o aspecto relacional com o espaço urbano, envolveria também a falta de acesso e de poder, e, conseqüentemente, a não implicação com o espaço. Por via da alienação, e pela opressão, o cidadão é impedido de fazer outros usos da cidade, a não ser a relação de exploração via trabalho. O trabalhador convive na cidade, para trabalhar, para fins comerciais de compra e venda. As praças, os museus, as atividades culturais não seriam para ele, não por desinteresse, mas por exclusão. Tal aspecto se articula à questão memorialística de que o esquecimento e o silêncio estão ligados à falta de possibilidade de acessar alguns temas, como a vida política na cidade e a existência nela. O não saber, a ignorância social, tem, assim, classe, raça e gênero (Mills, 2007/2018), bem como o fazer política.

Em relação ao município que estudamos nesta tese, podemos dizer que Belo Horizonte capital do estado de Minas Gerais é uma cidade projetada, ainda jovem, em relação às cidades históricas de Minas, e do circuito da Estrada Real e dos municípios que foram parte da história do Ciclo do Ouro e da exploração de pedras preciosas em

Minas Gerais, como Ouro Preto (a antiga capital de Minas Gerais), Mariana e São João Del Rey.

Conforme aponta Salgueiro (2001), Belo Horizonte, tem 123 anos de criação (12/12/1897), sendo uma cidade pensada com base no modernismo e no que havia de mais recente em técnicas urbanísticas do século XIX. Inspirada em Paris, capital francesa, o projeto de BH foi construído pelo engenheiro Aarão Reis e pelo arquiteto José de Magalhães, ambos envolvidos em trabalhar com a construção de uma cidade “bela” e “útil” (Salgueiro, 2001). Conforme aponta Ribeiro (2011), a construção da cidade foi pensada contemplando a divisão territorial em três áreas: “uma área central, denominada urbana; em torno desta, uma outra denominada suburbana; e uma terceira área, chamada rural” (p. 9). E, assim, uma avenida que contorna toda a cidade, (Avenida do Contorno), fazia a separação entre o centro comercial, urbano, e as áreas suburbanas, hoje dividida entre bairros nobres e bairros pobres, a depender da região, e as áreas rurais, que possivelmente, hoje, são os bairros limítrofes com os municípios considerados “Região Metropolitana de Belo Horizonte” (Contagem, Betim, Santa Luzia, Sabará, Ribeirão das Neves, Ibirité, dentre outros).

Antes da criação de Belo Horizonte, a cidade histórica de Ouro Preto abrigava o título de capital das Minas Gerais, com arquitetura de ruas estreitas, casas sobrepostas, com baixa claridade e entre as montanhas. Na construção da nova capital a ideia era a construção de uma cidade ampla, que privilegiasse o espaço e a iluminação. Tal perspectiva urbanística também estava marcada pela inspiração filosófica do Iluminismo francês, e pelas características da capital parisiense, no que tange a beleza, conforto, saneamento, salubridade e demais características urbanas, que poderiam ser oferecidas à população.

Percebemos que o planejamento da cidade se deu na perspectiva do novo, da ruptura, da construção de uma cidade progressista e racional (Salgueiro, 2001). Assim, vemos as bases ideológicas sob as quais se edifica a cidade belo-horizontina, marcada pela racionalidade e pelos pressupostos de fraternidade, igualdade e liberdade.

Pensando a cidade como lugar de política e poder, em relação ao contexto da ditadura militar, Belo Horizonte foi um dos centros de organização de tropas militares que, junto à alta cúpula militar, iniciaram a tomada de poder, e a saída de Jânio Quadros em 31 de março, para 01 de abril de 1964 (JusBrasil, 2020). A conspiração militar em Minas Gerais recebeu o apoio e a participação de políticos, como Magalhães Pinto, governador do Estado, naquele período. A arquitetura do plano militar, com a saída de tropas de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, articulava, no Ministério de Guerra, diferentes corporações militares de estados como São Paulo, parlamentares, e até forças militares norte-americanas (JusBrasil, 2020).

Acontecimentos violentos, envolvendo a polícia do estado de Minas Gerais, davam sinais antecedentes do início do golpe militar. Em 1963, no município de Ipatinga/MG, a ação dos militares em confronto com trabalhadores operários da “Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A” (USIMINAS), organizados sindicalmente e em greve, ocasionou o chamado “Massacre de Ipatinga” (COVEMG, 2017), episódio que marca o uso desmedido da violência estatal como instrumento que, nos anos vindouros, seria institucionalizado e se intensificaria.

Starling (1986) aponta que, na década de 1960, por trás do ar pacato e tradicional da capital mineira – atributos culturais e identitários dos mineiros – havia uma efervescência política grande, envolvendo grupos de oposições, entre aqueles que defendiam a segurança da cidade e do país, na manutenção da ordem, e dos considerados comunistas/subversivos.

Por detrás dessa aparente tranquilidade, Belo Horizonte fervilhava politicamente. Ao final de 1961, um conflito ocorrido entre o general Punaro Blay, comandante da ID/4, e o jornalista José Maria Rabelo, editor do jornal *O Binômio*, marcou o início das explosões políticas que se estenderiam por todo o estado e caracterizariam Minas Gerais como uma das áreas críticas do quadro geral de tensão social e ideológica a que fora conduzido o país. (Starling, 1986, p. 78).

Os conflitos entre a defesa de um posicionamento, que respaldava a necessidade de Segurança Nacional e a ameaça do perigo comunista, fortaleceram o projeto de depor João Goulart, pois os ideais do governo desagradavam a parte da sociedade. Starling (1986) indica que, diante da conjuntura política da época, os grupos conservadores, representados sobretudo pela elite tradicional mineira se baseavam na crença da ameaça comunistas e “acreditavam que a crise brasileira do período era resultante de três crises principais: de autoridade, de moralidade e administrativa. ... crises, que Goulart seria incapaz de debelar” (Starling, 1986, p. 79). No contexto de Minas, a relação entre o empresariado mineiro (crise administrativa), setores da sociedade civil (crise da moralidade) e as forças militares (crise de autoridades), se fortaleceram para superar os colapsos (Starling, 1986).

Além da citada junção, Starling (1986) desvelou a existência de um grupo considerado “paramilitar”, formado por integrantes ideologicamente conservadores do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), denominado “IPES-Novos Inconfidentes”, que, discordando e revoltando-se contra o governo de João Goulart (Jango) e as propostas de Reformas Sociais de Base, e defendendo as elites políticas, empresariais e o desenvolvimento do capitalismo, arquitetavam um ataque ao presidente. Havia uma estratégia de ataque a Jango, e, provavelmente, poderia ter acontecido em Belo Horizonte, pois em 21 de abril de 1964, ele estaria na capital mineira, e seria um dia extremamente emblemático, pois, se lembra em feriado nacional o dia da morte de Tiradentes, o famoso Inconfidente Mineiro, Joaquim José da Silva Xavier, considerado um herói do movimento separatista da inconfidência mineira³⁰. Contudo, a tomada de

³⁰ Sobre a Inconfidência Mineira, destacamos que se tratou de um período histórico das Inconfidências: “Quatro movimentos de oposição ao poder constituído, todos ocorridos durante o período colonial, são hoje conhecidos pela mesma qualificação. Teriam sido *“Inconfidências”*, tanto a mais famosa, em Minas Gerais (1788-1789), quanto as posteriores, no Rio de Janeiro (1794), na Bahia (1793-1798) e em Pernambuco (1801). O termo em comum tem o significado de *traição à Coroa*. Mas ele encobre grandes diferenças entre cada uma dessas manifestações políticas. . . . A Inconfidência Mineira foi uma conspiração abortada, protagonizada por membros das elites intelectual, política, social e econômica, quase todos brancos (a única exceção foi um mulato, sem importância no movimento). Com a intenção de reter em suas mãos as riquezas geradas na capitania, combatiam o monopólio da Coroa sobre o comércio e sobre a extração de diamantes, pediam o perdão de dívidas e defendiam a liberdade para estabelecer manufaturas. O que os inconfidentes queriam era participar do poder e de oportunidades de lucro, fossem elas lícitas ou ilícitas (o contrabando). Para isso, cogitaram diferentes soluções: implantar uma República (sua proposta predominante), ou que a família real (ou um de seus membros) viesse para o Brasil, ou que se fizesse alguma negociação com a Coroa portuguesa. Falavam na transferência da capital para São João Del-Rei, na criação de uma Universidade em Vila Rica e na criação de milícias formadas

poder via golpe militar em 01 de abril de 1964, antecipou os planos de derrubada de Jango. A nomeação de “Novos Inconfidentes, nos faz rememorar as práticas de tortura, as prisões o exílio, suicídios e a morte de Tiradentes, por enforcamento, quando a tentativa de restauração da ordem ainda no século XVIII, em Minas Gerais, dava sinais do conservadorismo mineiro” (Starling, 2007).

A organização das elites mineiras desde a Inconfidência, indicava que a manutenção dos ideais burgueses e conservadores nas Minas Gerais, eram amplamente cultuados. Mesmo tendo sido criada inspirada nos ideais iluministas (Liberdade, Igualdade e Fraternidade), a cidade foi central na preparação, para a derrubada do ex-presidente João Goulart e para a instauração do Golpe Militar de 1964-1985. Embora o início do Golpe Militar seja marcado pelo primeiro dia do mês de abril de 1964, em Belo Horizonte, tropas armadas sob o comando do general Mourão Filho foram organizadas para chegarem ao Rio de Janeiro, para atacar o Ministério de Guerra do governo João Goulart, e, assim, atacando a segurança do país, conseguiriam a desarticulação e deposição de Jango.

31 de março de 1964, Exército, sob o comando do general Mourão Filho, e Polícia Militar de Minas Gerais anunciam, ao nascer do dia, que estavam rebelados contra o governo federal. Foram imediatamente apoiados pelo efetivo do II Exército (SP). . . . Tropas do I Exército, leais a Jango, se deslocam de Brasília para Minas Gerais para tentar conter o motim. Liderada pelos governadores de Minas Gerais, Magalhães Pinto; de São Paulo, Paraná, e da Guanabara (RJ). . . . [a] ação de políticos de apoio ao movimento militar é intensa. O senador Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional, dá o tom aos demais parlamentares, classificando o governo Jango como uma agressão frontal à Constituição, que precisa ser repelida. Como resposta à rebelião militar iniciada em Minas. . . . Os Estados Unidos, hoje reconhecidos como parte dos articuladores do golpe, declaram, por meio do Departamento de Estado, que acompanham cuidadosamente e com preocupação a crise brasileira (Associação do Ministério Público de Minas Gerais, 2014, parágrafos 7-9).

Considerando a capital mineira como influente em relação ao golpe, visando inclusive a proteção e a manutenção do conservadorismo econômico, social, moral e político (Starling, 1986), a ideia de que um governo comunista subverteria a ordem das coisas, inclui as propostas reformistas de João Goulart, por isso, a manutenção de algumas

pelos cidadãos, no lugar de um exército permanente. Sonhavam com apoios da França e dos Estados Unidos. Pensavam em alforriar mulatos e crioulos (escravos nascidos na colônia), mas houve oposição à ideia. . . . Os inconfidentes falaram explicitamente em República e em ruptura dos laços com a mãe-pátria [Portugal]. (Villalta, 2013, p. 1-3)

reformas foram realizadas durante o período militar. Em relação às “coisas boas” do período, muito se fala a respeito do desenvolvimento do país, da construção de estradas, conjuntos habitacionais, o próprio “milagre econômico”, e as oportunidades para grupos seletos como o de aquisição de automóveis. Como pontuam Almeida e Weiss (1997), é um período ambíguo, do “carro zero e o pau-de-arara”. Se para determinados grupos a possibilidade de locupletar no período foi grande, o aumento das desigualdades sociais, da pobreza, da alta inflação, do arrocho salarial, também fizeram parte de tal cenário.

Em relação aos lugares marcantes durante o período ditatorial, na cidade de Belo Horizonte, destacamos alguns ambientes como o Edifício Arcângelo Maletta, ponto de encontro de intelectuais, artistas e estudantes da época; a Praça 7 de Setembro, no coração do centro de BH, palco de manifestações sociais, greves, atos, naquela época e ainda nos dias de hoje; o antigo prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG, são alguns dos locais na cidade, marcados pela militância política, assim como há lugares marcados pela repressão, como o prédio do antigo DOPS, na Avenida Afonso Pena, e o Colégio Militar, na região da Pampulha.

Aqui, destacamos o prédio da nossa Faculdade, a antiga FAFICH, na famosa Rua Carangola, no Bairro Santo Antônio, região centro-sul de BH, que foi um dos cenários onde estudantes secundaristas e universitários, além de artistas que frequentavam o teatro universitário (TU) no mesmo local, se organizaram na militância de oposição à ditadura militar em Belo Horizonte. O antigo prédio da FAFICH abrigaria o inacabado e não inaugurado Memorial da Anistia Política no Brasil.

Em relação aos estudantes que frequentavam o local, Clara Arreguy (2005) relata que os “faficheiros” eram jovens de estilo alternativo, que discutiam política, comida natural, macrobiótica e temas da vida cotidiana. Reuniram-se ali para formar as organizações de militância como a Ação Popular (AP), composta por jovens participantes da Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universidade Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC). Os diretórios acadêmicos (DA)

e os diretórios centrais dos estudantes (DCES), frutos da setorização estratégica da ditadura, no meio acadêmico, abrigavam as ideias da União Estadual dos Estudantes (UEE) e também da União Nacional dos Estudantes (UNE). Arreguy (2005) ressalta que estudantes da classe média, bem como estudantes pobres e trabalhadores das classes operárias, circulavam na FAFICH, e outros pontos como a Faculdade de Medicina da UFMG e a Faculdade de Direito da UFMG, e o famoso Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP), também importantes locais de resistência.

A participação dos estudantes na oposição à ditadura em BH, é bastante relevante. Em 1977, dez anos depois de um período grande de reclusão e de atos e manifestações nas ruas, houve na cidade a preparação para o III Congresso da UNE, no qual estudantes de BH marcaram uma reunião que ficou conhecida pelos agentes da repressão na cidade, que invadiram a reunião, que acontecia na Faculdade de Medicina da UFMG, onde mantiveram presos estudantes organizados para reunião, trabalhadores do local, e nas redondezas da região hospitalar.

Além desses espaços estudantis, alguns setores da Igreja Católica também deram apoio aos estudantes engajados nos movimentos sociais. Na ocasião do Congresso da UNE, padres da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, também na região centro-sul, abrigaram estudantes desavisados que estavam chegando para o evento (Arreguy, 2005).

Estima-se que mais de 5.000 pessoas estiveram presentes no ato. As lideranças foram presas e levadas para a delegacia/presídio da Gameleira, e para o Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS na avenida Afonso Pena.

Figura 7 – Guia “Memórias de Resistência – lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964 a 1985



Fonte: Guia “Memórias de Resistência – lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964 a 1985, em Belo Horizonte” (BELOTUR, 2014, p.2)³¹. Como a imagem ampliada não garante uma visualização nítida, fizemos uma divisão, nas figuras a seguir, para tentar demonstrar a organização do mapa no guia.

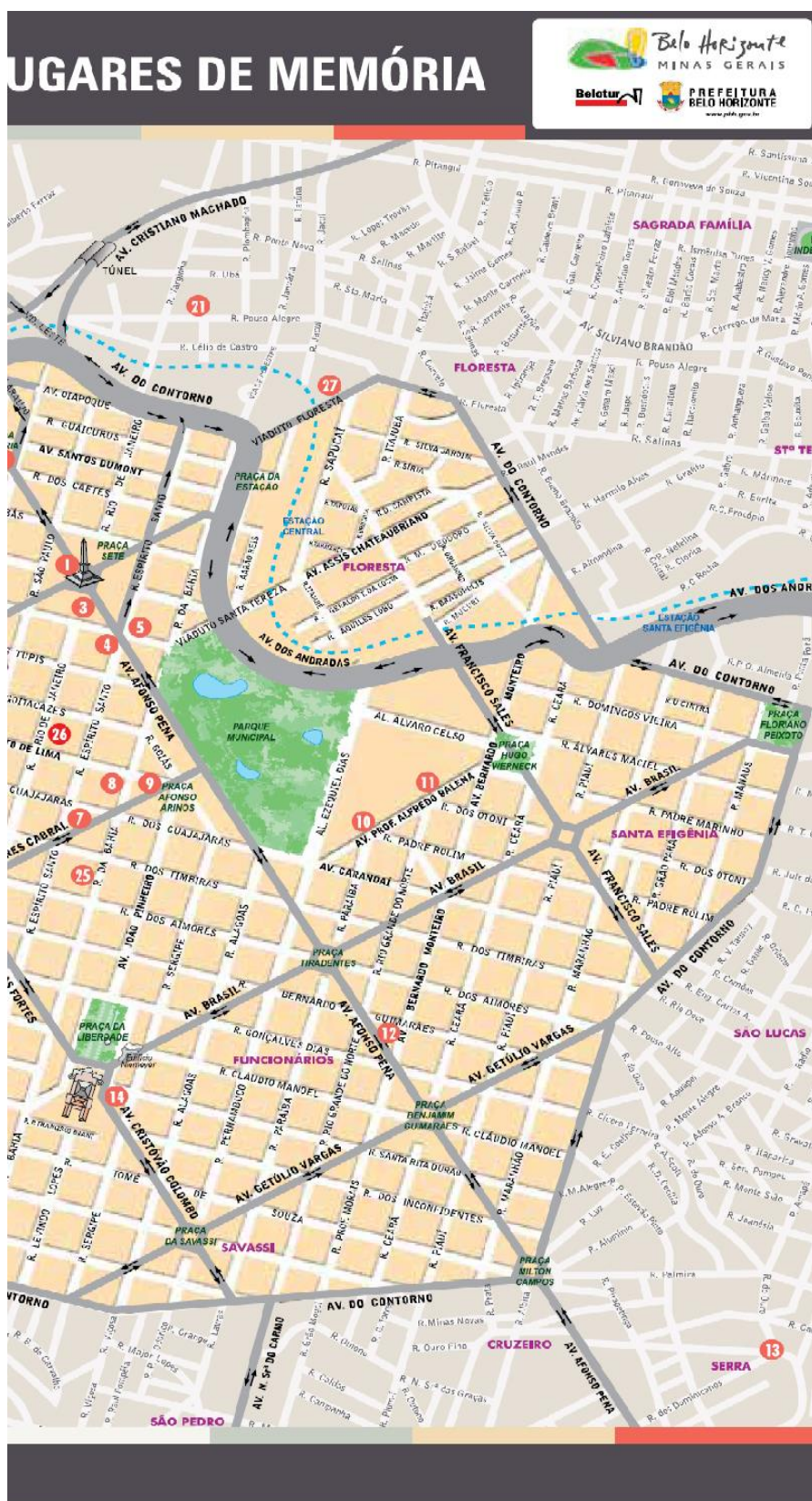
³¹Anteriormente recuperado em http://portalbelohorizonte.com.br/sites/belohorizonte.pbh.gov.br/files/guia_memoria.pdf; Em consulta recente (junho/setembro de 2020), verificamos que o site da BELOTUR apresentava a mensagem de “Erro 404”, informando que a página não pode ser encontrada, e assim, por meio do site da Prefeitura, não foi possível localizar o guia em PDF. Não há informações sobre a retirada do ar, nem encaminhamento para outro link de acesso. Encontramos um novo link apenas num formato reduzido e editado em tamanho, disponível no Portal G1 (http://estaticog1.globo.com/2014/04/03/guia-memoria-de-resistencia.pdf?_ga=2.72740883.1098564852.1592405505-269815473.1571749717). As imagens seguem nas próximas páginas, divididos em duas figuras, a fim de tentar otimizar a visualização dos pontos no mapa, mas estão assim apresentados também no guia disponibilizado no site.

Figura 8 – Guia “Memórias de Resistência – lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964 a 1985 (parte 1)



Fonte: Guia “Memórias de Resistência – lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964 a 1985, em Belo Horizonte” (BELOTUR, 2014.) Indicação dos locais de repressão e resistência.

Figura 9 – Guia “Memórias de Resistência – lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964 a 1985 (parte 2)



Guia “Memórias de Resistência – lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964 a 1985, em Belo Horizonte” (Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Belotur, 2014.) Indicação dos locais de repressão e resistência.

Em relação a esses lugares de resistência e repressão, citamos, neste trabalho, que a secretaria de turismo de BH, por meio da BeloTur, criou um guia, em formato impresso e digital (Figuras 7, 8 e 9), destacando 27 lugares considerados espaços de repressão e resistência em Belo Horizonte. Entre eles estão lugares conhecidos, e que ainda hoje são espaços de encontros e organização dos movimentos sociais em BH, espaço de lutas e reivindicações, como a Praça 7 de setembro. Embora a proposta da BeloTur tenha grande importância, não há, em tais locais, informações, por meio de placas ou de informes impressos, de que aquele é um lugar memorialístico, onde aconteceram fatos importantes da história, não apenas de Belo Horizonte, mas do Brasil.

Por meio de alguns dos exemplos, vemos como a história da cidade é marcada pelos acontecimentos históricos, e versões de memória sobre os lugares são eleitas para serem propagadas. Em relação à ditadura, sabemos que, em BH, existiram locais de resistência e repressão, e por isso, nos interessa entender os suportes dessas memórias e o que elas simbolizam. Jodelet (2013) ressalta que muitos silêncios são forçados nos espaços urbanos, para não desvelar os acontecimentos violentos e vergonhosos que aconteceram ali, por isso, nos interessa entender como são contadas as histórias de Minas para os mineiros? Quais os capítulos são destacados, e quais permanecem em segredo?

4 MÉTODO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Visando compreender a construção da memória histórica do período militar no Brasil (1964-1985) e dos saberes do grupo social investigado sobre o tema, seguiremos as indicações de Sá (2009), acerca do desenvolvimento de pesquisas, que visem estudar a memória histórica de algum período:

O estudo de memórias históricas documentais pela psicologia social da memória exige, pois, que, dada uma população e um fato, processo ou período histórico: (1) sejam identificadas as fontes documentais de conhecimento histórico disponíveis; (2) seja avaliado o grau de “mobilização funcional” da população em relação a tais documentos, incluindo a circunstância de que alguns deles se tenham constituído em “lugares de memória”; (3) e, como convém a qualquer pesquisa de natureza psicossocial, seja dada a palavra a membros individuais da população, para se inferir como aquele fato, processo ou período é socialmente representado. (Sá, 2009, p.96).

Partindo da orientação acima, realizamos quatro etapas metodológicas com diferentes procedimentos de coleta e análise de dados, buscando identificar as fontes documentais, observar a mobilização da população, em torno dos possíveis lugares de memória (no caso de nossa pesquisa, os logradouros públicos homenageados), e ouvir os moradores sobre as lembranças em relação ao período histórico e às homenagens. As quatro etapas que compõe a pesquisa foram pensadas, ainda, a partir dos objetivos propostos neste trabalho, no intuito de alcançá-los.

Apresentaremos, neste capítulo, a descrição dos procedimentos metodológicos empreendidos em cada uma das etapas, considerando, como apontado por Flick e Foster (2008), que não há indicação de um método específico na Teoria das Representações Sociais, assim como no estudo de uma Abordagem Psicossocial da Memória, mas indicações e tendências metodológicas, visando a compreensão dos fenômenos, conforme o objeto de pesquisa e os objetivos do estudo.

O uso de diferentes procedimentos de coleta e análise de dados nas pesquisas sobre memória e representações sociais deve considerar a perspectiva paradigmática de construção social da realidade (Berger & Luckmann, 2012), e a relação entre sujeito/objeto/outro (Moscovici, 2012), a partir da qual percebemos a necessidade de ampliar as estratégias de coleta e análise do material.

Enquanto uma teoria da Psicologia Social, a TRS tem sido utilizada em diferentes campos de estudo, e o desenvolvimento de pesquisas em representações sociais têm contribuído para o avanço da teoria e das técnicas utilizadas nas pesquisas. Em um levantamento realizado pela equipe do Núcleo de Pesquisa Memória, Representações e Práticas Sociais (UFMG), juntamente com a profa. Dra. Zeidi Araújo Trindade (UFES), apresentado na IX Jornada Internacional sobre Representações Sociais e VI Conferência Brasileira sobre Representações Sociais (JIRS/CBRS), em 2013, em Recife/PE, percebemos, por meio da análise dos resumos enviados para as quatro edições anteriores da JIRS no Brasil, a expansão dos estudos em Representações Sociais no país, e, com isso, as experimentações de diferentes técnicas de coleta e análise de dados em contextos distintos de pesquisa (Trindade, 2013). Situou-se, também, a necessidade de não apenas reproduzirmos um modelo único ou seguir tendências – sem a devida análise conjuntural da pesquisa em questão – mas o cuidado no uso das técnicas e o rigor e clareza na descrição metodológica nos trabalhos publicados.

No artigo publicado pela profa. Dra. Clélia Maria Nascimento-Schulze e pelo prof. Dr. Brígido Vizeu Camargo ainda nos anos 2000, há exemplos das múltiplas possibilidades metodológicas para as pesquisas em RS, e a observância das decisões metodológicas, a partir do interesse/objetivo da pesquisa, do delineamento da pesquisa, do objeto representacional em questão, e da abordagem adequada para a compreensão do fenômeno. De forma sucinta e elucidativa, na perspectiva processual (Moscovici, 2012), deve-se estar atento à busca pela compreensão dos processos de ancoragem e objetivação das RS; na abordagem estrutural (Abric, 2001; Flament, 2001), à compreensão dos elementos, que constituem um possível núcleo central e a periferia da RS e a relação entre os elementos; e ainda, na abordagem societal,

proposta por Willen Doise (Almeida, 2009), o estudo das RS, a partir dos diferentes níveis de análise (da interindividual à societal).

No referido artigo são citados diferentes delineamentos de pesquisas em RS e técnicas de coleta e análise de dados nas pesquisas em RS: o método etnográfico, o diário de campo, a observação participante, as entrevistas, questionários, grupos focais, o teste de associação livre de palavras (TALP), o uso de experimentos controlados, a utilização de metáforas; e diversos tipos de análises, lexicais, estatísticas, de conteúdo, de discurso (Nascimento-Schulze & Camargo, 2000).

Em nosso trabalho, a análise de dados contou com o uso de *softwares* estatísticos, estatística simples, frequências, e a análise de conteúdo temática (Bardin, 2011). Consideramos nosso trabalho em uma perspectiva quali-quantitativa, em que o quantitativo nos serviu como base, para a interpretação e a compreensão do qualitativo e que a leitura dos dados numéricos levou em consideração o “mundo social” (Bauer & Gaskell, p.24). Mais que precisar uma divisão entre quali e quanti, e conhecendo o debate em torno de tal dicotomia, reiteramos a necessidade de “. . . . uma consciência adequada dos diferentes métodos, de uma avaliação de suas vantagens e limitações e de uma compreensão de seus usos em diferentes situações sociais, diferentes tipos de informações e diferentes problemas sociais” (Bauer & Gaskell, 2008, p. 22).

Bauer e Gaskell (2008) sinalizam que situar uma pesquisa social dentro de uma perspectiva qualitativa ou quantitativa não pode ser algo limitante e estático, pois, depende do tipo de geração de dados que se pretende fazer, das técnicas e métodos para a coleta e análise dos dados, e do interesse e delineamento da pesquisa. Para os autores, as dimensões são independentes, contudo, a compreensão é de que os métodos, para geração e análise dos dados, seriam indicadores de uma perspectiva qualitativa ou quantitativa, considerando, porém, que “Não há quantificação sem qualificação (e) não há análise estatística sem interpretação” (Bauer & Gaskell, 2008, p.24).

Diante da hipótese teórica de que silêncio e esquecimento são propriedades da memória social (Jodelet, 2012) e que memória e representações sociais são fenômenos complexos, socialmente construídos pelos grupos sociais em interação, buscamos nesta pesquisa utilizar diferentes instrumentos e técnicas de coleta e de análise de dados, organizada metodologicamente em quatro etapas.

Considerando o primeiro objetivo específico da tese, “identificar e mapear logradouros públicos (ruas, avenidas, becos, praças, viadutos) em Belo Horizonte, que homenageiam militantes políticos de oposição ao regime militar no Brasil”, realizamos a etapa 1 e a etapa 2 da pesquisa. A primeira tratou-se de um levantamento documental dos logradouros públicos, em Belo Horizonte, realizado a partir do livro “Rua Viva”, complementado por buscas na rede mundial de computadores, via buscador Google®. No levantamento, identificamos os logradouros públicos, em Belo Horizonte, que receberam o nome de um militante político de oposição à ditadura militar, como ato de homenagem. Sistematizamos as informações em um banco de dados “único”, que serviu como suporte para as outras etapas deste estudo, sendo uma fonte de informações útil, não apenas para a pesquisa atual, mas, para projetos futuros sobre a temática.

A segunda etapa consistiu no mapeamento, na cartografia dos logradouros identificados no banco de dados da etapa 1, que continha, também, informações sobre as nomeações que foram leis, projetos de lei, ou decretos publicados no livro “Rua Viva” (fonte primária de informações). Foram coletados dados complementares em fontes *on-line*, como projetos de lei de outros vereadores e deputados de Belo Horizonte, que deram continuidade aos atos de homenagem nos logradouros públicos em BH. Algumas informações do banco de dados foram geoprocessadas resultando em um mapa representativo desses logradouros públicos, objetos de homenagem. Durante a descrita etapa, objetivamos criar um produto visual e organizativo de tais dados, que estavam pulverizados em diferentes fontes; além de obtermos um produto que poderá, futuramente, se tornar objeto de usufruto da sociedade, que é a ideia da criação de um mapa interativo, por meio do qual seja possível acessar e visualizar quais são os logradouros homenageados, a região da cidade em que se localizam,

quem foi o militante político homenageado, a foto e uma pequena biografia desse(a) militante, e nos casos de ruas renomeadas, quem são as pessoas que davam o antigo nome. O mapa interativo produzido diz respeito ao recorte dos 20 logradouros públicos em que realizamos a coleta de dados da quarta etapa desta pesquisa.

Visando atender ao nosso segundo objetivo específico de “compreender os projetos de lei no município de Belo Horizonte que deram origem às homenagens aos militantes políticos, as continuidades, limites e potencialidades” e, a fim de complementarmos as informações sobre o processo de nomeação das ruas aos homenageados em BH, a terceira etapa da pesquisa consistiu na realização de uma entrevista semiestruturada com o ex-vereador de Belo Horizonte, Betinho Duarte (idealizador do Projeto Rua Viva em BH). Por meio de tal etapa, ampliamos o conhecimento do processo de toponímia urbana de BH, além dos processos institucionais, como as possibilidades e entraves enfrentados para a construção e a execução dos projetos e os planos futuros advindos do projeto Rua Viva.

Por fim, a quarta etapa da pesquisa pretendeu alcançar o terceiro e o quarto objetivo da pesquisa, “conhecer as possíveis representações sociais de “período militar” para moradores de um conjunto específico de ruas homenageadas na cidade de Belo Horizonte” e o de “entender o estado atual da memória dos moradores de Belo Horizonte sobre o período militar, identificando nas narrativas dos respondentes elementos como as lembranças, silêncios e esquecimento.” Para isso, realizamos uma pesquisa de campo nas nove regionais de Belo Horizonte, em 20 logradouros públicos selecionados no banco de dados feito na primeira etapa, nos quais aplicamos 160 questionários face a face, tendo sido validados, para análise, 150 questionários. A observação participante e o registro em diário de campo também foram fundamentais, para complementarmos o olhar sobre o campo e as interações que extrapolaram a estrutura do questionário. O instrumento foi preparado com o propósito de acionar elementos mnemônicos e representacionais sobre “o período militar” no Brasil e sobre os atos de homenagens, nos logradouros públicos de BH.

As quatro etapas aconteceram de forma subsequente, considerando o interesse em aprofundarmos em cada etapa os temas lacunares ou não tocados durante a etapa anterior. Assim, tais etapas são complementares. A orientação de cada uma delas, partiu dos objetivos geral e específicos propostos na pesquisa, nos permitindo uma organização e a consideração da importância e da necessidade de cada uma das etapas. Elas se entrelaçam e se complementam, por nos permitirem compreender a construção da memória e das representações sociais do período a partir do material documental produzido, da representação gráfica dos pontos, da narrativa de pessoas envolvidas na condução do projeto de nomeação e homenagens e, por meio do entendimento do estado atual da memória e da produção dos conhecimentos socialmente construídos por esses grupos de moradores de Belo Horizonte, sobre o período militar.

A combinação de métodos qualitativos e quantitativos, usados nas diferentes etapas dos estudos, nos permitiram, ao final, visualizar a relação entre as etapas da pesquisa, apontando a convergência e sustentação dos dados, das hipóteses e aspectos teóricos estudados (Flick, 2009).

O desenho metodológico das etapas da pesquisa recebeu parecer favorável do Comitê de Ética de Pesquisa da UFMG, sob o número de parecer consubstanciado do CEP: 2.701.731 - CAAE: 89131418.2.0000.5149 (Apêndice A, Anexo A), a partir do envio de projeto conjunto, no qual articulamos as etapas descritas à uma coleta no ciberespaço, sendo o último trabalho conduzido por Oliveira (2019).

Apresentaremos, a seguir, os capítulos metodológicos, seguido dos resultados e da discussão das quatro etapas de nossa pesquisa para a compreensão mais organizada dos dados, próxima à discussão metodológica.

Ressaltamos que, em alguns momentos, aspectos observados em etapas posteriores ou anteriores serão demonstradas, a fim de complementar a informação apresentada

no momento. A seguir, apresentamos a Etapa 1 (Levantamento documental), a Etapa 2 (Cartografia/mapeamento), posteriormente, a etapa 03 (entrevista) e, por fim, a última etapa (04), com a pesquisa de campo (questionários).

4.1 Etapa 1 – Pesquisa Documental

4.1.1 Descrição de procedimentos metodológicos

Neste capítulo apresentamos o levantamento documental, realizado como primeira etapa desta pesquisa, visando a identificação e a organização de informações sobre os logradouros públicos em Belo Horizonte, cujos nomes faziam homenagem a algum militante político de oposição ao Governo Militar, ou alguma personalidade que deu apoio/ou proteção aos militantes ou às organizações de esquerda, na luta pelos direitos humanos.

4.1.1.1 Fonte e coleta de dados

A principal fonte documental foram os dois volumes do livro “Rua Viva”, oriundos do projeto de lei homônimo, criado em 1994, de autoria do ex-vereador da cidade de Belo Horizonte, Betinho Duarte. O livro foi a fonte básica para a coleta, por condensar as informações sobre os homenageados no projeto e sobre os logradouros objetos de homenagem, sendo uma ação pioneira, no Brasil, no que tange às homenagens aos militantes políticos, dando aos logradouros públicos da cidade o nome deles.

O projeto “Rua Viva” foi desenvolvido pelo ex-vereador Betinho Duarte, ao longo de três mandatos na Câmara Municipal de Belo Horizonte, (1993 a 2004). A primeira edição do livro foi publicada, ainda, no primeiro ano de mandato, em 1994, mesmo ano da criação e execução do projeto “Rua Viva: o desenho da utopia”. Em 2004,

houve a revisão do livro, em relação de alguns itens, além da inclusão de alguns nomes e informações sobre os homenageados, além da revisão na primeira edição, houve também a publicação de uma segunda edição, com adendo de nomes de mais militantes políticos homenageados, que ficaram de fora do primeiro volume. Em 28 de agosto de 2004, data em que a promulgação da Lei da Anistia de 1979, no Brasil, completou 25 anos, foi lançada a segunda edição do livro, proposital e especialmente no dia simbólico. Os dois volumes foram utilizados como fonte de dados neste trabalho.

A obra foi feita em parceria com a equipe de assessoria do parlamentar, que realizou inúmeras buscas e pesquisas por informações sobre os militantes políticos nascidos em Minas Gerais, ou com história de militância em MG, que se tornaram conhecidos por sua história de militância ou causa de morte, a grande parte delas, causadas pela truculência do aparato repressivo do Estado brasileiro, em situações de clandestinidade, prisão, tortura e exílio, no período de 1964-1985.

Como continuidade do projeto “Rua Viva”, outros parlamentares de Belo Horizonte, como o vereador Tarcísio Caixeta (PT; Pcdob; REDE – 2000-2016), e o ex-vereador (2005-2011), ex-deputado estadual (2011-2016) e ex-vice-prefeito (2016-2020), Paulo Lamac (PT; REDE) fizeram projetos de leis que visavam homenagens a outros militantes políticos de esquerda e ações de projetos de lei de reivindicação, para a renomeação de logradouros e prédios públicos, que ainda mantinham (e mantêm) o nome de torturadores e agentes da repressão do período militar no Brasil (1964-1985). Como os dados desses projetos de lei não estavam incluídos nos livros, usamos como segunda fonte, a publicação de tais projetos, biografias dos militantes e dados geográficos, em buscas na rede mundial de computadores, por meio do buscador Google, inclusive em um *blog* criado pelo ex-vereador, Betinho Duarte, que manteve atualizada a listagem com nomes e dados dos novos homenageados.

Nosso contato com o livro Rua Viva e a decisão pela escolha dele como fonte de informações, e por que não, de documentos sobre os militantes homenageados, se

deu a partir do contato que tínhamos tido com o material, por meio de nossas participações em eventos ligados à temática da ditadura militar, nos quais a presença de militantes políticos de esquerda, como o ex-vereador Betinho Duarte, são constantes. Ele próprio nos forneceu o livro na versão em *portable document format* (PDF), e posteriormente, um exemplar impresso do primeiro volume.

A rede de contato de nosso núcleo de pesquisa com os militantes políticos, que militaram no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), possibilitou, depois, o contato em entrevista com o próprio autor do livro. Identificar tal fonte de informações foi igualmente importante, para evidenciarmos a existência de um projeto de tal envergadura, em nosso município, e por que não, no país, e que antecede a própria criação de recomendações de reparação simbólica de entidades como a Comissão Nacional da Verdade, por exemplo. Justifica-se, assim, a importância do estudo do fenômeno de memória social de um período tão marcante e que ainda permanece influenciando determinadas práticas e discursos, que geram violência e impunidade, tendo em vista a falta de responsabilização e julgamento de agentes do Estado, reconhecidos como torturadores, no período em estudo (COVEMG, 2017; CNV, 2014; Guerra, Netto & Medeiros, 2012; Arquidiocese de São Paulo, 1985).

Tendo em vista nosso objetivo de conhecer a memória histórica do citado período, o levantamento de informações específicas foram fundamentais, não apenas para a etapa do estudo, em questão, mas para as demais. De acordo com Souza e Menandro (2007), a pesquisa documental, e as fontes estudadas, se relacionadas aos objetivos da pesquisa, são importantes ferramentas para os estudos sobre os processos psicossociais, nos levando a um retorno em uma espécie de "máquina do tempo" (p.152), confluindo elementos memorialísticos do tempo passado e presente.

O levantamento documental foi orientado pautando-se em algumas etapas, como a:

a) localização do material documental (que pode estar em fontes conhecidas e desconhecidas); b) seleção de elementos relevantes para a investigação (envolvendo cuidados com representatividade, autenticidade, contextualização; c) organização das informações (classificações ou categorizações temáticas, cronológicas, regionais, ideológicas, por grupos de autoria, conforme objetivos da investigação; d) análise interpretativa e construção de inferências. (Souza & Menandro, 2007, p. 159).

Seguindo as orientações de Souza e Menandro (2007), localizado o material, a coleta de dados teve início com a seleção e apreciação dos dois volumes do livro “Rua Viva”, visando identificar as principais informações, a estrutura dos textos, as fontes pesquisadas para a produção deles. No primeiro volume, constam listados 168 logradouros que incluem praças, avenidas, ruas e um beco. O segundo volume inclui mais 14 homenageados, totalizando 182 logradouros públicos, objetos de homenagens publicadas nos dois volumes do livro.

Além dos 181 logradouros e um prédio público (uma escola municipal), apresentados nos dois volumes do livro Rua Viva, identificamos outros 19 logradouros públicos em BH que homenageiam os militantes políticos, totalizando 200 logradouros, dado que não incluímos em nosso recorte as homenagens em prédios públicos, e a escola não entrou no recorte, sendo uma possibilidade de estudos futuros.

Quanto aos últimos 19 logradouros identificados, a maior parte deles são frutos dos projetos de lei de autoria do vereador Tarcísio Caixeta, em 2012, incluindo a renomeação de dois elevados. Tais dados complementares foram obtidos por meio de pesquisa na Internet, e estavam publicados no blog pessoal de Betinho Duarte (<https://betinhoutopia.blogspot.com/search?q=Caixeta>) que continua acompanhando os projetos de lei que visam tais homenagens e as ações em torno delas.

Os elementos selecionados foram os textos, sendo que cada capítulo do livro se refere à biografia de um militante político, e recebe o nome do militante, seguindo a ordem alfabética, para a publicação e organização. O primeiro volume do livro contém 679 páginas (Duarte, 2004a), e o segundo 96 páginas (Duarte, 2004b). O material textual traz o nome e filiação do militante, uma pequena biografia do homenageado, contando

a origem e a história de vida, de profissionalização e de envolvimento e ação na militância política. Além do material textual, na grande maioria constam a reprodução de fotografias do militante, da família, ou de algum objeto pessoal; reportagem da mídia sobre a pessoa, recortes de jornais, reprodução de cartas, bilhetes trocados entre o militante e a família, ou amigos; poemas de autoria do militante ou que a família fez em homenagem a ele; quadros de família, documentos como carteira de trabalho, diplomas, certificados, carteira de identidade, certidão de nascimento, casamento e óbito, inquéritos policiais militares.

Figura 10 – Exemplo de mapa extraído de Betinho Duarte



Fonte: Exemplo de mapa extraído de Duarte, B. (2004b). Rua Viva (Vol. II, p. 18). Belo Horizonte: Rona.

Ao fim de cada um dos capítulos, há disponível a fotografia de um mapa aéreo produzido e fornecido pela Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (PRODABEL) e da Infoestrata S/A, seguido de um pequeno quadro com informações geoespaciais, tais como: o código do logradouro objeto de homenagem; tipo de logradouro (rua, avenida, praça); o nome do logradouro; o nome do bairro em que está situado; o tipo de legislação que possibilitou a homenagem (lei, projeto de lei, decreto, em tramitação); a data de aprovação, e orientação geográfica (rosa dos ventos com orientações cardeais: N, W, E, O), como exemplificado na Figura 10:

Como tais informações estavam dispersas em três suportes diferentes (impresso nos livros e digitalmente no *blog*), selecionamos e organizamos as informações que seriam foco do estudo em um banco de dados criado no editor de planilhas da *Microsoft*, o programa Excel®, tendo sido as informações extraídas do livro categorizadas, por temas e frequência de aparição, conforme explanamos na análise de dados.

4.1.1.2 Procedimento de análise dos dados

Os dados foram interpretados, a partir da análise de conteúdo das informações, por meio de itens mais frequentes identificados no texto, por meio dos quais, criamos os chamados “rótulos”, e inserimos as informações sobre cada militante homenageado, a fim de organizar as informações, que serviram, posteriormente, como base para as etapas subsequentes da pesquisa.

A análise categorial, conforme indicada por Bardin (2011), foi uma das técnicas utilizadas, para a interpretação e organização do banco de dados, de acordo com os temas que nos pareceram mais relevantes, para o objetivo deste estudo. Para a apresentação de alguns resultados, lançamos mão da análise quantitativa de conteúdo, contabilizando a “frequência de aparição de determinados elementos . . .” (Bardin, 2011, p. 144).

Depois de selecionados os textos, realizamos várias leituras do material, de forma mais geral e fluante, até à identificação de temas que contribuiriam posteriormente para as demais etapas da pesquisa (mapeamento, entrevista e questionários).

Os rótulos foram pensados, a partir das informações básicas sobre o logradouro público, objeto de homenagem, identificando o tipo de logradouro público (se rua, avenida, praça, beco, viaduto), o antigo nome do logradouro (caso existisse), o atual nome do logradouro (que no caso, é o nome do/da militante homenageado). Constam, ainda, dados espaciais como as coordenadas geográficas (latitude e longitude), o código de endereçamento postal (CEP), o bairro em que o logradouro está localizado, o município, a região, o código daquela via na prefeitura, o tipo de legislação que tornou a homenagem possível (lei, projeto de lei, decreto, em tramitação), e a data de aprovação da legislação.

As outras categorias se referem à biografia e história de militância do homenageado. As informações incluem data de nascimento e a naturalidade do homenageado, a(s) organização(ões) de militância a que pertenceu, o *status* em relação à situação de violência sofrida na ditadura: se sofreu torturas (sim, não ou não consta informação), as circunstâncias de morte ou desaparecimento (se o indivíduo é considerado morto, desaparecido, ou se teve morte natural, ou ainda está vivo), em alguns casos que constavam, incluímos a data e causa da morte, o tipo de morte ou se veio a óbito em outro contexto e por outras causas.

4.1.2 “Veias e artérias da cidade:” as homenagens de reparação simbólica em BH

Os dados apresentados a seguir derivam da análise e sistematização que fizemos das informações coletadas no Livro “Rua Viva”, de autoria do ex-vereador de Belo Horizonte, Betinho Duarte, nossa fonte documental na Etapa 1 dessa pesquisa, e que estavam pulverizadas no documento. Conforme detalhado nos procedimentos

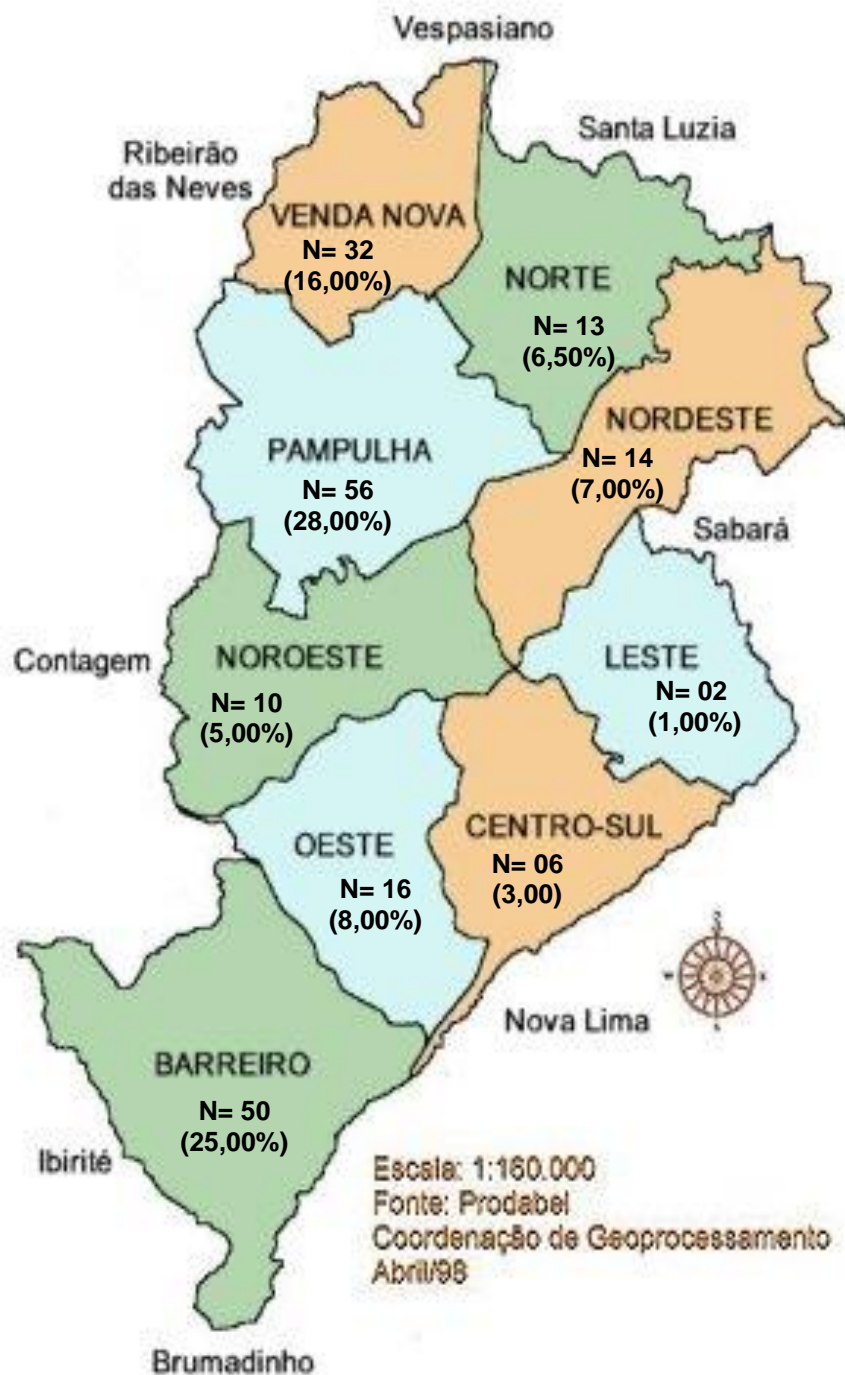
metodológicos, essas informações foram organizadas por nós em um banco de dados, e serão apresentadas a seguir a partir da descrição e das tabelas produzidas para estruturar os dados.

A partir da coleta e análise de dados nas fontes estudadas, identificamos a existência de pelo menos 200 logradouros públicos no município de Belo Horizonte (BH) que fazem homenagem a militantes políticos de oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985), e estão distribuídos nas nove regionais de BH, conforme apontado na Figura 11 (por região) e por tipo de logradouros, na Tabela 1.

O Decreto Municipal nº 4523 de 12 de setembro de 1983 – revogado em algumas ocasiões, sendo atualmente a Lei nº 11.065 de 1º de agosto de 2017 – define a divisão de Belo Horizonte em nove regionais territoriais e administrativas, cujo objetivo, para além da organização urbano-espacial, se dá em face da descentralização da jurisdição do poder público executivo do município, aos quais as regionais estão subordinadas. Sendo assim, cada regional tem um setor administrativo, que atua como uma subprefeitura.

Dessa maneira, há a possibilidade da participação popular nos conselhos regionais consultivos, que visam o levantamento, elaboração e fiscalização de projetos, que fomentam a criação de políticas públicas, a partir das demandas que podem ter diferentes níveis de complexidade e podem ser dirimidas em cada um dos territórios, ou levadas para a administração pública municipal, em face da necessidade (Lei Municipal N° 11.065, 2017).

Figura 11 – Mapa das regionais de Belo Horizonte e dos limites municipais das regiões metropolitanas de Belo Horizonte



Fonte: Mapa das regionais de Belo Horizonte e dos limites municipais das regiões metropolitanas de Belo Horizonte (RMBH- Grande BH). Fonte da imagem: Coordenação de Geoprocessamento da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (PRODABEL), 1998. Os dados estatísticos inseridos resultam da pesquisa por nós realizada, considerando a frequência e porcentagem de logradouros públicos homenageados com nomes de militantes políticos em cada regional. O total de logradouros no mapa soma 199, pois há uma rua sem informação precisa quanto à sua localização, conforme apontado na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição de logradouros públicos homenageados, por região em Belo Horizonte - MG

Região de BH	Tipo de logradouro	Frequência	%
	Ruas, Avenidas e praça (+ ruas)		25,0
Barreiro		50	0
Centro-Sul	Praças (+), ruas	6	3,00
Leste	Ruas	2	1,00
Nordeste	Ruas, avenida	14	7,00
Noroeste	Ruas	10	5,00
Norte	Ruas, praça	13	6,50
Oeste	Ruas, praça	16	8,00
			28,0
Pampulha	Ruas, praça	56	0
			16,0
Venda Nova	Ruas, praças, beco	32	0
Sem informação precisa	Rua	1	0,50
Total		200	100,00

Fonte: A autora.

Os resultados apontam para a concentração de logradouros homenageados na região da Pampulha, com 56 logradouros (28%), e na região do Barreiro, com 50 logradouros (25%). Ambas tratam de regiões limítrofes com outros municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A região do Barreiro faz limite com os municípios de Ibirité, Brumadinho e, principalmente, com Contagem, polo industrial na região, sendo caracterizada por ser uma cidade povoada, inicialmente, por trabalhadores, das indústrias em seu entorno. Alguns dos homenageados, que nomeiam as ruas do citado bairro, foram sindicalistas e operários, que voltaram as lutas para a formação operária de base, nos chãos de fábrica, no período.

As homenagens na região da Pampulha, que também concentra o maior número de logradouros homenageados também derivam do crescimento da região, e da consolidação de bairros novos (Braúnas, Trevo), que foram alvo também dos projetos que continuaram o Rua Viva, de Betinho Duarte, por meio do parlamentar Tarcísio Caixeta. Alguns dos nomes de homenageados da região são nomes de estudantes da UFMG, e, coincidentemente, o campus da universidade também se localiza na região Pampulha, e no próprio campus há um monumento em homenagem a três

desses estudantes homenageados (José Carlos da Mata Machado, Idalísio Aranha, e Walkíria Afonso).³²

A região da Pampulha também faz limite com a cidade de Contagem e o município de Ribeirão das Neves, conhecido por abrigar dois grandes presídios (Antônio Dutra Ladeira e Inspetor José Martinho Drumond) e uma penitenciária (José Maria Alkimin). A região limítrofe é marcada pela desigualdade social, pois, há bairros localizados mais próximos da região da Lagoa da Pampulha, considerada área nobre, e outros mais próximos à Ribeirão das Neves, cidade que lida com o desamparo público, tendo diversos bairros em condições precárias, e sem quesitos básicos, como saneamento básico, com esgotos a céu aberto, ruas sem pavimentação, precariedade nas unidades de saúde e educação. A cidade também é considerada cidade dormitório, pois muitos moradores trabalham em BH, onde passam a maior parte do dia. Marcada por estereótipos e pelo preconceito de classe, tem inclusive o apelido de “Ribeirão das Trevas”, em oposição ao nome “Ribeirão das Neves”. (Andrade, 2018), marcas que se expandem ainda mais pela relação com os presídios na cidade.

A região de Venda Nova, antigo distrito de BH, também abriga diversos bairros limítrofes com a cidade de Ribeirão das Neves, aparece com 16,00% de logradouros homenageados, contabilizando 32 deles, tendo, inclusive, o único beco, objeto de homenagem. Próxima da região Norte, também possui diversos bairros periféricos e

³² Mais informações sobre o monumento “Liberdade”, inaugurado em 2004, no jardim da Biblioteca Central da UFMG, campus Pampulha, trata-se de uma obra artística de autoria do professor Fabrício Fernandino, da Escola de Belas Artes da UFMG, que utilizou três troncos ceifados para simbolizar a vida ceifada dos três estudantes da UFMG mortos pela ditadura: José Carlos Novais da Mata Machado, Walkíria Afonso Costa, Idalísio Soares Aranha Filho, podem ser encontradas em <https://www.ufmg.br/online/arquivos/000708.shtml>
<https://www2.ufmg.br/proex/Noticias/Noticias/UFMG-faz-homenagem-a-estudantes-mortos-na-resistencia-a-Ditadura-Militar>

<http://labcon.fafich.ufmg.br/troncos/>

a população trabalhadora também tem ofícios em BH e na região de Venda Nova, que é bem comercial.

Por sua vez, a região Centro-sul da cidade contabiliza apenas 3,00% dos logradouros homenageados, e a região Leste (1%) tem menor incidência das homenagens, sendo uma região antiga, com pouca incidência da formação de bairros novos. Citamos a particularidade, pois, a realização das homenagens se deu principalmente em locais que ainda não possuíam nomes oficiais dados pela Prefeitura de BH, como bairros novos, e ruas com nomes populares, conforme apresentaremos de forma mais pormenorizada na etapa III desta pesquisa. No caso das duas regiões citadas haveria bairros mais antigos e ruas regularizadas, com menor incidência de bairros, que surgiram de ocupações irregulares, exceto no entorno dos bairros mais nobres da região centro-sul, que são margeados por grandes favelas de BH.

Conforme a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2019), por meio da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (PRODABEL), no ano de 2019, foi verificada a existência de quinze mil novecentos e noventa e dois (15.992) logradouros públicos em BH, em extensão de trezentos e trinta e um quilômetros quadrados (331 km²), distribuídos em nove regionais (Barreiro, Centro-Sul, Leste Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova). No levantamento da PBH constam logradouros como ruas, avenidas, praças, becos, viadutos, túneis, estradas. Em nosso estudo, identificamos como logradouros objeto de homenagens: avenidas, becos, elevados, ruas e praças.

Em relação a tais tipos de logradouros públicos homenageados, vemos na Tabela 2 que 88,5% deles são ruas. Avenidas, praças, becos e elevados, somam 11,5%, 23 logradouros públicos. É importante salientar que os prédios públicos, como escolas, e outros equipamentos, não foram objeto de nossa análise, embora no livro “Rua Viva”, nosso suporte documental, tivesse menção de uma escola com homenagem, na região Noroeste (Escola Municipal Professor Paulo Freire, situada no bairro Ribeiro de Abreu, região Nordeste).

Também há um homenageado (Raul Belém), que nomeia alguns locais em BH, mas, em nossa pesquisa, obtivemos poucas informações documentais sobre ele, inclusive encontramos inconsistência de informações sobre o homenageado e o logradouro indicado como uma rua com o nome dele, na região Leste de BH, que, depois de várias buscas, não foi localizada por nós. Entretanto, em sites de busca como o Google, há a localização de um Teatro em BH (Teatro Raul Belém), situado no bairro Alípio de Melo, região Noroeste, que recebeu o nome do homenageado, ou pode se tratar de um homônimo. Na cidade de Araguari (MG), de onde Raul Belém era natural, há uma rua batizada com o nome dele.

Tabela 2 – Tipos de logradouros públicos em BH nomeados em homenagem aos militantes políticos e personalidades que fizeram oposição à ditadura militar no Brasil

Tipo de Logradouro Público	Frequência	(%)
Ruas	177	88,5
Avenidas	7	3,5
Beco	1	0,5
Praças	13	6,5
Elevados	2	1
Total	200	100%

Fonte: a autora.

Como é possível notar, as ruas são os logradouros públicos que receberam a maior incidência de homenagens (88,5%). Elevados/Viadutos são apenas 1% e túneis não são mencionados. Os dois elevados/viadutos contabilizados foram objetos de renomeação, a partir de projetos de leis fomentados pela luta de movimento sociais, formados por familiares de militantes políticos, militantes políticos ainda vivos, entre outros, culminando na modificação dos nomes dos elevados, que faziam menção a presidentes do período militar, agentes da ditadura. Por meio de projetos de lei de autoria do vereador Tarcísio Caixeta (PT), também imbuído na causa, em 2012, foi aprovada a Lei 10.562/12, que aprovou a renomeação do viaduto, antes denominado com o nome do ex-presidente militar “Viaduto Costa e Silva”, para o nome “José Maria Magalhães”³³. Na mesma linha de renomeação de logradouros, que davam nome a

³³ José Maria Magalhães era natural do município do Serro (MG), e nasceu em 1922. Graduado em Medicina pela UFMG foi vereador de Belo Horizonte, em 1958, pela União Democrática Nacional (UDN), deputado estadual pela UDN e depois pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), teve o mandato cassado pelo Ato Institucional número 2 (AI-2) e pelo AI 5. Militou na Frente Ampla,

presidentes militares, em 2014, foi sancionada a Lei 646/2013, que renomeou o antigo Elevado Castelo Branco, para “Elevado Dona Helena Greco³⁴”. Em relação aos dois atos de renomeação, a Lei 10.562/12 fez revogar o Decreto nº 1.972, de 12 de fevereiro de 1971, que deu possibilidade para renomeações de logradouros, retirando o nome dos presidentes militares de logradouros e prédios públicos em Belo Horizonte³⁵.

Embora não tenhamos investigado os prédios públicos e monumentos na cidade, as praças foram incluídas, porque parte delas não são grandes praças, mas, rotatórias, uma espécie de “ilha”, na calçada, e entram como logradouros públicos.

Em relação aos homenageados, identificamos que a maior parte deles é de origem mineira, o que pode ser um fator identitário importante para os demais conterrâneos mineiros. A caracterização dos homenageados, conforme a naturalidade, foi realizada, a partir da análise dos textos biográficos do livro “Rua Viva”, no qual, verificamos, também, que, apesar da maioria ser de origem mineira, nem todos são belo-horizontinos, mas de outros municípios de Minas. Outros militaram em Minas Gerais, mas são naturais de outras regiões do Brasil, outros nasceram em cidades mineiras interioranas, e vieram para a capital para estudarem e/ou trabalharem. Na Tabela 3, vemos que a grande maioria (54,0%) nasceu em outros municípios de Minas Gerais,

juntamente com Carlos Lacerda, na luta pela restituição da democracia. Foi deputado federal (1983-1987) pelo (PMDB). (Fundação Getúlio Vargas - FGV, 2020).

³⁴ Helena Greco era natural do município de Abaeté (MG), e nasceu em 1916. Graduada em Farmácia pela UFMG. Elegeu-se vereadora por dois mandatos (1983 a 1992) em Belo Horizonte pelo Partido dos Trabalhadores (PT), do qual foi uma das fundadoras em BH-MG. Militou ativamente nas ruas em oposição à ditadura militar em BH e no Brasil, sendo figura importante na luta pela Anistia Política ainda durante a ditadura, e pela responsabilização dos agentes de tortura. “Foi presidente e uma das fundadoras do Movimento Feminino pela Anistia de Minas Gerais (MFPA/MG - 1977) e vice-presidente do Comitê Brasileiro de Anistia de Minas Gerais (CBA/MG - 1978). Ajudou a construir e foi membro do Comitê Executivo Nacional/CEN destas entidades. Foi a representante do Brasil – eleita por aclamação - na Conferência Internacional pela Anistia no Brasil em Roma, em junho-julho/1979.” (Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania – IHG, 2009, s/p). Em sua residência, situada no tradicional bairro de Santa Tereza, em BH, funciona o Instituto Dona Helena Greco de Direitos Humanos, e a Frente Mineira Independente por Memória, Verdade e Justiça, coordenado por sua filha, professora Heloísa Greco.

³⁵ Mais informações em <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1971/198/1972/decreto-n-1972-1971-da-denominacao-a-viadutos-construidos-pela-prefeitura>

e que 25 deles (12,5%) são naturais de Belo Horizonte. Nos dois casos de homenagem de renomeação dos elevados, citados anteriormente, as personalidades homenageadas são naturais de municípios do Serro e Abaeté (MG). Do total de homenageados, 28% são naturais de outros estados do Brasil. Em 19,5% das biografias analisadas, não constavam informações sobre a origem do homenageado, conforme aponta a Tabela 3.

Tabela 3 – Origem dos homenageados

Origem dos homenageados	Frequência	%
Belo Horizonte	25	12,5
Outros municípios de MG	108	54,0
Outros estados	28	14,0
Sem informação	39	19,5
Total	200	100%

Fonte: A autora.

Em relação aos homenageados naturais de outros estados no Brasil, verificamos que alguma das biografias narra as histórias de migração. Alguns vieram de outros estados, ainda na infância, acompanhando a família que migrava, para a melhoria da condição de trabalho. Outros vieram para o estado e para a capital mineira na juventude, ou idade adulta, durante a militância política no período militar, vivendo na clandestinidade, ou como presos políticos transferidos para as penitenciárias do estado.

Na Tabela 4, podemos ver que 53,5% deles são originários da região Sudeste do Brasil. Em estudos realizados anteriormente (Gianordoli-Nascimento et al, 2012) e também em publicações sobre o período (Arquidiocese de São Paulo, 1985), observa-se que, durante o período da ditadura militar, principalmente, nas décadas de 1960/1970, muitos militantes saíram de Minas Gerais para São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, bem como migraram, clandestinamente, dos citados estados para Minas Gerais e para outros estados do Brasil. Entre os locais, no estado mineiro, em que houve grande passagem de militantes políticos, está a Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora – MG, nacionalmente reconhecida como um local de especialização e institucionalização da tortura, como prática sistemática do aparato repressivo do

Estado (Ribeiro, 2005; Arquidiocese de São Paulo, 1985; Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012; Guerra, Netto & Medeiros, 2012). Por ela, passaram militantes políticos nacionalmente conhecidos, como, por exemplo, a ex-presidenta Dilma Rousseff, e Ângelo Pezzuti, ambos, mineiros (Juiz de Fora, Comissão Municipal da Verdade, 2016). Dilma, natural de BH, e Ângelo, natural de Araxá. Ele é um dos homenageados no Projeto Rua Viva, tendo uma rua em BH que carrega o nome dele (Duarte, 2004).

Tabela 4 – Origem dos homenageados de outros estados

Origem	Frequência	%
Nordeste	7	25,0
Sudeste	15	53,5
Sul	4	14,2
Centro-oeste	2	7,1
Total	28	100

Fonte: Em relação aos estados de origem em cada região, temos: Nordeste: BA (01), CE (01), PB (01) PE (02), SE (01). Sudeste: ES (03), RJ (05), SP (07). Sul: RS (03). Centro-Oeste: GO (02).

Como citado anteriormente, nem todos os homenageados foram militantes que atuaram diretamente na militância organizada (partidos, organizações, luta armada). Alguns deles eram personalidades importantes, tais como, padres, comerciantes, profissionais da saúde ou assistência social, advogados, professores e que deram apoio às organizações de esquerda ou aos militantes, sendo defensores dos Direitos Humanos, Anistia política *etc.*

Diante da análise do envolvimento com a militância organizada, avaliamos a circunstância de morte/desaparecimento dos homenageados, considerando a violência do estado, que ocasionou mortes e desaparecimentos com caráter político. Outros homenageados não faleceram no período, e tiveram morte natural, por exemplo. Por meio das biografias, verificamos que as circunstâncias de morte variaram, conforme a participação na militância política e as condições que passaram.

Tabela 5 – Circunstância de morte/desaparecimento dos homenageados

Circunstância	Frequência	%
Mortos pelos agentes de repressão	70	35,0
Desaparecidos políticos	5	2,5
Morte natural	103	51,5
Vivo	1	0,5
Sem informação	21	10,5
Total	200	100

Fonte: O homenageado identificado com vivo é uma exceção entre as homenagens, já que há a premissa de que para ser homenageado, o indicado à homenagem deve ter vindo à óbito. Contudo, em algumas situações há a consideração de figuras importantes, ainda vivas, que recebem esse tributo.

Como mostra a tabela, as mortes que envolveram violência estatal, causadas pela truculência do aparato repressivo somam 37,5% (mortos e desaparecidos políticos), sendo que 35,0% foram oficialmente reconhecidos como mortos pelos agentes da repressão, tendo os corpos, segmentos ou restos mortais, identificados e atestado o óbito. Ao todo, 2,5% são considerados desaparecidos políticos, isto é, os corpos nunca foram encontrados e entregues às famílias, mas reconheceu-se que as condições de desaparecimento são de caráter político, no período militar (1964-1985). Pode ser que o número de desaparecidos políticos tenha mudado nos últimos anos, depois dos trabalhos das Comissões Estaduais e Nacional da Verdade.

É necessário salientar, que, embora a maior parte deles (51,5%) tenha morrido de forma natural, não sendo por confronto na luta armada, nem sob tortura no período, as famílias e amigos que contribuíram com as informações contidas nas biografias, avaliam que, em alguns casos, as mortes que se deram por adoecimento ou agravamento da condição de saúde, foram se intensificando ao longo da vida, resultando, para eles, do sofrimento vivenciado durante a militância política, nas sessões de torturas, nas prisões e nas condições insalubres que viveram na clandestinidade e exílio. Foram mencionadas doenças como infarto, paradas cardiorrespiratórias, cânceres, transtornos de saúde mental que os debilitaram, entre outras enfermidades.

Embora a interpretação tenha sido dada por quem conviveu com tais pessoas, categorizamos a condição como “morte natural”, visando a diferenciar das mortes, que se deram por assassinato, espancamento, suicídios, acidentes automobilísticos em emboscadas, entre outros, devidamente reconhecidos pelas perícias posteriores e, mais atualmente, pelas averiguações e análises feitas pela Comissão Nacional da Verdade e Comissões Estaduais e Municipais da Verdade.

Nos interessou identificar, também, se haviam mulheres militantes homenageadas, pois, em trabalhos anteriores, produzidos por nós, visando articular gênero e militância política feminina (Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012; Cruz, 2013; Cruz et al, 2015; Gianordoli-Nascimento et al 2015), a experiência e a invisibilidade da trajetória e memórias das mulheres militantes se mostrou relevante objeto de estudo e análise, por isso, em nossa organização de dados, incluímos também o gênero do/da militante e a contagem da frequência de mulheres homenageadas no projeto “Rua Viva”.

Conforme indicado na Tabela 6, dos 200 homenageados, 13% são mulheres (27). Pode ser que, passado o período de coleta, o número de homenageadas tenha aumentado, porém, é relevante reafirmarmos a presença ativa de mulheres no contexto da militância política de oposição à ditadura no Brasil e a invisibilidade das narrativas e histórias, sendo importantes os trabalhos que possibilitam que essas vozes ecoem, e componham a memória do período.

A invisibilidade das memórias femininas tem um caráter sócio-histórico, levando em conta que as narrativas foram tecidas “entre os panos” (Rocha-Coutinho, 1994); nos diários, por meio da tradição oral, sendo colocadas no plano da intimidade (Perrot, 2005) e da subalternidade, em relação ao lugar de poder ocupado pelos homens, inclusive na política. Contudo, “em seu lugar de subordinação na sociedade, as mulheres sempre articularam ... formas de subsistir e resistir a esse poder socialmente reconhecido dos homens na sociedade” (Rocha-Coutinho, 1994, p. 19).

TABELA 6 – GÊNERO DOS(AS) HOMENAGEADOS(AS) EM LOGRADOUROS PÚBLICOS DE BH³⁶

Gênero	Frequência	%
Feminino	27	13,5
Masculino	173	86,5
Total	200	100

Fonte: A autora.

TABELA 7 – NÚMERO DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS IDENTIFICADOS PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (2014)³⁷

Mortos e Desaparecidos CNV	Frequência	%
Homens	383	88,2
Mulheres	51	11,7
Total	434	100

Fonte: A autora.

No cenário nacional, como demonstrado na Tabela 7, dos 434 casos de mortos e desaparecidos políticos identificados e confirmados no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014), 11,7% (51) são mulheres. A incidência, que pode parecer pormenorizada em relação ao número de homens, realça aspectos sociais do período, no qual a participação de mulheres em movimentos sociais, como lideranças sindicais, de partidos políticos e a entrada no mundo da política, estava se

³⁶ Ressaltamos aqui o nome das mulheres militantes políticas homenageadas nas ruas, avenidas, e um elevado na cidade de Belo Horizonte, conforme nossa fonte documental, o livro Rua viva (Duarte, 2004): Andréia Marques Rodrigues, Ângela Eliane Martins, Áurea Eliza Valadão, Carméla Pezzuti, Carmem Jânea Lima, Edina Maria da Paixão, Evelyne Pape Singer, Gerosina Silva Pereira, Guta Carneiro Ribeiro, Helena Greco, Isis de Araujo D'avilla Magalhães, Judith Vieira Lisboa, Lúcia Helena Mellino, Magda Magalhães Alves, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Maria das Graças Teixeira, Maria Floripes Nascimento Alves, Maria Lúcia Petit, Maria Penha Lima, Mariza Afonso, Ondina Pedrosa Nahas, Sonia Maria de Moraes Angel Jones, Stela Mares Rafante, Therezinha Viana de Assis, Walquíria Afonso Costa, Zilah Souza Spósito, Zuleika Angel Jones (Zuzu Angel).

³⁷ Essa tabela foi produzida por nós a partir das informações publicadas no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014), no item “Relação de perfis de mortos e desaparecidos políticos”. É importante ressaltar que a lista de 434 mortos e desaparecidos políticos reconhecidos pelas Comissões Estaduais e pela Comissão Nacional da Verdade, pode ser maior, pois, haveria ainda casos de camponeses e povos indígenas ainda não reconhecidos durante o período investigado, conforme apontou a Secretaria de Direitos Humanos (Isto é, 2016). Das 51 mulheres identificadas na contagem final de 434 pessoas, 07 delas dão nome a algum logradouro público em Belo Horizonte (Áurea Eliza Valadão, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Maria Lúcia Petit, Sonia Maria de Moraes Angel Jones, Therezinha Viana de Assis, Walquíria Afonso Costa, Zuleika Angel Jones (Zuzu Angel).

fortalecendo, tendo em vista que “fazer política” era considerada uma “especialidade” masculina (Goldenberg, 1997; Gonçalves, 2008).

Em relação aos dados analisados, neste estudo documental, em nosso trabalho, não enfocamos nas ruas renomeadas, mas naquelas publicadas nos dois volumes do livro *Rua Viva*, que são a maior parte das homenagens em logradouros. O estudo da renomeação de ruas é, inclusive, necessário e importante, sendo uma sugestão para pesquisas futuras, pois é uma recomendação da Comissão Nacional da Verdade, de que prédios e logradouros públicos não devam homenagear pessoas, que violaram direitos humanos, como é o caso de presidentes do período militar, agentes da tortura, e pessoas envolvidas reconhecidamente por tais atos.

No *corpus* analisado, identificamos que, 37 (18,5%) dos 200 logradouros analisados tinham antigos nomes, dois logradouros, apenas foram renomeados e tinham nomes de presidentes militares (Costa e Silva e Castelo Branco), e um deles, tinha, antes, o nome de Dan Mitrioni, um agente da CIA, instrutor de práticas de tortura aos militares brasileiros. A rua foi a primeira em Belo Horizonte a ter o nome modificado, em 1983, como citamos ao longo deste trabalho.

Os outros 34 logradouros considerados renomeados, eram identificados, antes, por números, letras do alfabeto, ou nome populares (aqueles dados pelos moradores, mas que não constam registrados oficialmente pela prefeitura da cidade). Na terceira etapa de nossa pesquisa, (a entrevista com ex-vereador Betinho Duarte, autor do projeto/livro *Rua Viva*), compreendemos que as ruas que tinham nomes populares foram nomeadas, e não renomeadas, pois não havia registro legal delas, apenas a marcação cartográfica.

Adiante, passaremos a apresentar a segunda etapa desta pesquisa, que se refere ao mapeamento dos logradouros públicos, que, após identificados, foram organizados cartograficamente, visando não apenas garantir uma representação ordenada dos

pontos, mas se caracterizando como potencial ferramenta de educação, não apenas para os estudiosos do tema, mas para a sociedade mais ampla.

4.2 Etapa II – Mapeamento

4.2.1 Descrição de Procedimentos Metodológicos

Nesta etapa do estudo, partimos do banco de dados, construído a partir das informações coletadas no livro *Rua Viva* e por meio das buscas na rede mundial de computadores, conforme descrevemos na Etapa 1. No momento de criação do banco de dados, haviam sido inseridas informações, como o código de endereçamento postal (CEP) de cada logradouro, o bairro e região, e foram adicionadas, nesta etapa do estudo, as coordenadas geográficas de cada logradouro.

O mapeamento aconteceu em duas etapas distintas, utilizando diferentes ferramentas que descreveremos, a seguir. O primeiro trabalho foi o de representar graficamente o mapa com todos os logradouros objeto de homenagem, citados no material documental e sistematizado no banco de dados. O segundo trabalho foi a criação do mapa interativo, com as 20 ruas selecionadas para a coleta de dados da etapa quatro da pesquisa, com os questionários. As ruas indicadas no mapa interativo simbolizam 10% (n=20) do total de ruas identificadas, no banco de dados (N= 200).

Para a criação do mapa estático, os dados geográficos extraídos do banco de dados foram transformados em linguagem geográfica, a partir do geoprocessamento empreendido por meio do software ArcGIS Desktop 10.5. Trata-se de um programa licenciado, criado pela *Environmental Systems Research Institute*, a ESRI®, empresa americana que, desde 1969 desenvolve tecnologias voltadas para os Sistemas de Informações Geográficas (SIG). O objetivo da empresa, por meio dos *softwares* é trabalhar para que o consumo de informações cartográficas e análises geográficas

dos espaços possam ser compreendidos e utilizados por empresas, centros de pesquisa, governos, a partir da representação de informações que sejam úteis a quem utiliza o *software* (*Environmental Systems Research Institute* - ESRI, 2004, 2018). O uso depende da aquisição de uma licença paga, que fornece acesso às diversas ferramentas do programa. Neste estudo, utilizamos a licença restrita, concedida ao nosso núcleo de pesquisa (Núcleo de Pesquisa Memória, Representações e Práticas Sociais/UFMG) pelo Núcleo de Geotecnologias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Sistema Labgis UERJ)³⁸.

O ArcGis possui uma família de programas, dentre os quais, utilizamos, neste estudo, o ArcMap, com o propósito de representar os 200 logradouros públicos em Belo Horizonte, identificados na pesquisa documental.

A coleta dos dados geográficos e os procedimentos, para transformar as informações das quais necessitávamos em linguagem geográfica cartografada, partiu da coleta das coordenadas geográficas dos logradouros públicos, que foram nosso objeto de análise, no *Google Maps*® e *Google Earth*®, e, posteriormente, transformadas em coordenadas geográficas com valores decimais, codificadas, assim, para leitura do ArcMap.

Posteriormente, tais dados foram inseridos em uma tabela de Excel, com os nomes dos logradouros públicos, visando informar ao programa onde estariam as ruas que encontramos. O processamento de geocodificação do ArcMap permite a transformação dos dados da tabela em pontos. O resultado, então, é uma representação gráfica, a partir dos dados, transformados, agora, em pontos distribuídos, a partir da referência geográfica informada. No programa, os pontos

³⁸ <https://www.labgis.uerj.br/>

podem ser projetados sobre um mapa base, que contenha ruas (*Street Map*), relevos, ou outros aspectos geográficos, que sejam de interesse do pesquisador.

Ressaltamos que, enquanto uma ferramenta de mapeamento colaborativo, na qual diversas fontes de informações de diferentes origens podem ser agregadas de forma cooperada, o *Google Maps*, o *Google Earth* e outros sistemas que possuem informações geográficas, podem apresentar falhas e equívocos. Assim, mesmo com os ajustes técnicos do programa, nunca se tem uma representação real do território, mas, aproximada.

Os diferentes tipos de mapas usam sistemas de coordenadas diferentes, então, a estratégia de sobrepor um mapa ou as informações que tínhamos, sobre o outro mapa, reproduzindo os pontos dos logradouros em mapas do *Google Maps* ou *Waze*, por exemplo, parecia uma saída possível, entretanto, os dados planimétricos de cada mapa são diferentes, e uma sobreposição dos dados sobre algum mapa pronto de Belo Horizonte, retirado de alguma plataforma, causaria maiores equívocos na localização e representação de projeção cartográfica (Sapienza, 2018).

No mapa gerado, foi possível visualizar a representação das informações selecionadas e geocodificadas, verificando as regiões em que os logradouros estão distribuídos, por meio de atributos geográficos em modelo vetorial, representados por meio de pontos. Analisamos a distribuição dos pontos e a relação de proximidade ou distância entre eles, articulando-os aos demais dados obtidos e aos aspectos teóricos da construção da memória social.

O segundo mapa gerado foi um produto pensado desde o início deste trabalho, mas produzido nos momentos conclusivos, e dá margens ainda para ampliação, futuramente. Trata-se de uma mapa interativo *on-line*, desenvolvido em parceria com

a página “Cartografia Digital em Ação”³⁹, fundada e gerida pela geógrafa Danielle Côrrea, especialista em Geoprocessamento e com mestrado em andamento na área de Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais, pela UFMG.

O trabalho de criação do mapa digital foi produzido, a partir dos dados coletados e sistematizados no banco de dados da pesquisa, e transformados em linguagem geográfica. Para o produto inicial, o mapa interativo criado tem representado os vinte (20) logradouros públicos, nos quais aplicamos os questionários durante a quarta etapa da nossa pesquisa. A decisão inicial de fazermos apenas com os 10% do total de logradouros homenageados identificados se baseou na ideia de aproximação e apresentação do produto, e pela limitação de tempo e investimento financeiro necessário, para custear os gastos da produção. A amostra inicial também servirá de base para o aperfeiçoamento do mapa futuro, com os demais logradouros.

O mapa interativo foi desenvolvido juntamente com a geógrafa Stéfany dos Reis Ramos, do “Cartografia Digital em Ação”, usando o *software* gratuito da *Google*®, o *Google Earth*®, que fornece a possibilidade de visualização do globo terrestre em imagens de satélites, usando os recursos de Sistemas de Informação Geográfica (GIS), no formato tridimensional (3D). Os 20 logradouros selecionados, para compor o mapa interativo, são os pontos representados no mapa. As informações sobre eles foram coletadas em nosso banco de dados, proveniente do Estudo 1 (pesquisa documental); foram aproveitados ainda os *shapefiles* usados no ArcGis®, para a produção do primeiro mapa, com o total dos logradouros. Os *shapfiles* são arquivos, que contém os dados vetoriais dos citados pontos (ESRI, 2020). Os arquivos foram, então, convertidos para o formato “kml”, utilizando o software QGis 3.1.

O QGis™ é um aplicativo de sistemas de informações geográfica (GIS) de uso livre e gratuito, e faz parte de um projeto coletivo aberto de GIS, mantido por pesquisadores e especialistas voluntários, que trabalham de forma colaborativa (QGis, 2020). É uma

³⁹ <https://cartografiadigital.com.br/>

concepção da *Open Source Geospatial Foundation (OSGeo)*, sendo uma opção livre e com recursos diversos para quem pesquisa e estuda dados geoespaciais. No próprio site⁴⁰, há direcionamentos sobre o uso, *download*, trocas de experiências e conteúdos de GIS.

Depois da conversão dos pontos para o formato de leitura no QGIS, eles foram importados para o *Google Earth*, por meio do qual foi possível o acesso no formato de aproximação por satélite, para a visualização dos pontos. O mapa foi salvo, como projeto, na nuvem de armazenamento *on-line* do *Google Drive*, e, posteriormente, criado um *link* para compartilhamento, que poderá ser aberto ao público, no formato de modo de leitura.

No mapa interativo, encontram-se os pontos referentes aos 20 logradouros selecionados, e uma caixa de texto com dados e informações biográficas dos homenageados, com o nome daquela rua. No caso da rua oficialmente renomeada (Rua José Carlos da Mata Machado), há, também, informações sobre a pessoa que, antes, nomeava o local. Além da foto do homenageado, há informações como filiação, data de nascimento, profissão, partido político, data da morte ou do desaparecimento, causa da morte. Tais dados haviam sido organizados em nosso banco de dados, na etapa de pesquisa documental. As informações biográficas sobre os homenageados derivaram das biografias resumidas, que retiramos e editamos da base documental, a partir do livro *Rua Viva* (Duarte, 2004a,b) com informações complementares sobre militantes políticos homenageados, dos quais havíamos antes realizado entrevista com os familiares (Cruz, 2013), além de dados do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014). Todas as referências estão citadas na caixa de texto no mapa interativo, além de um resumo da tese.

Nossos projetos futuros incluem a apresentação do mapa para entidades públicas, buscando, inclusive, editais e patrocínios, que possam ampliar a representação de

⁴⁰ https://qgis.org/pt_BR/site/

todas as ruas do município de Belo Horizonte, que se enquadram nas homenagens aos militantes políticos, como é o caso abordado em nosso trabalho. O mapa interativo pode ser também um fomento para outros estados e municípios. Pode ainda ser útil como suporte educacional para a Comissão Estadual da Verdade em Minas Gerais (COVEMG), para a Secretaria Estadual de Direitos Humanos, e para as escolas e população em geral, contribuindo para a educação em direitos humanos e possibilitando o acesso e o conhecimento da história antiga e atual daquele logradouro público, além de comporem as outras versões de memória do período na cidade e do país.

Potencialmente, o material pode ainda ser utilizado para cruzar as informações geocodificadas com informações geográficas do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da cidade de Belo Horizonte, cujas informações dos setores censitários como escolaridade, raça, gênero, renda, sejam cruzadas com os dados do território nos quais as ruas se localizam. Outros dados de cruzamento podem incluir o Plano Metropolitano de Macrozoneamento de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte⁴¹, considerando os equipamentos públicos da cidade, como parques, escolas, centros de saúde, para se compreender o contexto que permeia esses logradouros. A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, por meio do site BHMap⁴², possui ferramentas para a busca de logradouros na cidade, por meio de um mapa base, no qual é preciso inserir os dados sobre o logradouro público para ver a representação cartográfica. Ela, também, pode ser uma ferramenta de interação, que estimule o conhecimento da cidade, incluindo, talvez, aspectos relacionados à história e à memória na cidade.

Consideramos que assim como a memória, a representação gráfica é uma versão, parcial, limitada. Obviamente, não representa tudo que poderia ser representado, mas nos parece ser um disparador para estudos futuros, sendo um produto inicial de nossa pesquisa. Nosso objetivo foi, também, o de possibilitar ao leitor uma imagem

⁴¹ <http://www.rmbh.org.br/mzrmbh/>

⁴² <http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=4&lat=7796893.0925&lon=609250.9075&baselay er=base>

composta dos territórios analisados, conforme o resultado apresentado. Os elementos salientes dos resultados foram articulados a alguns aspectos da discussão teórica sobre representação e memória social.

4.2.2 Mapa e representação gráfica do “desenho da utopia”

Apresentamos, a seguir, o primeiro mapa produzido, por meio do *software* “ArcMap”, da plataforma ArcGIS. Trata-se de um mapa estático, com os pontos distribuídos em mapa base de Belo Horizonte, Minas Gerais. Os pontos estão representados no mapa pelo símbolo de um losango, que indica o logradouro homenageado na região. Como mencionado, Belo Horizonte é composta por nove regionais (Venda Nova, Norte, Nordeste, Leste, Oeste, Noroeste, Pampulha, Centro-Sul e Barreiro). Algumas das regionais fazem limite com municípios da Região Metropolitana de BH (RMBH), como é o caso da região Norte com o município de Santa Luzia, da região de Venda Nova com o município de Ribeirão das Neves, da região da Pampulha com o município de Contagem, da região do Barreiro com limites entre os municípios de Contagem e Ibirité, e da região Centro-Sul com aproximação ao município de Nova Lima, como vimos também, na Etapa 1, da pesquisa.

Por meio desse mapa, nosso objetivo inicial era de organização cartográfica das informações geográficas sobre os locais homenageados, pois não localizamos tal tipo de dado na fase da pesquisa documental. Com o trabalho de mapeamento buscamos apresentar, graficamente, a forma como os pontos representados são distribuídos.

Embora possa parecer moderado, por meio dos dados produzidos durante a etapa de mapeamento, salientamos a relevância de situar geograficamente os logradouros homenageados em um mapa único, e identificar informações, que nos permitem uma leitura analítica sobre a forma como os espaços são distribuídos e organizados. Por meio do processamento de informações geográficas, foi possível identificar a

visualização dos pontos em um mapa base da cidade, a localização dos pontos no território e a organização entre eles.

A leitura dos dados produzidos e representados no mapa, gerado por meio do *software* Arcmap indicam que as ruas e avenidas objeto de homenagem estão localizadas em regiões não centralizadas do município, em sua maioria, em bairros novos e mais periféricos, nas bordas da cidade, em adjacências limítrofes com cidades da RMBH.

A partir da análise da representação dos pontos, identificamos que os logradouros estão distribuídos de forma agrupada, o que indica uma relação entre eles, por estarem, provavelmente, em uma mesma região; sejam ruas/avenidas/praças, em um mesmo bairro ou setor. É possível verificar também pontos mais dispersos espalhados pela região mais central (centro-sul) e seu entorno; tais pontos, possivelmente, representam ruas isoladas em um único bairro (por serem apenas aquelas objeto de homenagem naquele local).

Em termos de um olhar analítico para os dados, a partir dos estudos da memória social, compreendemos que a forma como os logradouros foram distribuídos, em algumas regiões, como no caso dos bairros novos, na região da Pampulha (onde os pontos estão agrupados), e os pontos dispersos, na região centro-sul, podem indicar como as homenagens estão dispostas nas bordas, simbolicamente, indicando a não centralidade delas no seio da cidade, muito embora, em termos funcionais, a escolha dos lugares possa ser aleatória. Contudo, não podemos deixar de apontar o que pode parecer um detalhe do acaso, pois, as construções das memórias nos indicam relações de poder e dominação entre os grupos. O que seria central e o que deveria ser mantido no entorno da cidade? Quais memórias envergonham ou orgulham os grupos sociais?

A dinâmica do êxodo rural para as cidades e o aumento da industrialização e urbanização, nos mostram que os centros urbanos foram construídos para abrigar as

instituições governamentais, locais de tomadas de decisões e da produção. Enquanto os cinturões da pobreza foram se formando no entorno dos grandes centros, com um processo de aumento da população e da pobreza. Belo Horizonte, cidade construída de forma planejada, retrata a separação desde a planta inicial, em que a divisão entre o espaço do trabalho e do trabalhador é sutilmente marcado (Salgueiro, 2001; Ribeiro, 2011). Inclusive, os municípios, que compõem a região metropolitana, retratam o aumento populacional e a saída dos menos favorecidos para as bordas.

Muitos dos logradouros homenageados estão em lugares distantes e afastados do olhar do poder público, inclusive, por serem divisas de municípios e, assim, se instalar uma disputa institucional pela responsabilidade com o território em questão. Os casos isolados na região centro-sul acabam sendo o “ponto fora da curva” e também não nos parece terem destaque por estarem ali.

Embora não possamos afirmar que os lugares foram escolhidos para serem lugares de memória (Nora, 1993), marcos, por meio dos quais a memória do período militar se ancore, o propósito de escolher homenagear logradouros públicos com o nome de militantes políticos de oposição à ditadura militar, traz, em si, um potencial caráter de reparação simbólica para as vítimas e familiares, sendo socialmente relevante, por permitir o conhecimento de uma parcela das versões de memória.

Tais aspectos nos mostram a necessidade de conhecimento de como a atividade legislativa ocorre, das decisões sobre os homenageados, e sobre a maneira como a população é acionada ou mobilizada. Se não há a criação de uma comunidade de sentido, se não há mobilização social, aquela será apenas (e sempre) uma placa na rua, esvaziada de significado, para quem transita, habita e se relaciona com o espaço público. Certamente, reconhecemos a importância do ato de reparação simbólica e a força e potencialidade que têm, para evidenciar as versões de memória de um passado histórico de violações, mas salientamos, aqui, a necessidade de que isso se expanda, para além das pessoas envolvidas com a causa.

Nas etapas III (entrevista com o ex-vereador Bertinho Duarte, autor do Projeto Rua Viva) e IV (Aplicação dos questionários nos logradouros públicos homenageados), poderemos compreender a maneira como os locais foram escolhidos e como os moradores e transeuntes dos logradouros homenageados lidam com os saberes sobre as homenagens, os homenageados, e também sobre o período militar no Brasil.

A forma de construção das homenagens, da maneira como aparece distribuída, pode sustentar o silêncio velado (Vinitzky-Seroussi & Teeger, 2010) em torno delas. O silêncio “faz barulho” ao visualizarmos a distribuição dos locais, ao não serem publicizadas informações sobre as homenagens e sobre os locais, e com a inexistência de uma representação gráfica cartográfica dos lugares, por exemplo. Sem informação, a mobilização da população, dos próprios moradores e da comunidade local, os pontos são apenas pontos, talvez não carregados de sentidos e significados, cujos efeitos, que se propunham, não reverberem de forma ampla, a ponto de permitir a conexão entre passado, presente e futuro.

Para Vinitzky-Seroussi e Teeger (2010), o silêncio é

In other words, we suggest that silence be understood as a complex and rich social space that can operate as a vehicle of either memory or of forgetting and thus can be used by various groups for different ends. . . . [the] silence need not only be thought of as the antithesis of speech. As such, we suggest that silence be disaggregated into its overt and covert manifestations (p. 1104).

Por meio de tal compreensão mais ampliada, do silêncio como componente da memória, consideramos que alguns atos acabam sustentando a manutenção dos não ditos e do esquecimento, ao deixar a memória enquanto lembrança e conhecimento do passado, encoberta. Jodelet (2013) reitera a relação entre a memória e as cidades, e o elo, entre elas, seria a identidade, logo, se os moradores, cidadãos, transeuntes desconhecem o propósito, os locais de memória, a história e a versões de memória sobre eles, o elo não é criado, pois, não faz sentido para o autoconceito das pessoas. Por isso, como situa a autora, é necessário que haja uma relação simbólica com o

espaço, tanto de forma individual como coletiva, pois a cidade se configura como um espaço de vida, de relações.

A partir do mapa interativo, foi possível ampliarmos a visão sobre os espaços objetos de homenagem, a partir da visualização dos logradouros escolhidos e da região do entorno, confirmando alguns dos apontamentos que foram possíveis fazer, a partir do mapa estático dos 200 logradouros identificados, apresentado na Figura 12.

Passaremos a apresentar agora o mapa interativo⁴³. A segunda etapa de registro cartográfica foi construída considerando a representação dos 20 logradouros públicos homenageados, que foram *lócus* da coleta de dados, por meio dos questionários, que compõem a etapa 04 desta pesquisa. Eles representam 10% (n=20) do número total de logradouros públicos identificados na pesquisa documental (N=200).

Como descrito nos procedimentos de coleta e análise de dados, tal mapa foi gerado a partir dos dados de informações geográficas inseridos no *software* QGis e, posteriormente, importados para a plataforma *Google Earth*, por meio da qual obtivemos a representação em 3D dos pontos, em um mapa que permite a interação de quem o manipula, pela manipulação dos pontos específicos, que são os logradouros públicos homenageados.

⁴³ O mapa interativo pode ser acessado através do link encurtado: <https://bit.ly/EntreRuasAvenidas>

Ou do Link completo:

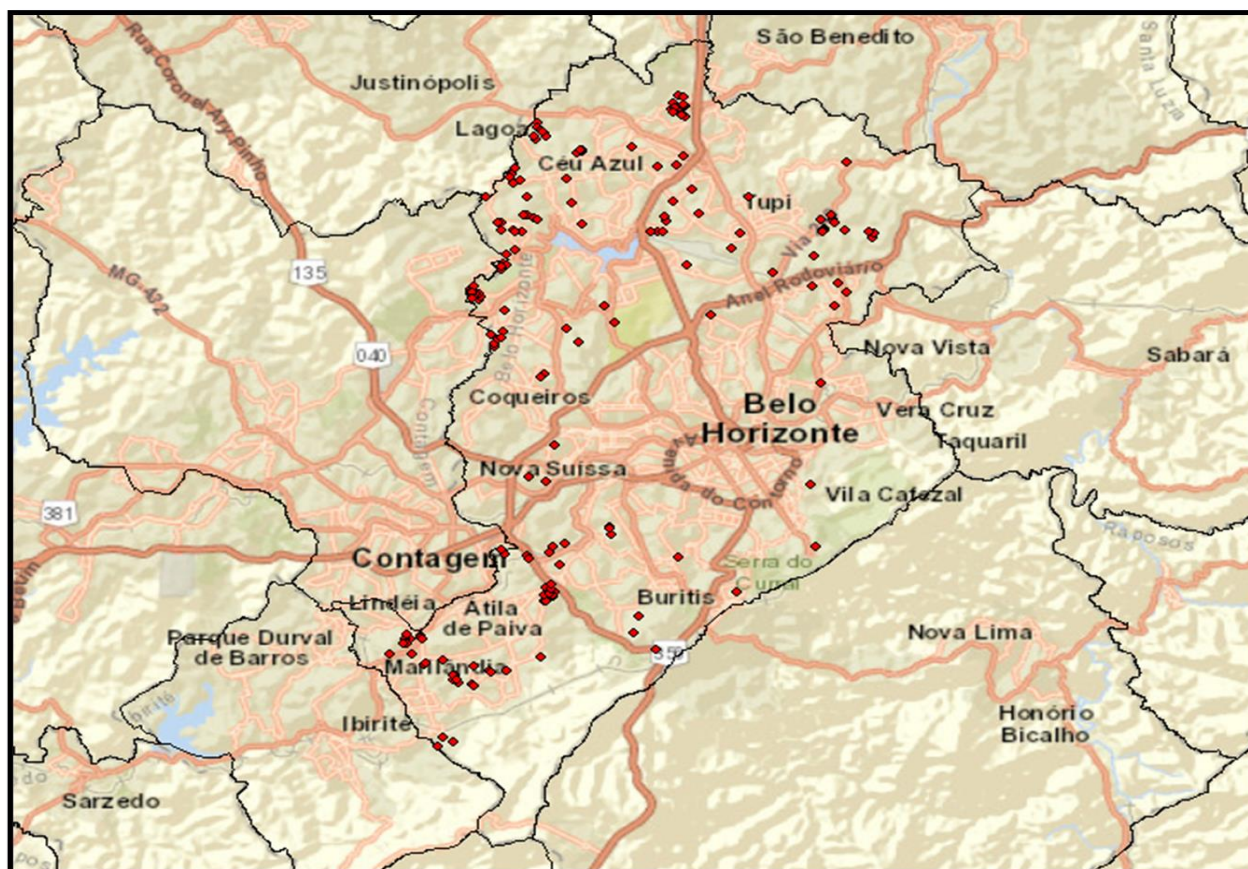
https://earth.google.com/earth/d/1l6ssBKeodFeaC2j3EAyFfLKEQ5w_l5HW?usp=sharing

Para acessar, basta acionar a tecla “ctrl e um clique no mouse” no hiperlink que está vinculado às palavras “mapa interativo”, ou no link abaixo. Caso esteja lendo esse texto no formato PDF, copie o link de acesso e cole no buscador da página inicial da internet.

Para os leitores da tese no formato impresso, o link acima pode ser digitado no buscador da internet, por meio do endereço.

Para visualização em dispositivos como smartphones, para melhor visualização, indica-se a instalação do aplicativo da Google Earth, através da loja de aplicativos do próprio telefone.

Figura 12 – Mapa estático do total de logradouros públicos identificados na pesquisa documental (N=200)

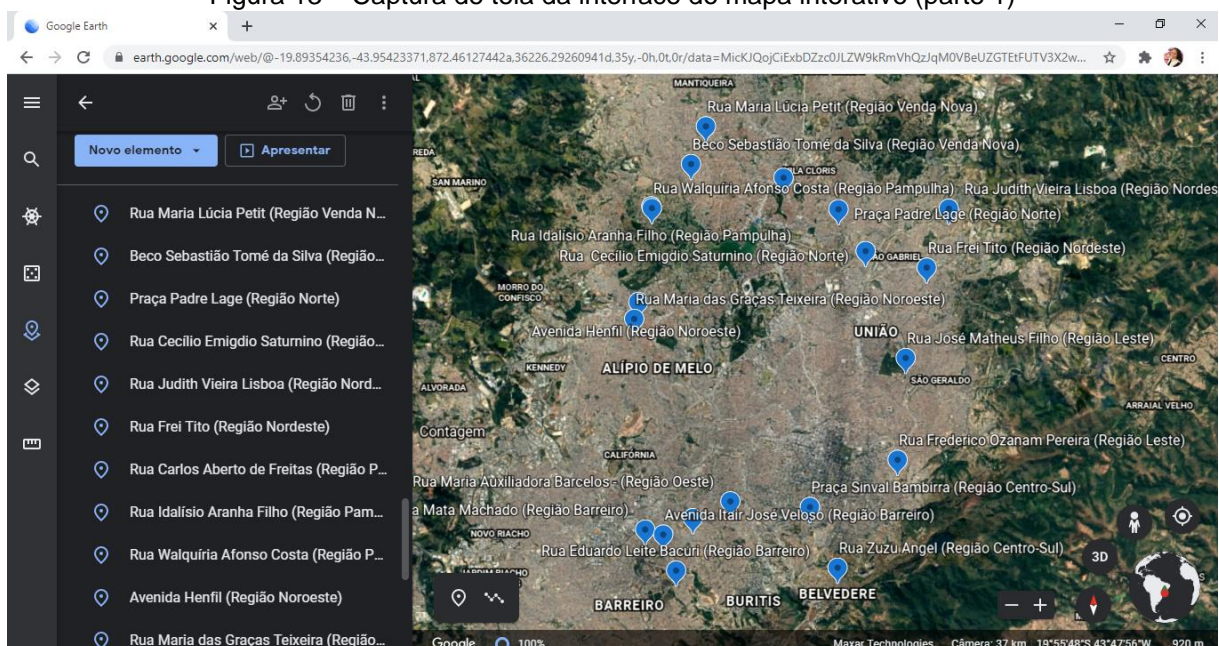


No mapa, constam os nomes dos 20 logradouros homenageados, a região em que estão localizados, e, ao acionar a localização do logradouro, é possível ter acesso a informações sobre o homenageado, por meio de uma pequena biografia que construímos e obtivemos do livro “Rua Viva” (Duarte, 2004), e do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014), no site “Memórias Reveladas”, além de uma fotografia da pessoa. No caso da Rua José Carlos da Mata Machado, que foi renomeada, há ainda informações sobre a antiga pessoa, que dava nome à rua e respectiva fotografia. Incluímos, também, o resumo da tese, para que sejam conhecidos os objetivos e o trabalho completo, que, quando disponibilizado no banco de teses e dissertações da UFMG, também contará com um *link* de acesso direto, pois, como autora, é possível que faça edições no arquivo do mapa.

Para iniciar a interação com o mapa, o leitor pode clicar em cada um dos locais representados e, assim, uma aproximação do logradouro será iniciada e se abrirá uma caixa de texto, com dados biográficos do homenageado naquele local. Por meio da viabilidade de visualização por satélite, é possível conhecer o entorno daquela região, os equipamentos públicos, tais como escolas, centros de saúde, além de comércios, igrejas e outros. A infraestrutura do logradouro e da região também podem ser visualizadas. Para isso, basta acionar ou copiar o *link* de acesso e colar no espaço para busca no navegador de internet. O acesso só se efetiva mediante conexão via Internet. Para interagir com o mapa, também é possível optar pelo modo de apresentação e ir clicando em cada logradouro, ou acessar por meio da barra lateral esquerda, clicando em cada nome ou ícone. As Figuras 13 e 14 são uma amostra da interface.

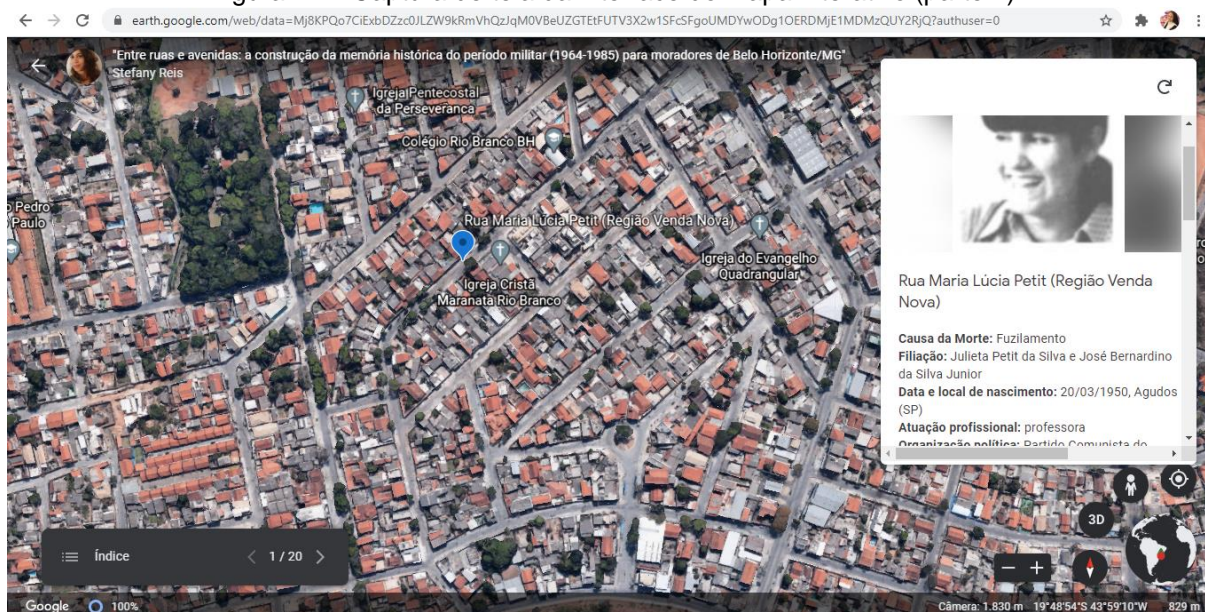
Por meio do mapa interativo, é possível visualizar, com o auxílio do satélite, a região onde os logradouros estão dispostos. A aproximação da imagem nos possibilita um olhar panorâmico que pode nos indicar algumas questões apontadas na visualização do mapa estático.

Figura 13 – Captura de tela da interface do mapa interativo (parte 1)



Fonte: Captura de tela da interface do mapa interativo para apresentação do layout e da forma de representação gráfica.

Figura 14 – Captura de tela da interface do mapa interativo (parte 2)



Fonte: Captura de tela da interface do mapa interativo no modo apresentação, visualizando o logradouro escolhido e a caixa de texto na qual constam informações biográficas sobre os homenageados.

É possível identificar, então, as 20 ruas selecionadas, nas quais aplicamos os questionários na etapa IV da pesquisa, sendo uma amostra da perspectiva dos 200 logradouros homenageados. Nas ruas localizadas nas regiões Norte, Nordeste, Venda Nova, por exemplo, é possível visualizar, nas redondezas, um número

considerável de instituições religiosas, como igrejas católicas, e, sobretudo, evangélicas. São regiões periféricas, com moradias muito próximas umas às outras, algumas ainda com estruturas de lonas e telhas. Há também equipamentos públicos como escolas, centros de saúde, e comércio local. Os logradouros situados na região da Pampulha, e Centro-Sul, por exemplo, indicam que a região possui moradias maiores, com piscinas, quadras, com clubes ao redor, lojas de conveniências, *fast food*, hotéis, e, por outro lado, são margeadas pelas periferias, marcando o contraste de classes.

Outro ponto que pode ser observado é em relação à extensão dos logradouros. Alguns deles são bem curtos, ou estreitos, com destaque para a existência de um beco, na região de Venda Nova (Beco Sebastião Tomé da Silva). Os logradouros, que são praças ou avenidas, são um pouco maiores, mas não se sabe o quão movimentado são, pois, na região Norte, a Praça Padre Lage, por exemplo, se localiza em um bairro residencial formado na maior parte por prédios, com poucos comércios no entorno.

Nosso intuito, com a construção do mapa, era o de registrar tais lugares na cidade, e tornar conhecidos e acessíveis os locais de homenagem e os homenageados; contudo, por meio da visão panorâmica, da oportunidade de “olhar por cima”, vemos como as questões de classe, por exemplo, atravessam a dinâmica de construção dos lugares, e não pode ser deixada à parte, considerando que os grupos sociais se organizam, também, por meio de tal categoria social e analítica. É possível supor, a partir da citada questão, onde há a maior concentração de renda, pessoas com maior escolaridade, onde está a população negra, e a classe trabalhadora. A distribuição também nos orienta em relação ao acesso ao saber e à tentativa da manutenção do silêncio e do esquecimento.

Em um trabalho original e interessante, denominado "*Unequal Scenes*" (Cenas Desiguais), o fotógrafo estadunidense Johnny Miller⁴⁴ utilizou a tecnologia dos *drones* para registrar fotos panorâmicas de bairros da Cidade do Cabo, na África do Sul. Além de belas fotos e filmes, Miller começou a observar as cenas desiguais que o material reproduzia, e passou a visitar países, como o Brasil, para observar se as cenas se repetiam. Na África do Sul, observou, principalmente, a divisão racial e econômica entre as residências de brancos e negros, e bairros bem divididos e segregados, brancos de um lado, negros de outro, em uma manutenção do *apartheid*. No Brasil, cidades como Belo Horizonte e o Rio de Janeiro foram observadas, e as imagens do bairro de Copacabana, no Rio, impressionaram o fotógrafo e autor do projeto, pois, a proximidade entre a praia, os belos prédios, rede hoteleira, e casas de Copacabana, estavam bem próximas da periferia, ficando muito explícita, para ele, a divisão entre o bairro nobre e a construção da favela brasileira, os limites entre o morro e o asfalto.

Com o trabalho, o objetivo de Miller é “. . . a partir do alto, com o uso de *drones* ou helicópteros, [mostrar] como a desigualdade de renda se expressa na arquitetura e na organização urbana das cidades.” (BBC News, 2020, p.2). O trabalho foi premiado em várias ocasiões e recebe financiamento de organismos como a ONU, para pensar a redução das “desigualdades espaciais e a pobreza através de iniciativas de regeneração urbana” (BBC News, 2020, p.4). Miller abre a importante discussão sobre a construção da desigualdade social, a partir da ótica da arquitetura e do urbanismo. As cidades não foram e não são construídas desconsiderando tal lógica. E a forma como crescem não diminui os abismos sociais, não contribuem para pensar formas sustentáveis de sobrevivência. Se é possível pensar em um projeto urbanístico, que gere exclusão, é possível repensá-lo, mas, sem dúvidas, tal movimento atingiria a ocupação de lugares não apenas físicos, mas simbólicos na estrutura de poder e organização da sociedade.

⁴⁴ O trabalho de Johnny Miller pode ser acompanhado na rede social do fotógrafo no Instagram, no perfil @johnny_miller_photography (https://www.instagram.com/johnny_miller_photography/), ou através do site: <https://www.millefoto.com/>

A objetivação das ruas, em um mapa, como marcas territoriais na cidade, é mais uma maneira de provocar, no sentido de produzir sentimento, reflexão e despertar o interesse ou o conhecimento das pessoas sobre os lugares, que não nos parecem ser mobilizados, enquanto objeto de homenagem, porque a população desconhece não apenas a função, mas a própria existência.

Em pesquisa sobre o impacto das imagens do 11 de setembro e a Guerra do Iraque, Annamaria de Rosa (2005) orienta sobre o importante papel das imagens, sejam elas estáticas (fotografias, entendemos que o mapa, desenhos também se incluiriam nessa especificação), e aquelas dinâmicas (filmes, propagandas, reportagens...) na construção e na partilha da memória social e das representações sociais. Diante da observação do campo de análise de imagens, De Rosa (2005) expõe impressões quanto ao abandono dos estudos em Psicologia Social em relação à função e os efeitos das imagens e das emoções nas construções sociais. Na perspectiva da psicologia cognitiva, por exemplo, se reconhece as imagens como estímulos perceptivos, para a construção das memórias e como componentes das representações dos objetos e do mundo. Em nosso trabalho, embora não nos aprofundemos na análise das imagens e nos efeitos que ela pode gerar para a memória social, utilizamo-las como disparadores, para fomento de uma possível mobilização, um despertar e um convite a “olhar para”.

Consideramos importante ressaltar que o uso de imagens, como os mapas propostos, aciona fatores sociocognitivos, sendo um tipo de estímulo e de linguagem que pode contribuir para a ligação das pessoas com as memórias, entendendo que tal contato pode dar espaço para a produção de emoções diversas, ao convocar a participação, por meio das ferramentas de interação, como é o caso do nosso mapa interativo.

O uso de imagens como ferramentas de pesquisa e intervenção nos estudos de memória social, em temas de caráter público, podem, inclusive, contribuir para o compartilhamento de versões de memória, ou para a manutenção do esquecimento. “. . . a pesquisa sobre a memória, de uma perspectiva da psicologia social, não pode

evitar confrontar o problema de como operacionalizar o papel das imagens na construção e na partilha social da memória e do esquecimento de fatos e acontecimentos públicos” (De Rosa, 2005, p. 131).

No citado contexto, a pesquisa em psicologia social se conecta com a perspectiva de “pesquisa implicada” (Rasera, Guanaes-Lorenzi & Corradi-Webster, 2016), e o sentido da implicação estaria tanto na análise de produção de conhecimento coletivo, valorizando os saberes dos grupos, reconhecendo-os como legítimos, quanto na própria produção e democratização do conhecimento acadêmico, por meio dos produtos intelectuais gerados e objetivos de aplicação social. Estaríamos também preocupados com os efeitos futuros da pesquisa, para a transformação e mudança social, principalmente, junto aos grupos subalternizados, e não apenas devido aos resultados recentes (Gergen, 2014).

Certamente, observações e estudos futuros sobre o uso das imagens cartográficas, para o aprendizado social, e para a produção e partilha das memórias, seriam necessários e são sugestões para o aprofundamento das pesquisas sobre imagem, memória coletiva, e representações, sociais. Na verdade, a percepção quanto à importância da produção das imagens e dos impactos que geram na população e nas instituições parece ser reconhecida por pesquisadores na área de Sistemas de Informações Geográficas (GSI), que se aprofundam nos detalhes analíticos da produção e uso dos mapas (Sapienza, 2018).

Em relação ao campo das Representações Sociais, Moscovici (1983), citado por De Rosa (2005), considerava que

Os homens sempre preferiram imagens a outros signos. Material de ilusão, elas contêm a energia necessária, a mágica e o desejo pela imortalidade. . . . o tempo exigido para exibir é mais incisivo e breve que o tempo exigido para demonstrar. A imagem está em completa oposição à palavra. A imagem não se recolhe para dentro

de si mesma; ela se irradia rumo a busca por um olho aberto. . . . a eficácia da imagem é realmente a de permitir as pessoas habitarem a Torre de Babel, a despeito da barbaridade das línguas e da cultura (Moscovici, 1983 citado por De Rosa, 2005, p. 131).

De certa forma, o mapa também surge como um tipo de documento, que pode compor elementos do acervo da memória histórica, no sentido em que ele tensiona aspectos como a omissão, ou silêncio, e busca evidenciar as homenagens em sentido inicial, de fazer lembrar as histórias e as pessoas. Contudo, a força do silenciamento, perpetrado tanto pelo regime autoritário quanto pela manutenção da ignorância social, que apartam os indivíduos das memórias do período, e até mesmo a falta de compreensão e uso da cidade enquanto espaço público de todos, fortalece o desconhecimento e a consideração da importância dos atos e lugares.

Retomando sucintamente o pensamento de Gramsci sobre os “intelectuais orgânicos, os “intelectuais profissionais” e os “intelectuais burgueses”, Santos, Santos e Oliveira (2020) nos provocam a pensar sobre a manutenção da ignorância social de alguns grupos, considerados a partir do lugar subalterno do “não saber”, a quem o acesso ao conhecimento formal é impedido, e o saber do senso comum, desconsiderado. Enquanto os intelectuais profissionais, os cientistas, acadêmicos, professores, detém o conhecimento para o trabalho, e os burgueses para a manutenção da exploração do trabalho, os intelectuais orgânicos estariam comprometidos com a transformação social, a partir do conhecimento, não apenas aquele dado como único, teórico, oficial, mas os saberes produzidos pelas pessoas comuns. O que nos aproxima da perspectiva de Moscovici (2012), ao valorizar o senso comum como um saber prático, produzido pelos grupos sociais na interação da vida cotidiana.

Manter parte da população desinformada e sem acesso ao passado é, também, um projeto de poder das elites, haja vista as discussões atuais no Brasil sobre a proposta da “Escola Sem Partido” e, mais atualmente, a censura à imprensa e meios de

comunicação na divulgação de dados científicos e outras informações sobre o novo coronavírus, vacina, formas de cuidado e prevenção (Santos, Santos & Oliveira, 2020).

O trabalho com a visualização do mapa interativo gerou em nós o senso de curiosidade e desejo de saber mais sobre o tema. Certo é que envolvidos pela investigação sobre o contexto e as homenagens, ficaríamos entusiasmadas com o produto. Mas, para além do interesse acadêmico, há o desejo futuro do que possa ser gerado, por meio dele, na tentativa de produção coletiva, que contribua para a formação humana, sendo nosso mote e expectativa.

Diante do contato com a ferramenta, lembramos do trabalho de Yves Clot com a “Clínica da Atividade”, campo muito explorado, por parte de estudiosos da Psicologia do Trabalho, e das técnicas propostas por Clot (2017), a partir da gravação audiovisual do trabalhador executando o trabalho, e, posteriormente, o uso de vídeos, no que ele chama de confrontação cruzada, quando se contrastam a narrativa do trabalhador sobre a execução do trabalho e o vídeo com as imagens, mostrando o trabalhador no *lócus* de trabalho, realizando a atividade. De maneira bem sucinta, podemos dizer que a prática, por exemplo, contribui para a tomada de consciência do trabalhador sobre a atividade, por meio da observação. No caso de nossa pesquisa, a possibilidade de olhar o mapa pode ser uma forma de fomento à busca pelo conhecimento dos locais de memória, a partir do contato interativo com eles.

Ao considerarmos o campo da Psicologia Social de forma interdisciplinar, e a compreensão da relação indissociável entre sujeito e sociedade, a aproximação do diálogo com áreas como a psicologia do trabalho, fotografia, geografia, arquitetura/urbanismo, direito, pode ser profícua, inclusive, ao retomarmos a Teoria das Representações Sociais e a construção social da memória, ambas, fruto das interações entre os grupos, em territórios não apenas simbólicos, mas materiais. Tomando a máxima de que o conhecimento se produz “em” e “para” algum lugar, e a memória, apesar de fluida, tem raízes e espalha ramos por diferentes lugares,

miramos nosso olhar para a dinâmica dos lugares, dos espaços sociais e das interações que acontecem neles.

Focando a relação entre a geografia – mais especificamente entre espacialização e construção de subjetividades na cidade – e o conceito de representações sociais, Furini (2011) associa os dois campos, permitindo a compreensão da cidade enquanto território construído também pelas representações sociais dos grupos sobre os espaços, monumentos, e pelo uso ou desuso dos espaços. Entendemos, então, uma dimensão simbólica dos espaços, mas, também, material, pois a cidade abriga fisicamente lugares para as interações dos grupos, marcando e sendo marcada pelas identidades grupais.

Retomando o esquema proposto por Moscovici (2012), sobre a relação entre sujeito, objeto e o outro, Furini (2011) ressalta o papel do contexto (simbólico e físico/material), tão fundamental para a construção das representações sociais na tríade. Para Moscovici (2012), as representações sociais são formadas em meio aos diálogos cotidianos, seja no botequim, nas rodas de conversas, seja em outros contextos informais de interação. Furini (2011) reafirma a dimensão tratada na TRS quanto ao espaço em que as interações acontecem, como parte do contexto de formação das representações sociais. Assim, reitera-se que exercício das práticas sociais também ocorrem em locais/ambientes materiais e simbólicos específicos: hospitais, escolas, presídios: no espaço do dia a dia, no cotidiano.

Devemos considerar, ainda, que os processos sociogênicos de formação das representações sociais, a ancoragem e a objetivação (Moscovici, 2012) estão enlaçados em um contexto, em uma história e em locais peculiares. Entendemos, assim, que haveria um papel considerável do ambiente físico para o processo de formação e transformação das representações sociais. Embora novo e provocativo, o argumento proposto por Furini (2011) nos parece pertinente, para pensarmos a relação entre Representações Sociais e geografia.

Jodelet (2010) também nos incentiva a pensar a memória dos lugares urbanos, e o sentido que determinados espaços e as experiências em tais espaços têm para determinados grupos, o que orienta a escolha por homenagens a pessoas específicas, e a escolha por locais para se comemorar ou lembrar-se de algo. Para a autora, a cidade é um espaço de vida, de produção de experiências, e a possibilidade de agir, intervir e circular, nos espaços urbanos, se conecta com as vivências pessoais, grupais e com os acessos permitidos ou proibidos por grupos sociais diversos, detentores de poder. As alterações nas estruturas da cidade, as mudanças de nomes de ruas, por exemplo, a modificação da arquitetura, o avanço da industrialização, do urbanismo alteram lugares na cidade, e tais alterações podem afetar as identidades. No descrito sentido, a questão central é compreender os lugares urbanos como lugares de vida, o que torna-se fundamental.

Assim, as supracitadas homenagens realizadas nos logradouros públicos podem ser uma forma de conectar a sociedade ao seu passado. Jodelet (2010) aborda a existência de um “espírito dos lugares” ligado a memória social, considerando que “*el espíritu de los lugares. . . remite al papel del olvido o del silencio de un pasado que sigue activo en la fisonomía del espacio urbano.*” (p. 87).

No caso brasileiro, ainda temos poucos monumentos e intervenções arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, que remetam ao período da ditadura militar e que façam menção às violações de direitos humanos cometidas aqui. Na Argentina, por exemplo, a Escola Superior de Mecânica Armada (ESMA), um dos maiores centros de detenção e torturas na ditadura argentina, tornou-se um importante lugar de memória. No Chile, a Villa Grimaldi, também usada para a tortura e de militantes políticos de oposição à ditadura chilena, é um importante espaço de memória. No Brasil, mais recentemente, em 2009, o antigo DOPS de São Paulo tornou-se o Memorial da Resistência (Felipini, 2012). Em Belo Horizonte, o DOPS foi tombado como patrimônio histórico, tornando-se o Memorial dos Direitos Humanos (Estado de Minas, 2013; COVEMG, 2017). Contudo, no Brasil, a falta de responsabilização e judicialização dos agentes do estado considerados culpados é um fator que inviabiliza o reconhecimento social de

que esses atos de violações foram praticados e que sejam considerados, judicialmente, como crimes imprescritíveis (Soares & Quinalha, 2011).

Reconocer abiertamente el pasado y reconocer abiertamente su verdad "privada" es muy amenazador para los victimarios y para la estabilidad política. . . . Las víctimas necesitan que su experiencia sea confirmada por la sociedad, por otros fuera ellos mismos, para hacer que su horror privado sea parte de la historia, parte de lo que los otros reconocen como verdadero, válido, compartido. El sufrimiento individual puede ser reconocido y validado. La gente puede obtener más información acerca de lo que sucedió. Pero esto requiere comprender la relación entre el sufrimiento y el contexto político que lo indujo. (Lira, 1998, pp. 260-261).

Os mapas produzidos e apresentados neste estudo são formas de representação gráfica, que permitem diferentes tipos de interpretação, seja por meio dos softwares empregados para a análise das informações do nosso banco de dados, e/ou das teorias utilizadas para a compreensão do fenômeno estudado.

O ensejo para a criação de tais mapas surge a partir do interesse em evidenciar os possíveis lugares de memória na cidade, entendendo, a partir de Soja (1993), e Souza (2014), que a geografia e o planejamento urbano devem ser pensados criticamente, pois, há estratégias de poder e dominação envolvidas na definição dos territórios, implicando, inclusive, na construção e efetivação de políticas públicas. Por isso, nossa proposta de mapeamento tem a pretensão futura de fomentar políticas públicas, entre elas, as políticas de memória, e práticas de educação em direitos humanos. Os dados analisados apontam tanto para o dever de reconhecimento, apoio e financiamento político-institucional desses atos de reparação simbólica, quanto para a necessidade de que haja propostas educacionais, que estimulem a população a conhecer e a interagir com os possíveis lugares de memória na cidade.

Com isso, seriam as anteriormente citadas algumas das contribuições deste trabalho para a formação crítica e cidadã, implicada com o conhecimento sobre os contextos culturais e de fatos históricos no cenário sociopolítico brasileiro, produzindo reflexões importantes sobre a existência e o compartilhamento de diferentes versões de

memória, e da necessidade de reparações de diferentes ordens, nos casos de violação de direitos humanos (Benevides, 2003; Rayo, 2008).

A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos. . . . é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados - os quais devem se transformar em práticas (Benevides, 2000, p.1).

As estratégias de propor práticas educacionais diversas, que visem a inclusão social, o reconhecimento de direitos e a garantia deles, são também fatores de que podem exacerbar as disputas intergrupais. Nos últimos anos, no Brasil, assistimos às polêmicas geradas em torno do projeto “Escola Sem Partido”, da criação de *fake news* sobre o ensino de “Ideologia de Gênero” e distribuição de “Kit Gay” (Romancini, 2018) e a relutância para que conteúdos sobre diversidade, questões de gênero e sexualidade, relações étnico-raciais, cultura e religiões de matriz africana, por exemplo, não se tornassem conteúdos obrigatórios nas escolas. Tratar de tais temas parece aguçar as construções ideológicas e identitárias de diferentes grupos sociais (pais, professores, famílias, governo). A educação em direitos humanos também pode gerar dissensos ao tocar em aspectos sociopolíticos e culturais, pois o propósito não se resume à transmissão de informações sobre os direitos e as violações ocorridas no Brasil, mas a gerar mudança de práticas, a partir da tomada de consciência e da criação de sentido pelas gerações que não viveram nos contextos em questão.

No Projeto Rua Viva, Duarte (2004) define a ideia de nomear as ruas e avenidas como utópica, no sentido de traçar na cidade a memória dos militantes políticos, pois, sabemos das disputas intergrupais por uma versão oficial de memória, que impede o aparecimento de elementos que possam colocar em risco os componentes positivos que buscam evidenciar e a compreensão de “verdade” que acreditam e defendem (Bolognesi & Puntoni, 2012). A mesma utopia parece estar colocada na proposta da

educação em direitos humanos, necessária em sociedades que passaram por violação de direitos, que sofreram crimes de lesa-humanidade e estão em processo de reconciliação e solidificação da democracia.

A partir do Projeto “Rua Viva” (Duarte, 2004), e outros como o “Ruas da Vergonha” (Núcleo Memória, 2017), “Rua Marielle Franco” (Chama Agência-Rede, 2018) e dos trabalhos de Nora (1993), Jelin (2002) e Dias (2012), compreendemos a importância dos lugares de memória para as cidades e as gerações e a relação das propostas com as relações intergrupais.

A experiência de outros países latino-americanos, que passaram por Ditaduras e por processos transicionais, tais como a Argentina e o Chile, que reconheceram o direito à verdade, à memória e à justiça, responsabilizando os culpados pelos crimes cometidos pelo aparato repressivo do Estado, avançaram nos quesitos da judicialização, reparações financeiras, reparações simbólicas. A construção de políticas de memória foi essencial para garantir a reparação do Estado pelos crimes de violação, de diferentes formas (Delgado, 2011). Tais ações se tornaram possíveis, a partir do entendimento de que a criação de políticas de memória são fundamentais diante das “políticas de esquecimento” (Ansara, 2012; Huyssen, 2014).

Os estudos sobre memória e esquecimento têm seu “boom” nos anos de 1980 (Huyssen, 2014), nas discussões que envolvem o pós-segunda guerra mundial, a Guerra do Vietnã, Guerra Fria, e as marcas do Holocausto. A queda do muro de Berlim, em 1989, a construção de museus balizadas pela necessidade de marcar nas cidades a lembrança desses episódios traumáticos também marcam a necessidade de estudos sobre a memória social (Huyssen, 2014; Jelin, 2002). Para Jelin (2002), a criação dos lugares de memória se configura como uma tentativa de simbolização do horror, sendo complexa no sentido da absorção dos eventos violentos e traumáticos pela sociedade, mas de profunda relevância e imprescindibilidade, por manterem vivas as memórias.

Ludmila Catela (2001) avança a discussão sobre os lugares de memória e aponta a noção de “territórios de memória”, pois os territórios não seriam apenas marcos, lugares estáticos, mas espaços de interação, marcados pelas relações, inclusive, de poder. A noção de território indica, também, a relação entre memória e identidade, e, mais que lugares, em termos espaciais, os monumentos, homenagens, patrimônios, tornam-se uma produção de versões de memória, ligados às experiências dos sujeitos envolvidos e da sociedade. Jelin (2002) reforça a existência de uma luta política entre as memórias, e que em todas as versões há limitações, silêncios e elementos esquecidos. Não existiria uma memória única, completa e inquestionável.

Nora (1993) apontava que os lugares de memória têm a função de não deixar que o esquecimento “vença”, sendo, em tal sentido, espaços de provocação. Olhar para uma estátua, saber quem e qual a história do homenageado pode chamar a atenção do espectador, pode gerar espanto, curiosidade, vontade de saber.

A definição do que seriam as Políticas de Memória se delineia na década de 1990, em um contexto de ditaduras e pós-ditaduras na América Latina, com um propósito que nos lembra o trabalho de Connerton (1999) sobre a necessidade de conhecimento sobre como as sociedades recordam, como transmitem e constroem as memórias, os locais em que elas se perpetuam e o que elas provocam na sociedade. No descrito sentido, compreendemos que as ações de reparação simbólica cabem dentro de tal quadro.

Se, por um lado, as políticas de memória deveriam estar enquadradas enquanto políticas de Estado, e não de Governos, elas partem da luta e da pressão de movimentos sociais (Ansara, 2012), de parlamentares voltados à causa e da sociedade civil engajada em conhecer o passado e lutar por direitos, como o de lembrar. Na noção de “vontade de memória” (Nora, 1993), reconhecemos a presença das dimensões cognitiva e afetiva do desejo de conhecer e provocar o reconhecimento, e de manter as memórias vivas e possíveis de serem acionadas e mobilizadas.

Embora admitamos que exista um processo de “esquecimento” forjado e legitimado por uma “memória oficial” – que, ao longo dessas décadas, vem ocultando da população brasileira o passado repressivo e um efeito desmobilizador das lutas – provocado pelo medo à repressão – é fundamental destacar a importância de uma *consciência política* proporcionada pelos movimentos sociais na construção da memória, que é uma verdadeira luta contra o esquecimento . . . De alguma maneira, é nesta luta por criar “lugares de memória” que parece se inserir as políticas de memória . . . essencialmente provocadas pelas demandas dos movimentos que lutam pela construção de uma memória popular ou, por assim dizer, de uma “memória dos vencidos”, ou seja, pelos grupos e minorias que criam novos suportes e lugares da memória, através de suas narrativas, de suas celebrações, de seus rituais e da organização sistemática de seus arquivos. Instaura-se, portanto, uma luta política na qual se confrontam memórias contra memórias envolvendo uma disputa de sentidos sobre aquilo que ocorreu no passado. Em outras palavras, é um confronto entre distintas memórias antagônicas e diferentes versões do passado. (Ansara, 2012, pp. 301-304).

4.3 Etapa III – Entrevista Semiestruturada

4.3.1 Descrição de Procedimentos Metodológicos

Visando ampliar o conhecimento acerca da elaboração do projeto Rua Viva, a concepção, o planejamento e a execução, realizamos uma entrevista com o ex-vereador de BH, o militante político Alberto Duarte, mais conhecido como “Betinho Duarte”, idealizador do projeto e autor do livro “Rua Viva: o desenho da utopia”.

Conforme aponta Machado (2002), a relação entre entrevistador e entrevistado se dá em interação, em uma partilha não apenas de informações, mas de lembranças, silêncios, emoções. Partindo de uma concepção da entrevista como encontro (Romanelli, 1998), mais do que seguir um roteiro estático, se faz necessário produzir um ambiente de confiança em que a troca possa acontecer. A propiciação de tal espaço coletivo e produtivo não deixa, contudo, de ser um ambiente de pesquisa, de coleta de dados, seguindo um método científico de característica qualitativa, baseado no objetivo não apenas da busca de informações, mas da forma como as informações

são tecidas e envolvidas; o contexto sócio-histórico, político, no qual aqueles acontecimentos se deram.

De tal forma, consideramos fundamental a preparação para a chegada ao campo de coleta, para que o(a) entrevistador(a) possa mediar, fomentar e conduzir, de forma participativa e colaborativa, a emergência dos temas relevantes para o trabalho. Para Romanelli (1998), tanto o pesquisador quanto o entrevistado são mediadores, detentores de “poderes” específicos na situação: um questiona, registra, promove a relação de interação, o outro seleciona memórias, lembranças, tecendo o discurso a partir dos estímulos provocados. Há, assim, a possibilidade de uma relação de alteridade, em um ambiente de proximidade que permite a troca, quando cria-se um espaço de valorização da trajetória do entrevistado, possibilitando o sentimento de relevância de um interesse genuíno em ouvir e compreender a história narrada pelo sujeito. O distanciamento, em determinados aspectos, se faz necessário, e, assim, nota-se a seleção dos ditos e não ditos, por parte do entrevistado, e a atenção do entrevistador ao perceber quais temas serão aprofundados e aqueles que requerem cuidado. (Romanelli, 1998).

Em práticas de pesquisa com entrevistas, percebemos que os entrevistados solicitam os momentos em que desejam que aquele trecho não seja gravado, ou não seja mencionado no conteúdo final do trabalho. Conversas em tons mais baixos, como segredos guardados por anos, e que naquele espaço de encontro, que se torna a entrevista, eles podem compartilhar. Pois os termos de consentimento livre e esclarecido para a participação em pesquisas costumam prever os cuidados éticos a serem tomados pelo pesquisador, e os direitos dos entrevistados. Nesse sentido, é de suma importância a compreensão do entrevistador sobre a presença ali, os efeitos causados, os objetivos, e as limitações. A tão dita reflexividade do pesquisador (Romanelli, 1998) é essencial para a produção do espaço de trocas.

Realizar a citada entrevista foi bastante significativa, para compreendermos os processos pelos quais se dão as nomeações de logradouros públicos, os trâmites e

atravessamentos institucionais envolvidos, nos permitindo alcançar um dos objetivos específicos desta pesquisa: compreender os projetos de lei no município de Belo Horizonte que deram origem as homenagens aos militantes políticos e suas continuidades, limites e potencialidades.

4.3.1.1 Procedimentos de Coleta dos Dados

Realizamos uma entrevista com roteiro semiestruturado, no mês de maio de 2019, com Betinho Duarte, ex-vereador da cidade de Belo Horizonte e idealizador do Projeto Rua Viva, que tinha como propósito dar aos logradouros públicos de BH os nomes de militantes políticos de oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985).

A decisão metodológica de utilizar a entrevista com o roteiro semiestruturado se deu, a partir da consideração dos objetivos da pesquisa e não somente da citada etapa, visando, especialmente, sanar dúvidas em relação ao processo de nomeação das ruas, a concepção do projeto, posteriormente, do livro; logo, o roteiro semiestruturado foi elaborado visando algumas questões disparadoras com o objetivo de conhecer o Projeto Rua Viva, o planejamento, os entraves, a condução, execução, o processo de nomeação de logradouros públicos, os projetos posteriores, além da trajetória e história do vereador e envolvimento com o tema. Flick (2004), ao falar de entrevistas semipadronizadas, orienta sobre a construção do roteiro, que, em nosso caso, se assemelha o exemplo posto pelo autor, de questões estruturadas guiadas pelas hipóteses do trabalho, pelas teorias que sustentam o trabalho e, ainda, pelas formulações feitas pelo próprio pesquisador.

Acessamos Betinho Duarte, a partir de nossa rede de contatos com militantes políticos, que militaram no período e que conhecemos em eventos sobre a ditadura militar, sediados em anos anteriores em BH. O conhecíamos desde o ano de 2011, quando se deu nosso primeiro contato na exposição “Sala Escura da Tortura” promovida pela Comissão Nacional de Anistia Política, por meio do Projeto “Marcas

da Memória”. O entrevistado é bastante comunicativo, atuante e muito disposto a contar a própria história de militância e a história dos militantes políticos de Belo Horizonte. No Núcleo de Pesquisa “Memória, Representações e Práticas Sociais”, do qual fazemos parte, mantemos um banco de dados com o contato dos militantes políticos que conhecemos nesses eventos, sendo que muitos deles foram acessados em outras entrevistas por nossa equipe de pesquisadores.

O contato para a concessão da entrevista ocorreu por meio do uso de aplicativo de mensagens e a entrevista aconteceu na residência de Betinho Duarte, no município de Belo Horizonte, tendo a duração de aproximadamente duas horas (2h). Considerando a importância de evidenciar a autoria do projeto, utilizaremos a identificação do nome pessoal do entrevistado, reconhecendo também, assim, a atuação e trabalho.

Mediante autorização e consentimento livre e esclarecido do entrevistado, a entrevista foi gravada em formato MP4 e, posteriormente, transcrevemos literalmente o conteúdo.

Uma preparação anterior ao momento da entrevista foi importante, pois, além de conhecedor do tema dos direitos humanos, da história de Belo Horizonte, do período histórico a ser tratado e das políticas sociais, urbanas, e de memória, Betinho Duarte foi militante político de oposição à ditadura militar e mantém ativismo político, sendo atuante, ainda hoje. Reconhecido por pesquisadores, políticos e pela sociedade Belo Horizontina, é uma personalidade importante na/da cidade. Mesmo não desempenhando, atualmente, cargos políticos na cidade, participa de diversas iniciativas, tendo sido um dos precursores na luta pela anistia política no Brasil.

Nossos diálogos até então haviam sido “informais”, nos eventos, em participações em seminários científicos e temáticos. Para a entrevista, além de estudarmos a biografia do entrevistado, a familiaridade com o livro “Rua Viva” e com matérias de seu *blog*

peçoal “Betinho Utopia”. A inserção no estudo do tema, possibilitado pelo conhecimento construído e acumulado por nós ao longo de oito anos de inserção no núcleo de pesquisa “Memória, Representações e Práticas Sociais”, estudando o tema da ditadura militar, e de períodos históricos anteriores, nos permitiu certa fluência para conduzir a entrevista. Contudo, é sempre um grande aprendizado ouvir as histórias, a seleção de memórias, e a experiência vivida.

Portanto, a fala não se constitui somente como conjunto disperso de informações, mas é o processo tortuoso de explanação de fatos e de relações que, ao serem selecionadas, descritos e mesmo interpretados pelo sujeito, revelam os princípios e as normas que organizam sua existência. Se o discurso é representação sobre temas específicos, é um tipo peculiar de representação, ou seja, é um conjunto relativamente articulado de explicações, reflexões e legitimações, com as quais o outro aprende dimensões de sua existência, que lhe são muito próximas, mas que nem por isso são plenamente conhecidas por ele. Ao reavivarem a memória na situação de entrevista, os depoentes procuram encontrar o significado e a chave para a compreensão do vivido, seja ele da ordem do passado ou do presente. (Romanelli, 1998, p. 131).

Durante a entrevista, aconteceram momentos de emoção e saudosismo, ao lembrar da idealização do projeto, ou de amigos queridos, militantes do período e que foram homenageados, e até mesmo da época de militância. Ao falar do momento presente e do futuro, as expressões de entusiasmo e vitalidade, características do entrevistado, também se evidenciaram. Betinho sempre demonstrou interesse por nosso trabalho e sempre se disponibilizou a contribuir, por considerá-lo uma certa “extensão”, que se assemelha em alguns pontos à continuidade que pretendia fazer no projeto “Rua Viva”.

O momento de troca foi muito relevante, pois, Betinho sabendo do nosso interesse pelo tema, nos apresentou o acervo pessoal de materiais documentais sobre o projeto, mostrou documentos, fotos, livros, e nos fez no dia, a doação autografada do Livro “Projeto Rua Viva”, além de outros livros da autoria dele, como “Rua Amiga” e “Estamos vivos. A volta será pior – o DNA do terrorismo de direita em Minas”. Betinho Duarte concedeu também autorização para que fotografássemos uma placa feita em homenagem a um militante político a ser afixada em umas ruas homenageadas, e que

faria parte da continuidade do projeto, como relataremos e mostraremos na discussão dos dados da entrevista.

Nas pesquisas qualitativas, a relação entre pesquisador e pesquisado é encarada como um espaço de produção, o que Flick (2004, 2009) explana como reflexividade do pesquisador, que deve estar atento à forma como tais aspectos e o encontro de subjetividades afetam a condução e a interpretação da pesquisa. Por isso, descrever o processo se torna um cuidado importante.

A entrevista fez-se essencial para compreensão de algumas lacunas que ainda tínhamos sobre a o projeto Rua Viva, sobre a toponímia urbana em BH, e contribuiu de forma significativa para que repensássemos a pesquisa de campo e o questionário, posteriormente aplicado no recorte de logradouros públicos homenageados.

4.3.1.2 Procedimentos de análise dos dados

Os dados foram analisados, por meio da análise de conteúdo temática categorial (Bardin, 2011), seguindo as etapas exploratórias (leitura flutuante e leitura exaustiva do material transcrito bruto), a pré-análise do material (a partir da a exploração dos temas semelhantes, separação dos trechos por categorias), e a interpretação dos dados (relacionando os conteúdos considerados relevantes), com o objetivo específico de compreender os projetos de lei no município de Belo Horizonte que deram origem as homenagens aos militantes políticos, continuidades, limites e potencialidades. Os dados foram articulados aos aspectos teóricos de memória social e identidade social, que se confluíram no momento da análise.

Partindo da fase de leitura exaustiva do material e passando para a pré-análise, fomos identificando os temas que se repetiam no material bruto, nos apontando pistas para a criação de possíveis categorias temáticas ligadas aos objetivos da entrevista, que

se tratava da identificação e conhecimento dos projetos de lei, leis e intenções para a criação das homenagens aos militantes políticos, por meio da nomeação dos logradouros públicos. Diante disso, estabelecemos três categorias, que envolvem:

- a) a história de militância de Betinho Duarte, durante a ditadura militar em Minas Gerais, e a relação da experiência vivida com a vida pública, sendo as falas relacionadas a tal tema organizadas na categoria que denominamos “*A voz de quem viveu, projetou e planejou as marcas da memória dos militantes políticos nas ruas de BH*” (Categoria 1);
- b) nos interessava saber como foi a ação do ex-vereador em seu trabalho parlamentar na Câmara dos Vereadores para a criação, implementação, execução do projeto, os entraves vividos, as críticas o apoio e os desafios encontrados. A categoria se refere a “*A atividade legislativa e a toponímia urbana em BH*” (Categoria 2);
- c) por fim, organizamos a última categoria, para falar especificamente do “*Projeto Rua Viva: o desenho da utopia*” (Categoria 3), as peculiaridades, os avanços promovidos, as limitações identificadas e projetos.

Após a leitura exaustiva e a marcação das falas, que poderiam enquadrar-se nas categorias, fizemos a separação delas de forma bruta, em cada um dos eixos, e, posteriormente, selecionamos aquelas que poderiam exemplificar o tema tratado na análise dos dados, articulados aos aspectos teóricos sobre memória e identidade social, que foram aqueles que se destacaram em nossa interpretação.

4.3.2 Entrevista semiestruturada com Betinho Duarte, ex-vereador de Belo Horizonte e idealizador do Projeto “Rua Viva”

4.3.2.1 A voz de quem viveu, projetou e planejou as marcas da memória dos militantes políticos nas ruas de BH

Alberto Carlos Dias Duarte, natural de Belo Horizonte, nasceu em 21 de outubro de 1946. Mais conhecido como Betinho Duarte, é um ex-vereador do município de Belo Horizonte, Minas Gerais, cujos mandatos na Câmara Municipal de BH, decorreram de 1993 a 2004, tendo sido Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte no último ano de mandato (2003/2004). Betinho está envolvido na militância política, na luta pelos direitos humanos, desde a juventude, quando, na década de 1960, participou de grupos de jovens e de estudantes, em uma organização católica de esquerda chamada, “Ação Popular” (AP)⁴⁵. Durante o período da ditadura militar, ainda jovem, apoiou amigos e o irmão, que participava mais ativamente da luta contra o regime e pelas reformas sociais de base, na estrutura política daquele momento.

Eu comecei minha militância política mais ou menos em 1966. Meu irmão, era da célula de AP que é de origem católica. Ela foi fundada antes, obviamente, do golpe militar. Ela vem né do pessoal da JEC, Juventude Estudantil Católica, JUC, Juventude Universitária Católica, JOC, a Juventude Operária Católica. Um dos fundadores foi o Betinho, o Herbert de Souza. Então a origem dela é essa. Em 1964, a AP foi pra clandestinidade obviamente, muito perseguida... Então, em 1966, meu irmão era da célula de AP da engenharia . . . nós já éramos perseguidos. Nos primeiros dias da ditadura militar, da implantação da ditadura [aconteceram] prisões, torturas, assassinatos, cassações e outras coisas mais. Em 1966 foi realizado o congresso da UNE aqui em Belo Horizonte. Na verdade, em Belo Horizonte, [acontece] a conjuntura né? Foi decretado estado de sítio em Belo Horizonte. Todas as entradas para Belo Horizonte foram fechadas. E [nesse congresso] foi eleita a nova diretoria da UNE... várias pessoas foram presas inclusive na saída... Foi assim, meu batismo de fogo! Em 1967 eu fiz vestibular na Faculdade de Ciências Econômicas, na Federal (UFMG). Inclusive a

⁴⁵ “Organização política de âmbito nacional, fundada durante um congresso promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho de 1962. Integrada basicamente por membros da JUC e da Juventude Estudantil Católica (JEC), seu objetivo era formar quadros que pudessem “participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo”. Tanto a JUC como a JEC — organizações formadas em 1950 — eram setores especializados da Ação Católica Brasileira, movimento criado em 1935 por iniciativa do cardeal dom Sebastião Leme, com o objetivo de evangelizar a sociedade. A partir de 1960, entretanto, a JUC começou a sofrer um processo de radicalização, engajando-se na luta pela transformação dessa sociedade.” (Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2009, p. 1).

Faculdade de Ciências Econômicas foi muito atingida porque tinham os sociólogos. A mesma coisa que falam hoje, falavam naquela época [sobre quem eram os comunistas/subversivos]. Eles tomaram duas iniciativas: primeiro separar o curso, e depois a biblioteca, que era uma das melhores do Brasil, ela foi toda queimada, os livros foram todos queimados, destruídos (Betinho Duarte).

A história de militância de Betinho Duarte se mescla à história da ditadura militar em Belo Horizonte e da conjuntura política da época. Em 1966, aconteceu na capital mineira o 28º Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), sendo um acontecimento importante no cenário que antecedente ao golpe militar na cidade. As forças repressivas mostravam empenho em conter, proteger e reprimir ações consideradas perturbadoras da ordem pública e social, por meio da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Na ocasião do Congresso da UNE, diversos participantes foram “fichados”⁴⁶ pela polícia, ao descobrirem a organização dos estudantes na cidade, pois, eram considerados “perigosos”, diante das ameaças da implantação da doutrina comunista, e perturbação da ordem. Foi decretado estado de sítio e as entradas de BH foram fechadas, a fim de formar um cerco para conter os participantes.

Em Minas Gerais, ocorreram outras situações, envolvendo perseguição e violência sistemática, que antecederam a data que marca o início do golpe, em BH e no Brasil. O massacre de operários na cidade de Ipatinga (MG) em 1963, foi um deles. O “Massacre de Ipatinga” decorreu de um conflito violento envolvendo operários da “Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A” (USIMINAS), e funcionários da segurança privada e também pública, como a Polícia Militar de Minas Gerais. Segundo o relatório final da Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais (COVEMG, 2017), há muito a ser revelado quanto ao acontecimento, que ocasionou um grande número de

⁴⁶ Esse termo é bastante usado no discurso dos militantes para se referirem às fichas policiais, aos inquéritos policiais militares (IPMs) que eram abertos pelos militares ao abordarem, encaminharem e ou prenderem os militantes políticos em algum evento ou local de encontro clandestinos. Muitas dessas fichas desapareceram dos arquivos das delegacias policiais, e muitos deles atualmente estão disponíveis para acesso público nos Arquivos Públicos Estaduais e em outros sites na internet. Alguns sofreram modificação em relação ao texto original, e os militantes políticos questionam ainda hoje essa tentativa de apagamento e reconstituição modificada dos fatos. (Comissão Nacional da Verdade, 2014; Comissão Estadual da Verdade, 2017; Cruz, 2013; Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012).

operários mortos, muitos deles, vindos de outros municípios do Brasil em busca de trabalho.

Além do caso da Usiminas, outros ataques violentos aconteceram em MG. A população indígena foi uma das populações que sofreu graves violações de direitos humanos nos momentos anteriores ao golpe, e durante ele. O Relatório da COVEMG⁴⁷ (2017) retoma as atrocidades cometidas nos anos de chumbo da ditadura (1969), no chamado “Reformatório Krenak” construído em Minas Gerais, no município de Resplendor, e na Fazenda Guarani, em Carmésia (MG), que eram locais de privação de liberdade, dos povos indígenas. As prisões foram construídas e vigiadas por militares, e muitos indígenas foram presos, escravizados, torturados e mortos pela repressão.

A cidade foi tomada né? Como todo o Brasil foi tomado. Aqui em Belo Horizonte, por exemplo, tinham os “fitinhas amarelas” ... eles invadiam, prendiam quem eles quisessem. Invadiam as casas, prendiam as pessoas, saqueavam as casas...entravam e... às vezes levavam tudo, a começar pelo dinheiro. Então muitas vezes [as pessoas presas e mortas pelo aparato repressivo, como operários e povos indígenas] não tinham identidade, não tinham carteira de trabalho não tinham nada... cerca de 8 mil índios foram assassinados durante a ditadura. Aqui em Minas Gerais não temos o nome de um índio que foi assassinado pela ditadura militar (Betinho Duarte).

Em relação aos povos indígenas, há tanto na Comissão Nacional da Verdade, quanto nas Comissões Estaduais da Verdade pelo Brasil, o levantamento de mortes e desaparecimento de índios, camponeses, operários, não contemplados e representados na contabilidade dos mortos e desaparecidos no Brasil, sinalizando a lacuna presente não apenas nos dados oficiais, mas na própria construção de uma memória social do período, reforçando o lugar de subalternidade de tais grupos, que foram também atingidos pela violência de Estado.⁴⁸

⁴⁷ Informações detalhadas sobre essas prisões de povos indígenas, e as violações cometidas contra eles em Minas Gerais, podem ser obtidas no Relatório da COVEMG <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/192>

⁴⁸ No trabalho de Starling (1986) há menção de outros acontecimentos que marcam a organização tanto das forças militares, quanto das organizações de esquerda e sociedade civil que potencializou o

Durante o período crítico de intensificação da violência estatal, e pensando em uma perspectiva ideológica de “tomar a cidade partindo do campo”, muitas organizações e militantes envolvidos passaram a viver nas zonas rurais, nos municípios vizinhos, assumindo uma vivência campesina na situação de clandestinidade, pois, diante da perseguição política, precisaram assumir uma vida oculta, em locais considerados distantes do “olho do furacão” ou tidos como “seguro”, visando também manter a luta e a integridade pessoal e coletiva. Muitos jovens militantes deixaram a vida pública nos centros urbanos, para a militância de base em cidades do interior, florestas, e lugares pouco explorados. A história de militância de Betinho também envolve a vida clandestina no campo, além do expurgo da universidade, prisão, tortura psicológica e mudança de universidade, após a volta da vida clandestina no interior de Minas Gerais. A prisão política de Betinho ocorreu em 14 de maio de 1968, quando foi encaminhado para o temido DOPS da Avenida Afonso Pena, em BH. Após a saída da prisão, continuou os estudos no curso de Administração no Centro Universitário UNA, iniciado na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da UFMG.

Comecei a participar ativamente e tive minha primeira prisão. Fui preso mais 3 vezes, e a primeira prisão foi em 14 de maio de 1968. [O policial que me prendeu] era um brutamontes, só o braço dele dava meu tronco, ele me levantou e falou assim: “tira o cinto e o cadarço que ele pode auto suicidar”. E me jogou num jipe. E... eu cheguei no DOPS [...] naquele mesmo dia houve uma paralização [na cidade de BH]. Então, houve várias prisões, muitas prisões [...] eu fiquei praticamente preso 30 dias. E no meu caso específico, eu gosto de deixar isso bem claro, não houve tortura física. Obviamente privação de liberdade, obviamente é... tortura psicológica... É... quando trouxeram a comida na primeira noite pra mim, alguém soprou no meu ouvido que tava envenenada então, eu nunca comi a comida do DOPS, meus pais ou meus irmão que levavam a comida, lá na porta eles me entregavam [...] Quem foi torturado fisicamente tem as marcas no corpo e a tortura psicológica não deixa marcas, mas sequelas pro resto da vida. Obviamente fui julgado e... absolvido por falta de provas. Então essa foi minha primeira prisão. Eu voltei pra faculdade e continuei minha militância normalmente. Em 1968 a crise aprofundava... Então em dezembro de 1968 eu fui deslocado pra [militância clandestina] no campo. Até porque eu tava sendo muito perseguido. Então, é... eu não tinha ligações com a minha família porque eu já estava morando no aparelho. Meu irmão já tinha saído da AP, nessa época, todos os dois. E... então eu sumi, em dezembro eu sumi. Ninguém sabia de nada a meu respeito (Betinho Duarte).

golpe militar em 31/03/1964, em BH. Esses acontecimentos, tais como o Congresso da UNE, os locais de prisão em Minas, a ação da ditadura nas universidades, bem como a própria história de militância de Betinho Duarte, podem ser foco específico de pesquisa, em estudos futuros.

A entrevista com Betinho Duarte nos permite observar o enlace entre memórias pessoais, coletivas, geracionais e históricas, que, como destaca Sá (2005), são instâncias, que compõem a memória social, em um envolvimento de elementos *psico* e *sociais*, amalgamando aspectos da vida pessoal e coletiva. Falar da própria história, é, em tal sentido, falar da história da cidade, da ditadura no Brasil e dos demais atores envolvidos. É um resgate da própria história e da história de um contexto, de um território, de grupos diversos.

Apesar das inúmeras marcas afetivas, tanto positivas quanto negativas que essas experiências trazem na vida do ex-vereador, a utopia citada por ele, no livro *Rua Viva* (Duarte, 2004) é o que os movia na militância política no período ditatorial, e o que o move ainda hoje, na luta pela consolidação da democracia e de uma sociedade que se lembre dos fatos ocorridos, na esperança de que não mais se repitam.

E eu era uma pessoa, como tantos outros, sonhadora. Utópicas, né? Por exemplo, eu não sabia muito bem o que a gente tava enfrentando... a ditadura... porque se você tá sonhando com utopia, você não percebe muitas vezes, o que que tá vindo. Aí eu [era], como eu te falei, sonho com utopia. A gente tinha informações, a gente tinha denúncia de tortura, de assassinatos, de desaparecimentos. Eu não tinha uma formação política e ideológica pra continuar ali [na clandestinidade no campo]. Eu não tinha experiência em nada ...nós não tínhamos contato praticamente com ninguém. Depois que eu voltei, que eu quis voltar pra faculdade, eles me ameaçaram: “se ele voltar nós matamos ele”... então eu não voltei. Então, quer dizer, meu atestado que eu posso te mostrar ali, quando eu fui preso pela primeira vez é: ‘tem antecedentes criminais, não políticos.’ Então eu era um criminoso, e não um ativista, um militante político. Então esse era o carimbo, né, que a gente tinha. E o terrorismo já existia a muito tempo, né? Eles falavam de nós, mas eles que eram terroristas. Porque o terrorismo é de Estado. Pra exatamente inculcar medo na população (Betinho Duarte).

A questão identitária, que se reflete nas possíveis representações sociais de “ser militante” (Gianordoli-Nascimento et al, 2015), toca em questões como as trazidas por Betinho Duarte, durante a entrevista. Ser um criminoso, ou um preso político; a “comparação” entre militantes que sofreram torturas físicas e os que sofreram “apenas” tortura psicológica e o peso das experiências. Inclusive a discussão sobre tortura física e psicológica é um aspecto que surge em discursos de outros militantes políticos, ao se compararem (Cruz, 2013; Gianordoli-Nascimento, Trindade e Santos,

2012), mas, como salienta Coimbra (2011), as marcas da tortura são indelévels, sejam elas físicas ou psicológicas. Talvez, pela representação de que violência seja apenas o emprego da força física contra outrem, a tortura física receba a qualificação mais intensa, e os que não passaram por ela, considerem que os companheiros que foram torturados fisicamente, sofreram mais, até pela iminência de morte. Independentemente da forma e emprego, a tortura é crime, é a coisificação do indivíduo; uma forma de desumanização que reduz a pessoa ao *status* de objeto a ser dominado (Chauí, 1987).

Outro ponto identitário relacionado a uma possível representação do que é ser um militante, e que Betinho faz menção, é sobre a imagem do militante como terrorista. Para a desconstrução de tal imagem, diante da representação difundida e propagada, as versões de memória dos militantes, diferentemente da versão oficializada e disseminada, pode contribuir para que sejam reconhecidos, por atos de bravura, heroísmo, amor pela pátria e dedicação da vida pessoal em detrimento da vida pública. O cartaz demonstrado na Figura 15, foi amplamente difundido pelo governo durante a ditadura militar, e ajuda a compor a ideia de necessidade de “caça aos comunistas/terroristas”, e a necessidade de uma Doutrina de Segurança Nacional (Padrós, 2009; Motta, 2002).

Consideramos que, por proteção identitária, as versões de memória sobre o período e sobre os atores sociais se reconfiguram, conforme o ator que assume a narrativa, enaltecendo pontos que considera relevante,, para dar positividade a identidade pessoal e social (Gianordoli-Nascimento et al 2015). O apoio das memórias pessoais, comuns e coletivas, se sustenta e se fortalece no suporte documental, da memória histórica, para que a versão evidenciada tenha reconhecimento, não apenas pela oralidade, da história narrada, mas pelos fatos oficialmente documentados, como os arquivos policiais, notícias publicadas em jornais da época, relatórios oficiais, arquivos pessoais/familiares.

Figura 15 – Exemplo de cartaz utilizado pelo Governo Militar



Fonte: Exemplo de um dos cartazes utilizado pelo Governo Militar para a busca de militantes políticos procurados pela polícia. Mais informações sobre cartazes como esses e outros divulgados na ditadura podem ser conhecidos em <http://resistirepreciso.org.br/os-cartazes-desta-historia/> (Del Roio, Carvalho & Sacchetta, 2012).

É como se os militantes que sobreviveram tivessem que provar e reiterar os objetivos da participação política na época, ideais, versão dos fatos, pois a memória oficial faz contrastar a autoimagem e a construção da identidade social deles. Aqui, tomamos mais uma vez a noção de identidade social, a partir da perspectiva teórica de Identidade de Henri Tajfel (1983), por meio da qual compreendemos que a identidade social é uma construção na qual se somam o autoconceito, mais as pertencças sociais dos sujeitos. A noção de grupo é fundamental, para entendermos a concepção de identidade, pois, é na relação intergrupos que a construção e re(construção) acontece e se movimenta.

Os processos subjacentes às formas como ele (o grupo) se compara a outros grupos são cruciais para a forma como os seus membros o definem. Estas noções comparativas que os indivíduos constroem sobre o grupo, ou grupos a que pertencem, contribuem, por sua vez, para alguns importantes aspectos da definição de si próprios e da sua influência social (Tajfel, 1983, p.189).

Para o autor, a identidade social é um processo dinâmico, conectado às relações sociais entre os grupos, e, por meio da pertença grupal, que não é estática, há a possibilidade de manutenção ou rompimento dos vínculos. Na Teoria da Identidade

Social, a pertença (Tajfel, 1983) se configura mais que a presença e participação física a um grupo, mas trata da vinculação psicológica aos ideais do grupo, além de outros pontos de identificação, que permitem a aproximação e adesão ao grupo, fortalecendo o sentimento de pertencimento e inclusão.

Para a adoção da teoria como lente analítica, é fundamental identificar a situação social relevante, para o grupo, e a relação intergrupar em questão, pois é a partir da situação social vivenciada e da crença do grupo na possibilidade de mudança ou mobilidade social que o processo de comparação e diferenciação social ganha intensidade. Por isso, é necessário que os grupos sociais em interação sejam identificados, e no caso, nossa análise se baseia entre a construção de uma memória oficial, pelos que dominaram por meio do poder institucional, como os militares, e os militantes políticos, formando uma trama dinâmica de memórias, que nem sempre são evidenciadas nas memórias oficializadas.

Jelin (2002) ressalta que a memória social e a relação entre lembrança e esquecimento de alguns fatos sustentam a identidade social dos grupos. Contudo, alguns eventos serão lembrados em ocasiões de crise, como forma de fortalecer a identidade grupal, e outros elementos serão encobertos, esquecidos, apagados, inclusive, como forma de proteção psicológica, a fim de manter a coerência identitária. A trajetória de militância de Betinho Duarte, posteriormente à ditadura, exemplifica a positivação e distinção identitária. As formas de rememorar a trajetória dos militantes e a própria parecem buscar ressignificar a imagem construída socialmente sobre o militante terrorista, para aqueles que foram heróis da época, “utópicos” e engajados com a transformação social. Na mesma linha de articulação entre identidade e memória, Pollak (1992) reitera que

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (p.5).

Assim, reconstruir uma memória positiva sobre o período e ter a oportunidade de contribuir para a reverberação das versões de memória do grupo de pertença, para a sociedade, é uma forma de reconstrução pessoal e coletiva, que contribui para a identidade pessoal, social e para a memória social. Narrar as experiências de vida e militância, e poder situar o Projeto Rua Viva dentro do compromisso com a memória dos militantes mineiros, tornou-se um ideal para Betinho Duarte.

A participação política dele no período da ditadura se deu tanto na luta nas ruas, nas organizações clandestinas de esquerda, quanto nas atividades como diretor de duas sucursais de importantes jornais regionais em Minas Gerais, o “Jornal Movimento”, e o “Em Tempo”. A participação política durante a década 1970/1980 também foi de extrema relevância à luta pela Anistia Política no Brasil, tendo sido Presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia/MG no período de 1978-1979. Atualmente, continua ativo na luta pelos direitos humanos, e é Vice-Presidente da Associação dos Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil. Participou da Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais (COVEMG) e de inúmeras homenagens a presos, mortos e desaparecidos políticos no Brasil. A trajetória de militância pode, inclusive, ser objeto específico de estudo, por trazer aspectos ligados à militância política em Belo Horizonte, e no Brasil. Os projetos voltados para memória, verdade e justiça, coadunam com a “utopia”, o desejo de reconhecimento da luta, das violações de direitos humanos e pela garantia de direitos, como é o caso do Projeto Rua Viva.

Eu fui eleito presidente e reeleito presidente do Comitê Brasileiro da Anistia. As mulheres, as mães, as esposas, noivas iam na porta das cadeias, dos presídios, dos quartéis, visitar ou tomar conhecimento do paradeiro dos seus filhos, seus namorados, seus maridos... E ali elas começaram a reunir, e daí que surgiu o Movimento Feminino para a Anistia. Aí veio a anistia, que não foi a anistia que nós queríamos, mas, mesmo assim, eu considero uma vitória porque nós queríamos uma anistia ampla, geral e irrestrita, que era a libertação de todos os presos políticos, a volta de todos os exilados, banidos, o desmantelamento do aparato repressivo, a punição dos torturadores... porque tortura é crime de lesa-humanidade, imprescritível e inafiançável, e quer dizer, foi um acerto das elites. Como sempre acontece no Brasil... mas, mesmo assim, foi uma vitória, porque as pessoas que voltaram saíram da cadeia, os militantes políticos né?... eles engrossaram a luta... E culminou com a derrubada da ditadura. Nós consideramos também que houve uma ditadura e nós conseguimos derrubar a ditadura (Betinho Duarte).

Toda a formação sociopolítica de Betinho Duarte durante a ditadura, bem como a atuação em diversos momentos e ocasiões do cenário pré-ditatorial ao pós-ditatorial, serviu de base para a proposição e execução de projetos na Câmara Municipal de Vereadores de Belo Horizonte, durante os mandatos como parlamentar, entre os anos de 1993 a 2004. Na categoria a seguir, trataremos dos aspectos relacionados à criação do projeto Rua Viva, e a relação com os grupos de apoio, e os de oposição.

4.3.2.2 A atividade legislativa na toponímia urbana em BH

Betinho Duarte exerceu o cargo de vereador de Belo Horizonte ao longo de dois mandatos, entre os anos de 1993 e 2004, tendo ocupado funções importantes, como a presidência da Câmara dos Vereadores. Quando no citado cargo, assumiu interinamente, por algumas vezes, a Prefeitura de Belo Horizonte. O ex-vereador conta sobre o amadurecimento como parlamentar e as estratégias criadas para ser ouvido e ter as propostas reconhecidas.

Entre um dos aprendizados, está a compreensão pessoal de que apenas o uso do discurso na tribuna, para explanar sobre as propostas, não era suficiente para conseguir a aprovação das ideias, e compreendeu que uma forma efetiva para ser ouvido, era a criação e apresentação de projetos, tanto nas falas públicas, como individualmente aos parlamentares e à população, justificando as intenções e benefícios dos mesmos.

Em 1992, o Patrus Ananias [do Partido dos Trabalhadores – PT] foi candidato a prefeito de Belo Horizonte e foi eleito, e eu fui eleito vereador. Fui eleito e tomei posse em 1993. . . . Quando, por exemplo, eu entrei pra Câmara, eu não conhecia regimento interno, não conhecia nada, fui aprendendo. Porque você é forjado na luta, no dia-a-dia. Então eu fui aprendendo. Fui prefeito interino de Belo Horizonte seis vezes. Então fui aprendendo, no peito e na marra... não sabia não, as pessoas que entram lá não sabem e saem sem saber. Por exemplo, essa questão aí que eu tô te falando de apresentar projetos. . . . porque, o que eu aprendi na Câmara é que não adianta você ir na tribuna falar, que ninguém te escuta. Então, temas importantíssimos eu apresentava em forma de projeto, que tramitavam e tinham um prazo de tramitação de três meses. Então aquele tema que se eu fosse na tribuna, mas

ninguém ia me escutar, eu apresentava em forma de projeto, pelo menos eu discutia não só com os vereadores, mas com a população aquele tema, em forma de projeto (Betinho Duarte).

Essas estratégias percebidas por Betinho Duarte são indicadas por Motta (2016) como jogos de acomodação e conciliação presentes em nossa cultura política, em que negociações, acordos e alianças são feitas, a fim de conquistar aliados, que às vezes levam os parlamentares a cederem, ou se convencerem de uma aprovação, e, ao mesmo tempo pode servir como segurança, por se ter aliados para a aceitação de projetos futuros. “A conciliação na tradição brasileira significa o acordo político realizado nas altas esferas do poder, envolvendo os grupos dirigentes do Estado” (Motta, 2016, p. 16). Embora possa parecer uma troca de favores, uma “conversa ao pé da orelha” são comportamentos políticos rotineiros de negociação, mas que a depender das alianças feitas, podem levar a atos de corrupção, criação de esquemas, compra de votos e outras formas de corromper-se. No caso narrado por Betinho, as alianças fazem parte do comportamento político de negociações entre os grupos, necessárias para que os projetos apresentados sejam conhecidos e, caso considerados pertinentes, aprovados. É também uma estratégia de articulação para que nas sessões de votação de projetos, consigam mais abstenções do que votos contrários.

Como atividade parlamentar, os vereadores criam projetos de leis, deliberam em votação a aprovação, tramitação e, futuramente, execução, conforme a decisão final do que cabe à Prefeitura local. Betinho Duarte nos relatou principalmente a experiência da criação dos projetos, e como eles se efetivam na prática. Tratamos especificamente do Projeto Rua Viva – criado por ele em 1994.

A atividade de nomear logradouros públicos, por exemplo, como citado neste trabalho, é uma incumbência que cabe aos parlamentares do legislativo. Conforme aponta Dias (2012), é uma atividade desvalorizada, por, aparentemente, não gerar benesses diretas à população. Durante a entrevista concedida a nós, Betinho Duarte também aponta para o “desdém” em relação a atividade, e o interesse pessoal, mas também político, em fazer as homenagens com nomes de militantes políticos de oposição à

ditadura militar, nos logradouros. Durante a entrevista, ainda explanou que alguns parlamentares comentavam, em tom de ironia, o interesse pessoal em trabalhar com a tarefa de nomear as ruas, pois, além do Projeto Rua Viva, ainda lançou o projeto “Rua Amiga” (1997), publicado no ano do centenário de Belo Horizonte, com a proposta de nomear logradouros públicos em homenagem a personalidades e ativistas considerados importantes para Belo Horizonte. Rua Amiga foi um projeto nos modelos do Rua Viva, também publicado como livro, trazendo uma pequena biografia dos homenageados e um mapa do logradouro nomeado. Em uma análise primária, verificamos que alguns nomes de militantes homenageados no projeto Rua Viva, também foram mencionados.

É um tema assim que não interessa à grande maioria dos vereadores, então, você faz todo um trabalho, e não é reconhecido, na minha época, primeiro ninguém se interessava, segundo, é a questão seguinte: não existia ainda a BBB, né? A Bancada do Boi, da Bala e da Bíblia né? Então eu nunca encontrei resistências não. [Somente quando alguma rua tinha] um nome popular, que a pessoa falava com o vereador da região e o vereador vinha queixar comigo (Betinho Duarte).

Diante da atividade de nomeação dos logradouros públicos, duas ações podem ser tomadas pelos vereadores, a de nomear algum espaço público, e a de renomear. As nomeações tratam do batismo daqueles locais que não possuem um nome oficial registrado na Prefeitura. Às vezes existe um nome popular, dado e utilizado pelos moradores, ou uma numeração alfabética ou numérica para marcar o loteamento. A renomeação, por sua vez, trata da retirada de um nome oficial, mas que, por algum motivo, é questionado pelos moradores, movimentos sociais, ou pelo próprio político que está propondo a mudança de nomes. Ao analisarmos de forma mais profunda os conflitos e entraves que impedem ou inviabilizam a execução de projetos de homenagens, chegamos às disputas políticas e simbólicas, que se destacam, principalmente, na atividade de renomear ruas. Enquanto a nomeação não gera embates, aparentemente, a troca aguça a relação intergrupar, e nos pareceu ser um aspecto interessante para estudos futuros, pois há logradouros e prédios públicos renomeados e com projetos em tramitação para serem renomeados em BH, que tinham ou tem nomes de torturadores e agentes do Estado reconhecidos como pessoas que violaram direitos humanos.

Inicialmente, podemos considerar a atividade legislativa como despreziosa e pouco disputada, contudo, parece figurar-se como instrumento para a construção da memória histórica da cidade, envolvendo as memórias coletivas, geracionais e públicas, e que trazem também a intenção de perpetuar as versões de memória dos grupos envolvidos. Assim, o ato de nomear ou renomear um logradouro público

[...] é revelador da potencialidade e do sentido mais profundo de uma das mais menosprezadas entre as atividades dos legisladores e agentes públicos: a nomeação de logradouros públicos. Trata-se de recorrente mecanismo de construção da memória histórica, visto que se elege um personagem ou um fato para ser perenizado na lembrança coletiva (Dias, 2012, p. 161).

Sobre tal dinâmica no trabalho legislativo de nomear ou renomear os logradouros públicos, Betinho Duarte ressalta que no Projeto Rua Viva não encontrou muitos entraves para nomear os locais, exceto quando envolveu alguma rua que possuía nomes populares e que os moradores questionavam a mudança. Justifica que no cerne, o projeto não envolvia renomeações. Outros parlamentares de Belo Horizonte mencionados em nosso trabalho, e que seguiram a ideia de Betinho Duarte, como o vereador Tarcísio Caixeta e o ex-deputado estadual Paulo Lamac, trabalharam em projetos de renomeação, sendo BH cidade pioneira nos casos de mudança de nome, em 1983, com o projeto da então vereadora, Dona Helena Greco, e o ex-vereador Arthur Viana, que retirou o nome de um torturador de um logradouro e trocou pelo nome de um militante político, como indicamos neste trabalho. Betinho se coloca a favor das renomeações apenas nos casos das ruas que fazem homenagens a torturadores e violadores de direitos humanos, e aponta para a inconstitucionalidade dos atos, e para a possibilidade legal de trocas.

Renomeação, não, nunca fiz isso. Só nomeação... e nome popular não é lei, eu não troquei, até porque pra trocar você precisava do abaixo-assinado dos moradores. Então, nunca fiz, até porque eu acho que isso é uma ofensa, isso traz esses problemas que eles passaram a ter né? A maioria [dos logradouros homenageados] era nome popular, e vinha [o nome popular] na conta de luz, de água. Depois tinha que trocar né? Agora é proibido, constitucionalmente, você dar nome de ditador e torturador às ruas. Isso aí é vetado pela Constituição, já estava na Constituição cidadã, de 1988. Então, para esses casos, nós, acionamos o Ministério Público Federal. Isso foi uma iniciativa também a articulação com o Ministério Público Federal (Betinho Duarte).

Reiteramos a importância do conhecimento anterior de Betinho Duarte, como pessoa física e como vereador, das leis, decretos, e dos direitos a nível federal, que respaldavam o projeto e que poderiam ser acionadas em casos de objeções, inclusive, para argumentar os casos de renomeação, caso existissem, e para justificar as homenagens às vítimas de violências perpetradas pelo Estado. Conforme citado pelo entrevistado, na Constituição Federal de 1988, no Capítulo 1, artigo 5, parágrafos 3 e 43, há a menção de que:

§III - Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. . . . §XLIII – A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem (Brasil, 1988/2019, pp. 17-20).

Em tais casos, manter os nomes dos logradouros e prédios públicos estaria contra as premissas dos direitos conseguidos constitucionalmente. Mais atualmente, em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e, ainda em 2003, no Programa Nacional de Direitos Humanos – (PNDH-3), indicaram a impossibilidade das homenagens a violadores de direitos humanos em prédios públicos, sendo as homenagens existentes, questionadas e recomendadas à modificação. Além disso, há o incentivo (que deve ser também do Estado) para ações que visem a construção de lugares de memória nas cidades, como uma forma de reparação simbólica

No PNDH3, a Diretriz 24 (*Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade*) indica a criação e manutenção de museus, memoriais e centros de documentação sobre a resistência à ditadura como uma ação para cumprimento do objetivo estratégico de incentivar as iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários. (Soares & Quinalha, 2011, p. 77).

Em Belo Horizonte, o processo de nomeação de logradouros públicos iniciou-se em 1895 (Paula, 2011), ainda na recém-construção da cidade planejada, leis foram sendo desenvolvidas para regulamentar o processo de nomeação e escolha dos nomes. Dentre as legislações, está a Lei 6.916 de 1995, que dispõe sobre a denominação de espaços públicos e sobre a identificação de imóveis urbanos, na seção II, que trata da outorga de nomes, considera-se que “todos os próprios públicos terão

denominação própria” (Artigo 3), considerando também inapropriada homenagens “com nome de pessoa que tenha sido condenada judicialmente por prática de crime hediondo, conforme definido em lei, contra o Estado democrático ou a Administração Pública” (Artigo 10, § II).

Embora sejam os vereadores responsáveis por aprovar leis e decretos para a nomeação ou renomeação dos logradouros públicos, em Belo Horizonte, conforme detalha Paula (2011) é a Subsecretaria de Regulação Urbana (SUREG), da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), o órgão responsável pelos direitos e políticas envolvendo o espaço urbano. São também os encarregados pelo envio dos dados sobre os logradouros a serem nomeados, pelo emplacamento das ruas, e até pelas consultas sobre as nomenclaturas escolhidas para os locais, considerando que existe uma lista taxonômica de toponímia que define os tipos de nomes que os locais podem receber (nome de pessoas já falecidas, personalidades da cidade/estado/país, figuras públicas, educadores, nomes ligados à natureza (rios, plantas, frutas; e estados e municípios, entre outros) (Paula, 2011).

No caso do Projeto Rua Viva, aconteceu apenas a nomeação de ruas ainda não nomeadas. A dinâmica de execução do projeto dependeu de consultas à Prefeitura sobre a situação dos logradouros a serem homenageados, e, posteriormente, passou pela votação nas comissões específicas na Câmara Municipal, e após a aprovação em plenária, a nomeação do logradouro tornou-se uma lei ou decreto. Em tal processo há tanto a aprovação do Projeto, quanto a aprovação de cada local homenageado. Uma lei abona a diretriz de que aquele logradouro tem aquele determinado nome. Betinho afirma que a Prefeitura era a responsável pela indicação dos logradouros que poderiam receber as homenagens, e cabia à equipe de trabalho do vereador verificar, junto à prefeitura, se as ruas possuíam nomes anteriores, ou não.

É porque é aonde não tinha nome. Bairros novos, como o Braúnas... A prefeitura mandava, a prefeitura mandava o que não tinha [nome]... Obviamente tinha diligência, pra saber, né? [A rua] não tem nome, então eu abria essa diligência, né? A prefeitura confirmava aquilo, e aí a Comissão de Legislação e Justiça aprovava, a Câmara aprovava e virava lei (Betinho Duarte).

Embora Betinho reitera nunca ter feito renomeação, e apenas nomeação dos logradouros, algumas das ruas que foram objeto de homenagem tinham os chamados nomes populares, isto é, aqueles dados pela comunidade local, e assumidos, por eles, porém, sem registro oficial. Questionamos se o nome referencial também não se configurava como um antigo nome, mas o ex-vereador aponta que em termos de lei, não eram considerados válidos, legais. Para a Prefeitura, constavam como “logradouros sem nome”. Entretanto, nos casos de renomeação, mesmo dos nomes populares, o ex-vereador menciona os problemas operacionais, cotidianos gerados para a população, como as dificuldades de localização, recebimento de correspondências etc. Ele ressalta a função como vereador, de criar os projetos de lei e executá-los, no caso do Projeto Rua Viva, fazendo as homenagens indicando os nomes dos militantes, mas relata que não tinha conhecimento prévio de quais logradouros receberiam as homenagens, e em que situação se encontravam.

Por meio da observação participante e da aplicação dos questionários, na quarta etapa desta pesquisa, percebemos que embora, em termos de lei, os nomes populares não fossem considerados, eles eram, sim, considerados nomes oficiais para a população. Notamos que nas ruas com nomes populares, os moradores se queixam de não terem sido consultados para receber o novo nome, e relatam sobre os transtornos pessoais para fazer a troca de nomes nas cobranças das companhias de distribuição de água e energia. O desconforto pareceu nos indicar não apenas uma insatisfação diante dos problemas gerados, mas também desafios identitários dos moradores para a aceitação do novo nome da rua: para eles, aquelas ruas possuíam um nome com o qual estavam habituados, e agora encontravam desafios para aceitar e conviver com um novo nome.

A atividade de nomeação que parecia não gerar tantas repercussões foi identificada por nós como polêmica, principalmente em áreas periféricas, nas quais pessoas com baixa escolarização moram, e se referenciam, a partir do que conhecem no território. Tais nuances embora não sejam consideradas, já que é uma escolha aparentemente aleatória e embasada em dados estatísticos e informacionais, devem levar em conta os possíveis impactos que podem ser gerados não apenas na toponímia urbana, mas na vida dos moradores.

As pessoas que moram ali se identificam com o local, embora muitas nem saibam quem seja a figura a quem a placa de rua homenageia. É ali que chegam as correspondências, é ali que se constroem memórias afetivas, encontros são marcados, brincadeiras acontecem; a rua é a referência de localização, tendo relação com o comércio e comerciantes locais. Nas respostas ao nosso questionário, uma das queixas dos moradores sobre o que teve de negativo, em relação à nomeação do logradouro: foi “a mudança do nome”, e dizem preferir o antigo nome (mesmo que fosse o nome popular, não oficial) e que, a mudança afetou bastante o cotidiano deles, inclusive em relação às entregas de correspondência, encomendas, até a dificuldade em pronunciar e lembrar o novo nome.

Algumas questões institucionais foram apontadas, como a execução do emplacamento das ruas com os nomes dos homenageados. Betinho relata que a equipe recebia um mapa da empresa de informática e dados de Belo Horizonte, a PRODABEL, e a autorização para nomear aqueles locais, e que se havia ou não nomes populares, até a Prefeitura desconhecia. Não houve então uma pesquisa anterior para escolha dos locais a serem nomeados, nem sobre antigos nomes, caso existissem, e que o processo era operacional, vindo de uma instância para a outra. Betinho se coloca como autor do projeto, da ideia, e junto com a assessoria, dividia o trabalho de execução.

“Eu não ficava pesquisando também assim, “ali é torturador, aqui não é, et cetera e tal.” Eu pedia à Prefeitura... porque na verdade era o seguinte, a assessoria que fazia isso. Eu não tinha essa ideia de trocar ou não trocar. A assessoria pedia à prefeitura as ruas que não tinham nome e pronto. Como líder, tinha outros projetos na câmara, outros projetos meus tramitando, então isso era mais ou menos automático.” (Betinho Duarte).

A explicação do ex-vereador sobre o funcionamento real dos processos desconstrói, de certa forma, a noção idealizada quanto à realização das homenagens, ao pensarmos inicialmente que todos os locais haviam sido escolhidos para as homenagens, considerando, talvez, que o homenageado tinha alguma relação com aquele logradouro, seja de moradia própria ou de familiares, ou de vivência durante a clandestinidade e militância. Os processos, no cotidiano da vida pública, envolvem burocracias e operacionalização.

A seguir, explanaremos mais sobre o projeto Rua Viva, o objetivo, as etapas e os atores envolvidos.

4.3.2.3 Projeto Rua Viva – o desenho da utopia

O projeto Rua Viva nasceu, segundo Betinho Duarte, de uma perspectiva ideológica, tanto de cunho humanístico, quanto político, e está intimamente ligado à experiência vivida pelo ex-vereador como militante político de oposição à ditadura militar no Brasil. Idealizado em 1994, como um projeto de lei, também foi publicado em formato de livro, em duas edições e dois volumes (1994 – Vol. 1 /2004, 2ª Edição Vol. 1 e Vol. II), contendo a biografia dos homenageados, a localização dos logradouros na cidade, entre outras informações complementares, conforme descrito no item 4.1.1.1 deste trabalho.

“Rua Viva” é reconhecido como um projeto pioneiro de homenagens aos militantes políticos, por meio da nomeação de logradouros públicos, e serviu como exemplo para outras propostas em municípios diversos no Brasil, como Maranhão, Recife, São Paulo, dentre outros (Dias, 2012; Paula, 2011). Quanto ao objetivo do projeto, Betinho relata que:

Eu tinha por princípio resgatar história. Eu fiz exatamente resgatar a memória e a verdade. Como eu te falei também, homenagear e honrar esses companheiros que foram assassinados, estão desaparecidos... Resgatar a história. E nós temos essa obrigação e esse compromisso com o país, com o povo brasileiro... o ‘Che’ [Guevara] tem uma frase assim: ‘quem esquece o passado está condenado a repeti-lo’ e é o que está acontecendo. Não fizemos isso, não fizemos! A história não foi resgatada, então os torturadores, hoje é... estão no poder. Inclusive isso é crime, você defender tortura, você defender ditadura... é crime, e nunca aconteceu nada com esses caras. Bolsonaro era pra estar preso há muitos anos. E... a coisa foi acontecendo, foi deixando... e o cara vira presidente. E querem apagar toda essa história aí, então... porque como te falei, [meu objetivo] é homenagear, honrar, resgatar memória dessas pessoas, contando as histórias dessas pessoas... quem mora nas ruas, nesses logradouros, devia tomar conhecimento de quem foram essas pessoas (Betinho Duarte).

O vereador ressalta com veemência o compromisso pessoal e político em trabalhar para o resgate da memória e da verdade, sendo tais pilares importantes ao processo transicional na passagem de regimes autoritários para regimes democráticos. Como aponta Jelin (2002), o envolvimento de pessoas que foram vítimas de algum tipo de violação, nos movimentos de busca pela memória, tem diferentes objetivos. Entre eles, o de tornar a versão de memória pública e útil; contestar outras versões, lutar pela construção de lugares de memória, sendo tais comportamentos estímulos capazes de gerar mobilização, conhecimento e produção do desejo de saber da sociedade, uma vontade de memória (Nora, 1993).

No cabe duda del protagonismo privilegiado de un grupo especial, el de las víctimas o afectados directos. . . . Sus frentes de demandas y de luchas varían. Pueden intentar influir y cambiar el sentido y el contenido de la “historia oficial” o dominante sobre un período con el fin de eliminar distorsiones históricas o hacer públicos y legítimos los relatos que habían estado en las “catacumbas”, ocultos, censurados y silenciados. Pueden buscar reivindicaciones y reparaciones materiales, centrados en su lugar de víctimas de daños que el Estado debe reconocer y frente a las cuales debe asumir su responsabilidad. Pueden buscar comunidades de pertenencia y contención personalen grupos de pares. Pueden elaborar rituales, participar

em comemorações, reclamar marcas simbólicas de reconhecimento em memoriais, monumentos, o museos (Jelin, 2002, p. 50).

O citado “empreendedorismo”, no campo da memória, move os grupos à criação de projetos, ações, fomento de políticas, que se tornam exequíveis, principalmente, ao entrarem na carreira política partidária, ou ao se envolverem com a produção de conhecimento formal, acadêmico, sobre o tema. Pela relação com a experiência vivida, por tais empreendedores, em relação aos acontecimentos históricos, e pela identificação com os demais membros dos grupos de pertença com os quais compartilham a experiência, identifica-se, também, o anseio por reconhecimento social de histórias de militância e os objetivos coletivos que tinham com a participação, e que permanecem pouco conhecidos por parte da sociedade, e, que, paulatinamente, vem sendo incorporados à memória oficial do período.

A mobilização também poder ser um combustível para fomentar o desejo de memória em outros cidadãos, além de ser um fomento para que o Estado se envolva nos citados projetos, que não deveriam ser apenas ações de grupos organizados, ou autoridades parlamentares isoladas de um determinado governo, mas, políticas públicas de Estado, no campo das políticas de memória.

As questões que podem inicialmente ter uma motivação pessoal identitária, tem capacidade de gerar um efeito social e político. Assim, o que inicialmente seria algo de interesse pessoal do proponente, no campo micro individual teria potência para a geração de uma demanda social, no campo macrossocial. Assim, observa-se a potência da memória em aspecto público e privado.

En realidad, en el planteo de la acción de los “empreendedores de la memoria” está implícito el uso político y público que se hace de la memoria. . . . sin negar la singularidad, se puede traducir la experiencia en demandas más generalizadas. A partir de la analogía y la generalización, el recuerdo se convierte en un ejemplo que permite aprendizajes y el pasado se convierte en un principio de acción para el presente. . . . Puede haber actores con propósitos personales (recordar la muerte en acción de un hijo, por ejemplo) que terminan teniendo consecuencias inesperadas sobre el proceso de recuerdo público y social. (Jelin, 2002, pp. 50-51).

No caso de Betinho Duarte, que se tornou um parlamentar, a passagem do desejo individual para a criação de projetos públicos se fez ainda mais concreta. No citado cenário de luta por memória, verdade e justiça, devemos considerar a participação constante e intensa dos grupos de familiares de mortos e desaparecidos políticos, grupos de mães, esposas, noivas, e outros envolvidos com a luta por direitos humanos, que, na construção de movimentos sociais, militam para que as memórias sejam reveladas e não esquecidas.

Betinho Duarte, como um sobrevivente e militante da luta pela evidencia das memórias subalternas, tinha o objetivo de homenagear, no estado de Minas Gerais, os militantes que aqui nasceram e lutaram. O objetivo era conectá-los, de alguma forma, às ruas da cidade. Ele conheceu de perto e conviveu com alguns dos militantes homenageados no projeto, e nos relatou ter feito questão de escolher, para prestar as homenagens, militantes que fossem de origem mineira, ou que tivessem militado em Minas Gerais, ou passado por aqui nos momentos de clandestinidade, por exemplo.

A escolha pelos nomes partiu do conhecimento pessoal, e da pesquisa da assessoria parlamentar, que compôs o grupo de pesquisa, que acessou familiares dos militantes políticos, sendo que alguns dos familiares participaram da construção das justificativas para endossar o projeto; contribuíram com textos, documentos, recordações e lembranças como fotos, cartas, que compuseram o material documental para a publicação do projeto Rua Viva, em formato de livro.

Participaram dezenas de pessoas, né? Da câmara... A assessoria da câmara participou ativamente desse projeto, era um trabalho coletivo. Como eu te falei, a ideia do resgate, de homenagear e honrar foi minha, agora, o projeto foi coletivo, a execução foi coletiva. Primeiro de tudo você tinha uma relação de 50, 60 nomes de mortos e desaparecidos [de origem mineira]. Então esses foram assim... nós não tivemos dúvida nenhuma que íamos homenagear. E na medida que foram fazendo os levantamentos né, das Comissões da Verdade [...] a primeira comissão da verdade foi na OAB aqui, né? Existiam vários comitês, existiam reuniões desses comitês então ali eu tava trabalhando há muito tempo pra criação das comissões da verdade. Praticamente 90% das ruas, elas são de [homenageados de origem] mineira. Tem alguns, que eu achei, assim, importante dar os nomes porque são, inclusive, figuras [conhecidas internacionalmente]. Eu, como militante, com essa história toda, inclusive vários que estão aqui no livro eu conheci, né?

Colegas que foram assassinados, estão desaparecidos, como o Idalísio a Walquíria... Foram para o PCdoB e estão desaparecidos até hoje no Araguaia. Inclusive a AP foi completamente dizimada, desapareceu do mapa, toda a sua direção foi é... assassinada... (Betinho Duarte).

A escolha dos homenageados partiu, então, do conhecimento pessoal e da proximidade do vereador com alguns dos militantes políticos, e de uma lista de nomes de militantes mortos, desaparecidos e ex-presos políticos, fornecidas por comissões independentes e pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais (OAB/MG). Considerando que o projeto Rua Viva é de 1994, as comissões têm trabalhos anteriores aos da Comissão Nacional da Verdade (2010) e a Comissão Verdade do Estado de Minas Gerais (2014), lembrando que o acesso e a pesquisa, por meio da internet, em 1993/1994, ainda era precário. Logo, os dossiês, e outros documentos disponíveis em arquivos públicos, foram de suma importância para o levantamento dos dados sobre os homenageados.

O levantamento de informações e as listas com os nomes dos militantes políticos mortos e desaparecidos vinham sendo produzidos desde 1979 pelos familiares de militantes políticos. Em 1995, com a criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, um primeiro dossiê com nome dos militantes afetados foi publicado. Mais tarde, outros documentos e provas levantados pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado – IEVE, e pelos grupos Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e Pernambuco, endossaram o material levantado sobre as vítimas da violência do Estado, a partir de 1964.

Em 2009, foi publicado o Dossiê Ditadura – Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985), constando nome, biografia e outras informações sobre mais de 400 mortos e desaparecidos, considerando que são mortes e desaparecimentos considerados oficiais, pelo Estado, mas ainda há dezenas, e quem sabe centenas, de mortos e desaparecidos em valas clandestinas, como as encontradas anos depois no Brasil (Guerra, Netto & Medeiros, 2012; Vannuchi, 2020). Apesar de indicativa, é uma contabilidade ainda imprecisa, pela falta de provas, ocultamento de cadáveres, documentações oficiais, fazendo parte da memória fragmentada e lacunar sobre o

período, evidenciando os silêncios provocados, favorecendo o esquecimento (Pollak, 1989).

Na tentativa de busca pela verdade, enquanto veracidade dos diversos fatos ocorridos, a criação das comissões da verdade nos estados passou por diversos entraves, tanto para serem instaladas, quanto para detalhes importantes, como a nomeação de comissionados. Em relação à escolha da equipe que iria compor as comissões, houve o questionamento de familiares de militantes, pleiteando a participação de membros da família de militantes, envolvidos na luta, e de militantes ainda vivos, que poderiam ser mais que testemunhas nas oitivas. Diante da insatisfação frente a um corpo técnico formado na maioria das comissões, frentes independentes das comissões governamentais surgiram.

Em Belo Horizonte, Betinho Duarte participou, por exemplo, das Associações de Amigos da Anistia, Comissões especiais na OAB/MG, além da existência de outros grupos organizados, que contam com a participação de familiares de militantes, como a Frente Independente por Memória, Verdade e Justiça – MG, organizada por alguns movimentos sociais de Belo Horizonte e MG, como o Instituto Helena Greco de Direitos Humanos, Movimento Feminino Popular e outros (Frente MVJ, 2012). Tais grupos também contribuem para o levantamento de informações e versões de memórias de familiares e militantes do estado, no caso, dos de Minas Gerais, e também de trajetórias pelo Brasil e pelo mundo.

Voltando à constituição do material documental para a construção do Projeto Rua Viva, e vendo os pormenores relacionados, percebemos que foi uma etapa bastante laboriosa para o ex-vereador e equipe. No total, foram selecionados, inicialmente, 130, e, ao final, 163 nomes de militantes para as homenagens nos logradouros públicos. Embora Betinho Duarte tenha conhecido e convivido com muitos dos militantes, não conheceu pessoalmente todos eles. Com alguns tinha uma proximidade pessoal, outros, só conheceu pela história de militância. Betinho relata que os familiares contribuíram também com materiais pessoais, utilizados nas biografias e justificativas

construídas no projeto, para a apreciação do projeto de homenagem pela Câmara dos Vereadores de BH.

A ideia de Betinho era que a própria família pudesse falar do familiar. O ex-vereador relata que algumas famílias chegaram a procurá-lo na Câmara, para sugerir que homenagens fossem feitas aos seus familiares militantes. No caso das famílias que não foram localizadas, ou que não deram retorno à equipe do ex-vereador, foi necessário que a assessoria, juntamente com a equipe de pesquisa que trabalhou na produção do livro, fizesse uma pesquisa bibliográfica sobre a vida do homenageado. Em nosso levantamento de dados, na pesquisa documental da primeira etapa do estudo, identificamos a ausência de informações biográficas de, aproximadamente, 20 e 30 homenageados.

Betinho Duarte nos explicou como aconteceu a etapa de apreciação do projeto e sobre a participação das famílias.

O projeto tem um prazo de maturação de mais ou menos de 3 a 6 meses. Porque vai pra Comissão de Legislação e Justiça e outras. Esse praticamente ia só pra Comissão de Legislação e Justiça, dependendo do tema, né? Então o prazo de maturação de um projeto era... até virar lei, de 3 a 6 meses. É tempo pra 'chuchu'! E você tinha que acompanhar, né?... Algumas famílias que tomaram conhecimento ficavam ansiosas. Muitas vezes, a família não tinha nem documentos, nem retrato... tem alguns retratos aqui, que assim, é o único retrato [da família]! ... Muitas vezes, a família também não passava muita coisa não, sabe? Aí foi tudo pesquisa, não foi a família que mandou, e ainda não tinha no Google né? (Betinho Duarte).

Como exposto pelo ex-vereador, havia um tempo de tramitação dos projetos de lei dentro da Câmara. Então, embora possa parecer uma atividade legislativa “fácil” e até desvalorizada, assim como outros projetos, há um tempo de espera que pode ser longo, até a aprovação e execução final. Betinho relata a ansiedade apresentada por parte de alguns dos familiares dos homenageados, diante do tempo de espera. Acreditamos que, para além da morosidade dos trâmites legais, para a aprovação dos projetos, o anseio da família também se relaciona ao desejo de que a reparação simbólica de fato acontecesse, tendo em vista que a homenagem com as placas de

rua, por exemplo, tem um valor simbólico importante (Dias, 2012), considerando que, para os mortos e desaparecidos, não houve cerimônias reais de velar ou despedir-se do ente querido. Logo, considera-se o “alcance simbólico e político do fato de personagens que não receberam um túmulo para ser coberto por uma lápide terem sido reverenciados em espaços públicos” (Dias, 2012, p. 178).

A questão dos desaparecidos políticos, no Brasil, é ainda mais delicada, pois, os corpos nunca foram entregues às famílias, e permanecem sem lápides, sem um momento formal em família para a vivência do momento de luto. A brecha continua aberta, e provoca comportamentos como a busca e espera por notícias, informações. Há famílias que contribuíram com as pesquisas para construir uma pequena biografia do militante, no livro, e outras que tinham apenas um único documento, ou uma única fotografia velha, da infância, ou de antes do militante morrer ou desaparecer. Documentos que eram valiosos e únicos para eles. Outras famílias não tinham nenhum documento, além de memórias orais. Vemos, assim, que muitas narrativas, que compõem a trama de construção das versões de memória, são como peças fragmentadas, memórias subterrâneas, do medo, do esquecimento (Pollak, 1989), que propiciam certa proteção psíquica, inclusive, diante de alguns fatos. Há ainda a impossibilidade e falta de acesso a informações públicas sobre os parentes, com a ausência de documentos oficiais/públicos sobre os desaparecidos.

Além dos militantes, o ex-vereador conhecia de perto alguns dos familiares, e, ao ser questionado quanto à participação de familiares para a escolha dos locais homenageados (como por exemplo, a rua que a família reside, ou residiu quando o familiar era vivo), ou a participação deles em algum ato ou homenagem no dia da fixação das placas nas ruas selecionadas, Betinho afirma que, embora considere importante a participação, não houve atos públicos na colocação das placas das ruas e nem a participação deles na escolha dos locais, que, como pontuamos, não foram escolhidos pelo vereador, mas indicados segundo os critérios específicos de nomeação pela Prefeitura. Betinho ressaltou inclusive que alguns familiares de classe média/alta, ao saberem dos locais onde as placas seriam fixadas, questionaram, considerando que eram em zonas periféricas, tidas como perigosas etc.

A grande maioria das justificativas foram feitas pelas famílias. Tanto é que teve uma pessoa até que me escreveu uma carta indelicada porque a família fez a justificativa e ela discordou [da família, da versão contada]. Isso é um problema entre famílias [alguns militantes foram casados, namorados] ... E eu não escolhi as ruas, a Prefeitura que mandava ... 'tem tal rua' e eu fui... por exemplo, se você pegar o pessoal do PCdoB [militantes da época] ... se você pegar a primeira edição no bairro Braúnas, que ainda não existia, praticamente todos os [homenageados] são do PCdoB. Então, assim, eu não escolhia, tanto é que teve uma pessoa que falou assim: 'Ô Betinho, não tem assim... é... não tem um lugar melhor não?' Eu fiquei... Porque assim, olha, o cara lutava por um país justo, é... democrático... você queria que desse [nome de rua] no Belvedere? Ninguém ia aceitar nunca isso, o militante (Betinho Duarte).

Os “desentendimentos” entre os familiares de militantes, mencionados pelo ex-vereador, em relação às versões contadas para compor as biografias no livro, ou as justificativas, nos indicam mais uma vez as disputas no campo da memória, e até mesmo a construção e coexistência de versões geracionais diferentes sobre o militante e história. Em pesquisas realizadas sobre a construção de memória dos familiares sobre os militantes políticos (Gianordoli-Nascimento et al, 2012), notamos que há, na família, um ou mais “guardião da memória” do militante, e que geralmente são figuras femininas, ex-companheiras, mães, esposas, irmãs. A depender da condição do militante, isto é, se é um morto ou desaparecido político, ou um ex-presos, a construção de redes representacionais sobre o militante varia dentro do grupo familiar, indo da construção em torno da figura de um “herói”, a um membro considerado “diferente” dos demais.

Os familiares, que chamamos “guardiões da memória” (Breugelmans, 2016; Gianordoli-Nascimento et al, 2012), muitas vezes, se sentem também herdeiros da luta do militante morto e desaparecido, e preservar a imagem do ente querido perdido, como alguém que lutou pelo país, que renunciou a ideais por uma causa coletiva, positiva a imagem não apenas do militante em questão, como da família envolvida, que lutará também por tal narrativa. No descrito sentido, a seleção da memória do que deve ser lembrado ou esquecido sobre o militante e as disputas na forma de rememorar e narrar os fatos, diz muito sobre a própria família, pois, impacta a identidade social do grupo familiar, “manchando-a” ou “imaculando-a”; logo,

consideramos que a maneira de falar sobre o militante, está intimamente ligada à identidade da família.

Na Teoria da Identidade Social desenvolvida por Henri Tajfel, a posituação da identidade grupal, no caso, a identidade do grupo de militantes e de familiares dos militantes, em contraposição aos grupos que não reproduzem versões de memória tais quais as evocadas por eles, acontece a partir de um processo sociocognitivo de avaliação das características positivas do próprio grupo de pertença (endogrupo), e da supervalorização dos traços negativos em relação ao exogrupo. Os aspectos avaliativos e emocionais intragrupo e intergrupo, culminam na valorização endogrupal e no fortalecimento identitário. Para Tajfel (1983), a definição de grupo pode ser caracterizada a partir da presença de três componentes:

um componente cognitivo, no sentido em que se sabe que se pertence a um grupo; um componente avaliativo no sentido em que a noção de grupo e/ou de pertença a ele *pode* ter uma conotação de valor positivo ou negativo; e um componente emocional no sentido em que os aspectos cognitivo e avaliativo do grupo e da pertença a ele *podem* ser acompanhados de emoções (tais como amor, ódio, gostar ou não gostar) dirigidas para um grupo próprio e para outros com os quais tem certas relações. . . . Se um grupo não oferece condições adequadas para a preservação da identidade social positiva, o indivíduo abandoná-lo-á – psicologicamente, objectivamente, ou ambos. (Tajfel, 1983, pp. 261-294).

No discurso do ex-vereador Betinho Duarte, vemos que a intenção com o Projeto Rua Viva era de “honrar e resgatar a história e a memória dos militantes políticos”, e, assim, passa pela valorização endogrupal, contribuindo ainda para a parcela do autoconceito identitário do próprio autor do projeto, um também ex-militante, afetado pela violência de Estado. Betinho ressalta que usufruiu da oportunidade e possibilidade na Câmara dos vereadores, para prestar as homenagens aos seus iguais, vislumbrando, inclusive, que, caso não fizesse, outros ocupariam tal lugar, elegendo outros “heróis”.

Agora, tem uma questão também, que é a seguinte... porque se você não presta homenagem a estes que lutaram contra a ditadura militar que eu considero como heróis, né? E aqueles que sobreviveram, como eu me considero um sobrevivente, ‘se você não presta homenagem eu presto’.... Então eu prestei muitas homenagens também porque se não homenageasse, os outros também eram homenageados.” (Betinho Duarte).

A relação entre identidade e memória social são, em tal contexto, importantes para a análise da relevância dos atos de homenagem, nos níveis intergrupais e sociais, uma vez que, a partir das versões de memória e das experiências vividas, cada grupo erigirá heróis; o temor e vigilância de Betinho Duarte, em relação às memórias e repercussões, também passava pela ideia de que caso o vereador não homenageasse os militantes, considerados por ele, como ‘heróis’, daria espaço para outros tipos de homenagem, inclusive de agentes de tortura “. . . Pode ser até que surja uma iniciativa dessa, desse pessoal aí do PSL [Partido Social Liberal] ou outra de que tem que renomear [as ruas com nomes de militantes homenageados].” (Betinho Duarte).”

Em uma discussão sobre quem são os heróis nas cidades, Bolognesi e Puntoni (2012) provocam a reflexão sobre a escolha de personagens considerados heroicos, e a influência da história oficial na escolha e manutenção de nomes, que sustentam, muitas vezes, a história dos considerados vencedores. Os autores citam, ainda, a influência da mídia na propagação de versões; das instituições, que erigem estátuas, bustos, colocam placas e dos grupos, que mantêm a propagação das versões. A “defesa” das versões de memória é também uma forma de proteção identitária, pois, à medida em que se protege e reproduz as versões de memória do endogrupo, coloca-se em destaque o que há de positivo em relação ao grupo.

Os militantes heróis e os sobreviventes são o grupo de pertença do ex-vereador. No citado sentido, a história de militância é também positivada, e a assimilação dos pontos de igualdade com o próprio grupo servem para distingui-los diante da sociedade, a partir da versão de memória da história vivida pelos militantes. O conhecimento de demais grupos sociais sobre as versões pode gerar pontos de diferenciação, mas, também, de identificação, com potencial gerador de laços de solidariedade.

Tal análise nos fornece elementos para pensar a relação entre os estudos de memória social (Sá, 2007, 2009), a Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1983), e a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2012), pois as memórias coletivas, históricas, geracionais, se constroem, a partir das representações sociais dos grupos sobre os fenômenos sociais, sendo compartilhadas entre eles, fortalecendo, inclusive elementos da formação nuclear das representações sociais dos grupos (Jedlowisk, 2000).

A formação do autoconceito somado às pertencas sociais, isto é, a identidade social dos grupos, também se baseiam nas categorizações e produção coletiva de representações sobre os grupos de comparação social, nos quais o grupo encontra pontos que os separam, mas que, também, os aproximam. Assim, as chamadas “batalhas pela memória” (Pollak, 1989, p.4), evidenciam as relações intergrupos e a manutenção por versões de memórias que positivem o grupo de pertença, e, conseqüentemente, a identidade social do grupo. Preserva-se assim, as representações sociais do grupo sobre o exogrupo, sobre o endogrupo, e os fenômenos que os cercam.

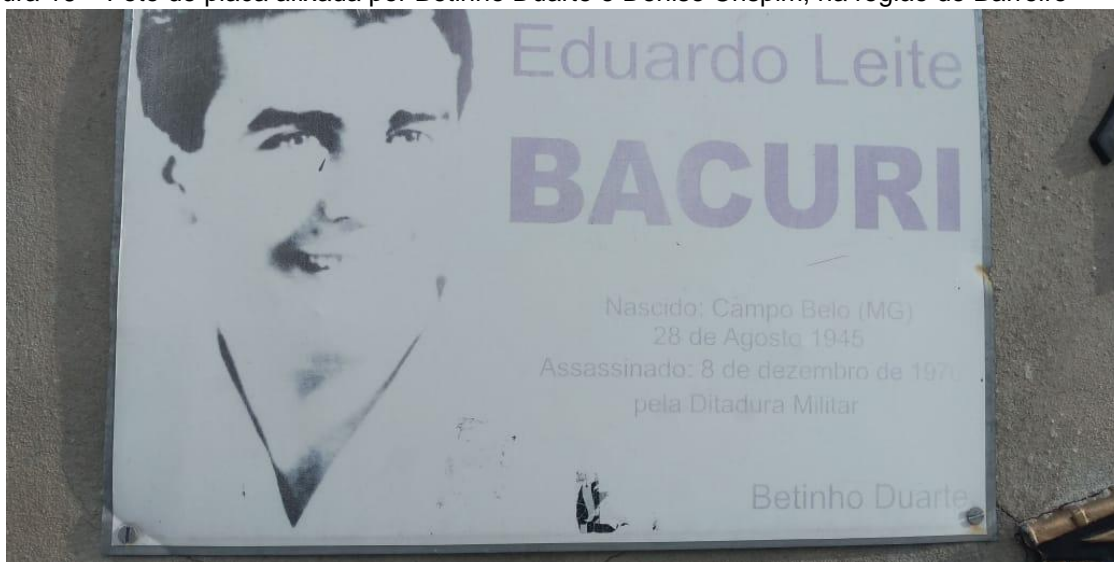
Sobre as demais homenagens aos familiares e o conhecimento dos familiares sobre as homenagens feitas na câmara pelo ex-vereador, notamos que nem todos os familiares souberam da realização delas, ou porque não foram localizados pela assessoria o ex-vereador, ou porque não participaram dos momentos em que foram convocados.

Eu já fiz várias homenagens na câmara, entregando inclusive plaquinhas [de honra ao mérito] ... Não sei se a família compareceu, né? Que não tinha lista de nome também... não sei se compareceu... Porque depois que nós começamos a resgatar essa história, uma boa parte soube. Por exemplo, até a Zuzu Angel... a filha dela, a Hildegard teve aqui em Belo Horizonte. Então... uma boa parte sabe. Não sei se todos, eu não posso afirmar que todos sabem... Mas uma boa parte sabe (Betinho Duarte).

Além das informações sobre o tipo de entendimento que os familiares tiveram sobre as homenagens, nos interessava saber, ainda, sobre o conhecimento dos moradores

dos logradouros nomeados sobre as homenagens feitas. Betinho alega que o emplacamento dos locais era um serviço terceirizado pela prefeitura, e que nem ele, nem os familiares, participaram de tal etapa, embora considere de suma importância o conhecimento dos moradores do local sobre a homenagem e a realização de atos. Disse que chegou a comparecer em algumas das ruas, como a Rua Eduardo Leite Bacuri, contando com a presença da viúva do militante, e que chegaram a colocar uma placa (ainda hoje presente na rua), com uma foto e informações sobre o homenageado (Figura 16).

Figura 16 – Foto de placa afixada por Betinho Duarte e Denise Crispim, na região do Barreiro



Fonte: Foto da Placa afixada por Betinho Duarte e Denise Crispim, viúva de Eduardo Leite Bacuri. Região do Barreiro, Belo Horizonte – MG.

O ex-vereador se disse espantado pelo fato, de até hoje, nenhum partido político dos quais os militantes fizeram parte, ou algum movimento social, promover atos.

Na verdade, não, nunca teve assim uma... uma homenagem, nunca teve. Inclusive eu estranho até hoje o PCdoB não ter feito isso. Eu lembro que na época aí do elevado do José Maria Magalhães, a câmara ia fazer, mas a viúva dele teve problemas... já tava tudo pronto pra fazer o ato, já tinha procurado o local, já tinha uma tenda, as cadeiras, o problema foi que desmarcou. Essa seria a única, a única [homenagem em forma de ato]. Mas assim, se você for lá, não tem nenhuma placa. Eu queria inclusive colocar. Inclusive talvez até pintar na parede, et cetera e tal, lá tem várias pichações... Podia fazer. Mas isso era uma etapa [posterior] do projeto. É... então você fica assim, como... uma pessoa solitária, tentando fazer algumas coisas. Então, o projeto, na verdade a continuidade seriam a [publicação] da 3ª edição [do livro, com os demais homenageados], as placas, as distribuições... é... das histórias deles

nas ruas...A placa por exemplo, a placa custa R\$50 reais. Imagina aí quantas placas, né? É uns 10 mil reais. Mais panfleto, mais pessoas pra você entrar, mais... então isso pra mim, deveria ser um projeto da Prefeitura de Belo Horizonte... Mas como nunca teve alguém à altura pra assumir esse compromisso, né? (Betinho Duarte).

Betinho relata que os atos nas ruas, a colocação de placas e entrega de materiais informativos eram parte posterior ao projeto de publicação do livro e da nomeação das ruas. O desejo era de incluir novas placas com informações sobre o militante político, como a que fez do Eduardo Leite Bacuri (Figura 14), e de alguns outros militantes, mas o custo financeiro era alto, e, agora, como pessoa física, não poderia arcar com eles, tampouco, os familiares teriam condições. Assim, a idealizada fase não chegou a acontecer, apesar da total relevância.

Então, a própria prefeitura podia colocar, ou eu como fiz uma placa e coloquei lá no... no Bacuri [na rua Eduardo Leite Bacuri]. Aí preguei ela. Nem sei se arrancaram, mas preguei. Em qualquer lugar do mundo tem dessas placas, sobre os escritores famosos...Tem a placa... bom, placas mesmo. E isso a prefeitura devia fazer. Até porque tinha uma empresa que fazia isso. Tinha uma empresa que fazia essa colocação de placas. Era para ser uma outra etapa do projeto, que seria fazer essas placas. E a terceira etapa era exatamente... é, era exatamente explicar à população quem que eram aquelas pessoas. Distribuir nas ruas. E os moradores não sabem quem são, eles não sabem. Porque chega... agora chama *fake news* né? Então chega que é o terrorista, é o bandido, o assaltante de banco, 'ah, não quero minha rua como assaltante de banco et cetera e tal' (Betinho Duarte).

Consideramos que a ausência de informações e mobilização popular, impossibilita o conhecimento dos moradores e dos transeuntes nos espaços, e, embora a homenagem em si seja um grande ato, falta mobilização social em torno da homenagem, para que, como destaca Nora (1993), aquele não seja apenas um lugar de história, mas, torne-se um lugar de memória. O silêncio e o desconhecimento, acabam continuando presentes e são, no sentido do objetivo inicial da proposta, prejudiciais para a consolidação da produção coletiva de memória.

Em termos de planos, a primeira etapa do Projeto Rua Viva foi a escolha dos homenageados, e a criação do Projeto, sendo aprovado como lei, assim como a nomeação dos logradouros. A segunda e a terceira etapa seriam a colocação das placas informativas sobre o militante, como demonstrado na Figura 17, além da mobilização popular em atos, para contar a história do militante homenageado, mas,

como dito, elas não aconteceram, apenas a placa exemplificada na Figura foi colocada.

Figura 17 – Modelo de placa informativa para logradouros públicos homenageados



Fonte: Modelo da placa informativa para os logradouros públicos homenageados, que era uma proposta para as etapas seguintes do Projeto Rua Viva.

Uma terceira etapa chegou a acontecer em Belo Horizonte, e, segundo Betinho Duarte, embora não tenha participado ativamente e diretamente do projeto, era uma ideia de continuidade do Projeto Rua Viva. Trata-se do levantamento dos lugares de memória e resistência em BH. O projeto que aconteceu é de autoria da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – Belotur, e, como mencionado nesta tese, refere-se a um guia no formato impresso e *on-line*, que faz menção a 27 locais de repressão e luta na cidade de Belo Horizonte.

Esse é um projeto meu [que eu também tinha]. Na verdade, eu levantei mais de 130 nomes, locais... Porque esses lugares nós chamamos, ou de espaços da democracia ou locais de resistência. Então eu procurei o Mauro Werkema [O então presidente da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – Belotur] e propus pra ele. É... mas na hora de fazer o... o projeto, ele chamou uma outra pessoa, escolheram aqueles locais, que não são os mais importantes, mas de qualquer jeito, extremamente válido. Importantíssimo! Tem vários depoimentos sobre os locais, por exemplo, o Edifício Acaiaca... porque ali todas as organizações reuniam, então você não pode pegar um depoimento e falar que é do edifício Acaiaca. Então, depois da identificação, como eu tô te falando, eu levantei mais de 130 locais, e a minha ideia era também fazer o mesmo projeto do Rua Viva. Aí depois ia pegar vários depoimentos [sobre os locais], colocar fotografia [de como era antes], ou se é a mesma, manter a fotografia, e então depois, colocar uma placa [de identificação] lá, como um local de resistência ou espaço da democracia (Betinho Duarte).

No discurso de Betinho Duarte, vemos que diferentes atores em BH têm desenvolvido algumas ações que coadunam de alguma forma com a proposta de continuidade do Projeto Rua Viva. Contudo, a construção de versões de memórias sobre os lugares inclui grupos diversos, como o de militantes e de militares, que possuem narrativas diferentes sobre as vivências (ou em algum ponto, até comuns) em determinados locais na cidade. O vereador usa o exemplo de um antigo e conhecido edifício em BH (Edifício Acaiaca), que pode ter sido, ao mesmo tempo, um lugar de repressão e também de resistência, e, até dentro dos grupos de pertença, pode haver a diferenciação, de alguns membros o considerarem como um espaço de luta, e outros, de violência, a depender da experiência que viveram ali. No supracitado sentido, eleger uma versão para identificar os lugares, também é uma tarefa que gera questionamento, mas que deve considerar o reconhecimento do Estado, e os levantamentos que as entidades, como a CNV e a COVEMG, fizeram, identificando e constatando os espaços de tortura, violência estatal, e de prática de crimes de lesa-humanidade.

Embora se reconheça a relevância de levantamentos dos lugares de resistência e repressão na cidade, de fato, em Belo Horizonte, nos locais não constam identificação com placas ou informações dizendo que no período da ditadura aquele foi um local de resistência política, ou de repressão policial do Estado, e nem houve uma popularização ampla do guia produzido. Atualmente não há exemplares impressos disponíveis, para a distribuição nos postos da Belotur, e o site que abrigava o guia no formato on-line está instável e fora do ar (http://portalbelohorizonte.com.br/sites/belohorizonte.pbh.gov.br/files/guia_memoria.pdf.)

Uma estratégia relevante para a mobilização do material produzido poderia ser a entrega dos guias em escolas e o convite para que se fizesse alguma atividade de visita guiada a alguns deles ou em todos eles, mesmo que de forma virtual, criando uma plataforma interativa na qual a experiência fosse possível, o que se configuraria, também, como ação educativa em direitos humanos.

Dois pesquisadores de Belo Horizonte (Andrade Júnior & Dellamore, 2015) fizeram uma experiência de imersão e visita aos citados pontos na cidade, e verificaram a ausência de informações educativas sobre eles, e, ainda, a distância entre eles, que inviabilizaria uma visita em único dia, pois, são pulverizados ao longo da cidade, embora alguns possam ser feitos dentro de um circuito. Na discussão proposta por eles, questiona-se sobre a constituição de tais lugares como lugares de memória (Nora, 1993), e o esforço para “trazer” memória para a cidade.

Nora (1993) fala sobre a necessidade de fazer com que a memória se torne viva e lembrada nos espaços das cidades, seja por meio de estátuas, homenagens, datas comemorativas. Mas que não sejam apenas lugares que contam histórias, é necessário a mobilização popular em torno deles. Nosso questionamento parte e escoia na manutenção do esquecimento, ou do silêncio ao derredor dos lugares. Se grande parte da população desconhece o sentido e a existência deles, como essas memórias podem ser conhecidas, validadas e reproduzidas? Os locais existem, versões de memória sobre, mas não a mobilização da população em relação a eles.

Considerando a afirmação de Pierre Nora (1993) sobre a necessidade de criação de lugares, ou bastiões, para que as memórias se ancorem, concordamos que, há, também, a imposição do esquecimento, ainda mais de eventos traumáticos, que nos colocam diante de uma situação-limite (Catela, 2001), e que acabam por simbolizar o horror (Jelin, 2002). Muitos dos lugares não surgem espontaneamente, pois, existem barreiras de representação do irrepresentável (Soares & Quinalha, 2011), pois nos fazem lembrar de um passado de atrocidades.

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. . . . Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. . . São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los (Nora, 1993, pp. 12-13).

Vemos a necessidade, então, da criação de tais lugares, e de um trabalho árduo, talvez, para que, no caso dos logradouros públicos homenageados, ou dos prédios e locais públicos indicados no guia citado, tornem-se acessados e conhecidos pela população, embora tenhamos examinado que, entre a concepção da criação de atos e lugares de memória e a execução final deles, há a ausência da participação e mobilização popular, para além dos grupos de interesse envolvidos, além da pouca divulgação e engajamento do Estado, inclusive na manutenção e financiamento, como foi o caso do Memorial da Anistia Política em BH.

Silva e Quinalha (2011) consideram que

Os chamados Lugares de Memória (ou sítios de consciência) servem como mecanismo extrajudicial para reparação simbólica das vítimas da ditadura e da sociedade e têm um potencial que atinge também o Estado que, por meio da implantação e gestão desses locais (ou pelo apoio aos mesmos, no caso de uma iniciativa privada), pode expressar pública e oficialmente seu repúdio às violações cometidas por seus agentes cometidas e ao negacionismo (p. 80).

Logo, a instituição de lugares de memória atende não apenas à importante função geracional de resgatar o passado, para que ele não se repita no presente e no futuro, sendo uma marca identitária das sociedades, mas no contexto de transição pós-ditadura, teria, ainda, a necessária função de reparação simbólica, que fomenta a responsabilização do Estado pelos atos cometidos, embora a judicialização e reparação financeira, sejam outras etapas constituintes do processo.

Em relação aos lugares de repressão e resistência em Belo Horizonte, o ex-vereador relata ter feito um levantamento com mais de 130 lugares e nos repassou uma lista de tais locais em BH e de pessoas referências, para coleta de informações sobre eles (Anexo B desse trabalho), que podem futuramente serem explorados e estudados. Alguns locais foram reformados, outros demolidos, e, para a construção de um histórico e funções dos lugares, seria necessária a coleta de muitos depoimentos, de quem participou da militância política na cidade, fotos comparativas, do antes e depois, entre outros documentos.

O campo da memória é também um campo de disputas, envolvendo a identidade social dos grupos, e relações de poder e dominação. Por isso, cabe salientar que o “domínio” da memória pública gera conflito entre os grupos que as detém. Assim, além das vítimas da violência estatal durante a ditadura militar no Brasil, outros grupos, como os de militares, apoiadores do regime continuam lutando pela permanência de versões de memória. Jelin (2002) reafirma o compromisso dos empreendedores da memória com a garantia dos Direitos Humanos, em tal sentido, a coexistência dos grupos de oposição fazem deflagrar, mais uma vez, o caráter intergrupar da simultaneidade de diferentes versões de memória, presentes na sociedade, e das ações dos interessados em mantê-las vivas e em voga.

Há algumas críticas aos estudos do tema da ditadura militar, apontando para a ideia de revisionismo histórico, mas, ao tratar de violações e crimes cometidos pelo Estado, como foi a prisão, tortura, morte e desaparecimento de pessoas por motivos políticos, precisamos conhecer e visibilizar as memórias, a partir da narrativa dos sobreviventes, dos familiares e das instituições públicas, que investigam o tema (Starling, 2007).

Vimos que o projeto Rua Viva, embora produzido em um momento em que não havia ações declaradas de reparação de memória, pode ser considerado, hoje, como pontuamos, uma iniciativa pioneira em tal campo, tendo a intenção de reparação simbólica. Contudo, como vimos pelas afirmações do ex-vereador quanto à participação da população das ruas homenageadas, ainda há a necessidade de um envolvimento coletivo da população e do Estado para que os lugares não sejam apenas lugares de história, de um grupo, de um período.

Consideramos o potencial de que os locais sejam espaços que possam gerar conhecimento sobre o passado, para que ele não se repita no futuro. Embora pareça apenas uma frase de efeito, a memória social tem tal importante função, e deve ser considerada, em países como o Brasil, com um passado de governo autoritário, violento e que contribuiu com o aparato repressivo para a violação de direitos humanos. A falta de judicialização, em nosso país, contribui para a manutenção do

silêncio e do esquecimento, tendo uma função social de proteger o que se quer manter encoberto, por determinados grupos detentores do poder.

Adiante, passaremos a apresentar a quarta etapa de pesquisa do nosso trabalho, buscando conhecer os saberes dos moradores dos logradouros homenageados, quanto às homenagens feitas, sobre os homenageados, e a memória atual do período militar, a partir das possíveis representações sociais construídas por eles sobre tal momento histórico no país.

4.4 Etapa IV – Questionários

4.4.1 Descrição de Procedimentos Metodológicos

Nesta etapa realizamos uma pesquisa de campo em alguns dos logradouros públicos que foram objeto de homenagem e receberam o nome de militantes políticos que fizeram oposição à ditadura militar, citados em nossa base documental, o livro “Rua Viva” (Duarte, 2004a;b).

Do banco de dados, com o total de 200 logradouros (N= 200), foi selecionada uma amostra de 10% (n=20), totalizando 20 logradouros públicos. Tais locais estão situados no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, tendo a coleta englobado, no recorte, as nove (09) regionais da cidade. Nos 20 logradouros selecionados, foram aplicados o total de 160 questionários, no período de maio a julho de 2019. Em cada logradouro, a expectativa era de aplicação de pelo menos 10 questionários, como a seguir, detalharemos de forma mais pormenorizada.

Os dados resultantes das respostas ao questionário foram tabulados em planilhas do software Excel, da Microsoft, e no *Open Calc*, do sistema operacional de uso livre,

Linux, nos quais construímos nosso banco de dados. As questões fechadas foram analisadas, por meio de estatística simples, usando-se as frequências de respostas; as questões abertas passaram pela análise categorial temática (Bardin, 2011), em uma perspectiva quantitativa, com a contagem de ocorrência dos temas identificados. As tarefas de evocação livre foram analisadas, por meio do *software* estatístico de uso livre, *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ)*, empregando a análise prototípica (Vérges, 2005). Utilizamos também a análise de similitude, para checar a relação entre os elementos do possível núcleo central da representação de período militar.

O desenho metodológico da pesquisa seguiu os trabalhos desenvolvidos anteriormente por Naiff (2005); Sá, Oliveira, Castro e Möller (2009), Sá, Naiff e Menandro (2013) e Oliveira (2019), que tratam do estudo das representações sociais e da memória social de períodos históricos no Brasil, entre eles, o de 1964-1985.

Nesta etapa, nosso objetivo era identificar a estrutura de uma possível representação social de “período militar”, para os moradores dos logradouros públicos batizados com o nome de algum militante político de esquerda, como ato de homenagem pública. Objetivamos, ainda, conhecer a memória atual dos moradores sobre o período de 1964-1985, no país, e os saberes socialmente construídos e compartilhados sobre o processo de nomeação do logradouro, e sobre o homenageado em questão.

Partimos do pressuposto, apontado por Sá (2009), de que as pesquisas que se debruçam sobre a análise psicossocial da memória histórica devem dar a palavra às pessoas. Nossa perspectiva vai ao encontro da ideia de que é preciso não apenas propiciar espaço para emergência de vozes, mas ouvir o que dizem as vozes subalternizadas (Spivak, 1942/2010), principalmente, daqueles que julgamos “não saberem” sobre determinado tema.

Uma das contribuições da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2012), para a Psicologia Social, é a valorização dos saberes socialmente produzidos e compartilhados pelos grupos sociais, considerando a potência do saber do senso comum como útil, e orientador de práticas sociais. Os grupos sociais sabem ou deixam de saber por um controle social, que limita o acesso ao conhecimento técnico e invisibiliza memórias que poderiam trazer marcas à construção identitária positiva dos grupos dominantes (Jodelet, 2012).

Na citada empreitada epistêmica sobre querer conhecer a produção de saberes dos grupos sociais quanto a um período determinado da história do Brasil, é que nos propomos a fazer a etapa quanti-qualitativa, usando técnicas de coleta e análise de dados multimétodos, visando, conforme aponta Sandoval (2018), o aprofundamento do fenômeno, e a tentativa de busca de representatividade dos sujeitos, a partir de estratégias de coleta de dados, que gerem produtos, não apenas acadêmicos, mas que sejam úteis à sociedade e, quem sabe, profícuos para fins de criação de políticas públicas de memória.

Entendemos aqui a abordagem qualitativa e quantitativa como distintas, porém, complementares (Bauer & Gaskell 2008; Sandoval, 2018), para a compreensão de fenômenos sociais complexos e para as teorias que pretendem investigar tais fenômenos, como é o caso da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2009, Vala, 1993).

4.4.1.1 Procedimento de Coleta de Dados e Sujeitos da Pesquisa

No campo da memória, alguns elementos são capazes de mobilizar e acionar lembranças a respeito do fenômeno a ser estudado, como, por exemplo, datas comemorativas, ocasiões específicas e outros eventos. Considerando isso, observamos que a existência de certos acontecimentos afetou a preparação inicial, para a coleta de dados, com a aplicação dos questionários.

A etapa de coleta de dados de nossa pesquisa estava sendo organizada para acontecer no ano de 2018, mas, considerando o acirramento das disputas políticas do ano eleitoral no Brasil, e dos casos de violência que decorreram do extremismo ideológico de alguns dos grupos, nos orientamos nas observações feitas quanto ao clima político daquele momento, seguindo também a indicação da banca de qualificação que adiássemos para o próximo ano, o de 2019, a etapa de coleta de dados nos logradouros públicos selecionados. O momento de pausa foi crucial, para que avaliássemos o objeto representacional, que pretendíamos conhecer, e para aprimorarmos o instrumento de coleta de dados e o planejamento da coleta.

Além do descrito momento, para lapidação do objeto a ser investigado e elaboração e revisão do instrumento, a espera para a ida a campo também foi importante para a preparação (necessária), para a entrada de uma equipe de voluntários para a coleta de dados.

No fim de 2018, realizamos um pré-teste do questionário visando conferir a inteligibilidade e objetividade das questões, para pessoas de diferentes níveis de escolaridade e classe social. No início de 2019 realizamos um segundo momento de pré-teste, aplicando aproximadamente 15 questionários, indo inclusive a alguns logradouros homenageados, aos quais voltaríamos para a coleta oficial. Os respondentes, que participaram da aplicação-piloto foram excluídos da coleta oficial. Tal segundo momento, também, rendeu modificações, que consideramos importantes para a versão final do questionário. Arruda (2005) ressalta que “A pilotagem ou pré-teste dos instrumentos de coleta, com a análise preliminar destes dados, oferece uma chance de captar a presença de fenômenos. . . . que vão além do que se foi coletar diretamente” (p. 243).

A ida preliminar a campo nos fez perceber detalhes importantes, como o tempo de aplicação do instrumento, as possíveis dificuldades a serem encontradas no momento da coleta, e os cuidados necessários no momento da aplicação, nos indicando, ainda, a importância da observação participante como parte do processo de envolvimento

com o campo, e das anotações necessárias, em uma espécie de diário de campo, que compõem nossa descrição quanto à aplicação.

Para viabilizar a realização da coleta no mesmo período, nos diferentes logradouros, fizemos uma seleção interna (UFMG) e externa (demais estudantes de outras faculdades) de voluntários que participaram do momento da pesquisa. Por meio de um compartilhamento de mensagens em grupos de graduandos e indicações de colegas da área, fizemos a seleção de aproximadamente vinte voluntários interessados na pesquisa e no tema, e que se uniram à pesquisadora responsável. A equipe foi formada por estudantes de graduação do curso de psicologia da UFMG, e de universidades particulares de Belo Horizonte (PUC Minas, Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, Universidade FUMEC, Faculdade Pitágoras). Houve, também, a participação de pós-graduandos *strictu senso* do PPG Psicologia UFMG, membros do nosso núcleo de pesquisa, e profissionais de Psicologia formados, que se disponibilizaram para participar da coleta de dados.

A equipe recebeu um treinamento para a aplicação dos questionários, além de eles próprios terem respondido ao questionário, e participado do segundo pré-teste. Junto ao grupo, realizamos os últimos ajustes e a preparação para a coleta de dados, que previu, inclusive, cuidados éticos e comportamentais, que pareciam detalhes, mas diante do objeto a ser pesquisado, e da conjuntura política vivida no país, tornaram-se condutas que garantiram a integridade física dos aplicadores. Sugerimos que fosse evitado o uso de vestimentas e acessórios que fizessem referência a partidos políticos, personalidades públicas, candidatos e ex-candidatos políticos, além de roupas de time de futebol local e nacional.

Orientamos ainda que caso fossem iniciadas discussões sobre política partidária, que acolhessem o respondente, mas que evitassem a continuidade ou posicionamento pessoal no momento, pois, ali, estavam como estudantes aplicadores de um instrumento e precisavam se resguardar. Mesmo sabendo e considerando que não há

pesquisa e pesquisador neutro, o distanciamento e cuidado nos pareceu necessário e adequado para o momento.

A aplicação aconteceu entre os meses de junho e julho de 2019 e a equipe contou com a assistência em tempo real, via grupo de aplicativo de mensagens, para se comunicar com a pesquisadora responsável e tirarem dúvidas entre uma aplicação e outra. No próprio instrumento, foram colocadas também indicações sobre a aplicação, a fim de evitar possíveis equívocos, dada a extensão do instrumento (que será apresentado adiante). Os voluntários foram agrupados em duplas e visitaram juntos os logradouros, aplicando individualmente, face-a-face, o instrumento. A instrução era de que o questionário fosse lido pelo aplicador e as respostas marcadas por ele. Orientamos que eles poderiam ficar ao lado do respondente para que acompanhasse a leitura do instrumento.

Como apresentado, a aplicação foi organizada para acontecer em 10% (20) do total dos 200 logradouros públicos homenageados, identificados na pesquisa documental realizada por nós (Etapa 1). A seleção dos logradouros decorreu do banco de dados com as informações coletadas no livro “Rua Viva” (Duarte, 2004a; b). No recorte da amostra, buscamos abranger as nove regionais de Belo Horizonte (Norte, Nordeste, Leste, Oeste, Noroeste, Centro-Sul, Barreiro, Venda Nova, Pampulha) e, em tal organização, foi possível contemplar pelo menos dois logradouros em cada regional, exceto na região Pampulha e Barreiro, nas quais incluímos, durante a coleta, mais duas ruas, por não termos alcançado o número suficiente de aplicação nos locais selecionados anteriormente.

Procuramos considerar, também, diferentes tipos de logradouros, tais como, ruas, avenidas, praças e beco. Inicialmente, verificamos que dois dos logradouros tinham um antigo nome e foram renomeados com o nome de algum militante político, sendo um deles, o primeiro caso de homenagem e renomeação em Belo Horizonte, ainda em 1983 (Rua José Carlos da Mata Machado, antiga Rua Dan Mitroni). Quanto a outra rua, na entrevista realizada com o vereador Betinho Duarte, identificamos que o

caso não era de renomeação, mas de nomeação, e embora a população considerasse que a rua havia sido renomeada, o nome antigo era apenas um nome popular, não registrado oficialmente na Prefeitura de Belo Horizonte (Rua Cecílio Emílgio Saturnino, conhecida anteriormente pelo nome popular, “Castro Maia”).

Aconteceram alguns casos em que os respondentes informaram que rua em questão havia sido renomeada, fornecendo a identificação dos antigos nomes, que se tratava de números ou letras alfabéticas utilizadas pela Prefeitura, quando esses logradouros ainda não tinham nome de registro oficial.

Por meio de análise anterior de estudo do campo, não consideramos viável a aplicação nos dois elevados homenageados e identificados na cidade, pois, são locais de intenso fluxo de veículos. Uma sugestão futura de estudos pode incluir a pesquisa específica de um desses logradouros (Elevado Dona Helena Greco), pois sua renomeação foi alvo de disputas intergrupais, e ainda hoje, transeuntes e moradores de Belo Horizonte continuam o chamando pelo antigo nome (Elevado Castello Branco).

Pensando na aplicação do questionário e no processo interventivo que o instrumento também poderia acabar promovendo, selecionamos, no banco de dados, logradouros cujas histórias de militância dos homenageados narravam as vivências de clandestinidade, prisão, torturas, exílio, desaparecimento. Para realizar a seleção, fizemos leituras aprofundadas sobre os militantes políticos, a partir das biografias e narrativas presentes no livro *Rua Viva* (Duarte, 2004), no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014b), e no Dossiê da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (2009). As histórias de militância de alguns homenageados eram também conhecidas por nós, a partir da imersão no estudo do tema, de entrevistas realizadas com familiares de militantes, e devido ao acesso a documentários e participação em audiências públicas das Caravanas da Anistia.

A relação entre pesquisador-pesquisado aparece, novamente, em tal contexto, pois, nosso conhecimento e aprofundamento no tema da Ditadura Militar no Brasil foi marcado pelo “não saber”, e pelo “desejo de saber”, e o que nos capturou no encontro foram as histórias de militância política e as narrativas de experiências pessoais e coletivas dos militantes políticos, diante das violências perpetradas pelo aparato repressivo do Estado, e da institucionalização da tortura e de práticas degradantes (Arquidiocese de São Paulo, 1985; CNV, 2014). Por isso, a escolha dos logradouros não foi aleatória, pois os selecionamos não apenas para privilegiar o recorte de território, ao contemplar as regionais de BH, mas a partir das histórias de militância dos homenageados, sendo, alguns deles, militantes considerados conhecidos por terem os nomes e histórias divulgados na mídia, ou por serem personalidades importantes nacionalmente, devido ao engajamento político de oposição, tais como, Frei Tito de Alencar, Zuzu Angel e Henfil.

O logradouro na região norte que nos motivou a estudar o tema (Rua Cecílio Emígio Saturnino) também foi contemplado, além da primeira rua homenageada e renomeada em BH (Rua José Carlos da Mata Machado). Na região da Pampulha, onde também se localiza o campus Pampulha da UFMG, escolhemos militantes que foram alunos da Universidade, e são considerados mortos e desaparecidos políticos e dão nome a logradouros em um bairro da região, são os homenageados, Idalísio Soares Aranha Filho, estudante de psicologia da UFMG, à época, morto durante a ditadura militar, e que também nomeia o Diretório Acadêmico dos Estudantes da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG. Além dele, ainda foram selecionadas a rua Walkíria Afonso Costa, estudante de pedagogia da Faculdade de Educação da UFMG (FaE/UFMG), onde também nomeia um espaço de ocupação permanente de estudantes: casada com Idalísio, é considerada desaparecida política, na Guerrilha do Araguaia. Por fim, escolhemos também a Avenida Gildo Macedo Lacerda. Gildo era estudante de Economia na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da UFMG e também é considerado um desaparecido político. Contudo, não localizamos a avenida no bairro, sendo substituída por outro logradouro na região.

No Bairro das Indústrias, localizado na região do Barreiro, tentamos selecionar militantes que tinham envolvimento com a militância sindical e operária, pois o bairro se situa próximo a fábricas e polos industriais em Contagem-MG. Ainda na região, selecionamos a Rua Eduardo Leite Bacuri, militante que foi cônjuge de uma das entrevistadas durante o mestrado, sendo também o único logradouro que conta com uma placa com as informações sobre o homenageado, tendo sido afixada pela ex-companheira de Bacuri, Denise Crispim, e o ex-vereador Betinho Duarte, em uma ocasião em que foram visitar o logradouro (Figura 18). A placa continua fixada no local, o que era preocupação do vereador, de que a placa tivesse sido removida ou depredada.

Figura 18 – Foto das placas, antiga e nova, de nomeação da Rua Eduardo Leite Bacuri



Fonte: foto da antiga placa de nomeação da Rua Eduardo Leite Bacuri e da segunda placa afixada, que traz informações sobre o homenageado e uma foto do período⁴⁹.

Também consideramos a importância de selecionar logradouros cujos nomes fossem de mulheres militantes homenageadas, para reiterar a participação de mulheres na militância política, e enaltecer a trajetória e memória delas, muitas vezes, veladas e invisibilizadas (Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012; Cruz, 2013). Das 20 ruas selecionadas, seis fazem homenagens a mulheres militantes (Rua Walkíria

⁴⁹ Esse segundo modelo de placa fazia parte do planejamento de continuidade do Projeto Rua Viva, no entanto, os custos para a confecção e para a própria condução do projeto, impossibilitaram a continuidade dessa ação.

Afonso Costa, Rua Maria Lúcia Petit, Rua Maria Auxiliadora Barcelos, Rua Zuzu Angel, Rua Judith Vieira Lisboa, Rua Maria das Graças Teixeira).

A seleção minuciosa dos logradouros, e a montagem do quadro de organização, para a coleta de dados, mostram os percalços e o cuidado necessário, para pensar e executar a coleta de dados. Nas primeiras idas a campo percebemos aspectos muito específicos dos logradouros, necessitando de rearranjos no planejamento inicial, como a inclusão ou substituição de locais. Em cada uma das nove regionais de Belo Horizonte havia sido selecionado dois logradouros para a coleta, mas precisamos incluir mais uma rua na regional Pampulha, e outra na região do Barreiro, pois, ainda não havíamos conseguido o número de aplicações planejadas inicialmente (até 24 questionários em cada região – de 10 a 12 em cada logradouro). Por isso, nas duas regiões, em vez de dois logradouros, temos três, como consta no Quadro 1.

Na região Leste de Belo Horizonte também conseguimos um número menor de aplicações (sete questionários válidos), porém, não havia, em nosso banco de dados, logradouros que pudessem ser substituídos naquela região, totalizando apenas dois logradouros homenageados identificados na pesquisa documental.

Nos primeiros dias de coleta, percebemos que alguns dos logradouros eram pouco habitados, com poucos imóveis, ou apenas com imóveis comerciais tipo galpões. Havia poucas residências habitadas, alguns terrenos baldios, ruas com nenhum ou pouco movimento de transeuntes; outros locais não eram asfaltados e de difícil e perigoso acesso. Por tal impossibilidade em acessar respondentes ou de localização específica do logradouro por meio do endereço (incompatibilidade de CEP, de bairro), foram substituídos ao todo quatro logradouros. Como relatado por Betinho Duarte, criador do projeto, na execução do Projeto Rua Viva não houve um planejamento anterior de escolha das ruas homenageadas. Tais logradouros foram disponibilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte, aleatoriamente, pois, ainda não tinham nomes oficiais registrados. No Quadro 1 apresentamos os logradouros públicos onde realizamos a coleta de dados, por meio da aplicação dos questionários.

Quadro 1 – Distribuição dos logradouros públicos selecionados para a aplicação dos questionários, conforme as regionais da cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais

VENDA NOVA	NORTE	PAMPULHA	NORDESTE	NOROESTE	LESTE	OESTE	CENTRO SUL	BARREIRO
Beco Sebastião Tomé da Silva. Bairro: Jardim Leblon	Rua Cecílio Emígdio Saturnino. Bairro: Providência (1º de Maio)	Rua Walquíria Afonso Costa. Bairro: Braúnas	Rua Judith Vieira Lisboa. Bairro: Belmonte/ Acaiaca	Rua Maria das Graças Teixeira. Bairro: Serrano.	Rua Frederico Ozanam Pereira. Bairro: Novo São Lucas	Rua Maria Auxiliadora Barcelos. Bairro: Salgado Filho	Praça Silval Bambirra Bairro: Santo Antônio	Rua José Carlos da Mata Machado. Bairro: Das Indústrias
Rua Maria Lúcia Petit. Bairro: Rio Branco	Praça Padre Lage (Francisco Lage Pessoa). Bairro: Heliópolis	Rua Idalísio Aranha Filho. Bairro: Braúnas	Rua Frei Tito (Tito de Alencar Lima). Bairro: Goiânia	Avenida Henfil (Cartunista Henfil). Bairro: Serrano	Rua José Matheus Filho. Bairro: Horto Florestal/Vila Edgard Werneck	Rua Herculano Mourão Salazar Bairro: Vila Vista Alegre	Rua Zuzu Angel. Bairro: Belvedere	Avenida Itair José Veloso, Bairro: Das Indústrias.
		Rua Carlos Alberto de Freitas Bairro: Planalto						Rua Eduardo Leite Bacuri, Bairro: Das Indústrias.

Fonte: a autora.

Após os primeiros desafios, passamos a analisar os locais por meio do *Google Earth*, e as imagens de satélite proporcionadas pelo programa, nos orientaram melhor quanto a identificação do local e características, antes da ida presencial a eles, um cuidado que poderia ter sido tomado antes, mas que não havia sido previsto, outrora. Tais entraves acabaram nos fornecendo conteúdo interpretativo sobre os lugares “escolhidos” para guardarem as memórias.

A partir do desenho metodológico de Sá et al (2009), Sá, Naiff & Menandro (2013) e das orientações de Oliveira, Marques, Gomes e Teixeira (2005), que indicam a aplicação de no mínimo 100 questionários para instrumentos que usem a técnica de análise de evocações livres, definimos como objetivo a aplicação de 200 questionários, contabilizando pelo menos 10 em cada um dos 20 logradouros. Entretanto, entre o planejado e a realidade do campo houve uma variação, justamente por alguns não serem locais com grande movimento de pessoas, e pela baixa adesão de alguns moradores e transeuntes no momento da aplicação. Para tentar alcançar o número de questionários definido e o público alvo, realizamos a coleta em diferentes dias da semana e aos finais de semana, em diferentes horários (manhã, tarde e fim de tarde), abordando os respondentes de porta em porta, nos domicílios, e transeuntes, que se enquadravam na amostra, que previa a coleta de respostas tanto de moradores dos logradouros, quanto de transeuntes que declararam transitar frequentemente por aquele local.

Ao final, conseguimos aplicar 160 questionários, dos quais 150 foram validados. Os 10 questionários descartados foram considerados impróprios para análise, pois, estavam incompletos ou invalidados pelos aplicadores devido a equívocos no preenchimento realizado na aplicação ou por solicitação de retirada de participação do respondente. Na região Norte conseguimos 22 questionários; na região centro-sul, 19; na região Leste, 07; na Oeste, 19; Noroeste, 13; Nordeste, 17; Pampulha, 09; Venda Nova, 18 e no Barreiro, 26. Assim, as regiões Norte e Barreiro foram onde conseguimos os maiores números (22/26) e nas regiões Leste e Pampulha, os menores números de respondentes (07/09).

Apenas na região Barreiro conseguimos o número maior do que o planejado de aplicações, que, inicialmente, era de 24 questionários, mas, ao longo da pesquisa de campo, definimos que tentaríamos aplicar de seis a 12 em cada regional, e quando encontrássemos possibilidade e adesão, faríamos os demais que conseguíssemos, vista tamanha dificuldade para a abordagem dos respondentes, e até de localização dos logradouros e domicílios.

Seguindo a perspectiva proposta por Sá et al (2009) e Sá, Menandro & Naiff (2013), referente ao corte geracional para a compreensão do estado atual da memória social do período, a amostra foi composta por jovens (18 a 33 anos), adultos (34 a 55 anos) e idosos (Acima de 56 anos), considerando que, durante o período da ditadura, os idosos eram jovens adultos; os adultos de hoje eram crianças/adolescentes naquela ocasião, e os jovens de hoje não viveram o período, tendo acesso à conjuntura por meio da mídia e escolarização formal (livros didáticos, ensino da história), por ouvirem falar sobre.

Na pesquisa apresentada por Sá, Menandro e Naiff (2013), faixa-etária e escolaridade foram variáveis controladas, sendo que a separação entre cada faixa era de 10 anos, o que não foi possível estabelecer a priori em nossa coleta, pois, não tínhamos controle sobre a escolha dos respondentes, considerando que seriam acessados moradores específicos daquele logradouro, que se dispusessem a responder, não sendo uma aplicação aleatória. Contudo, no treinamento para a aplicação do questionário, definimos que, dos 12 questionários levados por cada aplicador, a tentativa de aplicação se baseava na seguinte organização de acordo com a faixa de idade definida: quatro deveriam ser aplicados em respondentes jovens, quatro em adultos e quatro em idosos. Como não tínhamos previsão absoluta de que fosse possível realizar de tal forma, nem sempre conseguimos aplicar os 12 questionários em cada logradouro, mas, a sincronia e organização da equipe de aplicadores resultou em números aproximados de respondentes em cada faixa etária. Na seção de resultados, apresentaremos de forma mais detalhada o perfil dos respondentes.

A participação das pessoas se deu mediante a abordagem dos moradores ou transeuntes nos logradouros públicos. A abordagem começava com um protocolo de apresentação pessoal do aplicador, orientado em treinamento, e com um texto padrão disponível no corpo do instrumento para consulta. Posteriormente, era apresentado ao candidato a respondente o objetivo do trabalho e solicitava-se o consentimento verbal e escrito para a participação na pesquisa. Mediante a apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), o aplicador colhia a assinatura do respondente em duas vias, também assinadas pelas pesquisadoras responsáveis. Uma via foi entregue aos respondentes e a segunda permaneceu com aplicadores, pois aproveitamos o corpo do próprio instrumento para inserir nossa via do TCLE.

O termo de consentimento e o questionário completo constam nos Apêndices A e B da tese. O desenho da pesquisa e o TCLE receberam apreciação favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP – UFMG), com o título “Topografando lugares de memória: uma análise psicossocial da memória histórica do regime militar no Brasil (1964-1985)” sob o número de parecer consubstanciado do CEP: 2.701.731 - CAAE: 89131418.2.0000.5149.

Os questionários respondidos e com a via de consentimento assinadas encontram-se armazenados no Núcleo de Pesquisa “Memórias, Representações e Práticas Sociais”, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, onde permanecerão arquivados por no mínimo seis anos, para fins de pesquisa, conforme explicitado aos respondentes; posteriormente, serão incinerados. Os questionários não foram identificados com nomes, apenas com dados sociodemográficos e informações do logradouro de coleta, garantido o sigilo dos respondentes. O pedido de assinatura também foi solicitado no formato de rubrica, para manter o sigilo dos participantes.

Durante a aplicação, aconteceram episódios de pedido de retirada de participação, e os termos e questionários foram desconsiderados da análise. Os casos cujos questionários foram invalidados eram das pessoas que começaram a responder e pediram para retirar a participação antes que os aplicadores concluíssem o

preenchimento completo do questionário. A maior parte dos casos de interrupção acontecia ao chegar na segunda parte do questionário, quando tratávamos das questões relativas ao período militar, e fazíamos as tarefas de evocação. Alguns respondentes chegaram quase ao final das respostas, mas desejaram interromper. A retirada da participação a qualquer momento da aplicação estava prevista no termo, bem como a apresentação do baixo risco e do consentimento de participação totalmente voluntária.

Ao serem questionados sobre o motivo da interrupção, as justificativas envolviam desconforto e cansaço ao responder, receio de não saberem as respostas adequadas, mesmo que ao início deixássemos claro que não existiam respostas certas ou erradas. Outros, relataram medo em se posicionar, pois a polarização política no Brasil aguçou posicionamentos extremistas, colocando sobre forte oposição apoiadores do ex-presidente Lula, resumido na simbologia do PT (Partido dos Trabalhadores) e apoiadores do atual presidente, Jair Bolsonaro. Assim, algumas pessoas preferiram se abster, inclusive por considerarem as questões com teor “comunista”, como disseram alguns respondentes.

Arruda (2005) ressalta que a interação entre pesquisador-pesquisado, na coleta de dados, com técnicas mediadas, por meio do uso de instrumentos, “é afetiva e efetiva, pois, ainda que fugaz, este encontro desperta expectativas e afetos. Quem fala não quer ficar mal; quem ouve, deseja o êxito no que busca – cada uma persegue ser bem acolhida pela outra.” (p. 243). No pré-teste, havíamos percebido o desgaste que a aplicação poderia gerar, em termos de tempo de aplicação, desconforto ou gatilhos para posicionamento, e ao longo dos dias de aplicação fomos aprendendo a manejar os contratempos que poderiam ocorrer.

As anotações dos diários de campo, embora não tenham sido empregadas como uma técnica etnográfica, foram utilizadas como uma prática de registro dos acontecimentos, orientado por um “olhar antropológico” (Arruda, 2005, p. 232) dos aplicadores e pesquisadoras. Durante a coleta de dados, percebemos e registramos

comentários e falas dos respondentes aos aplicadores, que, em alguns casos, foram taxados de “comunistas”, “bolsonaristas”, “lulistas”, ou tiveram questionada a “pureza” do instrumento e da pesquisa por derivar da UFMG, e a universidade pública ser classificada como lugar de balbúrdia⁵⁰, de “usuários de drogas”, “subversivos”.

Em um dos logradouros públicos (Rua Judith Vieira Lisboa, região Nordeste de BH), duas aplicadoras foram orientadas por policiais a se retirarem do local, sob alegação daquele ser um lugar extremamente perigoso, mesmo que a aplicação tenha se iniciado à luz do dia. As aplicadoras foram solicitadas a apresentarem o questionário a eles, que após a leitura indicaram que os moradores dali não saberiam responder àquele tipo de instrumento, pois, tratava-se de um lugar muito pobre e violento, com pontos de tráfico de drogas, que causavam confrontos entre a polícia e os traficantes. Amedrontadas e em respeito às orientações das autoridades policiais, as aplicadoras se retiraram do local. Uma tentativa de retomada da aplicação foi realizada na semana posterior, em dias alternados, e não tiveram outros tipos de adversidades, obtendo, ao final, dez respondentes naquele logradouro.

Tais registros dos diários de campo nos auxiliaram na compreensão da relação entre o tema estudado e as repercussões da polarização política no Brasil, por exemplo, nos servindo de pistas para os resultados preliminares.

⁵⁰ Em abril de 2019 o então Ministro da Educação Abraham Weintraub declarou que o Ministério da Educação (MEC) iria avaliar o desempenho das Universidades Públicas Federais e reduziria verbas daquelas cujo desempenho acadêmico não fosse satisfatório, citando o termo “balbúrdia”, como atos que impediam a melhoria na qualidade das instituições federais de ensino superior. O assunto teve ampla repercussão, e a associação da universidade como local de uso de substâncias psicoativas, festas, e de disseminação de ideologias foram difundidas e apresentadas em matérias jornalísticas. Entidades nacionais de educação se posicionaram em relação à fala do ministro e atos de repúdio movimentaram o ciberespaço e as ruas em manifestações contra os cortes de verbas na educação. <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/30-04-2019/mec-ira-cortar-verbas-de-universidades-por-balburdia.html>

4.4.1.2 Instrumento de coleta de dados

Trata-se de um instrumento único, composto por um questionário com 36 questões, organizadas em três partes, contendo questões fechadas, abertas, mistas, duas tarefas de evocação livre, duas tarefas de hierarquização das evocações, uma escala, e questões sociodemográficas. Para a construção do questionário nos baseamos nos desenhos metodológicos exemplificados por Oliveira, Marques, Gomes e Teixeira (2005), Naiff (2005), Sá et al (2009), Sá, Menandro e Naiff (2013), e Oliveira (2019), reestruturando os modelos e questões de acordo com objetivos deste estudo.

O questionário foi elaborado para a realização de aplicação face a face. A duração média de aplicação variou entre 25 e 45 minutos, pois, em alguns casos, certas questões levaram os respondentes a recordações e explicações detalhadas. Nos casos dos respondentes idosos e daqueles com baixo grau de escolaridade, observamos um tempo maior para a obtenção das respostas. Os aplicadores foram orientados a repetir e explicar as questões que os respondentes apresentassem dúvidas. Algumas delas, tinham o enunciado detalhado, a fim de se fazer objetivo.

Cada aplicador necessitou ir mais de uma vez ao logradouro de coleta, considerando que a média de aplicação, por dia, era de quatro a cinco questionários. Nos primeiros dias, iniciamos a abordagem com os moradores que estavam nas ruas, nos portões e, posteriormente, os próprios moradores começaram a nos reconhecer, a nos convidar para entrar, e a se disponibilizarem a indicarem parentes ou vizinhos das faixas etárias de recorte que precisávamos aplicar. Assim, passamos a agendar horários para comparecimentos nos domicílios para a realização da coleta, o que nos garantiu uma melhor organização e controle dos questionários a serem aplicados.

A receptividade que tivemos após o primeiro contato, em alguns logradouros, foi amistosa, principalmente, por parte dos respondentes idosos. Deles, ouvimos, além das respostas, histórias do período, lembranças de músicas da época ou do clima de

ordem e segurança do contexto ditatorial. Alguns mostraram fotos antigas do logradouro, contaram histórias de chegadas e domicílio ali. Outros fizeram questão de andar conosco pela rua, mostrando detalhes, ou apresentado a vizinhança, facilitando, inclusive, nossa entrada, principalmente nos bairros periféricos.

Presenciamos relatos de pessoas que conviveram com militantes políticos, e até de familiares de alguns militantes, como moradores que se identificaram como parentes de Frei Tito de Alencar, na rua que dá nome ao falecido Frei. Observamos a expressão de sentimentos nostálgicos, lágrimas, interesse em conhecer e vontade em compartilharem as experiências. Convites para “cafezinhos”, lanches e almoços também aconteceram. Em alguns logradouros, nos chamavam de “estudantes”, “os jornalistas”, “os alunos da UFMG fazendo trabalho de escola”, “repórteres”. O importante no quadro é a confiança e a interação, que foi sendo estabelecida, ao longo do período de coleta, e que favoreceu a permanência em campo, mesmo diante dos entraves, como as interrupções, o remanejamento de logradouros, a necessidade de deslocamento, sem verbas e recursos, até os locais. Embora os bairros e regiões não fossem os nossos de origem, na organização dos locais de aplicação *versus* aplicadores, visamos alocar as duplas de coletas em bairros e regionais próximos ao domicílio, local de trabalho ou de estudo dos aplicadores.

Quanto à estrutura do instrumento, o questionário era composto por um cabeçalho, para preenchimento do aplicador, com informações sobre a aplicação (data, nome do aplicador, número do questionário, logradouro de aplicação, e um breve texto de apresentação do aplicador, além do termo de consentimento livre e esclarecido, assinado antes do início da aplicação). Havia, também, instruções, para os casos de aplicação em transeuntes, pois nos interessavam os que tinham acesso frequente ao logradouro. Algumas questões estavam condicionadas a outras, portanto, havia orientações, que direcionaram os aplicadores a seguir com a aplicação ou prosseguir para as próximas questões.

Depois do primeiro momento de apresentação do aplicador e da coleta de assinatura do TCLE, as questões eram apresentadas em três partes, a saber:

Parte 1: intitulada “Sobre ruas e avenidas”, a sessão era composta por 11 questões mistas, abertas e fechadas, e com uma intervenção, que acontecia antes da oitava questão, quando perguntávamos se o respondente sabia quem era o homenageado que nomeava aquele logradouro. No geral, as questões da parte 1 tratavam da toponímia urbana, no sentido da relação do respondente com o logradouro público em questão, como morador/transeunte, e sobre os processos de nomeação ou renomeação daquele local, se houve consulta pública para a escolha do nome, ou realização de atos ou manifestos, quando se deu a nomeação.

Havia ainda questões sobre o homenageado, ou sobre o antigo personagem que dava nome ao local, quando, então, realizávamos a intervenção, apresentando uma biografia do homenageado, com informações coletadas por nós no livro *Rua Viva* (Duarte, 2004a; b) e demais materiais documentais analisados na pesquisa documental (Etapa 1 da pesquisa). Além do texto que apresentávamos, mostrávamos também a foto daquele homenageado (um exemplo de biografias encontra-se no Apêndice C da tese).

Na descrição dos resultados e na discussão dos dados, apresentaremos nosso olhar sobre a organização das questões feitas por nós, e da compreensão de que a intervenção realizada, antes da tarefa de evocação (parte 2 do questionário), poderia ser apontada como um erro de viés, ou, ainda, como uma forma de ativação de cognemas: elementos cognitivos sobre o tema (Wolter & Peixoto, no prelo), a depender da interpretação teórico-metodológica, no campo das Representações Sociais.

Parte 2: em tal seção tratamos de aspectos específicos sobre o período militar no Brasil. As questões consistiam em duas tarefas de evocação livre, a partir do uso do termo indutor “Período Militar”, e, posteriormente, da tarefa de hierarquização das evocações para o termo. Em seguida, apresentávamos alguns termos que caracterizavam o período e pedíamos que escolhessem o que consideravam mais adequado para nomear o período: Regime Militar, Ditadura Militar, Ditadura Civil-militar, Golpe Militar, Período Militar, Governo Militar, Revolução Militar, e ainda, as opções para menção de outro termo, ou ainda se “não sabia”, ou “não importava”). Após escolherem realizávamos a segunda tarefa de evocação, utilizando o termo indicado, e, posteriormente, empregávamos a segunda tarefa de hierarquização, para os termos evocados, a partir do termo indutor. Na sequência, eram feitas 14 questões mistas, além de uma escala. Dentre as questões, algumas de característica de múltipla escolha permitiam a alternativa de mais de uma opção de resposta.

Por meio do descrito conjunto de perguntas, buscamos identificar e mapear a possível representação social do objeto investigado, para aquele grupo. As demais questões nos dariam pistas, para entender o estado atual da memória dos respondentes sobre o período ditatorial, no país, e a forma como as pessoas adquiriram conhecimento sobre o tema.

Conforme orientado por Oliveira et al (2005), iniciar o instrumento com a tarefas de evocação e hierarquização pode ser uma estratégia para que os sujeitos façam associações cognitivas para a evocação dos termos de forma mais livre e sem estímulos. Embora tenhamos iniciado a sessão, após a realização de perguntas sobre a toponímia urbana e sobre os homenageados, a segunda parte levou em consideração o início, com a tarefa de evocação.

As tarefas de evocação livre são também conhecidas como uma técnica de associação livre de palavras (TALP). Trata-se de uma técnica projetiva na qual a pessoa é convidada a associar livremente palavras, termos ou expressões, ao ser-lhe emitido um termo indutor, ou ainda um objeto ou imagem (Oliveira et al, 2005). A tarefa

tem caráter lúdico e permite a aproximação de forma mais descontraída, com o respondente. A técnica também é utilizada em abordagens clínicas, e amplamente utilizada como importante ferramenta nos estudos em representações sociais. A partir da leitura, por meio da abordagem estrutural, é possível mapear, de forma prototípica, um possível núcleo central e as periferias da representação social investigada, em uma perspectiva de compreensão não apenas do conteúdo, mas, também, da forma como as RS se organizam (Oliveira et al, 2005; Vèrges, 2005).

Em nosso instrumento, a tarefa de evocação consistiu em solicitar ao respondente que dissesse cinco palavras ou expressões que viessem à lembrança, quando emitíamos o termo indutor: “Período Militar”. A escolha pelo termo indutor passou por análises conjunturais, teórico e metodológicas. Após o período eleitoral de 2018, e a partir das análises dos trabalhos anteriores, que visavam identificar as representações de “Regime Militar” como o de Sá, Oliveira, Castro e Möller (2009), e o de Oliveira (2019), percebemos que, para o contexto sociopolítico que estávamos vivenciando no país, no momento da coleta, seria o termo de evocação “período militar” o mais adequado para o momento, como uma espécie de “termo neutro”. Verificaríamos o posicionamento dos respondentes, por meio da segunda tarefa de evocação, quando fornecíamos algumas opções, com outros termos que caracterizam o período e que possibilitava a escolha do respondente por um termo que considerasse adequado.

No contexto de pesquisa realizada, buscando atualizar a memória dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, sobre o período histórico, Sá et al (2009) indicam que a escolha pelo termo “Regime Militar”, se deu porque o uso de “Ditadura militar”, como é reconhecido, também, o período, era um dos termos mais evocados e com maior importância, segundo os respondentes, figurando como elemento possível do núcleo central da representação, para aquele grupo, naquele contexto.

Partindo da análise de nossa realidade sociopolítica, consideramos, hipoteticamente que o termo “Período Militar” poderia ser mais “neutro”, do que possíveis respostas a elementos como “regime militar”, “ditadura militar”, “golpe militar”.

Ao longo da tese, nominamos o período como Ditadura Militar, porque nossa compreensão dos conceitos “Regime Político” e “Ditadura(s)”, conforme aponta, Ostellino (1998) são diferentes, e, assim, o fenômeno sociopolítico, que aconteceu no Brasil, se enquadraria como uma ditadura e não apenas como um Regime Político e/ou Militar (Monteiro, 2016). Entre os historiadores, que estudam o tema, há uma discussão tanto no entorno da nomenclatura, reconhecendo o caráter civil militar ou militar civil de uma ditadura, quanto em relação à duração do período (Reis, Ridente & Motta, 2014). Além do termo Ditadura Militar, utilizamos, também, o termo “Governo Militar”, quando dizemos da oposição que se fazia ao tipo de Governo e estrutura, e, em outros momentos, para se referir ao objeto de pesquisa, usamos o termo “Período Militar”, como justificamos na introdução do trabalho.

Enfim, nossa decisão pela não unificação na escrita do texto, se apoia na consideração da Comissão Nacional da Verdade (2014a), no reconhecimento de que, no Brasil, houve uma ditadura, com ocorrência de crimes, por meio do aparato repressivo do Estado, com graves violações de direitos humanos.

Entretanto, quanto ao objeto de pesquisa, era necessário o descolamento de elementos que poderiam ser acionados cognitivamente pelos respondentes, pois, interessava-nos saber como eles se lembram, do que se lembram, e como apoiam e constroem os conhecimentos sobre o período.

Arruda (2005) pontua que os trabalhos de pesquisa em representações sociais são de construção e interpretação e demandam o “preparo do terreno” (p.233), tanto para a entrada quanto para o início das análises interpretativas, que começam na própria construção do objeto de pesquisa, do roteiro de coleta, e, finalmente, no processo de análise dos dados.

Após a realização de cada tarefa de evocação, fazíamos a tarefa de hierarquização das palavras, quando solicitávamos aos respondentes que organizassem, por ordem

de importância, as palavras/termos evocados, numerando-os de um a cinco, em uma escala em que um equivalia ao mais importante e cinco ao menos importante. O procedimento de hierarquização das evocações é, segundo Abric citado por Oliveira et al (2005) e Sá (1996), um recurso relevante, para a identificação de elementos, que podem compor um possível núcleo da representação, pois foram hierarquizados, conforme a importância dada pelos próprios sujeitos.

Outro item utilizado no instrumento, na segunda etapa, foi a escala que compõe o conjunto de questões da seção, que se refere ao grau de apoio que os respondentes consideravam que a população brasileira dava ao Governo Militar, no qual os extremos um indicavam que ninguém apoiava, e sete indicava o total apoio, sendo que as respostas podiam variar dentro do citado contínuo.

Parte III: ficaram as questões sociodemográficas, que nos auxiliaram no traçado do perfil dos respondentes. Foram solicitadas respostas sobre gênero, idade, escolaridade, profissão ou ocupação, religião, cor/raça, renda e orientação política; variáveis consideradas importantes, para o estudo do estado atual da memória das gerações pesquisadas e da construção da memória histórica do período, como apontou os estudos de Sá et al (2008), Sá et al (2009), e Sá, Menandro & Naiff (2013). O questionário completo conforme aplicado, encontra-se no Apêndice B da tese.

4.4.1.3 Procedimento de Análise dos Dados

O processo de análise dos dados da citada etapa iniciou-se antes mesmo da tabulação dos dados dos questionários e da análise das evocações, pois, a produção do instrumento, os registros e observação, em campo, começaram a nos fornecer elementos preliminares, para pensar nosso objeto de pesquisa. Talvez, nosso maior desafio nas pesquisas que utilizam diferentes métodos de coleta e análise de dados seja a integração entre os dados e a questão de pesquisa (Arruda, 2005).

Para a análise do instrumento, empreenderemos diferentes técnicas, para o processamento e interpretação dos dados. Após a coleta, inserimos as respostas dos questionários, em um banco de dados produzido no programa Excel. Criamos uma máscara: um arquivo base, para a transposição das respostas do questionário para a planilha digital, produzindo rótulos para cada questão, e padronizando as respostas em itens numéricos, visando a contagem de frequências.

As questões fechadas foram ponderadas, por meio de estatística simples, a partir da frequência absoluta das respostas e dos percentuais. No questionário, tal tipo de questão variou entre as de múltipla escolha, com apenas uma opção de resposta, e as de múltipla escolha, que davam a alternativa de mais de uma resposta. Para as últimas, o número de respostas obtidas foi maior que o número de sujeitos. Também tínhamos questões binárias (sim/não) tendo, em alguns casos, a opção de justificativa da resposta.

As questões abertas, também, variavam entre as totalmente abertas, discursivas, e as que derivavam de algumas das questões fechadas, que demandavam justificativa ou exemplificação da resposta. Na análise de tais opções, empreendemos a análise temático-categorial (Bardin 2011), a partir de uma perspectiva quantitativa, no que tange à contagem das respostas comuns, que se enquadravam nos temas recorrentes, que foram, posteriormente, organizadas em categorias (Oliveira, 2008).

Para isso, passamos pelas etapas da análise de conteúdo, da leitura flutuante das respostas brutas, à pré-análise, a partir do levantamento da frequência das respostas e o aparecimento de temas, para, então, iniciarmos a codificação das “Unidades de Registro” (UR): as palavras, expressões, frases, reunindo-as em “Unidades de Significação” (US), que englobam o tema que aquelas unidades de registro se adequam, a partir de critérios teóricos e empíricos (Oliveira, 2008). As categorias foram criadas, a partir das análises das UR, utilizando o critério de exaustividade do texto. O trabalho de codificação e interpretação na análise categorial

Considera a totalidade do texto na análise, passando-o por um crivo de classificação e de quantificação, segundo a frequência de presença ou ausência de itens de sentido [...] que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem (Oliveira, 2008, p. 571).

Outra parte da análise do instrumento se refere à análise das evocações livres. Para analisá-las, utilizamos o *software* gratuito, de uso livre IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). O IRaMuTeQ é um programa de pacote de dados estatísticos, com um conjunto de programas associados, para a análise textual. Desenvolvido por Pierre Ratinaud na Universidade de Toulouse, no “*Laboratoire d’Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales*”, é um programa, que faz uso de outras linguagens de programação, como o *software* “R”, para a análise lexical (Camargo & Justo, 2013).

No campo de pesquisa das Representações Sociais, o IRaMuTeQ surge como uma recente possibilidade, amplamente utilizada, e, que, por ser de uso aberto/gratuito, democratiza a produção das análises pelos pesquisadores, que realizam pesquisas envolvendo a análise lexical de segmentos de texto, a análise prototípica das evocações livres, e, ainda, a análise de similitude e outros tipos de tratamento dos dados usados, por exemplo, na Abordagem Estrutural das Representações Sociais. Anteriormente, para as pesquisas de tal tipo, utilizava-se o *software* licenciado “*Ensemble de programmes permettant l’analyse des evocations*”, o EVOC (Oliveira et, 2005; Vergès, 2005), que possibilitava tipos diferentes de análise das evocações.

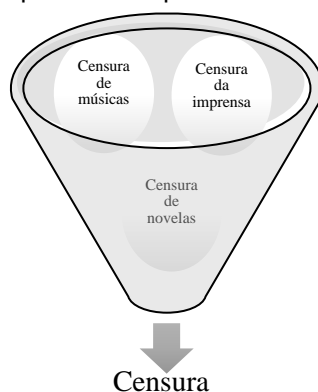
Para a realização da análise das evocações livres, por meio do IRaMuTeQ, alguns passos precisaram ser seguidos, a fim de padronizar a linguagem, para o processamento dos dados no programa. Assim, fizemos a transcrição bruta dos termos evocados, para uma planilha do Excel, tentando alterar o mínimo possível a forma como as palavras, termos ou expressões foram prontamente evocados no momento da coleta. Durante a aplicação, foi solicitado aos respondentes, que dissessem cinco palavras ou expressões, que lhes viessem à mente/lembança, quando lhes era apresentado o termo indutor “período militar”. Na segunda tarefa, oferecíamos, antes, uma questão com opções sobre o termo considerado mais

adequado, para nomear o período, e, posteriormente, realizávamos a segunda tarefa de evocação, usando o termo escolhido pelo respondente.

Após a coleta, analisamos que, diante do termo indutor, tanto na tarefa 1, quanto na 2, a maior parte dos questionários conteve entre três e cinco evocações, e, em alguns casos, somente um ou dois termos vieram à tona (principalmente, na segunda tarefa).

Para que o *software* pudesse realizar a leitura dos dados, foi necessária a preparação dos *corpora*. A preparação passou pelo processo chamado “tematização”. Depois de leituras sistemáticas das evocações, para o termo indutor “período militar” e para os termos indutores escolhidos pelos respondentes, na segunda tarefa de evocação, precisamos tomar a decisão de “deixar as palavras como emitidas pelos sujeitos ou padronizá-las” (Sá, Menandro & Naiff, 2005, p. 47). Decidimos por padronizar as respostas, as tematizando, buscando alterá-las o mínimo possível, mantendo os radicais, plural ou singular, o gênero, (masculino/feminino). Alguns exemplos tematizados, por nós, são: militar, militares, militarismo para militarismo; abuso de autoridade, autoritarismo, muito autoritário para autoritarismo; censura da imprensa, censura das músicas, censura da tv em: censura, conforme exemplifica o diagrama abaixo.

Figura 19 – Diagrama exemplificando o processo de tematização das evocações



Fonte: Sá, Menandro & Naiff (2005).

Após o processo de padronização das evocações, fizemos o registro delas em planilhas do Excel, em colunas, que correspondiam a evocação (EVOC_1 a EVOC_5) e a hierarquização feita pelo respondente (RANG_1 a RANG_5), conforme o exemplo da Figura 20.

Figura 20 – Captura de tela do banco de dados dos questionários com a organização das evocações e hierarquizações

ID	EVOC_1	RANG_1	EVOC_2	RANG_2	EVOC_3	RANG_3	EVOC_4	RANG_4	EVOC_5
J1	REPRESSAO	3	PRISAO	2	IMPOSICAO	4	INQUISICAO	5	SOFRIMENTC
J2	CENSURA	1	FALTA_DE_DIREITOS	3	FALTA_DE_DEMOCRACIA	2	PERSEGUICAO_POLITICA	4	REVOLUCION
J3	CONFUSAO	2	POLICIA_NA_RUA	1					
J4	TORTURA	1	CENSURA	3	EXERCITO	5	MIDIA	4	VIOLENCIA
J5	EXERCITO	1							
J6	POLICIA	1							
J7	POLICIA_NA_RUA	2	ABORDAGEM_POLICIAL_APOS_22_HORAS	3	VIOLENCIA	4	TORTURA	1	
J8	BRASIL_AME_OU_E3	1	PARA_O_POBRE_NAO_TEVE_DIFERENCA	4	PARA_A_CLASSE_ALTA_FOI_RUIM	5	MUSICA	1	FALTA_DE_LI
J9	ESCRAVIDAO	1							
J10	MUITO_RUIM	4	MATAVAM	2	GUERRA	1	NAO_TINHAM_SOSSEGO	3	
J11	VIOLENCIA	4	TORTURA	5	POLICIA	2	LUTA	1	COVARDIA
J12	MILITARISMO	2	LEI	3	RESPEITO	1	HUMILDADE	4	
F13	DITADURA	1	REPRESSAO	2	CENSURA	4	EXILIO	5	MEDO
F14	IMPOSICAO	3	FALTA_DE_LIBERDADE	2	FALTA_DE_COMUNICACAO	5	IGNORANCIA	1	ODIO
F15	PATRIOTISMO	1	DISCIPLINA	2	CENTRALIZACAO	3	REGIME_RIGIDO	4	REPRESSAO
F16	DITADURA	3	EXILIO	4	LUTA	1	CENSURA	5	FALTA_DE_DI
F17	HOMENAGEM	1	TRABALHO	4	RESPEITO	2	EPOCA	5	ASSOCIACAO
F18	DITADURA	1	CENSURA	4	EXILIO	5	REPRESSAO	2	RETROCESSO
F19	REPRESSAO	3	EXCLUSAO	5	GUERRA	2	CONFLITO	4	DESACORDO
F20	RESPEITO	3	PACIENCIA	4	MELHORIAS	5	EDUCACAO	1	SAUDE

Fonte: A autora.

Um cuidado importante a ser tomado no momento de transcrição das evocações é em relação aos espaços entre as palavras e uso de caracteres especiais. Os espaços entre as palavras devem ser padronizados, por meio do caractere “traço inferior” ou “subtraço” (*underline/underscore*,), para que, no momento da leitura dos dados, os programas possam fazer a contagem adequada de palavras. Fizemos, inicialmente, a retirada de acentos (agudo, circunflexo, til) e dos símbolos como cedilha, mas, percebemos que, para algumas palavras, a alteração poderia gerar equívocos na interpretação (Exemplo: avô, avó, avo), sendo outro ponto de atenção, para a pesquisadora e equipe. No manual elaborado por Camargo e Justo (2013), há orientações bastante objetivas, para a manipulação do IRaMuTeQ, e nos escritos de Oliveira, Marques, Gomes e Teixeira (2005) e Sá (1996), indicações, para as análises das evocações, nas pesquisas que utilizam a Abordagem Estrutural das Representações Sociais.

Para a leitura dos dados das evocações, utilizamos no IRaMuTeQ o recurso da “Análise de Matrizes”, que, segundo Camargo e Justo (2013), permite a contagem da frequência de palavras, a análise prototípica, e, ainda, a análise de similitude. Para a compreensão da organização e dinâmica de uma possível representação social de período militar, organizada em torno de um núcleo central e periferias, foi utilizada a Análise Prototípica das evocações.

Após a preparação dos corpora, fizemos a transposição dos arquivos em Excel, para o programa “*Open Office Calc*, do pacote *Libre Office*, que, assim como IRaMuTeQ, é de uso livre e gratuito. A exportação para um programa de uso livre permitia o salvamento no formato “*Comma-separated values*” (CSV), que garante o melhor funcionamento do *software*. Os arquivos foram exportados para o IRaMuTeQ, para iniciarmos a análise prototípica das evocações.

Os *softwares* de análise lexical, baseados em análises estatísticas vêm sendo amplamente utilizados, nas pesquisas em Representações Sociais com material textual (Bauer & Gaskell, 2008). Contudo, nenhum tipo de *software* pode realizar o trabalho de interpretação e integração: os cortes e as costuras, realizados pelo pesquisador. É o pesquisador ou pesquisadora, que, a partir dos objetivos do trabalho, define critérios, para o destaque e interpretação dos dados.

[...] a coleção de dados que se obtêm e se processam não são ainda a representação social – ela surge da costura que só o olhar do/a pesquisador/a pode fazer, numa perspectiva, como denominou Jodelet (2003), holística e integradora. Esta costura é a interpretação. (Arruda, 2005, p. 232).

Na tentativa de conhecermos a estrutura da possível RS, a partir das evocações livres, Sá (1996) orienta que consideremos, durante o tratamento dos dados, os critérios de importância, ou “saliência” (critério de frequência da palavra/léxico) e “ordem de evocação”, aparição ou lembrança dos termos. Os dois critérios possibilitam que a análise dos termos, a partir dos critérios de frequência e ordem, indiquem uma possível estrutura da RS e como a “reconstrução sociocognitiva dos objetos se constituíram” (Sá, Menandro e Naiff, 2013, p. 44), pois os elementos salientes,

evocados mais prontamente, são considerados “mais prototípicos”, pertencentes ao núcleo central da representação (Oliveira et al, 2005), indicando estarem mais próximos da consciência do respondente.

Temos, então, como critérios analíticos, a frequência e a ordem média de evocação dos termos. Segundo Oliveira et al (2005), Jean Claud Abric, propositor da Abordagem Estrutural das Representações Sociais, nos últimos trabalhos de pesquisa, criticava as análises que se baseavam na Ordem de Evocação ou aparição dos termos, defendendo o argumento de que, ao ranquear a importância de um termo, o sujeito aparece como ativo, pois, no momento da evocação livre, alguns mecanismos de defesa podem restringir a aparição imediata de elementos.

Em nossa pesquisa, tomamos a decisão metodológica de realizar as tarefas de evocação de palavras, e, em seguida, a tarefa de hierarquização dos termos evocados. No tratamento dos dados definimos que usaríamos o critério da Ordem Média de Importância (OMI), para a análise, apesar de também termos rodado os dados a partir da Ordem Média de Importância (OME), buscando comparar os resultados obtidos entre elas.

Para a análise das frequências mínimas exigidas, na preparação dos dados para a leitura do *software*, é necessário que se indique um valor de corte, para as frequências mínimas de aparição das palavras; assim, as que se encontram fora do ponto definido, são excluídas da contagem pelo programa. Sá, Menandro e Naiff (2013) trazem orientações, quanto aos critérios, para a escolha de limite de frequência, baseados em cálculos logarítmicos sobre frequências.

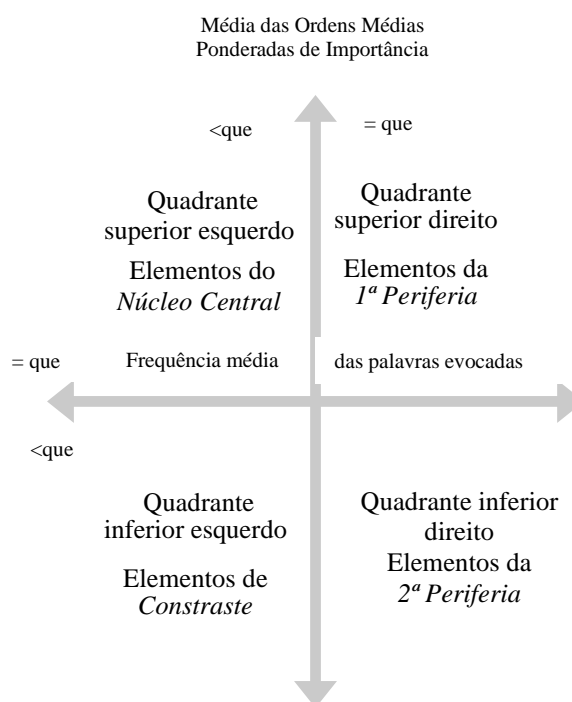
Assim, em nosso estudo, fizemos alguns testes usando diferentes pontos de corte, para a frequência mínima, chegando ao consenso do uso da frequência 5 e ordem média de 2.7, para a análise das evocações sobre período militar, e frequência

2 e ordem média de 2.5, para a análise das evocações sobre o melhor termo a ser utilizado, para definir o período.

Após o preparo do material a ser analisado, indicamos ao programa o tipo de análise que desejamos fazer, no caso deste trabalho, a Análise Prototípica. O produto de tal tipo de análise é o diagrama conhecido como “quadro de quatro casas”. A distribuição dos resultados, em quatro quadrantes, organizados por eixos, com a média das ordens médias de importância (eixo x) e a frequência média das palavras evocadas (eixo y), possibilita visualizar e compreender, a partir de cada quadrante, a configuração estrutural da representação social, a partir de possíveis elementos nucleares e periféricos (Oliveira et al, 2005; Sá, Menandro & Naiff, 2013).

A organização dos quadrantes nos fornece a visualização dos termos, que constituem o núcleo central e a periferia dessa RS, como representado na Figura 21.

Figura 21 – Modelo de Análise das Evocações através do Quadro de Quatro Casas



Fonte: reprodução do Modelo de Análise das Evocações através do Quadro de Quatro Casas (Oliveira et al, 2005; Sá, Menandro e Naiff, 2013, p.51).

A técnica de construção do Quadro de Quatro Casas permite a reordenação dos conteúdos evocados, organizados por ordem de importância e de evocação. Partindo das explicações de Oliveira et al (2005), Sá, Menandro e Naiff (2013), indicamos que a leitura dos quadrantes se inicia a partir do primeiro quadrante (superior esquerdo), em que estaria um possível núcleo central da representação social, por abrigar palavras com maior frequência e ordem de evocação próximas do 1 (prontamente evocadas no primeiro *ranking*).

No segundo quadrante, o superior direito, estariam as palavras pertencentes à primeira periferia da representação social, compostas por termos que tiveram alta frequência, porém, alta ordem média de evocação, o que significa que foram muito evocadas, mas, não de imediato. O terceiro quadrante (inferior esquerdo) abriga os elementos contrastantes, é, também, chamada de “zona de contraste”; nela estão termos pouco citados (baixa frequência), porém, com a ordem de evocação mais alta que a média, foram indicadas como importantes. Tal quadrante pode ser importante para a análise das representações sociais, por guardar elementos velados, dos quais os grupos sociais podem evitar falar diretamente, e ainda podem contrastar com os elementos do núcleo central. Inclusive, os elementos silenciados, mas que têm força sobre as representações sociais daquele grupo sobre o objeto. Podem indicar ainda a presença de um subgrupo (Sá, Menandro e Naiff, 2013).

O último quadrante, inferior direito, corresponde à segunda periferia das representações sociais, e contém as palavras que têm menor frequência e menor importância.

A partir da análise do quadro de quatro casas, visamos conhecer como está organizada a representação de período militar e dos termos escolhidos pelos respondentes sobre o período. Na análise via IRaMuTeQ, realizamos o cruzamento das evocações com as variáveis de faixa etária, gênero, escolaridade, classe, renda, orientação política, religião e região de coleta de dados.

Considerando que os elementos nucleares das RS são compostos pelas memórias coletivas do grupo social e que as periferias em torno do núcleo o sustentam e os tensionam, buscamos apresentar os resultados de tal etapa da pesquisa, a partir dos elementos que chamam a atenção para a identificação da existência de uma RS de período militar e como ela se organiza.

Visando verificar a conexidade entre os elementos do núcleo central, a relação entre eles, e deles com os elementos da periferia, empreendemos a Análise de similitude, a partir de um gráfico gerado pelo o IRaMuTeQ, para o referido tipo de análise. Segundo Camargo e Justo (2013b), a análise de similitude é um tipo análise textual baseada na Teoria dos Grafos, que permite a identificação da coocorrência das palavras selecionadas (o peso delas), e conexão entre os termos, indicando uma estrutura do conteúdo analisado. Para o nosso trabalho, fizemos a escolha de um gráfico em 3D, indicando a frequência mínima de cinco ocorrências. O modelo de representação gráfica apresentado mostra a organização das palavras em comunidades, que se encontram separadas em conjunto por cores, com ramificações indicando a ligação entre os termos (mais próximos e com ligações mais fortes e as mais distantes), com destaque para as palavras com maior peso, como será apresentado na seção de resultados e discussão.

De modo geral, a interpretação dos dados apresentados pretendeu articular elementos da Abordagem Psicossocial da Memória e da Teoria das Representações Sociais, em uma tentativa de costura e compreensão do fenômeno investigado.

A construção da metodologia se torna, nas representações sociais como na antropologia ou na história, um trabalho extremamente artesanal, que não se inicia nem acaba na coleta de dados, mas começa antes, nas condições de produção das representações, prossegue na sua interpretação e ainda provoca o pesquisador ao final da pesquisa com a incessante pergunta: E agora, José? (Arruda, 2002, p. 14).

4.4.2 O Estado atual da memória histórica e representações sociais do período militar em Belo Horizonte – MG

4.4.2.1 Apresentação dos Dados Sociodemográficos

Iniciaremos a apresentação dos dados, a partir do perfil sociodemográfico dos respondentes. Durante a descrição dos resultados, traremos conteúdos registrados nos diários de campo, por meio da observação dos aplicadores, a fim de agregar informações que julgamos pertinentes, para a compreensão das respostas, e para o cenário de aplicação.

O perfil dos respondentes se caracteriza por 150 sujeitos, sendo 50% do gênero feminino (75 mulheres) e 48% do gênero masculino (73 homens). Em relação à naturalidade, nossa intenção era conhecer o estado atual da memória e as RS dos moradores de Belo Horizonte, que residem ou transitam com frequência em logradouros públicos homenageados com nome de militantes de oposição à ditadura militar. Na coleta, identificamos que 57,33% dos respondentes eram belo-horizontinos (86 pessoas), e 36,67% eram mineiros, naturais de outros municípios de MG (55 pessoas). Apenas 4,67% eram oriundos de outros estados brasileiros variando entre os vindos do Sudeste (SP e ES) e Nordeste (BA, PI).

A idade dos respondentes variou dentro das faixas-etárias definidas a priori, conforme aponta a Tabela 8.

Tabela 8 – Perfil dos respondentes conforme a faixa etária

IDADE	Frequência	%
18 a 33 anos - JOVENS (Nascidos na Democracia)	49	32,67
34 a 55 anos - ADULTOS (Nascidos na Ditadura)	51	34,00
Acima de 56 anos - IDOSOS (Nascidos antes da Ditadura)	50	33,33
Total Geral	150	100

Fonte: a autora.

A distribuição de respondentes dentro de cada faixa-etária, foi uma variável controlada, na coleta de dados – como apontamos nos procedimentos metodológicos –, ao considerarmos, a partir dos estudos de Sá et al (2009), que, para os estudos que visem a atualização da memória social, a concepção de diferentes gerações é relevante. Considerando tal aspecto, a faixa etária de jovens (32,67%) ficou caracterizada por aqueles respondentes que nasceram no pós-ditadura, em regime democrático (“Nascidos na Democracia”), pós-ano 1985, quando se findaram os governos militares. Logo, são pessoas que não vivenciaram o período, provavelmente, tendo acesso ao tema via escolarização formal, ou no contato da memória oral, com pessoas que cresceram ou eram adultas no período, “vivendo-os por tabela”, como coloca Nora (1993).

Na faixa de adultos, temos a parcela daqueles que nasceram e cresceram durante o período ditatorial, desde o início do período (1964) até a distensão (1985). Assim, temos sujeitos que nasceram e cresceram ao longo dos 21 anos de regime político ditatorial, por isso, foram nomeados “Nascidos na Ditadura”, pois abarca quem, à época, era criança, adolescente e entrou no início da juventude. Embora tal grupo tenha crescido ao longo do período, alguns ainda estavam com idade tenra do período, podendo ter memória dos anos finais, e do clima do período, ou terem *flashes* de memória, compostas pelo conjunto do que podem ter vivenciado e pelo que ouviram sobre o período. Os que passaram a adolescência e se tornaram jovens, podem ter lembranças dos anos mais violentos da época (1970 em diante) e terem passado pelo período crítico de retenção de algumas memórias, como veremos também dentro da faixa de respondentes idosos, que abrange uma faixa etária ampla de variação de idade.

O grupo considerado “idoso” engloba pessoas com idade menor de 65 anos, mas se trata daqueles que eram adolescentes ou jovens adultos no período ditatorial. Os “Nascidos antes da Ditadura” podem ter tido experiências de vida na conjuntura, retendo fragmentos de memórias e opiniões sobre a época. Conforme aponta Mannhein (1982), a idade em que deles vivenciou o período (adolescência/juventude), era a idade crítica, ou o período sensível para a absorção e retenção de elementos

memorialísticos, que podem orientar os saberes e práticas deles em relação à ditadura.

A hipótese específica explorada por [Mannhein] se refere à existência de um 'período crítico' de maior retenção das experiências que se situaria na adolescência e nos primeiros anos da vida adulta, ou seja, enquanto tal estrato etário estivesse se constituindo como uma geração dotada de identidade e características próprias e únicas. (Sá et al, 2009, p. 251).

Há ainda a outra parcela, que se tornou adulta, e pode lembrar inclusive de nuances específicas da época, a depender dos grupos de pertença. Nos dados do diário de campo, observamos que muitos idosos trouxeram informações sobre o período, caracterizando-o como um tempo de muita ordem, segurança, com policiamento nas ruas, com horários restritos para chegarem a casa; que se tinha um clima de medo, e que muitos não sabiam o que estava acontecendo, de fato. Outros trouxeram lembranças de músicas e canções da época, com certo saudosismo, choraram, e remeteram-se àquele como um “tempo bom”, “não era a bagunça que é hoje”, “tinha mais respeito”, “as músicas eram de qualidade, não tinha palavrões”. Alguns respondentes inclusive narraram suas experiências de contato com algum colega de turma, ou vizinho, ou até de parentes que se envolveram na militância política organizada, relatando que “perderam o contato na época”, ou que tiveram que se afastar da pessoa, ou que a pessoa sumiu sem dar notícias, e sobre quem eram essas pessoas “muito envolvidas com as causas sociais”, “pessoa que não aceitava injustiça”, “muito caridosa”.

Nas questões relacionadas às lembranças sobre/do período, especificamente, poderemos ver os diferentes posicionamentos dos grupos etários, a partir das lembranças ativadas, assim como a relação dos participantes com os logradouros públicos em que residem ou transitam.

As lembranças e conhecimentos, que se expressam na construção das respostas, se refere ao nível de escolaridade dos participantes (Tabela 9), evidenciando, também, o acesso ao conhecimento formal, em diferentes níveis, o que

pode resultar também em diferentes posicionamentos em relação aos objetos investigados (período militar e as homenagens nos logradouros públicos). Conforme apontam os dados, o nível de escolaridade maior representado (71) são de respondentes que chegaram a cursar e concluir o ensino médio (47,33%). A outra maior frequência, (33,00%) corresponde aos que têm o ensino fundamental completo. A menor taxa dentre os níveis refere-se ao acesso ao ensino superior, sendo que apenas 14,00% atingiram tal grau escolar. Aqueles que disseram possuir especialização *lato sensu*, são mulheres, em cursos ligados, quase todos, à área da educação/pedagogia.

Tabela 9 – Nível de escolaridade

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Frequência	%
Ensino Básico (Fundamental I)	23	15,33
Ensino Fundamental	33	22,00
Ensino Médio	71	47,33
Ensino Superior	21	14,00
Analfabeto	01	0,67
Sem informação	01	0,67
Total Geral	150	100

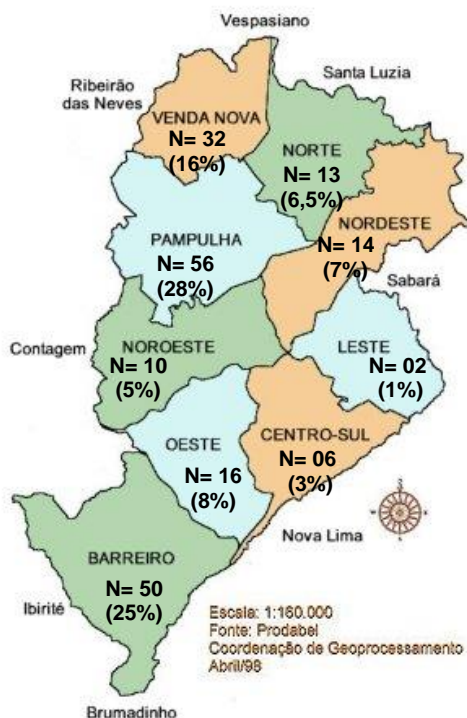
Fonte: a autora.

Nota: Os níveis conjugam em cada etapa, respondentes que possuem ensino básico (completo, incompleto e fundamental incompleto), fundamental (completo e ensino médio incompleto), médio (completo, ensino técnico e superior incompleto) e superior (completo e pós-graduação *lato e stricto sensu*). A tabela detalhada completa pode ser consultada no Apêndice D, da tese. Há também uma tabela que especifica a área de curso superior, técnico e de pós-graduação indicada pelos que estavam nesses níveis de escolarização.

Para auxiliar a compreensão de quem é o público acessado, retomamos a Figura 9 (reapresentada com Figura 22) e a Tabela 1 (reapresentada como tabela 10), e que foram, antes, citadas na Etapa 1 deste trabalho, fazendo referência às regiões em que realizamos a coleta de dados. Ressaltamos que duas regionais (Centro-sul e Pampulha) entre as nove regionais de Belo Horizonte concentram as classes econômicas mais altas, embora as demais regiões tenham alguns nichos de áreas consideradas mais “nobres”. O que notamos é que mesmo em regiões como a

Pampulha, os locais em que os logradouros se localizam, são as bordas do bairro, as bordas da cidade, afastadas do hipercentro, indicando simbolicamente onde também estão os marcos de memória, sendo que o público em torno deles, desconhecem as homenagens.

Figura 22 – Regionais de Belo Horizonte, Minas Gerais



Fonte: Reprodução do mapa da Prodabel referente às 09 regionais de BH, com o total de logradouros homenageados em cada uma delas.

Tabela 10 – Distribuição de logradouros públicos homenageados, por região em Belo Horizonte - MG
Tabela 10

Região de BH	Tipo de logradouro	Frequência	%
Barreiro	Ruas, Avenidas e praça (+ ruas)	50	25,00
Centro-Sul	Praças (+), ruas	6	3,00
Leste	Ruas	2	1,00
Nordeste	Ruas, avenida	14	7,00
Noroeste	Ruas	10	5,00
Norte	Ruas, praça	13	6,50
Oeste	Ruas, praça	16	8,00
Pampulha	Ruas, praça	56	28,00
Venda Nova	Ruas, praças, beco	32	16,00
Sem informação precisa	Rua	1	0,50
Total		200	100,00

Fonte: a autora.

Tratando da caracterização em termos de renda, solicitamos aos participantes que respondessem sobre a receita, tendo como base o valor do salário mínimo referente ao ano em que a coleta de dados foi realizada (2019), que correspondia ao valor de R\$998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

Tabela 11 – Faixa de renda indicada pelos respondentes com base no salário mínimo referente ao ano de 2019

RENDA	Frequência	%
Nenhuma renda	2	1,33
Até 1 salário mínimo (até R\$ 998,00)	21	14,00
1 a 3 salários mínimos (de R\$ 998,01 até R\$ 2.994,00)	58	38,67
3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.994,01 até R\$ 5.988,00)	31	20,67
6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.988,01 até R\$ 8.982,00)	8	5,33
9 a 12 salários mínimos (de R\$ 8.982,01 até R\$ 11.976,00)	4	2,67
12 a 15 salários mínimos (de R\$ 11.976,01 até R\$ 14.970,00)	2	1,33
Acima de 15 salários mínimos (mais de R\$ 14.970,01)	5	3,33
Prefiro Não informar	17	11,33
Não sei	2	1,33
Total Geral	150	100,00

Fonte: a autora.

Conforme as informações sobre os participantes vão se delineando, vemos que mais da metade dos respondentes se enquadra na população com baixa renda, somando 54,00%, se unirmos os que declararam não ter nenhuma renda (1,33%), aos que recebem até um salário mínimo (14,00%), aos que recebem de um a três salários mínimos (38,67%), o que se conecta às características das regiões, como citamos acima. Uma espécie de “classe C ascendente” (Esperandio, 2020), caracterizada por 20,67%, também aparece, sendo tal grupo bem característico no Brasil, nos últimos anos, estando em um limbo entre a classe baixa e a média. Percebe-se que 11,33% preferiram não informar a renda, o que pode envolver o constrangimento e o receio em informar os proventos, seja por serem muito altos, ou muito baixos, e até pela escolha em não fornecer o dado, por cuidado pessoal.

Além das categorias escolaridade, classe e renda, apresentamos também os dados referentes à raça, ressaltando mais um ponto caracterizador da população

investigada, a maioria negra (62%), somando o conjunto dos que se autodeclararam pardos (39,33%), e negros (22,67%). Em termos de frequência, 93 dos 150 respondentes se encaixam no citado recorte racial.

Tabela 12 – Autodeclaração de raça

RAÇA	Frequência	%
Branca	48	32,00
Parda	59	39,33
Preta/Negra	34	22,67
Amarela	3	2,00
Indígena	1	0,67
Outra	5	3,33
Total Geral	150	100,00

Fonte: a autora.

Nota: Na categoria outros estão: “mestiço, moreno; não defino, nós somos diferentes; qualquer uma.”

Em termos de orientação política, a população se destacou pela opção de não manifestarem a orientação política, com a justificativa de que “não têm orientação política” (46,00%), o que marca o perfil dos brasileiros, nos últimos três anos, que aderiram ao discurso da neutralidade diante da polarização política entre a esquerda e a direita brasileira, discussão ampliada nos achados de dados de Oliveira (2019).

Somando os que se disseram ser de centro (7,33%), centro esquerda (6,67%), ou centro direita (4,00%), temos um total de 18,00%; direita 20,67 e esquerda (6,67%).

Tabela 13 – Orientação Política

Orientação política	Frequência	%
Direita	31	20,67
Centro-direita	6	4,00
Centro	11	7,33
Centro-esquerda	10	6,67
Esquerda	15	10,00
Outra	6	4,00
Não tenho orientação política	69	46,00
Sem informação	2	1,33
Total Geral	150	100,00

Fonte: a autora.

Nota: Na opção “Outra” foram citadas as respostas: A favor do povo; Apolítica; Entende de política; Não tenho um lado; Nenhuma dessas; Variável.

Seguindo a caracterização dos participantes, consideramos ainda a variável religião, observando que, conforme o último censo (IBGE, 2010), o Brasil se caracteriza como um país majoritariamente cristão, sendo a maioria católica, e com crescimento relevante, os evangélicos. Nos últimos três anos, questões religiosas foram acionadas, como, por exemplo, no *slogan* para campanhas político-partidárias, como “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (Gazeta do Povo, 2018), tema da campanha de Jair Bolsonaro. Tal perspectiva também influenciou a formação de uma bancada evangélica no Governo, a “Bancada da Bíblia” (Hernandez, 2019), com grande influência e poder decisório, nas câmaras de vereadores, deputados e senadores, sendo o cristianismo uma das bases para a caracterização dos chamados “cidadãos de bem” (Petta, 2020), termo também bastante usado nos últimos três anos. Na caracterização dos nossos respondentes, vemos que 46,67% se declararam católicos e 30,00%, evangélicos.

Tal população, pobre, preta, de orientação cristã, indica não ter orientação política (46,00%), o que nos leva a compreender o que Motta (2016) aponta sobre a não identificação de parte da população com a política partidária, por acreditarem que é uma pauta que não cabe a eles, pela falta de entendimento, acesso e compreensão do papel popular na política. Motta (2016) reitera que, durante o período da ditadura militar no Brasil, “A exclusão política dos setores populares era e é um dos objetivos permanentes dos grupos dominantes” (p. 15), gerando um afastamento que contribuiu para o desinteresse de participação na vida pública, falta de mobilização para assuntos políticos, entendimento e acesso aos temas políticos, culturais e sociais, tornando a política um assunto distante e incompreensível, o que era um problema sistêmico em nossa cultura política, fruto da

. . . frágil identificação dos cidadãos com as instituições (em especial os partidos), o pouco apreço e a escassa participação nos espaços públicos. . .
. a baixa adesão/respeito as normas institucionais, percebidas como ilegítimas, e a busca de alternativas para driblar o sistema legal. Ressalta-se que a fraca participação popular na política institucional não significa ignorância, ao contrário, por vezes ela revela a percepção de que o universo

da "grande" política exclui os setores sociais subalternos. (Motta, 2016, p. 15).

O descrito apartamento mina a oportunidade de que a população mais pobre se engaje com a discussão política, exceto em alguns casos isolados, como os de líderes comunitários e militantes envolvidos em movimentos sociais, cujo o acesso, possibilitado pela inserção em outros grupos, os incentiva à participação. No trabalho de Montero (2006), vemos a relação entre participação social e compromisso, dois domínios que se retroalimentam para as possíveis transformações sociais. Logo, se a política é vista como algo que não nos pertence, ou que não temos domínio, o desejo de participação e o sentimento de autorização, para estar ali, é solapado.

Embora, na organização do instrumento, tenhamos decidido inserir as questões de identificação sociodemográficas, na última parte do questionário, visando diminuir o controle das respostas, que pudessem surgir, para garantir coerência e desejabilidade social, pareceu-nos interessante começarmos a apresentação dos resultados e discussão de tal etapa da pesquisa, por meio do supracitado ponto. A decisão por manter as informações como última parte do instrumento, também, se baseou em nossa consideração de que o fator escolaridade poderia afetar a percepção dos respondentes quanto à própria capacidade de resposta ao instrumento, que, por vezes, foi interpretado como um teste. Antes da aplicação, frisamos que nosso interesse era pelo que as pessoas se lembram e como se lembram, e que não se tratava de uma avaliação de respostas certas ou erradas.

No início da abordagem dos respondentes, escutamos justificativas de negação da participação, em que alguns diziam, “não sei nada sobre esse tema”; “não vou ter o que falar”; “minha cabeça é muito ruim de lembrança”; “tenho pouco estudo”; “já sou velho e não vou saber ajudar”; “peça para outra pessoa, alguém que já estudou”, e outros argumentos que beiravam um “pedido de desculpas”, por “não saberem responder direito”, dizendo que iriam se “esforçar”, para nos ajudar. As colocações listadas foram observadas, principalmente, nos bairros mais periféricos. Outra observação em relação aos respondentes, se relaciona àqueles com maior grau de escolaridade, e a alguns idosos, que demonstravam o conhecimento do tema, pela

vivência ou pela aquisição de conhecimento formal, e davam exemplos, contavam histórias, formulavam argumentos.

Diante da apresentação dos nossos participantes, podemos concluir que a população entrevistada se trata de um público de classe baixa (54,00%), negra (46,00%) e que se concentra em regiões marcada pela classe trabalhadora (Região do Barreiro 17,33% e Norte 14,67, como apresentaremos adiante⁵¹), com formação escolar expressiva no ensino médio (47,33%) compatível com a noção de que a conclusão do ensino médio pode garantir o acesso ao mundo do trabalho, por meio de emprego formal. Seria, então, uma formação voltada para o mundo do trabalho.

As classes baixas no Brasil, ou mais propriamente seu patamar socialmente inferior, ao qual estamos dando o nome provocativo de “ralé”, não possuem, muitas vezes, nem um nem outro tipo de aprendizado. . . . ainda que alguns pais estimulem os filhos a irem à escola, os motivos dessa escolha são “cognitivos”, da “boca para fora”, posto que a maior parte desses pais também não foi à escola ou não teve nenhuma experiência pessoal de sucesso escolar. Assim sendo, eles não “sabem”, de modo “emotivo” e por experiência própria, os benefícios da vida escolar. A presença desses dois elementos [autoconfiança e afeto] conjugados, que faltam à “ralé”, que permite às crianças de classe média o acesso às características emocionais e cognitivas que irão, mais tarde, separar aqueles que terão sucesso escolar e, conseqüentemente, sucesso no mercado de trabalho. A “renda” econômica que advém desse sucesso é, portanto, “efeito”, e não “causa” das diferenças entre as classes. (Souza et al, 2009, p. 46).

Considerando tais aspectos, podemos localizar o público acionado em nossa coleta de dados, socialmente caracterizado como “A ralé brasileira”. A partir do trabalho de Jessé de Souza e colaboradores (2009), expandimos a visão sobre os elementos da “ralé”, que, em um primeiro momento, pode ser identificada pela categoria classe, mas que, conforme os autores, partir apenas de tal categoria para a caracterização, seria uma perspectiva reducionista da conjuntura que envolve a população socialmente desigual. A base explicativa reduzida à classe é, para Souza et al (2009), uma explicação economicista, que diminui e invisibiliza outros abismos sociais, pois, haveria entre as classes a existência de heranças e valores imateriais, repassados pela família, escola e reproduzida pelas instituições, que justificam a

⁵¹ Vide Tabela 13.

exclusão pela questão da classe econômica, baseada na renda, mas que vai muito além da desigualdade de distribuição financeira.

O acesso a um capital cultural diferenciado, de afeto, cuidado, garante privilégios e um *modus operandis*, chamado por Souza et al (2009) de “*habitus*” retomando o conceito de Pierre Bourdieu. Logo, a mobilidade social e ascensão de membros das classes subalternas às altas camadas da sociedade, não garante a inclusão e a aceitação, pois, mesmo com condições financeiras “comuns”, a autoconfiança, a fluidez, o repertório mais que verbal, e o sentimento de pertencimento àquele contexto, os coloca em um lugar ambíguo, de privilégio, em alguns aspectos, e de inadequação, em outros.

Quando os respondentes nos dizem que temem não saber falar sobre o tema do questionário, ou quando ocorre o fato de policiais convidarem nossas aplicadoras a se retirarem de uma rua na periferia, em que estavam coletando, porque aquele era um local de tráfico de drogas e que ninguém ali saberia responder ao questionário, percebemos o quão forte é a construção social em torno do brasileiro da ralé. As categoriais sociais nos segregam, nos afastam e nos permitem acessos diferenciados ao conhecimento formal e à memória, inclusive. Souza et al (2009) ressaltam como o senso comum, enquanto um saber socialmente compartilhado, também sedimenta os afetos e a reprodução de práticas excludentes, pois, a ralé não rompe de forma abrupta com a condição de subalternidade. Obviamente, há questões estruturais, que impedem a transformação, contudo, o tensionamento dos saberes, que mantêm lugares de opressão e exclusão, devem ocorrer.

Ao retomar a caracterização do brasileiro por “*brasilidade*”, Souza et al (2009) alertam sobre a falsa noção e sentimento de unidade e igualdade existente entre nós, marcada também pelo “horror ao conflito” (p. 48). Assim, as noções de conciliação e acomodação, vistas nos aspectos da cultura política no Brasil (Motta, 2017), se justificam. Em uma crítica à expressão “jeitinho brasileiro”, usada por DaMatta (1986), por exemplo, os autores ressaltam que essa seria mais uma forma de invisibilizar

nossas diferenças, pois não somos todos iguais, e não estamos no mesmo barco, pois, para alguns, o jeitinho é aceitável, e, para outros, condenável. Assim, as questões de raça, escolarização, gênero e outras categorias sociais, além da renda, nos marcam enquanto cidadãos, com certos acessos individuais, acentuando a cisão entre sujeito e sociedade. A divisão marca, inclusive, a noção de meritocracia e de responsabilização do indivíduo, pelo acesso, sucesso e pertencimento.

Num contexto como o nosso, em que o “mito da brasilidade” duplica e potencializa a repressão de consensos injustos e a perpetuação de privilégios, o processo de aprendizado moral e político, tanto individual quanto coletivo, é dificultado a um nível máximo. Mas isso não significa uma condenação para a eternidade. Tudo que foi feito pelo homem pode ser desfeito por ele. Começar a perceber as contradições e os conflitos por baixo da superfície de harmonia e de unidade é sempre o melhor caminho para qualquer novo aprendizado. Precisamente contribuir para a explicitação de nossas contradições e conflitos reprimidos é o objetivo (Souza et al, 2009, p. 48).

Dizer que “não tem posicionamento político”, a retirada da participação na pesquisa, e a baixa adesão inicial dos respondentes, podem sinalizar temor diante do conflito, não apenas cognitivo, mas pessoal e social, frente a temas relacionados à política no Brasil. Como dizia o ditado popular: “política, religião e futebol, não se discute!” Ao analisarmos os registros, inclusive os do “não saber” ao “desconhecimento”, verificamos a força da crença que sustenta a cultura política e a identidade dos brasileiros (Motta, 2016) de que política não é um tema para todos, e que não deve ser discutida, ou ainda, que o “brasileiro não tem memória” sobre tal período.

Sobre a última colocação, na pesquisa realizada por Sá e colaboradores (2009), na qual investigaram a memória social dos cariocas sobre o “Regime Militar”, constatou-se que a “máxima autodepreciativa de que ‘o povo brasileiro não tem memória’” (Sá et al, 2009, p. 246) é equivocada, pois, de maneiras distintas, os respondentes do Rio de Janeiro, em estratos de diferentes faixas etárias se lembraram, assim como em nosso caso, tendo uma memória sobre o período, logo “não é verdade que o povo brasileiro não tenha memória.” (Sá, et al, 2009. p. 261). Tal crença limitante e depreciativa da identidade dos brasileiros pode servir para a manutenção do

esquecimento de aspectos históricos que, ao serem conhecidos pela população mais jovem, por exemplo, poderia, talvez, evitar a repetição de práticas violadoras de direitos humanos, como o caso das ditaduras militares.

A afirmativa “Aqueles que não conhecem a história estão fadados a repeti-la”, mencionada nas manifestações, eventos e publicações sobre memória e ditadura e que varia nos créditos sobre a autoria, defendida como uma afirmação cunhada pelo filósofo Edmund Burke (Bovo, 2019; Barbosa, 2017), ou por Karl Marx (Alves, 2013; Barbosa, 2017) e repetida e adaptada por Ernesto “Che” Guevara (Barbosa, 2017), que dizia: “Um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la”, tem peso nas sociedades, que passaram por graves violações de direitos humanos e por regimes autoritários e segregacionistas.

Rieff (2015) pontua que o esquecimento, embora entendido como o contrário do lembrar-se, é parte constituinte do fenômeno da memória, e, que em algumas sociedades, esquecer-se dos passados violentos pode ser uma defesa e estratégia coletiva de reestabelecimento da sociedade, como no caso do *Apartheid*, na África do Sul. Não seria um esquecimento no sentido do apagamento, mas de olhar para adiante, sem aprisionar-se ao passado.

No livro “Lete: arte e crítica do esquecimento”, Harald Weinrich (2001) retoma um mito grego sobre o par contrastante de deusas femininas: “*Letes*” e “*Mnemosyne*”. A primeira é da família da Noite (*Nyx*), marcada pela escuridão, filha de *Eris*, do grego, que traduzido em latim, seria “Discórdia” (Weinrich, 2001, p. 24). Por sua vez, *Mnemosyne* é a “deusa da memória e mãe das musas” (p. 24). No mito grego, Lete também dá nome a um rio, o rio do esquecimento, que leva na correnteza as lembranças dos mortos. O rio flui, o rio leva, carrega para longe, mas, ao lado de uma de suas fontes “borbulha ao mesmo tempo uma fonte de Menemosyne” (p.24).

Na interpretação desse mito a genealogia tem só um pequeno papel, pois “Lete” (*ele* ou *ela*) é sobretudo um nome de um rio do submundo, que confere esquecimento às almas dos mortos. Nessa imagem e campo de imagens o esquecimento está inteiramente mergulhado no elemento líquido das águas. Há um profundo sentido no simbolismo dessas águas mágicas. Em seu macio fluir desfazem-se os contornos duros da lembrança da realidade, e assim, são *liquidados* (Weinrich, 2001, p. 24, grifos do autor).

Na perspectiva Durkheimiana de Representações Coletivas, os mitos seriam componentes do imaginário social que auxiliavam a explicação e a compreensão do mundo. Enquanto isso, a Teoria das Representações Sociais, nas sociedades contemporâneas, são formas de saberes socialmente produzidos e compartilhados. São teorias do cotidiano, que tornam o desconhecido familiar (Jodelet, 2001). Em tal sentido, recorreremos ao mito do Lete, para demonstrar a relação, que indicamos ao longo deste texto, entre lembrar e esquecer, memória, silêncio e esquecimento. Será que ao olharmos o rio, veremos, ao fundo, a silhueta da lembrança? Ou balançando as águas encontraremos poços de memórias encobertas? Pautadas em tais questionamentos é que discutimos as lembranças dos moradores de Belo Horizonte sobre o “Período Militar” no Brasil, as características e os saberes construídos sobre o passado recente do país.

4.4.2.2 Apresentação e discussão dos dados da Parte 1 do questionário: os logradouros públicos homenageados e a relação da população entrevistada com as homenagens

Discorreremos, adiante, sobre os dados referentes às homenagens de batismo dos logradouros públicos de Belo Horizonte, com nomes de militantes políticos de oposição no período militar no Brasil (1964-1985), e a relação de tais pessoas com os logradouros quanto aos conhecimentos sobre o cenário em que foram produzidas e executadas as homenagens e sobre as informações referentes aos homenageados.

Conforme descrito, no item 4.4 desta tese, no capítulo metodológico referente à Etapa IV, foram aplicados 150 questionários em 20 logradouros públicos de BH, nas nove regionais do município. Tais locais foram escolhidos considerando a região, o tipo de logradouro (rua, avenida, praça, beco), a história de militância do

homenageado, e, em curso, a viabilidade de aplicação dos questionários naqueles locais, pois, em muitos deles, havia poucas casas na extensão do logradouro, pouco movimento de transeuntes, ou eram locais de difícil acesso e que ofereciam algum tipo de risco aos aplicadores.

De acordo com a Tabela 14, as regiões com maior número de respondentes foram a região do Barreiro (17,33%), e região Norte (14, 67%). As regiões em que conseguimos acessar menos participantes, foram a região Leste (4,67%), e a região da Pampulha (6,00%). Destacamos, outra vez, que as regiões do Barreiro e Norte são mais periféricas, com características de ruas mais movimentadas, lugares na cidade em que, provavelmente, se encontra a população com menor acesso ao capital cultural e político, devido à escolaridade e à renda, por exemplo, como discutimos anteriormente.

A região Leste foi identificada, em nosso estudo documental (Etapa 1), como a que tem o menor número de ruas objeto de homenagem (02), que são, exatamente, as ruas nas quais tentamos a realização da coleta de dados, mas se tratava de ruas como as especificadas, com poucos domicílios e pouco movimento de pessoas, embora tenhamos tentado coletar em dias e horários diferentes.

Como descrevemos, é uma região antiga de BH, com bairros antigos, e que, talvez, por isso, houve pouca possibilidade de homenagens ali, considerando que, em bairros novos, sem nomes oficiais nas ruas, seja mais viável a nomeação dos logradouros, e, portanto, a realização das homenagens. Na região da Pampulha, que, embora abrigue bairros novos, e a maior parte das homenagens identificadas 28,00% (56 logradouros homenageados), foi a que tivemos, também, mais dificuldades em acionar os participantes (6,00%). Em dois dos três locais aos quais fomos há muitos terrenos baldios, poucas moradias e circulação de pessoas. No terceiro logradouro escolhido, embora situado em um bairro movimentado, mais antigo, considerado de classe média, houve pouca adesão dos moradores e transeuntes, para a participação na pesquisa.

Tabela 14 – Distribuição do número de respondentes por região em BH

Região	Frequência	%
Barreiro	26	17,33
Centro-sul	19	12,67
Leste	7	4,67
Nordeste	17	11,33
Noroeste	13	8,67
Norte	22	14,67
Oeste	19	12,67
Pampulha	9	6,00
Venda Nova	18	12,00
Total	150	100,00

Fonte: a autora.

Nos logradouros selecionados, nos interessou saber quem residia naquele local, quem era transeunte frequente, por ali. Do total de 150 respondentes, 101 deles (67.33%) eram moradores dos logradouros selecionados, e os outros 27,33%, transeuntes, que circulam com frequência naquele local. Em resposta ao tempo de moradia ou circulação contínua no logradouro, 29,33% residem ou frequentam o local entre 20 e menos de 40 anos, 24,67%, a partir de 10 a 20 anos, e 20,67% há mais de 40 anos. Isso nos mostra que a faixa etária dos respondentes se justifica com o tempo de moradia (acima de 40 anos), no caso dos adultos (34,00%) e idosos (33,33%), e sinaliza, também, a possível identificação das pessoas com o logradouro e o bairro, por terem as histórias de vida construídas ali.

Tabela 15 – Tempo de moradia ou circulação nos logradouros públicos objeto de homenagem

Há quanto tempo você reside ou trabalha nessa rua/avenida?	Frequência	%
Menos de 1 ano	8	5,33
A partir de 1 e menos de 5 anos	17	11,33
A partir de 5 e menos de 10 anos	13	8,67
A partir de 10 e menos de 20 anos	37	24,67
A partir de 20 e menos de 40 anos	44	29,33
Acima de 40 anos	31	20,67
Total	150	100,00

Fonte: a autora.

Embora possa haver a identificação com o local, enquanto lugar de moradia e construção das histórias de vida, em relação à nomeação das ruas, a identificação com o homenageado, por exemplo, e o conhecimento de quem ele seja, é baixa. Independentemente do tema da homenagem, e de ser um nome de militante ou não, em nossa cultura, o conhecimento, sobre as homenagens na cidade, parece ser de acesso a um nicho muito específico da população, seja a acadêmica, que pesquisa o tema, ou daqueles que possuem conhecimento das artes, frequenta museus, exposições, e que possuem capital cultural suficiente, acerca do conhecimento de personalidade da história nacional e internacional (Bolognesi & Puntoni, 2012).

Em relação aos nomes de ruas, em específico, Dias (2012) reafirma que não é uma pauta com a qual os moradores e a população se ocupe, embora haja um enorme potencial de efeito de memória, e evidencie as disputas intergrupais, devido à manutenção de uma versão de memória, ali contemplada. Em nossa pesquisa, os respondentes disseram saber quem é a pessoa que dá nome à rua (80%), contudo, quando perguntamos sobre quem é essa pessoa, 82,00% disseram não saber quem era, e, em relação a se o logradouro tinha um antigo nome, 62,00% disseram não saber. Os 38,00% que afirmam saber, relatam os nomes que discutimos na Etapa 1 e II da pesquisa, que se trata de referências alfanuméricas ou a nomes populares, não oficiais, que alguns dos logradouros tinham. Os que disseram saber sobre o antigo nome (24%), desconhecem quem foi o homenageado no nome não oficial.

Percebemos que, na questão referente a quem nomeia as ruas (questão 2 – parte 1, conforme encontra-se nos Apêndices B e D), pode ter ocorrido um equívoco de formulação no enunciado da questão, que fez com que as pessoas entendessem que “quem dá nome a rua”, é algum funcionário da prefeitura, que vai ao local e fixa a placa, ou a prefeitura que decide quais nomes colocar, e não o homenageado em si. A percepção do possível erro foi possível porque alguns chegaram a verbalizar a resposta, junto com a afirmação de “sim” (conheço), registradas em nossos diários de campo. Fica aqui nossa observação que, mesmo tendo realizado testes pilotos, anteriores à aplicação do instrumento, ainda há elementos que nos escapam, e o próprio desconhecimento da população quanto ao processo de nomeação e de

homenagens pode também contribuir para a percepção apenas operacional da toponímia urbana.

Algumas questões, ainda quanto à nomeação ou renomeação da rua, envolve o caso dos nomes populares, não oficiais, que parece estar ligado à avaliação afetiva dos participantes sobre as “coisas boas” ou “coisas ruins”, que aconteceram com os atos de nomeação/renomeação. Em relação a tal pergunta, se existiram mais coisas boas ou ruins, o maior destaque (13,33%) se volta para as respostas que retratam “não saber” opinar (frequência 20), e, em segundo lugar, o destaque para as “coisas boas” (9,33%, F= 14). Das coisas boas mencionadas, estão as respostas que categorizamos como “Modernização/Melhorias”, pois, com a oficialização do nome do logradouro, obras de saneamento básico, pavimentação, sinalização de trânsito, iluminação, correção do código de endereçamento postal (CEP), aconteceram, trazendo, assim, melhorias para o cotidiano dos moradores. Assim, vemos que a atividade de nomeação oficial de logradouro é de grande importância, para a garantia de direitos básicos à população, principalmente, em bairros novos, em desenvolvimento, em ocupações, acelerando processos que podem ser morosos. Sem a legalização do logradouro público, a população é prejudicada, no que diz respeito ao direito à moradia e às políticas urbanas.

Quanto aos que fizeram referência às coisas consideradas negativas com a nomeação/renomeação, os respondentes reclamam da dificuldade de adaptação com o novo nome, seja pela grafia, ou por confundi-lo com o antigo nome, além da dificuldade encontrada, por eles, em relação aos Correios e às entregas de correspondências. Reclamaram, também, da ocupação gerada, por terem que modificar os dados cadastrais em empresas e companhias de fornecimento de energia, água, Internet. Mesmo que as ruas tivessem nomes não oficializados, elas acabam tendo placas improvisadas, colocadas, por eles mesmos, com o nome popular da rua, e pelo desconhecimento quanto à burocracia entre nome oficial e nome popular ou demarcação alfanumérica, eles ainda acabam fornecendo o nome que pensavam ser daquele logradouro público. Logo, a homenagem, que poderia ser algo “bem-visto”, talvez, passa a figurar como um incômodo, que “veio para atrapalhar

a vida dos moradores”, como ouvimos e relatamos nos diários de campo, pois, não há entendimento da ação, não se sabe os motivos, os processos envolvidos, o “por quê? E o para quê?” dos atos de homenagem.

Ainda assim, os 57 respondentes, que se adequavam para responder à questão, perguntados, se preferem o antigo nome ou o atual, 13,33% disseram que preferem o atual e 11,33%, o antigo. Os outros 11,33% disseram “não fazer diferença”. As justificativas para a escolha que envolve o nome atual se basearam novamente na categoria “Modernização e Melhorias”, enquanto que, para a negativa, a principal questão refere-se à “Dificuldade de adaptação e grafia do novo nome”, como: “nome difícil de falar”; “nome difícil de escrever”, “tem que ficar soletrando”; “nome feio”, “nome comprido”.

Antes de entrarmos na discussão sobre a oitava questão do questionário, que envolve uma intervenção realizada, por nós, no momento da aplicação, vamos citar as perguntas referentes ao conhecimento da população acerca dos atos de homenagem, e sobre a mobilização entorno disso. Do total de 150 respondentes, 83 ou 53,33%, alega que a comunidade desconhece a forma como a nomeação do logradouro foi realizada, não tendo nenhum tipo de acesso à informação sobre as homenagens, fixação de placas, e sem qualquer tipo de consulta, por parte da Prefeitura aos moradores. 45 deles (30,00%) diz não saber responder à questão. Apesar disso, 34,67% (F= 52) diz concordar com a forma com que as nomeações foram feitas, e, aí, consideramos que como a questão foi feita, posteriormente à nossa intervenção, que trazia informações sobre o homenageado, talvez, tenha tido um efeito para a resposta, embora, 33,33% (F=50) afirmaram, novamente, não saber responder à pergunta.

Dos 48 respondentes que disseram “não concordar” com a forma com a qual as nomeações foram feitas, 17, 33% (26) justificaram com respostas, incluídas na categoria, que indica que: “A comunidade deveria ser consultada e participar do processo decisório”. A outra categoria, com taxa de resposta um pouco maior que as demais (4,00%), indica que “Os moradores deveriam ser informados sobre o

homenageado/para conhecerem a história dele”. Outra reflexão imediata, por parte dos respondentes, que pode ter partido da intervenção realizada, que explanaremos a seguir.

Questionados sobre o conhecimento mais amplo das homenagens, perguntamos se conheciam outras ruas ou avenidas que homenageiam figuras políticas da época do período militar no Brasil. Assim, dos 150 respondentes, 91 responderam “Não”, que não conheciam (60,67%), e 59 (39,33%) disseram que “Sim”, que conheciam. Das figuras públicas citadas pelos que disseram conhecer, 31,03% citaram nomes de Presidentes do Brasil, anteriores ao Período Militar (1964-1985), tais como, Juscelino Kubistchek e Getúlio Vargas. 14,94% indicaram nomes de Presidentes do Período Militar (1964-1985), sendo os mais lembrados nas homenagens aos nomes de ruas, “Castello Branco” e “Costa e Silva”. 14,49% citaram nomes de homenageados que são políticos mineiros, tais como “Helena Greco”. 10,34% indicaram nomes de presidentes posteriores ao Período Militar (1964-1985), estando entre os citados, “Tancredo Neves”, e “Itamar Franco”. Em tal questão, os respondentes poderiam citar mais de um nome.

Apresentaremos, agora, a intervenção que realizamos na primeira etapa do questionário, e as respostas que se seguiram depois de tal momento.

Como descrito no capítulo metodológico, no referente à presente etapa da pesquisa (Item 4.4), o questionário constituiu-se de um instrumento único, dividido em três partes:

- a) a primeira, com informações sobre o conhecimento dos respondentes sobre os logradouros públicos homenageados, e sobre as homenagens;
- b) a segunda, com as tarefas de evocação livre e hierarquização das palavras, além das questões referentes ao estado atual da memória dos participantes sobre o período militar no Brasil;

- c) a última parte, tratava dos dados sociodemográficos, que caracterizam a população investigada.

Entre a primeira e a segunda parte do questionário, havia uma interrupção na dinâmica de perguntas e coleta das respostas, para realizarmos uma “pequena” intervenção, na qual trazíamos informações sobre quem era a pessoa homenageada, quando, então, líamos ou reproduzíamos como nossas palavras, baseadas no texto de biografia do homenageado, um pouco da história da pessoa que dava nome àquele logradouro público, apresentando-o(a), para o participante. A interrupção interventiva acontecia depois da sétima questão (que questionava a preferência pelo antigo ou novo nome do logradouro) e antes da oitava questão (que perguntava sobre as homenagens, e se o respondente considerava que tal tipo de ação tinha efeito na vida dos moradores do logradouro, e, posteriormente, uma próxima questão, perguntando sobre o efeito da ação, para a vida dos familiares do homenageado).

Além das listadas perguntas, ainda havia outras três questões (duas perguntando se a comunidade foi acionada e informada sobre os atos de homenagem e se concordavam com a forma com que foi realizada) e uma última, que buscava saber se conheciam outros logradouros públicos na cidade, que faziam homenagem a personalidades públicas do período militar no Brasil. Somente, então, passávamos para segunda parte do questionário, que se iniciava com a primeira tarefa de evocação livre sobre o “período militar”.

Para a realização da intervenção, uma caixa de texto sinalizava e chamava a atenção dos aplicadores, para que não se esquecessem de realizar, naquele momento, a interrupção das perguntas, para a apresentação das informações sobre o homenageado correspondente àquele logradouro em questão. Era usada uma folha separada, que continha um resumo da biografia e também uma fotografia do homenageado, que era mostrada. Posteriormente, dávamos prosseguimento à aplicação do instrumento.

Na maior parte dos casos, houve a expressão de alguma observação do participante, em relação às informações trazidas, e que registramos em nossos diários de campo: “Nossa! Como ele era novo”; “Nossa! Como era jovem, bonito, cheio de vida”. “Que história triste, morreu tão jovem, tão covardemente”; “Gente, eu nunca ia saber disso”; “Não sabia da história”; “Gostei de saber, conhecer”; “Agora que eu sei, vou contar para todo mundo”; “É bom a gente conhecer a história da pessoa”; “Nem sabia quem ele era... pessoa importante”; “Merece mesmo as homenagens”.

Alguns comportamentos foram, também, observados e registrados: algumas pessoas choraram ao ouvir as histórias, principalmente, os idosos; outros pediram para pegar a folha da biografia, ficar com uma cópia, ou para olhar mais de perto a fotografia; alguns tentaram reconhecer pela foto a pessoa, ou algum parente próximo do homenageado, que morasse na região; aconteceu um caso de uma idosa pegar o livro e abraçar, e fazer uma pequena prece pelo homenageado; outros conversaram por algum tempo conosco sobre o homenageado, e se indignaram por nunca terem escutado aquela história, ou conhecido a pessoa.

Aconteceram casos também de certa identificação com o homenageado (por ser morador da rua, bairro, região), como no caso do militante “Cecilio Emígdio Saturnino”, que, na juventude, morou com a família no logradouro homenageado e os moradores idosos que conheceram os familiares tentaram reconhecê-lo, sensibilizados com a história, indicando, inclusive, o local em que estaria a antiga casa e em no qual ainda residem familiares do ex-militante. No caso da Avenida Henfil, alguns respondentes também se surpreenderam com a carreira artística, em um caso, por exemplo, em que o respondente também era um jornalista/desenhista.

No momento da organização e análise dos dados, nos surgiram dúvidas e inquietações sobre o efeito das informações repassadas, por meio da intervenção, para a produção das respostas subsequentes a ela, considerando que poderíamos, talvez, ter provocado vieses nas respostas. Diante disso, nos questionamos sobre a viabilidade de ter apresentado a biografia ao final da aplicação e não durante, na

metade dela, principalmente perto do momento em que realizaríamos a tarefa de associação livre de palavras (TALP), embora cinco questões separem o momento da coleta das evocações. Oliveira et al (2005) reforçam que é aconselhável realizar a TALP antes de qualquer informação ou questão do instrumento, para reduzir o mínimo possível as interferências para a associação livre de palavras. Pensando nisso, dividimos o instrumento em etapas, e, em nosso caso, era preciso iniciar o assunto dos logradouros, como um aquecimento, antes de introduzirmos as questões sobre o conhecimento do tema, o que inclusive “espantava” alguns respondentes, pelo fato de considerarem não saber ou ter as informações para responder tais questões.

Retomando aspectos éticos e teóricos que nos levaram a realizar essa intervenção durante a aplicação, estão o nosso compromisso de acionar a população, não apenas para obter o conhecimento delas sobre determinados assuntos, mas de promover uma troca, considerando que não há pesquisa totalmente neutra, e que não deveríamos sair daquele contato, mantendo a falta de acesso ao conhecimento sobre o tema (que era uma hipótese que se confirmou), e sobre os homenageados, principalmente por se tratar de um assunto que envolve a violação de direitos humanos, e que a falta de conhecimento sobre, pode sustentar uma ideia de retorno ao período, por exemplo.

Embora possa haver questionamentos teóricos metodológicos diante dessa exposição e decisão, entendemos que ela também foi pensada, realizada e sustentada em perspectivas sócio-históricas e culturais, nas quais se pautam também as práticas de uma Psicologia Social Comunitária, sintetizada, principalmente no trabalho de Jodelet (2007).

Neste texto, Jodelet (2007) compartilha conosco a experiência interventiva, após a realização do trabalho sobre RS e Loucura (Jodelet, 2005). A pesquisa-intervenção em questão aconteceu em uma comunidade francesa, que acolhia os ditos doentes mentais, outrora hospitalizados, e que passariam a conviver com a comunidade local, em moradias compartilhadas, em uma espécie de mudança de paradigma da lógica hospitalocêntrica do asilamento dos loucos, para uma experiência antimanicomial,

considerando a importância da vivência em comunidade para os pacientes de transtornos mentais. Contudo, com os resultados do trabalho, que visava conhecer as RS sobre a loucura, por parte da comunidade, e da equipe de saúde envolvida no projeto, e analisar as práticas sociais das famílias, que recebiam os doentes mentais, Jodelet (2005; 2007) identificou disparidades entre o que era dito e o que era realizado, no cotidiano, com os loucos. Foram identificadas práticas que geravam exclusão social, a partir da exacerbação das diferenças entre os loucos e os “normais”, e que orientavam comportamentos como, por exemplo, o de separação de utensílios domésticos usados pelos loucos; lavagem separada das roupas; cuidados extremados com as secreções corporais dos doentes mentais, tais como saliva, suor, diante de saberes, que sustentavam a ideia de contágio.

A descrita percepção evidenciou a falta de informação que as famílias e que a comunidade local tinham em relação à saúde mental e aos cuidados efetivamente necessários para a vida cotidiana com os loucos. Diante de tal descoberta, Jodelet (2007) compartilha desapontamentos e reflexões, em relação ao campo de pesquisa, aos resultados obtidos, e das propostas de intervenção no contexto, pois, frente aos achados propiciados pelo estudo, não considerava eticamente correto sair e deixar a comunidade da forma como encontrou, contribuindo, assim, para a manutenção das práticas de violência e exclusão. Ante

A descoberta do abandono intelectual em que vivia a população . . . parecia importante apresentar os dados quantitativos e qualitativos obtidos, de sorte a permitir a conscientização tanto das faltas de informações de que padecia, das necessidades de formação que carecia, quanto do caráter insatisfatório de certos modos de interação que a comunidade havia adotado ou da persistência de certos modos de pensamentos obsoletos (como a crença de que a doença mental fosse contagiosa) (Jodelet, 2007, p. 47).

Em uma preparação anterior para a produção de nosso instrumento, fomos orientados pela pesquisadora Denise Jodelet a realizar algum tipo de intervenção com a população a ser acessada na pesquisa. Diante da hipótese de desconhecimento da população sobre as homenagens, e sobre certos aspectos do período militar, considerando inclusive a historicidade de acontecimentos da ditadura militar no Brasil, que favorecem o silêncio e o esquecimento sobre tal contexto, ocorreu a ideia de que,

talvez, fosse pertinente a realização de algum tipo de intervenção, quando, então, elaboramos o projeto de apresentar a biografia e a foto do homenageado aos participantes. Como reitera Jodelet (2007), para nós, também, ficou evidente que “Isto não significava ceder a ilusão de que informar e formar fossem suficientes para modificar o sistema simbólico” (p. 47), mas tornou-se um compromisso e um “projeto explícito e intencional de ação deliberada de mudança . . . a fim de favorecer a transformação” (Jodelet, 2007, p. 45).

Assim, o descrito projeto interventivo fomentou, então, nossa escolha pelos militantes homenageados, cujas biografias provocassem a reflexão dos participantes, em relação ao que ocorreu no país, nos anos de chumbo, como a prática de torturas, censura, prisões políticas, mortes, desaparecimentos, exílio, banimento, expurgos das universidades, retirada das liberdades individuais, entre outros aspectos da conjuntura ditatorial. Preparamos a equipe, para a realização da tarefa, produzindo, inclusive, a implicação deles com a história dos militantes, para que pudessem compartilhá-la de forma segura, com os participantes da pesquisa.

Os resultados registrados nos diários de campo, quanto à reação das pessoas diante da intervenção, também, reverberou efeito positivo em nós, coadunando, inclusive, com nossa história pessoal], em relação ao tema da ditadura. Nossa trajetória acadêmica com o tema é marcada pelas dimensões do silêncio e esquecimento, provocados diante de um projeto político de manutenção do desconhecimento de certas classes no Brasil.

O citado momento de reflexividade pós-coleta nos gerou maior receio, ao iniciarmos a tabulação dos dados, sobretudo, das análises das evocações livres, quando repensamos os cuidados metodológicos e a possibilidade de termos influenciado, de alguma forma, a emissão de alguns termos, e alguns tipos de tendência em respostas às questões posteriores a intervenção.

Contudo, diante de novas observações teóricas, vimos que o tempo de duração da intervenção foi breve (em torno de 05/10 minutos) e que a informação, por si só, não seria capaz de modificar uma possível representação social, tão rapidamente, considerando a estabilidade e a dinâmica de uma RS. Entendemos, contudo, que, sim, a intervenção poderia ter ativado elementos representacionais na estrutura da RS, gerando uma oscilação deles na organização da estrutura, conforme indica Wolter e Peixoto (no prelo), e, em tal sentido, não seria um equívoco, mas uma decisão.

Ao apresentarmos os dados da tarefa de evocação, voltaremos à discussão sobre a intervenção e as RS e os aspectos sociocognitivos ligados ao processo de ativação cognitiva. Evidenciar os descritos entraves e aparentes limitações da pesquisa nos parece necessário, considerando que estudos futuros, que possam se basear neste, possam prever ajustes na condução do projeto interventivo. No trabalho de Jodelet (2007), por exemplo, a intervenção mais diretiva foi pensada, posteriormente, à realização da pesquisa. Pensamos que, enquanto uma sugestão de estudos futuros, em relação ao nosso trabalho, seja útil verificar se de fato há interferência prejudicial ao compartilhamento e acionamento de informações, de forma a comprometer metodologicamente os resultados, e a RS, o que não parece ter sido nosso caso, principalmente, diante do objetivo da intervenção.

A seguir, apresentamos os resultados das respostas às questões posteriores ao momento da intervenção, quando podemos identificar uma possível reflexão diante do tema, e de, talvez, uma tomada de consciência da importância dos atos de homenagem, por exemplo.

Toda intervenção centrada na mudança da realidade social implica uma valorização dos saberes populares, a necessidade imprescindível de tomar em conta esses saberes na interação entre os pesquisadores e os grupos sociais. Também aparece a importância do trabalho sobre os saberes ingênuos, em termos de desideologização, de conscientização e de formulação de novas necessidades e identidades (Jodelet, 2007, p. 53).

Após a apresentação das biografias, a questão realizada versava sobre a consideração do respondente quanto à ação de nomear a rua, pois, havíamos

acabado de explicar que era um ato de homenagem pública, questionando, então, se o ato teria algum efeito para a vida dos moradores daquele logradouro. Dos 150 respondentes, 89 (59,33%) responderam que “Não”, o ato não teria efeito na vida dos moradores; 49 (32,67%) disseram que “Sim” e 12 (8,00%), disseram não saber.

Para os 49 respondentes que disseram “Sim”, que os atos tinham efeito para a vida dos moradores, as justificativas foram em relação ao reconhecimento da importância da homenagem/homenageado, por parte dos moradores (12,00%); quanto à importância e conhecimento/lembança, da memória e história (6,00%), trazendo um “novo sentido para a vida dos moradores” (4,00%). As respostas abertas foram categorizadas, em categorias para inclusão das respostas obtidas de forma aberta.

A outra questão subsequente era em relação ao efeito que a ação de nomear as ruas tinha para a vida dos familiares dos militantes. Assim, dos 150 respondentes, 120 (80,00%) disseram que “Sim”, há efeitos para os familiares, 18 (12,00%) disse que “Não”, e 12 (8,00%) responderam que não sabiam. As justificativas dadas para os que responderam que “Sim” indicam que é uma “forma de honra e reconhecimento” tanto para a família do militante quanto para a memória do homenageado (28,67%), e que, também, é uma “forma de lembrar e homenagear o militante” (26,67%). Os que responderam que “Não”, que não há efeitos, ressaltam que as homenagens póstumas podem trazer sofrimento para as famílias, que não são válidas porque deveriam terem sido feitas em vida, por exemplo. Alguns respondentes falavam até em tom de revolta e descontentamento, sobre a homenagem pós-morte.

4.4.2.3 Apresentação e discussão dos dados da Parte II do questionário: representações e memória social do período militar no Brasil (1964-1985), para os moradores de BH

Apresentaremos a seguir os dados referentes à segunda parte do questionário, composta por duas tarefas de evocação livre, e de questões mistas sobre o período militar, quando buscamos conhecer as representações sociais e estado atual da

memória dos respondentes sobre o período. A partir das tarefas de evocação livre, iniciamos nossa investigação sobre a possível representação social de “período militar” para o grupo de respondentes, identificando a organização cognitiva do pensamento do grupo (Sá, 1996), por meio dos elementos que constituem o provável núcleo central da representação e os elementos periféricos entorno dele.

Além da apresentação do quadro de quatro casas, que se refere a um esquema de organização prototípica dos elementos, daremos destaque às cognições, que fazem parte do núcleo central, por meio do recorte de variáveis tais como faixa etária, gênero, orientação política; além da apresentação dos elementos nucleares, presentes nas evocações dos respondentes ao escolherem o “melhor termo”, para definir o período, sendo nossa segunda tarefa de evocação no instrumento.

Seguindo a orientação de Abric citado por Oliveira et al (2005), sobre a organização dos termos evocados, tomamos a decisão metodológica de apresentação dos resultados obtidos a partir da análise da Ordem Média de Importância (OMI), utilizando a frequência de aparição 5. Embora, em nosso banco de dados, tenhamos, também, feito a análise, a partir da Ordem Média de Evocação (OME), seguimos a indicação dos autores, que consideram relevante as análises a partir do “rang de importância”, em detrimento do “rang de aparição” (p. 580), levando em conta a organização feita pelos próprios respondentes, durante a tarefa de hierarquização dos termos. Para os autores, o tempo que os respondentes precisam para a organização mental, reduz as defesas psíquicas, que podem estar presentes no momento imediato em que se evocou a determinadas palavras.

Apresentamos, a seguir, o quadro de quatro casas (Figura 23), indicando os elementos presentes no núcleo central e nas periferias da representação social de “período militar”, para os moradores dos logradouros públicos homenageados em BH. Posteriormente, destacamos os elementos nucleares e seguimos com a discussão sobre os saberes do grupo em estudo sobre o tema.

Figura 23 – Apresentação do Quadro de Quatro Casas

<= 2.78 Rangs > 2.78

Zone du noyau	Première périphérie
<p>TORTURA-30-2.6 DITADURA-22-2.6 RESPEITO-20-2.5 ORDEM-18-2.7 SEGURANCA-18-1.9 GUERRA-18-2.2 REPRESSAO-15-2.5 MORTE-15-2.5 POLICIA-11-1.9 EXERCITO-8-2.5 AUTORITARISMO-6-2.3 FALTA_DE_LIBERDADE-6-2.7 DISCIPLINA-6-2</p>	<p>CENSURA-19-3.6 VIOLENCIA-11-3.4 MEDO-10-3.7 MILITARISMO-8-3.4 OPRESSAO-7-3.6 SOFRIMENTO-7-2.9 PRISAO-7-3.6 PERSEGUICAO-6-2.8</p>
Elements contrastés	Seconde périphérie
<p>LUTA-5-1.8 FOME-5-2.4 REVOLTA-4-2.2 ESCRAVIDAO-4-2.5 GOLPE-4-1.5 ORGANIZACAO-3-1.7 DITADURA_MILITAR-3-1.3 AUTORIDADE-3-2.3 CONFUSAO-3-2.3 EDUCACAO-3-1 TANCREDO_NEVES-2-1 JOÃO_FIGUEIREDO-2-1 DESAPARECIMENTO-2-2 HORARIO-2-1.5 DESCASO-2-2 POLICIA_NA_RUA-2-1.5 GREVE-2-2 AGRESSAO-2-2.5 FALTA_DE_DIREITOS-2-2.5 BRIGA-2-1.5</p>	<p>RIGIDO-5-2.8 IMPOSICAO-5-3 REGIME_RIGIDO-4-3.2 INJUSTICA-4-4.2 CORRUPCAO-4-4 EXILIO-4-4.8 TRISTEZA-4-2.8 REGIME_MILITAR-3-3 REVOLUCAO-3-4 FAMILIA-3-3.7 FALTA_DE_DEMOCRACIA-3-3 LIBERDADE_DE_EXPRESSAO-3-4.3 TRABALHO-3-3.3 PROGRESSO-3-3.7 REGIME-3-3 RETROCESSO-2-3.5 DESAVENCAS-2-3 ODIO-2-3.5 COBRANCA-2-4 PRIVACAO-2-4.5 CONFLITO-2-3.5 ARMAS-2-3 PROIBICAO-2-4 COVARDIA-2-4 INJUSTO-2-3.5 BAGUNCA-2-4 TRANQUILIDADE-2-4 FALTA_DE_EXPRESSAO-2-3.5 PERSEGUICAO_POLITICA-2-4.5 LEI-2-3.5</p>

< 5.47 Fréquences >= 5.47

Fonte: Apresentação do quadro de quatro casas gerado a partir do *software* Iramuteq para apresentação dos elementos presentes no possível núcleo central (termos representados no primeiro quadrante superior esquerdo) e os elementos periféricos (representados no quadrante superior direito – 1ª periferia, e quadrante inferior direito - 2ª periferia, além dos elementos de contraste no quadrante inferior esquerdo), usando a ordem média de importância (OMI) e filtro para frequência de aparição a partir de 05 elementos.

No Quadro 2, apresentamos os elementos presentes no núcleo central da possível representação social de período militar, para os respondentes (N=143), sendo que sete, do total de 150 respondentes, não conseguiram evocar nenhum termo, diante da tarefa.

Quadro 2 – Elementos do possível núcleo central de “Período Militar”

Ordem Média de Importância n= 143
Tortura
Ditadura
Respeito
Ordem
Segurança
Guerra
Repressão
Morte
Polícia
Exército
Autoritarismo
Falta de liberdade
Disciplina

Fonte: a autora. Elementos do possível núcleo central da representação de “Período Militar” para os moradores de Belo Horizonte.

A partir dos elementos, podemos inferir que, no possível núcleo, encontramos elementos ambivalentes, em relação ao período militar; elementos que teriam aspecto negativo em relação as práticas realizadas, os comportamentos afetados e à conjuntura de um clima de guerra da ditadura (tortura, ditadura, guerra, morte, falta de liberdade). Outros, têm caráter considerados positivos, avaliativos, indicando o período marcado pelo respeito, ordem, segurança, disciplina. Os demais elementos presentes parecem auxiliar a caracterização do período, personificados na figura dos policiais, do exército e no autoritarismo imposto por tais instâncias (polícia, exército, autoritarismo), que podem tanto figurar como positivos, como negativos, a depender

do posicionamento do grupo, como vimos, também, na tarefa em que os próprios respondentes escolheram um termo que, para eles, melhor definia o período.

Com isso, a possível representação social do período militar, para os respondentes, se aproxima dos achados das pesquisas de Sá et al (2009); Wolter et al (2015), e Oliveira (2019), com variação entre os elementos do núcleo central e das periferias. Um de tais elementos, seria a censura, por exemplo, que, nos outros trabalhos, encontrava-se no NC e, no nosso, aparece na primeira periferia, embora, no NC tenhamos o elemento “falta de liberdade”, que pode condensar também os aspectos da censura, não apenas das artes, mas das liberdades individuais. A possível RS, com elementos variantes, pode nos indicar, também, a força da memória nacional, tida como oficial sobre o pensamento social dos grupos (principalmente do nosso, de classe baixa e com acesso médio à escolarização), o que sustenta a permanência de elementos, como “respeito, ordem, segurança, disciplina”. Por outro lado, elementos críticos como tortura, ditadura, guerra, repressão, morte, autoritarismo, falta de liberdade também aparecem, inclusive, com muita força e importância e podendo sinalizar a absorção de novas versões de memória sobre o período, que vêm sendo ao longo dos anos de transição, sendo incorporados à memória nacional, com divulgação na mídia, como por meio de filmes, documentários, biografias.

A coexistência de elementos também nos indica a dinamicidade de uma RS, e a relação com a historicidade e as temporalidades, em uma amalgama entre passado, presente e futuro. Wolter e Peixoto (no prelo) ressaltam que eventos e acontecimentos sociais afetam a cognição dos grupos em relação a um objeto representacional, sendo uma variação ocasional, ou situacional, em que os elementos passam a circular de maneira mais intensa, e os atores sociais acabam sendo pressionados, ou afetados, e, assim, pode-se mudar a implicação com o objeto.

Acreditamos que o acirramento das disputas políticas no Brasil, acentuadas desde 2013, acentuaram a polarização política, colocando em cena a exposição e a circulação de informações, discursos, saberes sobre o período militar no Brasil, como

mostramos na introdução de nosso trabalho, em épocas e acontecimentos específicos, como, por exemplo, em 2013, com as campanhas nas ruas contra o aumento de tarifas e a retomada dos termos “golpe”; em 2014, quando se deram os 50 anos do início do golpe militar; em 2016, durante o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff; em 2018, durante a campanha e candidatura do presidente Jair Bolsonaro.

Ao analisarmos os dados, consideramos tais aspectos, e retornamos à nossa reflexão quanto ao cuidado em pensar a influência da intervenção realizada por nós, ao trazemos informações sobre os homenageados e as histórias de militância no período. O retorno ao debate se deu ao verificarmos o elemento tortura como o primeiro e mais forte elemento aparecendo no núcleo central da representação, embora, no trabalho de Sá et al (2009), tal elemento também tenha aparecido como negativo em relação ao período, conforme a concepção do grupo de jovens, no recorte etário realizado. Também, no trabalho de Wolter et al (2015), o cognema tortura foi indicado como elemento presente na memória dos brasileiros sobre o período. Oliveira (2019), em trabalho recente sobre a memória e RS dos governos militares e a batalha dos grupos na disputa por versões de memória no ambiente virtual, identificou também a presença do citado elemento, que pode ser pensado, a partir da orientação política do grupo por ela analisado, como um elemento negativo em relação ao período, presente na memória das esquerdas, considerando uma prática de violação de direitos humanos, e “positiva” na memória das direitas, como prática utilizada para reprimir os opositores ao regime, considerados comunistas, a serem eliminados.

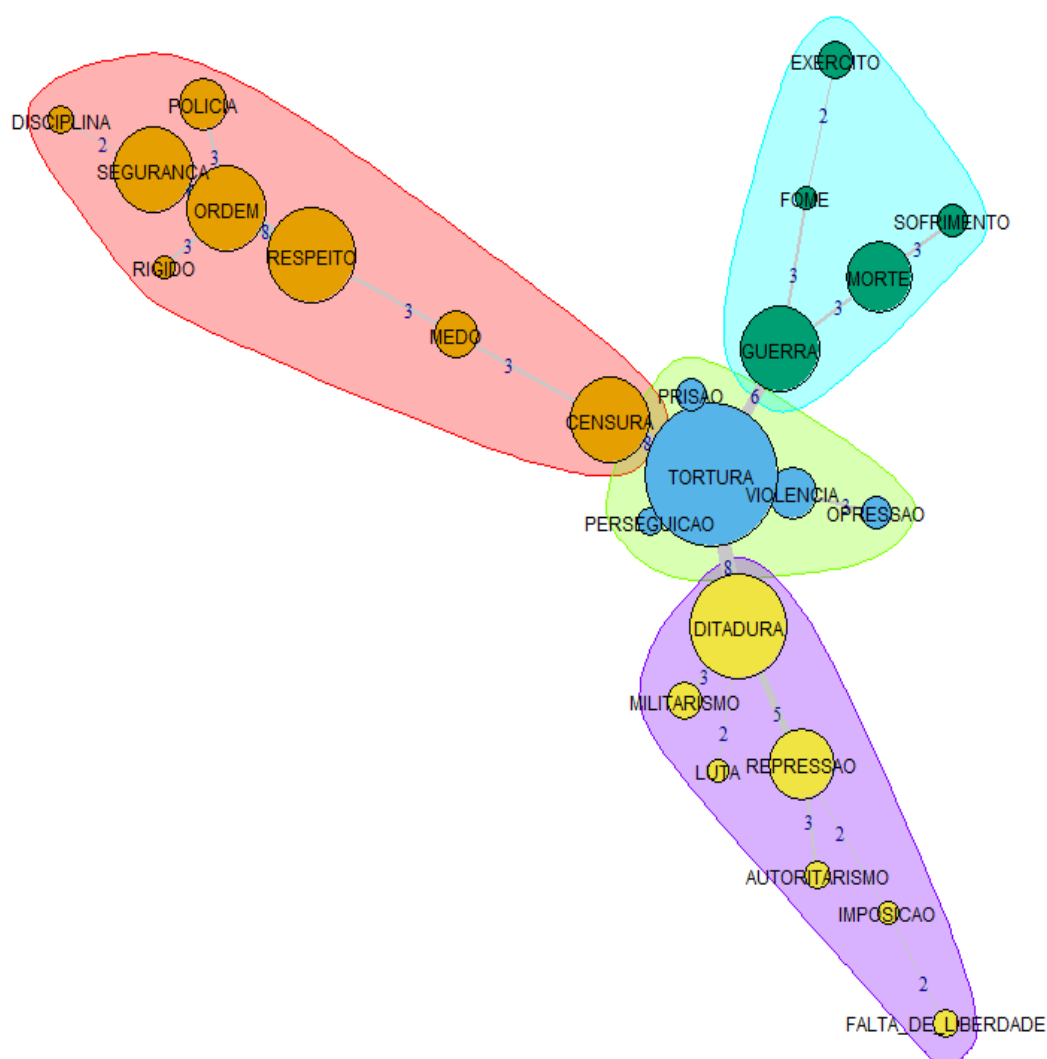
Assim, consideramos que as informações, fornecidas por meio das biografias dos militantes, e que faziam menção a vários dos elementos em estudo (tortura, ditadura, violência, repressão, polícia, morte, desaparecimento, entre outros), podem ter ativado cognições anteriores, que apareceram na evocação dos termos, entretanto, é apenas uma suposição que não parece comprometer os resultados finais, pois, como apresentado, é um elemento que despontou, também, no resultado de outros estudos, que não fizeram intervenções anteriores à tarefa de evocação livre. Wolter e Peixoto (no prelo) indicam a possibilidade de oscilação entre os elementos de uma

representação social, a partir de variações situacionais, que abrangem inclusive as situações de ativação de cognições.

No referido sentido, identificamos que a intervenção pode ter sido uma situação que contribuiu para alguma alteração no nível de implicação dos sujeitos com o objeto, ou pode ser apenas uma impressão, diante da análise da intervenção no contexto. Caso tenha ocorrido a influência, “a implicação pessoal é uma grande moderadora da dinâmica representacional . . . se uma pessoa se sente pessoalmente concernida, valoriza e sente que pode fazer algo em relação ao objeto, logo ela estará com nível de implicação pessoal alto” (Wolter & Peixoto, no prelo, pp. 11-12). Assim, são situações que podem acontecer, considerando a dinâmica das representações sociais, e que podem ter um efeito positivo em relação à implicação, com o objeto. Se tratando da importância da mobilização dos sujeitos no entorno da construção de lugares de memória sobre o período, a ativação parece ter sido válida, ao menos para a aquisição de novos conhecimentos e reflexões.

Visando verificar a conexão do elemento tortura com os demais elementos do núcleo central, empreendemos o recurso da análise de similitude no Iramuteq, a fim de verificar a aproximação ou distanciamento entre os elementos. Na Figura 24, apresentamos o gráfico, para a visualização da relação, no qual vemos certa coerência entre os elementos, sendo que a tortura está bem próxima, e conectada fortemente, à violência, à perseguição e à prisão, fazendo parte da mesma comunidade de elementos, e, também, ligada fortemente à ditadura, censura e guerra, que fazem parte de outras comunidades de elementos, cujos os componentes também apresentam coerência. Na comunidade de sentidos referente à guerra, vemos a associação com morte e sofrimento; no que se refere à ditadura, vemos a ligação com o elemento militarismo, evidenciando, talvez, a presença dos militares no poder, além da ligação com elementos tais como repressão e autoritarismo. Na comunidade ligada à censura, vemos componentes ambivalentes, como medo e respeito, mas o respeito ligado à ordem e à segurança.

Figura 24 – Gráfico da Análise de Similitude



Fonte: Gráfico da Análise de Similitude dos elementos centrais e periféricos da possível RS de “Período Militar” para os moradores de Belo Horizonte.

Considerando os diferentes grupos envolvidos na amostra, fizemos um filtro analítico, em relação aos elementos do NC, a partir das categorias: faixa etária, orientação política, escolaridade, renda e religião, sendo os estratos os que consideramos mais relevantes para mostrar alguns aspectos em relação à RS e à memória do período, para a população investigada.

As categorias faixa-etária e orientação política foram as que nos deram uma percepção de diferenças de intergrupais, a partir dos elementos positivos e negativos em relação ao período militar, conforme apontado nos Quadros 3 e 4.

Quadro 3 – Elementos do Núcleo Central da Representação Social de Período Militar

Faixa Etária		
18-33 (Jovens) N=	34-55 (Adultos)	Acima de 56 (Idosos)
Tortura	Respeito	Segurança
Ditadura	Ordem	<i>Exército</i>
Guerra	Guerra	Ordem
Violência	Repressão	Tortura
<i>Polícia</i>	Morte	
	Segurança	
	<i>Polícia</i>	
	Autoritarismo	

Fonte: a autora. Elementos do NC da RS de Período Militar, conforme a faixa-etária dos respondentes.

Para os jovens, que não eram nascidos durante o período militar, e que podem ter aprendido sobre ele, por meio da educação formal, da memória oral de grupos geracionais diferentes deles, e das informações divulgadas na mídia, livros didáticos, e demais suportes documentais (sendo, inclusive, a alfabetização digital necessária, para o consumo de informação virtual), os elementos que aparecem no NC são mais negativos, em relação ao período da ditadura, com termos como tortura, ditadura, guerra, violência e polícia, indicando o destaque para o clima violento, que gerou a violação de direitos humanos, durante o período. No trabalho de Sá et al (2009), elementos tais como guerra, ditadura, e mortes também aparecem no NC da representação de jovens do Rio de Janeiro, em relação ao “Regime Militar”. Os autores apontam que tal geração faz a denúncia e a crítica (p. 254) ao governo e ao aparato repressivo do Estado, assim como para os nossos respondentes.

Na faixa etária dos adultos, aparecem elementos ambivalentes, entre os positivos, como respeito, ordem, segurança, e os negativos, como guerra, repressão, morte, polícia e autoritarismo. Assim, a faixa dos adultos inclui aqueles que nasceram ao início da ditadura, e foram crescendo ao longo dele, as memórias podem ser marcadas

por uma mescla de lembranças, pela memória oficial, e pelo que ouviram falar sobre o período, caracterizando o período como uma época em que houve repressão, por parte da polícia, e um governo autoritário, porém, foi, também, um momento em que, diante do autoritarismo, havia respeito, ordem e segurança.

Em tal prisma, Almeida e Weis (1997) reiteram que as características “positivas”, que marcam o período militar no Brasil, pois, foram enaltecidas, inclusive, como bandeiras do período, a ordem, o respeito imposto e a ideia de grande segurança à população, em especial, diante da ameaça comunista. Nas escolas, eram ensinadas disciplinas como moral e cívica (Sá et al, 2009), que ensinavam até mesmo formas de se comportar, seguindo a ideia de ordem militar. A Doutrina de Segurança Nacional (Padrós, 2009), como uma das grandes empreitadas do governo militar, disseminava o sentimento de proteção aos cidadãos, como era amplamente repercutido, por parte de propagandas governamentais no rádio e televisão.

Assim, tais fatores, também, podem ter influenciado a construção da memória e da possível RS, para o grupo de idosos, que têm no NC elementos positivos em relação ao período, tais como segurança, exército e ordem. São componentes que nos parecem normativos em relação ao período. No trabalho de Sá et al (2009), a população idosa foi uma das que considerou que, durante o período em estudo, tiveram muitas coisas boas, entre elas, a segurança e a ordem.

Ainda no NC dos idosos, aparece o elemento tortura, que pode estar ligado tanto a um fator negativo em relação ao período, quando associado às violências perpetradas aos opositores, e que foram denunciadas durante e após o período e que os respondentes podem ter visto e ouvido falar sobre; assim como pode ser um fator “positivo” se coadunar com o fato de que as práticas existiram como forma de correção/punição em relação aos subversivos, considerados terroristas, pelo Estado.

Nos três recortes etários, vemos menção à polícia (jovens e adultos), e ao exército (idosos), podendo ser emblemática a figura dos militares nas ruas durante o período, na lembrança e conhecimento da população.

Outro cruzamento realizado refere-se ao do NC, com a orientação política dos participantes. No Quadro 4, vemos que os elementos relacionados aos respondentes, que se disseram de esquerda, correspondem a uma memória das esquerdas (Oliveira, 2019), em relação ao período, denunciando a prática de *torturas*, o *golpe* de estado, que instalou uma *ditadura*, sendo o *autoritarismo* uma das principais marcas. A maior porção dos respondentes foram os que disseram não ter orientação política, acionaram elementos normativos, embora ambivalentes, como *guerra*, *morte* e *repressão*, que seriam negativos em relação ao período, e outros considerados como positivos, tais como *ordem* e *segurança*. A mistura também pode indicar que os respondentes que dizem não ter orientação política podem estar mais alinhados a uma posição de centro. No caso da pesquisa, os elementos ligados à direita e à centro-direita também se misturam a *respeito* e *segurança*, e a *tortura* e *ditadura*.

Quadro 4 – Elementos do núcleo central e orientação política

Orientação Política			
Direita e centro-direita n= 34	Centro n= 21	Esquerda e Centro-Esquerda n= 25	Não tem Orientação Política n= 66
<i>Tortura</i>	<i>Ditadura</i>	<i>Tortura</i>	Guerra
Respeito	<i>Tortura</i>	Golpe	Ordem
Segurança		<i>Ditadura</i>	Segurança
<i>Ditadura</i>		Autoritarismo	Polícia
			Morte
			Repressão

Fonte: a autora. Elementos do NC da RS de Período Militar, conforme a orientação política declarada pelos respondentes.

Outra categoria interessante, em relação à organização dos elementos do núcleo central é a escolaridade, na qual aparece, talvez, a influência da escolarização, para a construção dos saberes sobre o período.

QUADRO 5 – ELEMENTOS DO NÚCLEO CENTRAL E ESCOLARIDADE

Escolaridade			
Baixa escolaridade n= 22	Escolaridade Fundamental n= 31	Escolaridade média n= 71	Escolaridade de nível superior n= 20
Ordem	Guerra	Tortura	Luta
	Segurança	Ditadura	
	Respeito	Guerra	
		Repressão	
		Morte	
		Respeito	
		Segurança	

Fonte: a autora. Elementos do NC da RS de Período Militar, conforme o nível de escolaridade dos respondentes.

No Quadro 5, vemos tal aspecto, em relação à quantidade de elementos evocados, com força, para compor o possível NC, se compararmos os de baixa escolaridade, com os escolaridade média, embora haja o contraste, também, entre os respondentes de nível superior. Os elementos presentes em cada recorte de escolaridade também podem indicar como o acesso ao conhecimento formal e à memória oficial difundida contribuiu, para a construção dos saberes da população. Os respondentes de baixa escolaridade tiveram destacado apenas o elemento positivo “Ordem”; os respondentes com ensino fundamental, também indicaram elementos positivos e normativos, como segurança e respeito, embora apareça o elemento crítico, avaliativo: guerra.

Os respondentes de escolaridade média trazem elementos de denúncia e crítica, em uma avaliação negativa de um período ditatorial com torturas, mortes e repressão e, também, elementos considerados positivos, como respeito e segurança, que podem também ser características marcantes do período, diante da guerra instalada. O acesso à escolarização, diante da educação formal e o contato com a memória oficial do período, disseminada nos materiais didáticos, pode ter contribuído para a confluência dos elementos.

Por fim, os respondentes com ensino superior, têm destacado um elemento crítico que é a “luta”, podendo indicá-la enquanto movimento de contestação, ou de embate entre os grupos sociais envolvidos.

O recorte, conforme a renda informada pelos participantes, também, mostrou consistência em relação aos posicionamentos dos respondentes. O acesso ao capital financeiro e à defesa de certos valores positivos, ao se referirem ao período, podem sustentar as concepções, conforme destacado no Quadro 6.

Quadro 6 – Elementos do núcleo central e renda

Renda		
Baixa renda n= 77	Renda média n= 38	Alta renda n= 10
<i>Segurança</i>	Tortura	<i>Segurança</i>
Ordem	<i>Segurança</i>	Censura
Tortura	Ordem	
Educação	Educação	
Patriotismo	Ditadura	
Progresso	Morte	

Fonte: a autora. Elementos do possível NC da RS de Período Militar, conforme a renda dos respondentes.

Nos três recortes, o elemento “segurança” aparece em destaque, como um dos primeiros termos evocados. Os respondentes parecem reproduzir o discurso oficial de que foi um período com muita segurança, reforçando o sentimento de que era uma época mais segura para se viver, inclusive, pelo policiamento nas ruas e devido aos horários guiados pela norma, por exemplo. Souza (2005) destaca que havia um projeto político de disseminação da ideia de insegurança, que justificava a perseguição aos pobres, os considerados criminosos e a esses terroristas (os militantes políticos de esquerda), sendo a segurança, um valor muito valorizado, como parte do regime político que tinha velhos e novos inimigos, a classe pobre, e os militantes políticos, considerados os novos subversivos.

Nos anos 80. . . as forças repressivas do Estado se dirigiram principalmente contra a classe operária. Pouco tempo depois, após uma verdadeira campanha de insegurança . . . as mesmas forças repressivas se deslocaram novamente, passando a perseguir, deter e, muitas vezes executar, os pobres envolvidos na baixa criminalidade. O exemplo estaria incompleto se não revelasse o grupo de guerrilheiros, os operários e os ‘novos perseguidos’ (Souza, 2005, p. 04).

Para os de classe baixa, o aspecto positivo ainda é acompanhado pelos elementos, ordem, educação e progresso, conjuntura na qual, o patriotismo, era também importante. Um elemento destoante do conjunto é a tortura, que pode estar presente, para caracterizar a prática, que acontecia com aqueles que se opunham ao governo, ou como um elemento que começa a se tornar presente na representação sobre o período, como realmente algo que aconteceu, podendo ter uma caracterização negativa, ou positiva.

Almeida e Weis (1997) e Motta (2017) reiteram a confluência dos sentimentos contrastantes de um período, que trazia, ao mesmo tempo, o sentimento de segurança e o de autoritarismo, era o país do “carro zero” e do “pau de arara”, onde aconteceram avanços econômicos, nos quais os valores nacionalistas foram amplamente valorizados, e o aumento da violência, por meio do aparato repressivo do Estado, em que a tortura foi institucionalizada. Tal contraste é marcante na memória oficial do período, e reproduzido pelo grupo, não só na divisão por renda, mas no quadro geral de análise do núcleo central de período miliar para o público respondente.

Os respondentes de renda média também trazem elementos contrastantes com caráter avaliativo negativo (torturas, ditadura, mortes) e positivo ou característico do período, como segurança, ordem e educação. Por sua vez, os respondentes de renda alta, tiveram destacados os elementos segurança e censura. A recuperação do item censura pode se ligar ao conhecimento artístico e cultural que a classe alta parece possuir, lembrando, talvez, da censura aos artistas, a peças de teatros, a canções...

Por fim, no Quadro 7, apresentamos a organização, que se refere aos possíveis elementos centrais, a partir da categoria religião, para demonstrar a forma com que

eles parecem condizer com os valores relacionados a cada grupo religioso. Destacamos a porção evangélica, na qual os elementos positivos em relação ao um governo, que garantia ordem e respeito, se contrasta com o elemento guerra. Para os agnósticos, por sua vez, fica destacado o elemento de denúncia, a tortura. Para os católicos, podemos ver o que também se relaciona com a participação de religiosos católicos durante o período da ditadura, tanto aqueles progressistas, que deram suporte e apoio aos militantes políticos e fizeram oposição ao governo, e, aqui, destacamos os elementos ditadura e guerra, quanto aos que se identificavam com valores que ampararam as Marchas das Famílias com Deus pela Liberdade, valorizando a segurança e a disciplina.

Quadro 7 – Elementos do núcleo central e religião

Religião			
Católicos n= 67	Evangélicos n= 44	Espíritas n= 10	Não tem religião (Agnósticos) n= 12
Ditadura	<i>Ordem</i>	<i>Ordem</i>	Tortura
<i>Guerra</i>	<i>Guerra</i>		
Segurança	Respeito		
Luta			
Disciplina			

Fonte: a autora. Elementos do possível NC da RS de Período Militar, conforme a religião dos respondentes.

Diante dos dados apresentados, queremos reafirmar, aqui, a dinamicidade dos elementos, que compõe as representações sociais, e frisar que não se trata de representações diferentes, pois estamos tratando do mesmo conjunto de respondentes, contudo, conforme as categorias foram filtradas, vemos que os elementos presentes no núcleo central podem se organizar, em termos de importância, de maneiras variadas, caracterizando os grupos.

A seguir, apresentaremos o quadro com os elementos do possível núcleo central das RS, a partir do termo considerado mais adequado pelos respondentes, para nomear/caracterizar o período. Tal medida foi nossa segunda tarefa de evocação livre e constituiu-se como um teste, para verificarmos a relevância da escolha de um termo,

para especificar o período, e como ela variava, de acordo com o posicionamento dos grupos.

Antes de iniciarmos a segunda tarefa de evocação livre e o pedido de hierarquização das palavras, por ordem de importância, realizamos uma questão de múltipla escolha, na qual o respondente escolhia entre sete termos (ditadura civil-militar, ditadura militar, golpe militar, governo militar, período militar, regime militar e revolução militar) o que considerava mais relevante para caracterizar o período militar no Brasil, que foi o termo escolhido e utilizado, por nós, para definir o período no instrumento, tendo sido referente a ele a primeira tarefa de evocação, conforme apresentamos anteriormente. Além dos termos oferecidos como opção, o participante ainda podia optar pela alternativa “não faz diferença” ou “não sei”.

Os termos selecionados para compor a questão foram pensados a partir das discussões teóricas sobre o uso deles, tendo sido a discussão um dilema histórico, mas que serve como balizador, para identificar o posicionamento dos grupos sociais, em relação à compreensão do que ocorreu durante o período, inclusive em relação às datas (início e fim da ditadura) (Reis, Ridente & Motta, 2014; Monteiro, 2016; Sá et al, 2009).

Na Tabela 16, vemos que o termo mais indicado foi “Ditadura Militar” (26%). Em segundo lugar, aparece o termo “Regime Militar” (22,67%), e, em terceiro, “Governo Militar”, com 16,67%. Como pontuamos em nosso trabalho, o uso de termos distintos, embora possam parecer aleatórios e até neutros, indicaram o posicionamento grupal e ideológico em relação aos acontecimentos do período, evidenciando as práticas de violência, ou destacando o tipo de governo, ou denunciando o golpe de estado, ou ainda, reconhecendo-o como uma revolução. No trabalho de Sá et al (2009), o termo indutor utilizado para conhecer a RS da população carioca, foi “Regime Militar”, ao considerarem que “ditadura” pudesse ser um termo que figurasse o núcleo central da RS, indicando certo posicionamento dos respondentes sobre o que ocorreu no Brasil.

Nós, diante do acirramento da polarização política e do retorno do uso de termos, tais como golpe, ditadura, revolução militar, consideramos usar um termo que tentasse, talvez, ser menos conclusivo, optando pela expressão “período militar”. Vimos, por meio da análise dos elementos NC, da primeira tarefa de evocação, com o termo “período militar”, a aparição de expressões como “Ditadura”.

Tabela 16 – Questão 13 do questionário aplicado, sobre o termo que melhor representa o período
Quais desses nomes melhor representa, para você,

esse momento histórico?	Frequência	%
Ditadura civil-militar	3	2,00
Ditadura militar	39	26,00
Golpe militar	19	12,67
Governo militar	25	16,67
Não faz diferença	1	0,67
Período militar	17	11,33
Regime militar	34	22,67
Revolução militar	7	4,67
Não sabe	5	3,33
Total Geral	150	100,00

Fonte: a autora.

Ao realizarmos a segunda tarefa de evocação, utilizamos o termo escolhido pelo respondente, para indagá-los: “Agora, eu gostaria que você me dissesse cinco palavras ou expressões que vêm logo à lembrança quando eu falo: _____? (Usar o termo que a pessoa escolheu)”.

A organização dos elementos, a partir da escolha do termo, se mostraram coerentes com os significados de cada expressão, conforme vemos no Quadro 8.

Quadro 8 – Melhor termo para definir o período militar

Melhor termo para definir o período			
Ditadura Militar n= 37	Regime Militar n= 29	Governo Militar n= 25	Golpe Militar n= 18
Tortura	Respeito	Ordem	Tortura
Polícia	Disciplina	Respeito	Autoritarismo
Opressão	Segurança	Segurança	

Fonte: a autora. Termos mais escolhidos e a organizações dos elementos do núcleo central da RS a partir do uso deles.

Inicialmente, pensávamos que a questão dos termos era um “problema”, para os estudiosos da área, que poderiam procurar a “melhor” expressão para se referir ao período, de acordo, também, com a concepção ideológica. Nos casos em que havia necessidade de certa “neutralidade” em relação à discussão do tema, pairava a dúvida quanto à melhor definição.

Hipoteticamente, considerávamos que, para a população, em geral, as distinções não faziam diferença, contudo, observamos que elas foram reveladoras do posicionamento dos grupos, com todas as características de classe (renda), escolarização, religião, faixa-etária, sendo coerente com a concepção do que significa cada uma das nomeações para o período. Assim, nossa consideração do termo “período” como “neutro” parece ter certo sentido, pois, na tarefa que buscava a possível RS, por meio do termo, vemos componentes nucleares mistos (positivos e negativos), na construção de saberes do grupo em estudo. Contudo, ao escolherem o termo de preferência, vemos a coerência entre os elementos evocados, revelando a memória e a força das pertencas sociais à identidade dos grupos.

Na organização referente à Ditadura Militar, apareceram os elementos que, de fato, podem definir a existência de uma ditadura no país, denunciando a tortura, a presença da polícia, e a opressão. Em Regime Militar, destacam-se os elementos que positivam e caracterizam a imposição de um regime de base militar (respeito, disciplina e segurança), o que, também, se reproduz na organização dos elementos de Governo Militar (ordem, respeito e segurança). E, em “Golpe Militar”, elementos avaliativos, que denunciam a tortura e o autoritarismo.

Para a compreensão da construção dos saberes do grupo de moradores de BH sobre o período militar, nos interessava saber as formas de acesso a informações sobre o tema, assim como nos trabalhos de Sá, Menandro e Naiff (2013), e Oliveira (2019). Na citada questão fechada, com 15 opções de resposta, o participante poderia optar por mais de uma, e as que mais se destacaram foram as formas de acesso, por meio da escola (69,33%), televisão (68,00%), jornais e revistas (52,67%), e as obtidas por meio das informações repassadas oralmente pela família/familiares (52,67%). Em relação aos tempos modernos e à busca de informações via Internet, 46,00% indicaram tal meio para se informar, embora o acesso por meio da escola, livros (49,33%) e a mídia televisiva e impressa tenham sido maiores, abarcando, talvez, a soma da população adulta e idosa, em detrimento dos jovens.

O acesso à informação, por meio dos canais citados, reforça a discussão feita anteriormente de ser uma possível representação social pautada em elementos da memória oficial do período (disseminadas na formação escolar, por meio dos livros didáticos, às vezes, pela mídia, que aí apresenta papel ambíguo, a depender da intenção da divulgação, mesclada com aspectos críticos e de denúncia dos acontecimentos conjunturais – que, também, pode acontecer com uma formação escolar mais crítica, o acesso a informações variadas, por meio da Internet, por exemplo, de alguns livros, como os biográficos, ou pela experiência vivida de algum familiar, ou membro de algum grupo de pertença). É interessante notar, ainda, que a tradição oral de contar a quem não viveu o que se sabe sobre o período, também, é revelada, assim como Pollak (1992) salienta, existe um enquadramento da memória, a partir da forma como é oficializada, contada e solidificada no social.

Embora haja a aproximação descrita de alguns elementos com uma memória oficial, há mescla com elementos que negativam o período e indicam crítica em relação aos acontecimentos. Dando continuidade às questões presentes no questionário, vemos que os elementos que apareceram na possível representação de período militar, se conectam às demais respostas dadas durante a aplicação do questionário, mostrando, talvez, a consistência de tal saber. Na questão em que indagamos sobre o que marcou o período militar, a com maior frequência foi a que define o “Golpe Militar” como evento que marca o período (20,21%); seguido do reconhecimento da existência de uma “Crise política, econômica e social” (18,82%); e, diante disso, o imperativo da “Luta pela família, ordem e bons costumes” (17,42%). Em tal opção, os respondentes poderiam escolher mais de uma alternativa para a resposta.

Ao perguntarmos por que ocorreu o período militar no Brasil, diante das opções apresentadas, as que os respondentes mais indicaram foi que o período militar ocorreu “Para impedir o avanço do comunismo no Brasil” (12,83%), “Para que o país mantivesse a ordem e os bons costumes” (12,57%), “Para acabar com a baderna” (12,04%) e “Para que acontecesse reformas políticas, econômicas e sociais” (11,52%). Tais afirmações sedimentam as opiniões anteriores, justificando, com elementos da memória oficial, que o país precisava de uma intervenção diante do inimigo (Motta, 2002), os comunistas, trazendo ordem frente a um possível caos e que ameaçava as regras morais, e que poderia corromper instituições como a família tradicional brasileira. Inclui-se, aqui, os comportamentos considerados desviantes, abarcando outros grupos excluídos e perseguidos (população LGBT, artistas, professores universitários de algumas áreas, os pobres) (Souza, 2005; Motta, 2002; Green, 2014).

Seguindo a mesma linha de lembranças sobre o início do período e sobre os atores envolvidos, questionamos sobre como as pessoas que se opunham e lutavam contra o Governo Militar eram chamadas naquela época. “Comunistas”, foi o termo escolhido, com 21,14%; seguido de “Terroristas” (11,43%) e “Subversivos” (10,86%), sendo que as porcentagens parecem baixas, mas cada respondente poderia indicar mais de uma opção, totalizando 350 respostas. Logo, vemos que a construção de uma

representação do militante político de oposição, sustenta, ainda hoje, o afastamento do conhecimento da versão de memória dos atores, mal vistos pela sociedade. Assim, a tentativa de positivação da imagem, por meio de projetos como o “Rua Viva”, por exemplo, de homenagear os militantes, pode se enquadrar na tentativa de desconstrução da imagem propagada na memória nacional.

Quando questionamos os participantes, se conheceram ou conheciam algum militante político de esquerda que fez oposição ao Governo Militar, 57,33% disseram que “Não”. 42,00%, disseram que “sim” e citaram, como principais nomes, personalidades do cenário brasileiro, que parecem ser objetivados na memória nacional, por meio de protótipos: Dilma Rousseff, Lula, Caetano Veloso e Chico Buarque, sendo os mais citados. Na referida questão, as lembranças nos mostram a relação com a temporalidade quanto ao fenômeno, em uma relação entre passado e presente; além de indicar a influência da mídia, e o retorno ao tema, ativando memórias do período, e trazendo à tona certas biografias, como nos casos dos julgamentos atuais dos ex-presidentes, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Tabela 17 – Questão 24 do questionário, sobre o que foi mais marcante no período militar (1964-1985)

24. O que é mais marcante nesse período?	Frequência	%
Censura	57	16,72
Torturas	81	23,75
Desaparecimento de pessoas	70	20,53
Morte de Marighela	13	3,81
Guerrilha do Araguaia	7	2,05
Passeatas, greves e movimentos de rua	36	10,56
Avanços econômicos	11	3,23
Derrota do comunismo	5	1,47
Diminuição das “badernas” nas ruas	23	6,74
Aumento da ordem e segurança	27	7,92
Não houve aumento da violência e da repressão nesse período	11	3,23
Total Geral	341	100,00

Fonte: a autora.

A tortura, como uma marca do período, também foi lembrada, na questão em que perguntamos se o respondente conhecia ou tinha ouvido falar sobre alguma prática de tortura utilizada contra os opositores ao regime e que, às vezes, poderia ser utilizada até os dias atuais (Tabela 18). Como resposta, 59,33% disseram que “sim” e, dentre as práticas citadas na questão aberta sobre quais seriam as práticas, foram citadas: “choque elétrico” (17,09%), “pau de arara” (15,98%), “espancamento” (10,26%), “asfixia/Sufocamento/Saco da verdade” (8,55%).

Tabela 18 – Lembranças e conhecimento sobre as práticas de tortura utilizadas contra os opositores

25. Você se lembra ou já ouviu falar no nome de alguma técnica ou prática de tortura (utilizada naquele período e/ou usada ainda hoje)

	Frequência	%
Isso não aconteceu	4	2,67
Não me lembro	38	25,33
Não sei	17	11,33
Sim	89	59,33
Sem informação	2	1,33
Total Geral	150	100

Fonte: a autora.

Uma questão feita no trabalho organizado por Sá, Menandro e Naiff (2013), no estudo sobre a memória dos brasileiros nos “Anos Dourados”, e replicada, aqui, trata-se do acionamento da lembrança dos respondentes sobre os presidentes militares do período militar. Entre as respostas, 97 dos 150 respondentes (64,67%) disseram que “sim”, que se lembravam, mas, entre os presidentes citados, foram incluídos também presidentes anteriores (Getúlio Vargas, JK) e posteriores ao período militar (Tancredo Neves, Lula, Dilma, Bolsonaro). Dos presidentes militares, os mais lembrados foram “João Batista Figueiredo” (citado 31 vezes); “Ernesto Geisel” (citado 27 vezes); “Castello Branco” – (citado 23 vezes); e “Costa e Silva” (16 vezes). João Figueiredo foi o último presidente militar, antes da abertura política, então, talvez, o nome esteja mais atual na memória nacional.

Na escala que aplicamos, buscando identificar o quanto de apoio da sociedade teve o governo, o extremo 1 da escala representava nenhum apoio, e o 7 estaria mais próximo do total apoio da sociedade ao regime, tal qual demonstrado na Tabela 19.

Tabela 19 – Resultado da escala de sondagem sobre o apoio ao governo militar

Em que medida a população brasileira em geral daquela época apoiava o governo militar?	Frequência	%
Ninguém apoiava	11	7,33
Uma pequena minoria	6	4,00
A minoria apoiava	25	16,67
Metade apoiava	33	22,00
A maioria apoiava	38	25,33
A grande maioria apoiava	11	7,33
Todos apoiavam	24	16,00
Sem informação	2	1,33
Total Geral	150	100,00

Fonte: a autora.

Diante da citada questão, 25,33% dos respondentes consideraram que a maioria da população deu apoio ao governo militar, o que ainda se fortalece mais se somarmos as respostas que disseram que “metade apoiava” (22,00%), e que “A grande maioria apoiava” (7,33%). Conforme registrado em nossos diários de campo, durante a coleta das respostas, alguns respondentes que justificaram (mesmo sem ter essa opção), consideravam que a sociedade deu apoio porque sentia medo do governo, por obediência às normas/regras; e temendo punições/sanções. Uma hipótese também em relação ao apoio da sociedade pode estar relacionada à compreensão de que tiveram setores da sociedade que concordavam com os projetos de “avanço econômico” e “ordem social” do Governo, além da proteção interna contra o avanço do comunismo, o que reforçaria de alguma forma que houve uma ditadura militar com apoio civil (Ditadura-civil militar).

Seguindo novamente as perguntas formuladas no trabalho de Sá et al (2009), e Sá, Menandro e Naiff (2013), questionamos, ainda, se os participantes achavam que no período militar tiveram mais coisas boas, mais coisas ruins, ou tanto coisas boas quanto ruins. Embora tenham considerado que a sociedade apoiou o governo, 32,67% dos respondentes disseram que houve “mais coisas ruins”, apesar de a frequência das respostas ter ficado bem próxima para as opções de que aconteceram “tanto coisas boas, como coisas ruins” e “mais coisas boas”, como mostra a Tabela 20.

Tabela 20 – O que houve de bom, ruim, ou tanto bom ou ruim durante o período

19. Você considera que no período militar tiveram mais coisas boas, mais coisas ruins, tanto coisas boas como coisas ruins?	Frequência	%
Mais coisas boas	43	28,67
Mais coisas ruins	49	32,67
Tanto coisa boas como coisas ruins	45	30,00
Não sabe	13	8,67
Total Geral	150	100,00

Fonte: a autora.

Das coisas ruins citadas, se destacaram as respostas que indicam as violências e violações cometidas pelo aparato repressivo da Estado, categorizadas nas respostas como “Repressão, violência e torturas” (19,33%); “A morte, perseguição e exílio de pessoas” (10,67%); “Autoritarismo e censura” (10,00%). No trabalho de Sá et al (2009), os aspectos negativos também foram citados como coisas ruins acontecidas no período. Embora, no Brasil, o processo de responsabilização e julgamento dos agentes do Estado, que violaram direitos humanos no período, ainda não tenha ocorrido, embora reconhecidos pelas apurações da Comissão Nacional da Verdade (2014) e das Comissões Estaduais da Verdade. Sá et al (2009) endossam que

Embora a ocorrência da tortura e de assassinatos tenha sido sistematicamente negada pelos militares – mediante declarações de que tais ou quais pessoas jamais haviam sido presas ou que teriam ‘desaparecido’ por desígnio próprio – ou falseada – mediante o forjar de um cenário de suicídio ou alegação de que as pessoas estavam mentindo ao denunciar torturas -, ela passou a fazer parte da memória histórica do Regime de uma forma amplamente compartilhada na população” (p. 261).

Das coisas boas citadas, estão novamente a indicação do sentimento de segurança e ordem, “Tinha mais segurança e menos violência urbana” (16,67%); “Tinha mais ordem” (12,67%). No trabalho de Sá et al (2009) foram destacadas obras de modernização e infraestrutura no Brasil (Transamazônica, Hidrelétrica de Itaipu), o tricampeonato mundial de futebol, e o milagre econômico, por exemplo. Lembramos, mais uma vez, do trabalho de Souza (2005), que destaca a percepção de segurança e ordem na conjuntura ditatorial, que mascarou, na verdade, a violência urbana, que se sedimentou sobre determinados grupos sociais (os considerados inimigos), se estendendo aos militantes políticos de esquerda. Contudo, as propagandas governamentais, a mudança de condutas e comportamento da sociedade diante das

normas rígidas e do medo até pelo desconhecimento dos chamados “anos de chumbo”, davam a sensação de que as pessoas estavam seguras. Os respondentes ainda citaram, ao longo da coleta, uma imagem que vem colada à lembrança do período, que são “os militares na rua”, “os policiais dando toque de recolher”, instituindo a ordem, vista como um bem para a sociedade.

Diante do conjunto dos resultados, vemos, então, uma combinação entre elementos positivos e negativos, em relação ao conteúdo das representações e da memória social do período, sendo heterogêneas, contrastando os posicionamentos valorativos sobre coisas boas e ruins acontecidas no período, tais como o reconhecimento de práticas de violência e violação de direitos humanos; e do apoio de uma parcela da sociedade ao governo, seja por respeito, temor, ou concordância e desejo de mudança diante da ameaça do comunismo no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de um trabalho de pesquisa nos leva a fazer perguntas, buscar explicações, e, ao final, nos coloca frente a novos questionamentos, em um ciclo de produção de conhecimento que não se esgota, mas provoca, inquieta, e fomenta a formulação de novas perguntas, reconhecimentos dos limites do trabalho e possibilidades de avanço.

Nosso olhar sobre os dados, a partir das quatro etapas de pesquisa realizadas neste estudo, apontam para a forma como as homenagens aos militantes políticos de oposição ao governo militar (1964-1985), nos logradouros públicos de Belo Horizonte, foram feitas, e a relação da população investigada com tais atos. Além disso, nos interessou conhecer e analisar aspectos da construção da memória social sobre o período e os saberes socialmente construídos sobre ele: as representações sociais de período militar, para os moradores de Belo Horizonte, que residem ou transitam frequentemente pelos logradouros públicos homenageados, selecionados em nosso recorte.

Nas etapas 1 e 2, buscamos atingir o objetivo específico do estudo: “identificar e mapear logradouros públicos (ruas, avenidas, becos, praças, elevados), em Belo Horizonte, que homenageiam militantes políticos de oposição ao governo militar no Brasil”. Por meio da pesquisa documental, realizamos o levantamento, a partir do livro “Rua Viva”, homônimo do projeto pioneiro em BH, de autoria do ex-vereador de Belo Horizonte, Betinho Duarte.

No material analisado, identificamos 200 logradouros objetos de homenagem a militantes políticos de oposição à ditadura militar no Brasil. Os resultados apontaram que as homenagens foram feitas nas nove regionais da capital mineira, e que os homenageados, em maioria, nasceram no estado de Minas Gerais. Foram homenageados militantes políticos de esquerda e de oposição à ditadura, bem como

personalidades que deram apoio aos militantes, tais como padres, médicos e advogados. Em relação ao gênero, a maioria dos homenageados são do gênero masculino, contudo, a participação das mulheres também deve ser considerada, e foi contemplada em nosso estudo, tanto na identificação, quanto na seleção de logradouros que fizeram homenagem às mulheres. Foram identificadas, também, a circunstância de morte das pessoas homenageadas, sendo que muitas delas morreram durante a ditadura, diante da truculência do aparato repressivo do estado.

Na etapa 2, realizamos dois tipos de mapeamentos dos logradouros, com a produção de um mapa estático, localizando os pontos de distribuição dos locais na cidade, e um mapa interativo *on-line*, por meio do qual é possível interagir com o mapa gráfico, conhecendo, por meio de satélite, a região, obtendo, também, informações sobre o homenageado naquele local. Por meio da análise do mapa estático, observamos uma agregação dos pontos, indicando que as homenagens foram feitas em regiões específicas da cidade, nas quais surgiram novos bairros e, com isso, a possibilidade de que ruas sem nomes, recebessem a homenagem, pois há pormenores no processo legal de nomeação de logradouros públicos, sendo uma competência dos vereadores e da prefeitura da cidade.

As regiões em que os bairros e logradouros estão localizados encontram-se nas bordas da cidade, em bairros que fazem divisa com a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), onde há disputas municipais quanto às responsabilidades públicas em relação a saneamento básico, urbanização, entre outros aspectos. Verificamos que, na região central da cidade, onde há o maior fluxo e circulação de pessoas, existem poucos logradouros homenageados, embora tenhamos identificado que há projetos na cidade que localizaram espaços que foram de resistência e repressão durante o período militar e que podem ser incluídos dentro da perspectiva de reparação simbólica. Tais ações, contudo, precisam envolver a população, que, em maioria, desconhece os locais e os homenageados. Possibilitando acesso ao público, via informação e educação em direitos humanos, as homenagens poderão vir a ser conhecidas por um público amplo, fazendo sentido para a população.

O mapa interativo, além de ser um produto tecnológico e intelectual, fruto de nossa pesquisa, é também uma ferramenta com potencial educacional, que poderá ser útil à sociedade. Embora tenhamos feito um protótipo, com os 20 logradouros que faziam parte de nosso recorte de coleta de dados, abre-se a necessidade e possibilidade de ampliá-lo para os outros 180 logradouros identificados no material documental, e nos demais a serem identificados na cidade, inclusive, incluindo os lugares de resistência e repressão durante o período. Há, ainda, a possibilidade do cruzamento de dados com informações censitárias e do macrozoneamento da cidade, pois, ao olharmos panoramicamente para os lugares, vemos a presença de equipamentos públicos, como escolas, unidades básicas de saúde, hospitais, centros de referência em assistência social, parques públicos e outros. Além disso, vemos “de cima” a desigualdade social entre as ruas e avenidas, logo, o cruzamento com dados censitários, como renda, escolaridade e raça, poderiam ampliar a discussão, tão pertinente teórica e socialmente.

Acreditamos que a produção do descrito mapa, também, se configura como forma de avanço teórico na área da Psicologia Social, que, em essência, é interdisciplinar, permitindo o diálogo, como o pretendido por nós, ao tentarmos conjugar a discussão sobre a Teoria das Representações Sociais e Memória Social, com dados geográficos e urbanísticos, reconhecendo a necessidade de interlocução com outras áreas do saber.

Na Etapa 3 da pesquisa, realizamos a entrevista semiestruturada com o ex-vereador de BH Betinho Duarte, visando corresponder ao objetivo específico de “entender um dos projetos de lei no município de Belo Horizonte que deu origem as homenagens aos militantes políticos no ato de nomeação de logradouros públicos, suas continuidades, limites e potencialidades.”. Por meio da entrevista, compreendemos que há um processo longo e burocrático, para se efetivar o ato de homenagear pessoas dando os nomes delas aos logradouros públicos, o que depende de um projeto de lei, que deve ser apresentado e votado pela câmara de vereadores do município, observando que as homenagens devem ser feitas de forma póstuma.

Tal ato de nomeação pareceu ser uma atividade legislativa pouco valorizada, mas com potencial para a produção de memória na cidade, embora tenhamos identificado não terem ocorrido ações de mobilização da comunidade, cujos logradouros foram objeto de homenagem. A burocracia entre a Prefeitura, que encaminha um mapa com os possíveis logradouros a serem nomeados, e que, posteriormente, fixa as placas nos locais, dividiu o projeto Rua Viva de futuras etapas de continuidade. O vereador que tinha o objetivo de honrar os militantes homenageados inserindo os nomes no traçado e na memória da cidade, reconheceu a necessidade de envolvimento da população nas homenagens.

Considerando que, nas pesquisas sociais, visamos ouvir e evidenciar as vozes dos atores sociais, realizamos a quarta etapa da pesquisa, por meio da coleta de dados usando um questionário misto, buscando atingir os dois últimos objetivos específicos do estudo: “conhecer as possíveis representações sociais de ‘período militar’ para moradores de um conjunto específico de ruas homenageadas na cidade de Belo Horizonte”; “compreender o estado atual da memória dos moradores de Belo Horizonte sobre o período militar, identificando nas narrativas dos respondentes elementos como as lembranças, os silêncios e o esquecimento.”

Além de inúmeros desafios encontrados para a realização da coleta de dados, nos logradouros selecionados, devido à localização, à adesão dos participantes, e diante do clima de polarização política entre as esquerdas e direitas, no Brasil, pós-eleições 2018; o momento da coleta foi, também, de trocas com os respondentes, e do reconhecimento de que alguns dos logradouros não possuíam identificação sobre o homenageado, e que a população desconhecia aspectos ligados às homenagens, confirmando que não foram envolvidas no processo de batismo dos locais, considerando a importância da participação popular.

A caracterização dos respondentes, a partir dos dados sociodemográficos, nos mostrou que a população investigada é marcada por questões sociais relevantes e que indicam, também, o apartamento social e político no acesso a certos temas. É,

em geral, uma população de baixa renda, negra, com formação escolar voltada para a profissionalização e o mundo do trabalho. Tal população tem saberes construídos e compartilhados e uma memória sobre o período militar.

Em relação ao saber socialmente produzido sobre o “período militar”, identificamos uma possível RS, que conjuga elementos positivos e negativos, em relação ao período militar no Brasil, nos indicando uma mescla entre elementos presentes na memória oficial propagada sobre a ditadura, e elementos críticos e de denúncia das violências e violações ocorridas na conjuntura. O estado atual da memória realça, também, elementos da memória nacional do período e denuncia as lacunas e os silêncios provocados pela falta de acesso a informações e outras versões de memória sobre a ditadura militar no Brasil, o que revela não apenas uma “ignorância”, mas a “ignorância social” provocada pelas disputas intergrupais em nossa sociedade, na divisão social entre uma “ralé brasileira”, e uma outra camada, que possui acesso a um capital cultural diferenciado, além do aprendizado de *habitus*, que diferenciam os sujeitos. Além disso, a cultura política brasileira de conciliação abafa os contrastes, dando a sensação de unidade social.

Assim, por meio das quatro etapas da pesquisa, vimos que aspectos como o silêncio e o esquecimento fazem parte de uma memória social do período, e o apartamento do conhecimento de outras versões de memória, e de acesso à informação sobre o tema, contribui para minar a participação política dos sujeitos, bem como a experiência de produção de vida e memória nos espaços urbanos.

O afastamento produzido e sustentado pelo domínio de poder de determinados grupos sociais afeta a forma como as memórias e RS são construídas, pois, como vimos, a população continua reverberando em lembranças e conhecimentos, elementos da memória oficial. Assim, memória oficializada, por outro lado, não incluiu, ou somente tem incluído paulatinamente, outras versões de memória sobre o período, principalmente, as institucionais (das Comissões Nacional e Estaduais da Verdade, e

organismos de direitos humanos), ficando em um plano posterior, as versões de memória de grupos como os de militantes e familiares.

Novamente, retomamos o argumento discutido nos trabalhos sobre a Justiça de Transição, no que remete à maneira como o processo transicional ocorre no Brasil, sem judicialização e responsabilização dos envolvidos, afetando a forma como a sociedade brasileira lida com o passado, com o presente e o futuro. A impunidade gerada pela ausência da justiça, deixa brechas para que o passado sangrento e autoritário tenha precedentes, para se repetir, principalmente, diante do sentimento de ameaça mediante a identificação de um suposto inimigo interno. Exemplo disso é, termos nos últimos quatro anos, no Brasil, assistido a atos antidemocráticos pedindo: a volta da ditadura, do Ato-Institucional número 5 (AI-5), o fechamento do congresso nacional, do poder judiciário. Atos balizados por discursos baseados na contenção de comportamentos considerados “desviantes”, que inquiriram as universidades públicas, movimentos sociais, grupos de defesa de direitos humanos e instituições democráticas.

Os estudos em tais áreas também enfatizam que a realidade frente ao processo transicional no Brasil tem as raízes na maneira contraditória com que foi sancionada a Lei da Anistia de 1979, que concedeu perdão do Estado tanto às vítimas de violação de direitos quanto aos agentes do Estado, considerados responsáveis pelo aparato repressivo e pelas práticas violentas. Identifica-se que a condição geradora de impunidade ganha força, com a concessão de perdão, embora o projeto original de uma anistia política, para o país, por parte dos militantes políticos e das instituições internacionais de anistia, não previsse o acordo de perdão aos torturadores. Contudo, para o momento vivido à época, e diante da cultura política conciliatória do Brasil, aceitou-se o possível para que, também, ocorresse a distensão do governo militar, de forma “segura”, para eles, inclusive.

Diante disso, entendemos que a anistia política no Brasil teve um caráter de amnésia, pois, a tentativa de apagamento e silenciamento do passado, minou e mina as formas

de construção de memória sobre o período, dado que a memória oficial, nacional, teve força na preponderância de manter uma narrativa que encobrisse fatos, expostos em formas de denúncia, aos longos dos anos em que durou a ditadura, e, ainda nos dias de hoje, tanto pela a narrativa dos atingidos, de familiares, movimentos sociais, organismos de direitos humanos, quanto de pesquisadores do tema e, nos últimos anos, pela Lei de Acesso à Informação, e pelos trabalhos de apuração das Comissões Nacionais e Estaduais da Verdade.

No referido sentido, a partir do “grito” dos grupos não contemplados na narrativa oficial, as memórias subterrâneas sobre o período foram aparecendo, e, com elas, a necessidade da construção de lugares para a instituição das memórias. Embora, em nosso trabalho, tenhamos tomado os logradouros públicos homenageados como possíveis lugares de memória, a análise feita, a partir das quatro etapas desta pesquisa, apontou para o pouco envolvimento e baixa mobilização da população, principalmente, dos moradores dos locais em questão, que não foram implicados de forma a se sentirem movidos a reconhecer os lugares estudados como lugares de memória. Até mesmo a consciência de que são espaços que contam histórias, parece não ser acionada, nos casos das homenagens nos logradouros, que, apesar de extrema relevância, não são homenagens carregadas de sentido, para os que ali residem e transitam.

É necessário considerar, contudo, que o principal projeto analisado por nós, em relação às homenagens em Belo Horizonte, aconteceu em 1994, momento em que a discussão sobre as políticas de memória começa a ser pautada, e tal projeto, embora tivesse como propósito honrar os militantes e trazer para as “veias e artérias da cidade” a memória sobre eles, não se propunha, na execução, a constituir os lugares estudados como lugares de memória. Apesar disso, identificarmos o caráter potencial de ação de reparação simbólica, como pode ser visto ao olharmos para o projeto Rua Via, com as lentes atuais.

Somente a partir dos anos 2000, com as indicações do Plano Nacional de Direitos Humanos III, e, mais atualmente, da Comissão Nacional da Verdade, é que tal tipo de ação passa a ser reconhecida como uma forma de reparar, simbolicamente, tanto os militantes, quanto as famílias e a sociedade, havendo fomento e valorização das propostas que visem tal fim, tanto por parte de alguns parlamentares envolvidos com a causa, quanto de grupos sociais implicados com a pauta.

Avaliamos, então, que o projeto, pioneiro em Belo Horizonte, tenha sido, mesmo que não formalmente, em seu cerne, uma primeira ação de reparação simbólica, embora a população local não tenha a percepção e o entendimento de tais atos como uma forma de construir memória. Nos dados dos diários de campo e questionários, identificamos inclusive o “clamor” em relação ao desconhecimento em relação às homenagens e aos homenageados, e do envolvimento da população para que pudesse conhecer e, então, participar. Reconhecemos que a “ignorância social” e a falta de mobilização da sociedade tem raízes estruturais, no Brasil, evidenciada por nossa cultura política e pelas disputas intergrupais na concentração de poder, tanto econômico quanto de acesso ao capital cultural, político e social.

A partir de nossa compreensão sobre pilares da Justiça de Transição, e das recomendações do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), reiteramos como as homenagens, nos logradouros públicos, embora pareçam “sem sentido”, ou com poucos efeitos, para a população e memória, se configuram como um tipo de reparação simbólica, e podem ser lugares de memória. Ao longo de nossa investigação, identificamos que as ações estudadas foram, em grande parte, encabeçadas por grupos específicos de parlamentares, que atuam em defesa dos direitos humanos (entre eles, aqueles que foram militantes políticos no período da ditadura, ou familiar de militante, ou que se solidarizam com a causa dos familiares dos militantes políticos), tendo, também, um caráter de fortalecimento da identidade social dos envolvidos.

Dos casos analisados, em Belo Horizonte/MG, percebemos que as iniciativas partiram de parlamentares vinculados a partidos da esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), durante diferentes governos, como o de Itamar Franco (PMDB), Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e, posteriormente, os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff (PT). Em tais Governos, ações importantes, como a instituição da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), em 1995; a Comissão Nacional da Anistia, em 2001, e a instituição e a finalização da Comissão Nacional da Verdade (2010-2014) aconteceram.

Compreendemos que, para além do fomento das instituições governamentais, para que os atos de reparação simbólica façam sentido, para a população, é necessário que as pessoas se sintam implicadas a mobilizar os possíveis lugares de memória. Contudo, há questões complexas envolvidas no idealizado alcance, uma vez que é necessário o acesso a outras versões de memória, para além da memória oficial do período; o fomento de práticas educativas, em direitos humanos, para que se conheçam tanto as versões de memória, quanto as práticas para a defesa de direitos; e a consideração de que elas têm saberes sobre os temas, mas que necessitam ser estimuladas e provocadas à participação.

A intervenção no trabalho e a criação do mapa interativo surge na perspectiva de mobilizar a população diante das homenagens e do próprio objeto de representação e memória (o período militar), considerando a hipótese de que, talvez, não soubessem sobre os temas (homenagens dos logradouros públicos) e de que a memória sobre o período pudesse ser fragmentada, diante de tudo que a própria conjuntura ditatorial provocou em relação às memórias sobre o tempo da ditadura. As duas estratégias, sendo uma um produto da tese, surgem, a partir da compreensão de que a educação pode gerar transformação, e que o compromisso social, com a pauta, gera implicação e participação.

No citado sentido, identificamos a contribuição de nossa pesquisa aos estudos de Psicologia Social, pensando a Teoria das Representações Sociais e a Abordagem Psicossocial da Memória como possibilidade de compreensão não dicotômica entre sujeito e sociedade, teoria e prática, considerando os saberes socialmente construído pelos grupos. Tentamos acionar, ainda, a relação entre memória, representação, práticas, e identidade social e indicar como a articulação pode ser frutífera, para pensar os fenômenos sociais. Identificar a ligação entre a TRS e a Psicologia Social Comunitária, a partir da compreensão da relação sujeito/outro/objeto, e da intervenção psicossocial, como uma possibilidade de consideração dos atores como sujeitos pensantes e atuantes, também, pode ter sido uma pretensa contribuição de nosso trabalho.

Sabemos que há limitações quanto às diversas possibilidades de descrição e análise dos dados, que poderiam ampliar e aprofundar os aspectos teóricos em relação à memória social, representações sociais, justiça de transição, direitos humanos e outros. Por isso, a exploração futura dos dados poderá fomentar outros estudos, e serem discutidos, posteriormente, em artigos científicos, por exemplo. Em termos teóricos, também poderão ser ampliadas as discussões sobre memória social, estudos socioculturais sobre as representações sociais, e intervenção em psicologia social; além de estudos sociocognitivos sobre o acionamento de cognemas e intervenções controladas nos estudos experimentais na teoria do núcleo central.

Algumas sugestões de estudo também surgiram, a partir deste trabalho, tais como o estudo das renomeações de logradouros e prédios públicos, que ainda mantém os nomes de torturadores no Brasil; estudos comparativos sobre as ações de reparações simbólicas entre os países da América Latina, que passaram por ditaduras, e, também, o estudo sobre o guia de lugares de resistência e repressão em BH, e no Brasil. No trabalho de Starling (1986), há menção de outros acontecimentos, que marcam a organização tanto das forças militares quanto das organizações de esquerda e da sociedade civil, o que potencializou o golpe militar em 31/03/1964, em BH. Os acontecimentos, tais como o Congresso da UNE, os locais de prisão em Minas, a ação da ditadura nas universidades, bem como a própria história de militância

do ex-vereador Betinho Duarte, podem ser foco específico de pesquisas, em estudos posteriores.

Estudos futuros sobre o uso das imagens cartográficas, para o aprendizado social, e para a produção e partilha das memórias, seriam necessários e são sugestões, para o aprofundamento das pesquisas sobre imagem, memória coletiva, e representações sociais.

Por fim, esperamos que esta pesquisa tenha contribuído tanto teoricamente – para o que se propôs, no estudo da memória e representações sociais – quanto para a sociedade, por meio das intervenções realizadas, para a valorização dos projetos de reparação simbólica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrão, P. & Torelly, M. (2010). Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, 3, 26-59, Brasília, Ministério da Justiça.
- Abric, J. C. (2001). O estudo experimental das Representações Sociais. In D. Jodelet. (Org.). *As Representações Sociais* (pp.155-171). L. Ulup (trad.) Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Águila, G. Dictadura y sociedad. (2008). In G. Águila. *Dictadura, rpresión y sociedad en Rosaro, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura* (pp. 221-290). Buenos Aires: Prometeo.
- Alba, M. (2011). Representações sociais e memória coletiva: uma releitura. In A. M.O. Almeida; M.F. S. Santos; Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp.393-430). Brasília: Technopolitik.
- Albuquerque, N. (2018). *Os impactos da polarização política na saúde mental de brasileiros: especialistas explicam a EXAME como as eleições de 2018 tem afetado eleitores — dentro e fora das redes sociais*. Recuperado em 15 de outubro de 2018 de <https://exame.abril.com.br/brasil/os-impactos-da-polarizacao-politica-na-saude-mental-de-brasileiros/>
- Almeida, A. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado* [online], 24(3), 713-737. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000300005>
- Almeida, P. (2014). Lugar de memória da resistência: verdade e negociação no processo de tombamento do prédio do DEOPS/SP. In Thiesen, I. (Org.). *Documentos Sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964* (pp. 269-288). Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Almeida, M. & Weis, L. (1997). Carro-Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: F. A. Novais. (Coord.). L. M. Schwarcz. (Org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (Vol. 4, pp. 320-408). São Paulo: Companhia das Letras.
- Alves, M. (2013). A verdadeira democracia. *Blog da Editora UNESP*. Recuperado em 25 de agosto de 2020, de <http://editoraunesp.com.br/blog/a-verdadeira-democracia-23-08-2013-12-58>
- Alves, G. (2019). Como funciona o ‘gabinete do ódio’? Quanto ele pode comprometer a família Bolsonaro? – *Estadão Podcasts*. Recuperado de

<https://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-podcasts/como-funciona-o-gabinete-do-odio-quanto-ele-pode-comprometer-familia-bolsonaro-ouca-no-estadao-noticias/>

Alves, P. (2019). 'É uma nova morte', diz irmão de Fernando Santa Cruz a respeito de declarações de Bolsonaro sobre desaparecido político. *G1 – Pernambuco*. Recuperado em 01 de setembro de 2020, de <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/07/30/e-uma-nova-morte-diz-irmao-de-fernando-santa-cruz-a-respeito-de-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-desaparecido-politico.ghtml>

Andrade, V. (2018). Ribeirão das “Trevas” e a desconstrução dos estereótipos em Neves. *Jornal “Pensar a Educação em pauta”*. Recuperado de <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/ribeirao-das-trevas-e-a-desconstrucao-dos-estereotipos-em-neves/>

Andrade Júnior, A. & Dellamore, C. (2015). “Lugares de memória” ou a memória para os lugares: o guia dos lugares de repressão e de luta contra a ditadura militar em Belo Horizonte/MG. *VIII Seminario Internacional Políticas de la memoria: Memoria, Verdade, Justicia*. Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, Buenos Aires: Argentina. Recuperado de <http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2015/09/programa-seminario-2015.pdf>

Anistia Internacional. (2018a). *Caso Marielle Franco é destaque da maior campanha de direitos humanos do mundo*. Recuperado em 04 de setembro de 2020, de <https://anistia.org.br/representante-da-anistia-internacional-brasil-apresenta-caso-de-marielle-na-onu/>

Anistia Internacional (2018b). *Pesquisadora da Anistia Internacional Brasil apresenta caso de Marielle na ONU*. Recuperado em 04 de setembro de 2020, de <https://anistia.org.br/representante-da-anistia-internacional-brasil-apresenta-caso-de-marielle-na-onu/>

Ansara, S. (2012). Políticas de Memória x Políticas do Esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. *Revista Psicologia Política [on-line]*, 12(24), 297-311. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200008

Arquidiocese de São Paulo. (1985). *Brasil: nunca mais* (8a ed.). Petrópolis/RJ: Vozes.

Arreguy, C. (2005). *FAFICH. (Coleção BH a cidade de cada um)*. Belo Horizonte: Conceito Editorial.

- Arruda, A. (2005). Despertando do pesadelo: a interpretação. In A. Moreira; B. Camargo; J. Jesuíno & S. Nóbrega (Orgs.). *Perspectivas Teórico-Metodológicas em Representações Sociais* (pp. 229-258). João Pessoa: Editora Universitária – UFPB.
- Arruda, A. (2002). As representações sociais: desafios de pesquisa. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, Especial Temática, 09-23. Recuperado em 26 de agosto de 2018, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/25810/22597>
- Associação do Ministério Público de Minas Gerais. (2014). *Os primeiros passos da ditadura militar começaram em Minas Gerais*. Recuperado em 29 de março de 2019 de <https://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/114760254/os-primeiros-passos-da-ditadura-militar-comecaram-em-minas-gerais>
- Barbosa, A. (2017). Marcelo Amoy - Carregando peso morto. *Folha Blogs*. Recuperado em 25 de agosto de 2020, de <http://opinioes.folha1.com.br/2017/03/13/marcelo-amoy-carregando-peso-morto/>
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo* (Ed. rev.). (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: Edições 70.
- Barrucho, L. (2016). 'Enquanto me dava choques, Ustra me batia com cipó e gritava', diz torturado aos 19 anos. *BBC Brasil em Londres*. Recuperado em 30 de agosto de 2020, de https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_torturado_ustra_bolso_naro_lgb
- Bauer, M. & Gaskell, G. (2008). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (7a ed.). (P. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- BBC News (2020). A desigualdade brasileira vista do alto em imagens impressionantes. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55327609>
- Benevides, V. M (2003). Educação em direitos humanos: de que se trata? In R. L. L. Barbosa. (Org.). *Formação de educadores: desafios e perspectivas* (pp. 309-318) São Paulo: Unesp.
- Berger, P. & Luckmann, T. A sociedade com realidade subjetiva. (2012). In P. Berger & T. Luckmann. *A construção social da realidade* (F. S. Fernandes, trad.). (34a ed., pp.167-189). Petrópolis: Vozes.
- Berstein. S. (2009). Culturas políticas e historiografia. In C. Azevedo; D. Rollemberg; P. Knauss; M.F.B. Bicalho, S. V. Quadrat (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia* (pp. 29-46). Rio de Janeiro: FGV Editora.

- Bettamio, R. (2014). A Justiça de transição no Brasil e o papel da Comissão Nacional da Verdade. In Thiensen, I. (Org.). *Documentos Sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964* (pp. 21-41). Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Black Lives Matter. (2020). *About Black Lives Matter*. Recuperado em 04 de setembro de 2020, de <https://blacklivesmatter.com/about/>
- Bolognesi, L. & Puntoni, P. (2012). *Meus heróis não viraram estátua*. São Paulo: Ática.
- Bosi, E. (1987). *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Bovo, C. (2019). Um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la. *Portal Justificando*. Recuperado em 25 de agosto de 2020, de <http://www.justificando.com/2019/09/11/um-povo-que-nao-conhece-a-sua-historia-esta-condenado-a-repeti-la/>
- Brasil. (1988/2019). *Constituição da República Federativa do Brasil [Constituição (1988)]*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação. Recuperado de <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>
- Breugelmans, J. (2016). *Guardiões da memória, herdeiros da luta: identidade e memória nas publicações dos websites do grupo Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais. Recuperado em 24 de agosto de 2020 de <http://www.fafich.ufmg.br/pospsicologia/wp-content/plugins/download-attachments/includes/download.php?id=1850>
- Breugelmans, J.; Gianordoli-Nascimento, I.; Oliveira, F.; Cruz-Rocha, J. (2019). “No olvidamos, no perdonamos, no nos reconciliamos”: construções de memória nas publicações dos websites do grupo Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio. Em A. Nascimento; I. Gianordoli-Nascimento, M. A. Antunes-Rocha (Orgs.). *Representações Sociais, identidade e preconceito: Estudos de Psicologia Social* (pp. 167-200). Belo Horizonte: Autêntica.
- Buzatti, L. (2018). Pilares do underground: Edmundo Correa e Andrea Diniz relembram a história do Matriz. *Jornal Hoje em Dia*. Recuperado em <https://www.hojeemdia.com.br/almanaque/pilares-do-underground-edmundo-correa-e-andrea-diniz-relembra-a-hist%C3%B3ria-do-matriz-1.592542>.
- Câmara dos Deputados, Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. (2016). *Ata da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária*,

Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016. Recuperado em 28 de agosto de 2020 de <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-091-de-170416>

Camargo, B. V. & Justo, A. M. (2013). *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ*. Recuperado em 18 de outubro de 2017, de <http://www.iramuteq.org/documentation/tutoriel-en-portugais>

Camargo, B. & Justo, A. (2013b). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>

Carlos, A. (2007). *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH. Recuperado em 16 de agosto de 2018, de http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf

Carta Capital. (2015). *Escolas do Maranhão trocam nomes de presidentes da ditadura por educadores*. Recuperado em 03 de maio de 2015, de <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/escolas-do-maranhao-trocam-nomes-de-presidentes-da-ditadura-por-educadores-9263.html>

Carta Capital. (2018). *Grupo de caminhoneiros ignora acordo e pede intervenção militar na Paulista*. Recuperado em 06 de agosto de 2018 de <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/grupo-de-caminhoneiros-ignora-acordo-e-pede-intervencao-militar-na-paulista>

Carta Capital (2018). *Ato distribui mil placas com o nome de Marielle do Rio*. Recuperado em 31 de agosto de 2020, de <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ato-distribui-mil-placas-com-nome-de-marielle-no-rio/>

Carta Capital (2019). *Jardim Marielle Franco é inaugurado em Paris*. Recuperado em 31 de agosto de 2020, de <https://www.cartacapital.com.br/mundo/jardim-marielle-franco-e-inaugurado-em-paris/>

Catela, L. (2001). *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina* (R. Goldenzweig, P. Farías & R. Britto, trads.). São Paulo: Hucitec.

Chama, Agência - Rede. (2018). *Rua Marielle Franco*. Recuperado em 31 de agosto de 2020, de <https://www.ruamariellefranco.com.br/>

Cipriani, J. (2019). Damares cancela Memorial da Anistia em BH: 'Não temos dinheiro para isso'. *Estado de Minas*. Recuperado em 01 de setembro, de

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/08/13/interna_politica,1076902/d-amares-cancela-memorial-da-anistia-em-bh-nao-temos-dinheiro-para-isso.shtml

- Clot, Y. (2017). Clínica da Atividade. *Revista Horizontes*, 35(3), 18-22. Recuperado de <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/526>
- Coimbra, C. (1995). *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Coimbra, C. (2000). Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. *Psicologia em Estudo*, 5(2), 1-22. Recuperado em 10 de setembro de 2018, de <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722000000200002>.
- Coimbra, C. (2011). Entrevista de Cecília Coimbra. As marcas indelévels da tortura. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos Online*, 358(11) Recuperado em 03 de julho de 2015 de http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3779&secao=358
- Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais (2017). *Estudantes querem mudar nomes de ruas que homenageiam ditadores*. Recuperado em 04 de abril de 2018 de <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/index.php/component/gmg/story/4339-estudantes-querem-mudar-nomes-de-ruas-que-homenageiam-ditadores>
- Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (2009). *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial (IMESP).
- Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade – CNV* (2014). Recuperado em maio de 2015, de <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>
- Comissão Nacional da Verdade. (2014a). *Relatório Final Volume I – As atividades da CNV, as graves violações de direitos humanos, conclusões e recomendações*. Brasil. Recuperado em maio de 2015, de http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf
- Comissão Nacional da Verdade. (2014b). *Relatório Final Volume III – Mortos e desaparecidos políticos*. Brasil. Recuperado em maio de 2015, de http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf
- Correio Brasiliense (2018). *Candidatos do PSL destroem homenagem a Marielle Franco em Praça do Rio*. Recuperado em 31 de agosto de 2020, de https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/03/interna_politica,710027/candidatos-quebram-placa-e-celebram-destruicao-de-homenagem-a-marielle.shtml

- Cruz, J. & Gonçalves, B. (2009). Relação comunidade-universidade no trabalho comunitário: o convite à saída. In: *Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social: Psicologia Social e Políticas de Existência: fronteiras e conflitos, 2009, Maceió- AL*. Recuperado em 24 de agosto de 2020 de http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/257.%20rela%C7%C3o%20comunidade-universidade%20no%20trabalho%20comunit%C1rio.pdf
- Cruz, J. & Gonçalves, B. (2009). Intervenção psicossocial com oficinas em dinâmica de grupo: reflexões sobre o fazer com grupos de crianças e de adolescentes. In: *Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social: Psicologia Social e Políticas de Existência: fronteiras e conflitos, 2009, Maceió- AL*. Recuperado em 24 de agosto de 2020 de http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/256.%20interv%C7%C3o%20psicossocial%20com%20oficinas%20em%20din%C2mica%20de%20grupo.pdf
- Cruz, J. & Abade, F. (2009). Oficinas Psicossociais com Crianças: repensando o fazer. In: *Anais do XIII Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica - Homenagem a Eugéne Enriquez, 2009, Belo Horizonte - MG. Anais do XIII Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica- ISSN 2176-1086, 2009*.
- Cruz, J. (2013). *“Ou isto ou aquilo”: implicações entre maternidade e militância para mulheres que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Cruz, J.; Gianordoli-Nascimento, I. F.; Oliveira, F. C.; Santos, T. L. A.; Mendes, B. G.; Freitas, J. C. & Reis, D. B. (2015). Gerando vida em contexto de morte: o exercício materno em situações de militância durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). *Psicologia & Saber Social*, 4(1), 126-150. Recuperado em 10 de setembro de 2018, de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/10977/12967>
- DaMatta, R. (1986). *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco.
- Davidoff, L. (2001). Memória. In L. L. Davidoff. *Introdução à Psicologia* (pp. 203-239). 3. Ed. (Lenke Peres, Trad.). São Paulo: Pearson Makron Books.
- De Rosa, A. (2005). O impacto das imagens e a partilha social de emoções na construção da memória social: uma chocante memória flash de massa do 11 de setembro até a guerra do Iraque (V. Rosito, trad.). In Sá, C. P. (Org.). *Memória, Imaginário e Representações Sociais* (pp.121-164). Rio de Janeiro: Museu da República Editora.

- Del Roio, J.; Carvalho, R. & Sacchetta, V. (2012). *Os cartazes desta história*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, Editora Escrituras – Martins Fontes.
- Delgadillo, J. (2011). Políticas públicas y políticas de la memoria en Argentina y Chile: agendas y toma de decisiones. In IV Seminario Internacional Políticas de la Memoria: ampliación del campo de los derechos humanos. Memoria y perspectivas. *Anais... Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti/Ministerio de Justicia y Derechos Humanos*, Argentina, set/outubro. Recuperado em 20 de junho de 2107 de http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2011/10/mesa_29/solis_delgadillo_mesa_29.pdf
- Dias, R. (2012). Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, 8(1), jan-jun, 155-181.
- Duarte, B. (2004a). *Rua Viva: o desenho da utopia* (2a ed). Belo Horizonte: Rona.
- Duarte, B. (2004b). *Rua Viva: o desenho da utopia* (Vol. II). Belo Horizonte: Rona.
- Duarte, B. (1997). *Rua Amiga*. Belo Horizonte: Lastro Editora Gráfica.
- El País (2019). *Cortes de verbas desmontam ciência brasileira e restringem pesquisa a mais ricos*. Recuperado em 28 de agosto de 2020, de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567542296_718545.html
- Emicida. (2019). *AmarElo*. (EP). São Paulo: Laboratório Fantasma.
- Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Belotur. (2014), *Guia Memórias de Resistência: lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964–1985, em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Belotur. Recuperado de http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/sites/belo Horizonte.pbh.gov.br/files/guia_memoria.pdf
- Environmental Systems Research Institute – ESRI. (2004). *ArcGis 9. What is ArcGIS?* Recuperado em 06 de fevereiro de 2018, de http://downloads.esri.com/support/documentation/ao_/698What_is_ArcGIS.pdf
- Environmental Systems Research Institute – ESRI. (2018). *About ArcGIS: the mapping and analytics platform*. Recuperado em 06 de fevereiro de 2018, de <https://www.esri.com/en-us/arcgis/about-arcgis/overview>
- Environmental Systems Research Institute – ESRI, (2020). *Shapefiles*. Recuperado em 18 de agosto de 2020, de <https://enterprise.arcgis.com/pt-br/portal/latest/use/shapefiles.htm>

- Esperandio, C. (2020). *Você sabe se é rico ou pobre? Descubra se pertence à classe A, B ou C*. Recuperado de <https://economia.uol.com.br/colunas/econoweb/2020/09/25/classe-a-b-ou-c.htm>
- Estado de Minas (2013). *Sede do antigo DOPS é tombada e se tornará centro de memória*. Recuperado em 10 de novembro de 2017, de https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/10/16/interna_politica,460590/se-de-do-antigo-dops-em-bh-e-tombada-e-se-tornara-centro-de-memoria.shtml
- Estado de Minas. (2018). *Caos durante greve de caminhoneiros agita debate sobre intervenção militar*. Recuperado em 06 de agosto de 2018, de https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/05/31/interna_internacional,963488/caos-durante-greve-de-caminhoneiros-agita-debate-sobre-intervencao-mil.shtml
- Estado de Minas. (2020a). *George Floyd: o que aconteceu antes da prisão e como foram seus últimos 30 minutos de vida*. Recuperado em 02 de setembro de 2020 de https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/06/10/interna_internacional,1155572/estatua-de-cristovao-colombo-e-decapitada-por-movimento-antirracista.shtml
- Estado de Minas. (2020b). *Estátua de Cristóvão Colombo é decapitada por movimento antirracista em Boston*. Recuperado em 27 de julho de 2020, de https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/06/10/interna_internacional,1155572/estatua-de-cristovao-colombo-e-decapitada-por-movimento-antirracista.shtml
- Felipini, K. (2012). Memorial da Resistência de São Paulo: uma perspectiva museológica processual. In M. L. M Ferreira, F. F. Mihelon (Orgs.). *Memória e esquecimento* (pp.35-66). Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas. Recuperado de https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Memoria__Esquecimento_e-book.pdf
- Ferreira, E. (1996). *Mulheres militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Flament, C. Estrutura e dinâmica das representações sociais. (2001). In D. Jodelet. (Org.). *As Representações Sociais* (pp.173-186). L. Ulup (trad.) Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Flick, U. (2004). Entrevistas semi-estruturadas. In U. Flick, *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (pp.89-108). (S. Netz, trad.). Porto Alegre: Bookman.
- Flick, U. (2009). Pesquisa qualitativa e quantitativa. In U. Flick, *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (pp. 39-49). (J.E. Costa, trad.). 3ed. Porto Alegre: Artmed.

- Flick, U. & Foster, J. (2008). Social Representation. In C. Willig; W. Stainton-Rogers, *The Sage handbook of qualitative research in psychology* (pp 195-214). London: Sage.
- Folha de São Paulo. (2008). *Juiz condena Ustra por seqüestro e tortura*. Recuperado em maio de 2015, de <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1010200834.htm>
- Folha de São Paulo. (2014). *Tudo sobre o Golpe e a Ditadura Militar*. Recuperado em 20 de junho de 2015, de <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2014/50anosdogolpede1964/>
- Foucault, M. (1989). *Microfísica do poder* (8. Ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- França, J. (2019). *Rua Marielle Franco: lutas e simbolismo acerca do ato de nomeação e renomeação de espaços públicos*. Anais do 30^a Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História – ANPUH, Recife, PE. Recuperado em 31 de agosto de 2020, de https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565146705_ARQUIVO_Artigo_JoaoPauloFranca_TerceiraVersao.pdf
- Frente MVJ - Frente Independente pela Memória, Verdade e Justiça - MG. (2012). *Manifesto da Frente Independente pela Memória, Verdade e Justiça/MG*. Recuperado de <http://frentemvj.blogspot.com/2013/02/manifesto-da-frente.html>
- Fundação Getúlio Vargas Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPEDOC). (2009). *Ação Popular (AP)*. Recuperado de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-popular-ap>
- Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPEDOC). (2020). *Verbete: Jair Messias Bolsonaro*. Rio de Janeiro. Recuperado em 27 de agosto de 2020, de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>
- Fundação Getúlio Vargas - FGV. (2020). *Verbete Biográfico: José Maria Magalhães*. Recuperado em 04 de março de 2020, de <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/magalhaes-jose-maria>
- Furini, L. (2011). Geografia e Representações Sociais. *Anais do XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina: Estableciendo Puentes en la Geografía de Latinoamérica*, San José – Costa Rica. Recuperado de <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Teoriaymetodo/Teoricos/13.pdf>

- G1 (2020). *Estátua de escravocrata britânico derrubada por manifestantes é retirada do rio*. Recuperado em 02 de setembro 2020, de <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/11/estatua-deescravocratabritanicoderrubada-por-manifestantes-e-retirada-do-rio.ghtml>
- Gazeta do Povo. (2018). *'Brasil acima de tudo': conheça a origem do slogan de Bolsonaro*. Recuperado de <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/brasil-acima-de-tudo-conheca-a-origem-do-slogan-de-bolsonaro-7r6utek3uk1axzyruk1fj9nas/>
- Gazeta do Povo. (2019). *"Damares quer acabar com Comissão de Anistia até o fim de 2020"*. Recuperado em 31 de agosto de 2020, de <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/damares-quer-acabar-com-comissao-de-anistia-ate-fim-de-2020/>
- Gergen, K. (2014). From mirroring to world making: research as future forming. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 45(3), 287-310. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1111/jtsb.12075>
- Gianordoli-Nascimento, I.; Trindade, Z.; Santos, M. F. (2012). *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Gianordoli-Nascimento, I.; Veloso, F.; Silva S.; Cruz, J. & Oliveira, F. (2012). A construção da memória histórica da ditadura militar brasileira: contribuição das narrativas de familiares de presos políticos. *Psicologia e Saber Social*, 1(1), 103-119. Recuperado em 13 de novembro de 2017 de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/viewFile/3249/2258>
- Gianordoli-Nascimento, I.; Silva, S.; Cruz, J.; Oliveira, F.; Veloso, F. & Rabelo, L. (2013). Promessas de vida em tempos de ameaça: mulheres, música e resistência durante a ditadura militar no Brasil. *Memorandum*, 24, 29-58. Recuperado em 01 de julho de 2018, de seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6936
- Gianordoli-Nascimento, I.; Mendes, B. & Naiff, D. (2014). Salve a seleção: ditadura militar e intervenções políticas no país do futebol. *Psicologia e Saber Social*, 3, 143-153. Recuperado em 13 de novembro de 2017 de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/12211/9512>
- Gianordoli-Nascimento, I.; Oliveira, F.; Cruz, J.; Santos, T.; Freitas, J. & Mendes, B. (2015). Representações sociais de 'Ser mulher militante': as imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira. *Memorandum*, Belo Horizonte, 28, 110-131. Recuperado em 01 de julho de 2018 de <https://seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6316/4794>

- Gianordoli-Nascimento, I.; Santos, M. F.; Freitas, J.; Oliveira, F.; Cruz, J.; Santos, T. & Mendes, B. (2016). Le blog comme l'espace virtuel de construction d'identités. Le cas du blog H.I.J.O.S en Amérique Latine. In: E. Costa-Fernandez; E. Regnault. (Orgs.). *L'Interculturel aujourd'hui: perspectives et enjeux* (pp. 317-332). 1ed. Paris: L'Harmattan.
- Godoy, M. (2019). Bolsonaro encerra grupo de trabalho de ossadas de Perus. O *Estado de São Paulo*. Recuperado em 12 de agosto de 2020, de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-encerra-grupo-de-trabalho-de-ossadas-de-perus,70002799008>
- Goldenberg, M. (1997). Mulheres e Militantes. *Estudos Feministas*, Florianópolis/SC 5(2), 349-363.
- Gonçalves, B. (2008). *Identidade Feminina e a Inserção no Mundo do Poder - Uma Análise Psicopolítica*. Curitiba: Juruá Editora.
- Green, J. (2014). "Abaixo a repressão! Mais amor e mais tesão:" uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. *Acervo Revista do Arquivo Nacional*, 27(1), 53-82. Recuperado em <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/460>
- Guareschi, P.; Amon, D. & Guerra, A. (Orgs.). (2017). *Psicologia, comunicação e Pós-verdade*. Porto Alegre: Editora ABRAPSO.
- Guerra, C. Netto, M. & Medeiros, R. (2012). *Memória de uma guerra suja: depoimento de Cláudio Guerra*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Halbwachs, M. (1990). *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Haraway, D. (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.
- Hernandez, A. (2019). As Representações "b" do fenômeno Bolsonaro em análise. *Anais da XI Jornada Internacional sobre Representações Sociais - JIRS e IX Conferência Brasileira sobre Representações Sociais: Representações Sociais e Práticas Psicossociais: para mundos sem fronteiras*. UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado em <https://www.2019.jirs.com.br/anais/trabalhos/mesaredonda?simposio=11>
- Huyssen, A. (2014). *Políticas de memória no nosso tempo*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2010). *Bases cartográficas, malhas digitais, setor censitário 2010*. Recuperado em 04 de abril de 2018, de <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião*. Recuperado de <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA - MG). (2019). *O tombamento estadual do Edifício da antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – DOPS-MG – foi aprovado pela Deliberação CONEP 03/2016, de 23 de fevereiro de 2016, e inscrito no Livro do Tombo III – Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos*. Recuperado em 02 de setembro de 2020, de <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/14-patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/380-edif%C3%ADcio-da-antiga-sede-do-departamento-de-ordem-pol%C3%ADtica-e-social-de-minas-gerais-%E2%80%93-dops-mg-pte-149-2015>

Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania – IHG. (2009). *Sobre Helena Greco*. Recuperado em 04 de março de 2020, de <https://institutohelenagreco.blogspot.com/2009/10/helena-greco-nossa-cidadania-depende.html>

Isto É. (2016). *Identificados 1,2 mil camponeses mortos e desaparecidos na ditadura*. Recuperado em 12 de março de 2020, de https://istoe.com.br/241099_IDENTIFICADOS+1+2+MIL+CAMPONESES+MORTOS+E+DESAPARECIDOS+NA+DITADURA/

Isto É. (2019). *Bolsonaro determina que sejam feitas ‘comemorações devidas’ a 64*. Recuperado em 01 de setembro de 2020, de <https://istoe.com.br/bolsonaro-determina-que-sejam-feitas-comemoracoes-devidas-a-64/>

Jedlowski, P. (2000). La sociología y la memoria colectiva. In A. Rosa, G. Bellelli & D. Bakhurst (Eds.), *Memoria colectiva e identidad nacional* (pp. 123-134). Madrid, España: Biblioteca Nueva.

Jelin, E. (2002). *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo Veinteuno de España Editores S.A.

Jelin, E. La justicia después del juicio: legados y desafíos em la Argentina postdictatorial. (2008) In. M. M. Ferreira; M. P. Araújo & S. V. Quadrat (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas* (pp.342-360). Rio de Janeiro: FGV Editora.

Jinkings, I., Doria, K. & Cleto, M. (2016). (Orgs.). *Porque gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Boitempo Editorial.

Jodelet, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. (2001). In D. Jodelet. *As Representações Sociais* (L. Ulup, trad., pp. 17-44). Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

Jodelet, D. (2005). *Loucuras e Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.

Jodelet, D. Imbricações entre representações sociais e intervenção. (2007). In A. Moreira; B. Camargo (Orgs.). *Contribuições para a Teoria e o Método de Estudo das Representações Sociais* (pp. 45-74). João Pessoa: Editora Universitária UFPB.

Jodelet, D. (2010). La memoria de los lugares urbanos. *Alteridades*, 20(39), 81-89. Recuperado em 11 de junho de 2015, de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-70172010000100007

Jodelet, D. (2012). Conflits entre histoire mémorielle et histoire historique. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 151-162. Recuperado em 04 de abril de 2018, de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/4896/3619>

Jodelet, D. (2013). Les inscriptions spatiales des conflits de mémoire. *Psicologia e Saber Social*, 2(1), 5-16. Recuperado em 04 de abril de 2018, de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/download/7200/5201>

Jornal O Tempo (2013). *Espaços públicos que levam nome de ditadores podem mudar de nome*. Recuperado em 20 de junho de 2015, de <https://www.otempo.com.br/cidades/espacos-publicos-que-levam-nome-de-ditadores-podem-mudar-de-nome-1.745575>

Jornal O Tempo (2014). *50 anos do golpe*. Recuperado em 20 de junho de 2015, de <http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/50-anos-do-golpe/nomes-de-militantessubstituem-os-de-ditadores-nas-ruas-de-bh-1.815206>

Jovchelovitch, S. (2000). *Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Juiz de Fora, Comissão Municipal da Verdade. (2016). *Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora MAMM. Recuperado em 10 de março de 2020, de <https://www.ufjf.br/comissaodaverdade/relatorio-final/>

JusBrasil – Associação do Ministério Público de Minas Gerais. (2020). *Os primeiros passos da ditadura militar começaram em Minas Gerais*. Recuperado de

<https://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/114760254/os-primeiros-passos-da-ditadura-militar-comecaram-em-minas-gerais>

Lefebvre, H. (2008). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008. [Publicado originalmente em 1968].

Lei n. 6.683 de 28 de agosto de 1979. *Concede anistia e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 6.916, de 1 de agosto de 1995. *Dispõe sobre denominação dos próprios públicos e identificação dos imóveis urbanos*. Recuperado de <https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/237799/lei-6916-95>

Lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011. *Regula e garante o acesso a informações*. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 12.528 de 18 de novembro de 2011. *Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República*. Brasília, DF: Presidência da República.

Lei n. 21.417 de 15 de julho de 2014. *Acrescenta dispositivo à lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado*. Belo Horizonte, MG: Governo do Estado de Minas Gerais.

Lei n.11.065, de 1º de agosto de 2017. Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências. Recuperado de <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/leiordinaria/2017/1106/11065/lei-ordinaria-n-11065-2017-estabelece-a-estrutura-organica-da-administracao-publica-do-poder-executivo-e-da-outrasprovidencias>

Lima, R. (2019). Imagem social de Jair Bolsonaro para mulheres entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2018 no Brasil. *Anais da XI Jornada Internacional sobre Representações Sociais - JIRS e IX Conferência Brasileira sobre Representações Sociais: Representações Sociais e Práticas Psicossociais: para mundos sem fronteiras*. UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado em <https://www.2019.jirs.com.br/anais/trabalhos/mesaredonda?simposio=11>

Lira, E. (1998). Recordar es volver a pasar por el corazón. In D. Páez, J. F. Valencia, J. W. Pennebaker, B. Rimé, D. Jodelet (Eds.). *Memorias colectivas de procesos culturales y políticos* (pp. 247-263). Biscay: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

Lopes, L. & Nascimento, A. (2015). O que faz uma psicologia social? Intervenção na Psicologia Social Brasileira. *Psicología & Sociedade*, 28(1), 14-25. Epub.

Recuperado em 26 de agosto de 2020 de <https://doi.org/10.1590/1807-03102015aop002>

Machado, M. (2002). *Entrevista de Pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado*. Belo Horizonte: C/ Arte Editora.

Machado, L. (2019). *Como foi o primeiro 'Lula livre' em 1980, quando ex-presidente foi preso pela ditadura*. BBC News. São Paulo. Recuperado em 27 de agosto de 2020, de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50297742>

Mannheim, K. (1982). O problema sociológico das gerações. In M. M. Foracchi. (Org.). *Karl Mannheim* (pp.67-95). São Paulo: Ática.

Martins, A. & Migowsky, A. (2015). *Cartografando a Ditadura Militar no Brasil: memórias coletivas e mapas digitais colaborativos*. Compós: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação. Recuperado de http://www.compos.org.br/biblioteca/comp%C3%B3s2015-autores_2884.pdf

Mathias, S. (1995). Processo de distensão: conflitos e mudança. In S. K. Mathias. *A distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*, (pp. 109-145). Campinas: Papyrus Editora.

Mazui, G. (2019). Bolsonaro diz que não falou 'nada de mais' sobre morte de Fernando Santa Cruz. *G1 – Brasília*. Recuperado em 01 de setembro de 2020, de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/02/bolsonaro-diz-que-nao-falou-nada-de-mais-sobre-morte-de-fernando-santa-cruz.ghtml>

MCTIC (2019). *Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações*. Recuperado em 28 de agosto de 2020, de <http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/paginaInstitucional.html>

Menezes, E. (2014). *Família de vítima de tortura mora em rua batizada com nome do torturador*. Portal de Notícias R7. Recuperado em 08 de abril de 2018 de <https://noticias.r7.com/minas-gerais/familia-de-vitima-de-tortura-mora-em-rua-batizada-com-nome-do-torturador-31032014>

Meyer, E. (2016). *Direitos Humanos e Cidadania: Memória, Verdade e Justiça*. (Vol. 11, Coleção Cadernos de Direitos Humanos: Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais - EFDH-MG). Belo Horizonte: Marginália Comunicação.

Meyer, E. & Reis, U. (2021). Transição sem Justiça de transição: como a forma de lidar com o passado ajuda a explicar o presente. *Jornal Jota*. Recuperado de <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/justica-direito-25022021>

- Mills, C. (2007/2018). Ignorância branca (B. R. Santos, trad.). *Griot: Revista de Filosofia*, 17(1), 413-438. Recuperado de <https://doi.org/10.31977/grirfi.v17i1.785>
- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2019a). *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP*. Recuperado em 31 de agosto de 2020, de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/cemdp/comissao-especial-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos-cemdp>
- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2019b). *Ministério da Justiça transfere acervo de publicações da Comissão de Anistia*. Recuperado em 31 de agosto de 2020, de [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/agosto/ministerio-da-justica-transfere-acervo-de-publicacoes-da-comissao-de-anistia#:~:text=Institu%C3%ADda%20pela%20Lei%20n%C2%BA%2010.559,do s%20Direitos%20Humanos%20\(MMFDH\)](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/agosto/ministerio-da-justica-transfere-acervo-de-publicacoes-da-comissao-de-anistia#:~:text=Institu%C3%ADda%20pela%20Lei%20n%C2%BA%2010.559,do s%20Direitos%20Humanos%20(MMFDH))
- Ministério da Saúde (2020). *Painel Coronavírus*. Recuperado em 04 de setembro, de <https://covid.saude.gov.br/>
- Ministério da Saúde. (2021). *Painel Coronavírus*. Acesso em 27 de fevereiro de 2021, de <https://covid.saude.gov.br/>
- Ministério Público Federal (2014). *MPF pede punição a coronel Ustra por crime cometido na ditadura*. Recuperado em 28 de agosto de 2020, de <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/136075456/mpf-pede-punicao-a-coronel-ustra-por-crime-cometido-na-ditadura?ref=amp>
- Ministério Público Federal (2018). *MPF/MG ajuíza ação para mudar nomes de ruas que homenageiam presidentes do regime militar*. Recuperado em 26 de junho de 2018, de <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-mg-ajuiza-acao-para-mudar-nomes-de-ruas-que-homenageiam-presidentes-do-regime-militar>
- Ministério Público Federal. (n.d.). *Caso Lava Jato*. Recuperado em 04 de setembro de 2020, de <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>
- Monte-Mór, R. (2006). *O cotidiano e a produção do espaço. Anais do III Colóquio de Pesquisas em Habitação*. Belo Horizonte: EA-UFMG, 2006, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, III. Recuperado em 27 de maio de 2018, de http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_eventos/coloquio2006/palestras/monte-mor.htm
- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: el método en la psicología comunitária*. Buenos Aires: Paidós.

- Monteiro, T. (2016). *Ditadura ou Regime? História da Ditadura, novas perspectivas*. Recuperado em 29 de março de 2019, de <https://www.historiadaditadura.com.br/destaque/ditadura-ou-regime/>
- Moraes, M. (2020). Post falso sobre 'relação' de Marielle Franco com Marcinho VP continua a circular 2 anos após assassinato. *Folha de São Paulo*. Recuperado em 04 de setembro de 2020, de <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/03/13/verificamos-marielle-franco-marcinho-vp/>
- Moscovici, S. (1983). *La révolution iconique. La recherché*, 144, 569-570.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. (Sônia Fuhrmann, trad., Coleção Psicologia Social). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1961).
- Motta, R. (2017). *A cultura política brasileira, a crise e um horizonte de expectativas*. Belo Horizonte: No prelo.
- Motta, R. (2017). *Cultura política em perspectiva comparada/ Políticas Econômicas e Políticas Sociais nas ditaduras*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. Notas de aula.
- Motta, R. (2016). A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. *Revista Páginas*, 8(17), 9-25. Recuperado em abril de 2017, de <http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/REVPaginas>.
- Motta, R. (2014). *As Universidades e o Regime Militar – cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Motta, R. (2013). História, Memória e as disputas pela representação do passado presente. *Patrimônio e Memória (UNESP)*, 9, 56-70.
- Motta, R. (2009). Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In R. P. S. Motta. (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos* (pp. 13-37). Belo Horizonte: Argumentum.
- Motta, R. (2002). *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- Motta, R. (1996). A formação do MDB e a influência do quadro partidário anterior. *Revista de Sociologia & Política*, 6(7), 201-212. Recuperado em 11 de outubro de 2018, de <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39350/24166>

- Naiff, D. (2005). *A memória social dos governos Vargas: um estudo comparativo entre duas gerações no Rio de Janeiro* (Tese de Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Nascimento-Schulze, C. & Camargo, B. (2000). Psicologia Social, Representações Sociais e métodos. *Temas em Psicologia*, 8(3), 287-299. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2000000300007&lng=pt&tlng=pt.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. (Y. A. Khoury, trad.). *Projeto História*, São Paulo, 10, 7-28. Recuperado em 23 de março de 2012 de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>
- Nuzzi, V. (2019). "Não entregar o corpo é barbárie". Movimento pela memória não tem volta, 'não depende de comissão', diz procuradora exonerada. *Rede Brasil Atual (RBA)*. Recuperado em 01 de setembro de 2020, de <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/08/movimento-pela-memoria-nao-tem-volta-nao-depende-de-comissao-diz-procuradora-exonerada/>
- Oliveira, D. (2008). Análise de Conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Revista de Enfermagem UERJ*, 16(4), 569-76. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-512081>
- Oliveira, F. (2013). *"Pau neles, não nos nossos": as representações sociais do tráfico de drogas na revista Veja (1968-2010) e suas implicações nas dinâmicas identitárias*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 11 de junho de 2015 de <http://www.biblioteca digital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-9NSGE6>
- Oliveira, F. (2019). *Batalhas virtuais na cibercultura: uma análise psicossocial da memória e das representações sociais dos governos militares no Brasil (1964-1985)*. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Oliveira, A.; Neves Júnior, J. & Lanza, F. (2014). Reedição da "Marcha da Família, com Deus pela Liberdade" 50 anos depois do golpe de 1964: manifestações anacrônicas em favor da ditadura militar no Brasil. *Anais: XXV Semana de Ciências Sociais: 50 anos do Golpe Militar. Universidade Estadual de Londrina*. Recuperado em 04 de setembro de 2020, de http://www.uel.br/eventos/semanacsoc/pages/arquivos/GT2%202014/GT2_Ana%20Claudia%20Rodrigues%20de%20Oliveira.pdf
- Oliveira, D.; Marques, S.; Gomes, A. & Teixeira, M. (2005). Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira; B.V. Camargo, J. C. Jesuíno & S. M. Nóbrega. (Orgs). *Perspectivas Teóricas Metodológicas em Representações Sociais* (pp.573-603). João Pessoa: Editora Universitária – UFPB.

- Oliveira, F.; Cruz, J.; Breugelmans, J.; Gianordoli-Nascimento, I. & Cruz, F. (2017). Memórias familiares sobre as dinâmicas de socialização e apoio materno às trajetórias de militância política contra a ditadura militar no Brasil. *L'Ordinaire des Amériques*. Recuperado de <https://doi.org/10.4000/orda.3501>
- Oliveira, F.; Cruz, J.; Gianordoli-Nascimento, I.; Naiff, L.; Ávila, R. (2017). Novas páginas de pesquisa em Psicologia Social: o fazer pesquisa na/da internet. *Psicologia & Saber Social*, 6, 186-204. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/33558>
- Organização das Nações Unidas. (2009). Conselho de Segurança. O Estado de Direito e a justiça de transição em sociedades em conflito ou pós-conflito. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, 1, 320-351. Brasília: Ministério da Justiça. Recuperado de https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/2009revistaanistia01.pdf
- Ostellino, P. (1998). Ditadura (Verbetes). In N. Bobbio, N. Matteucci & M. Pasquino. *Dicionário de Política* (C. Varriale, Trad.). Brasília: Editora UNB.
- Padrós, E. (2009). História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, 1(1), 30-45. Recuperado em 17 de 04 de setembro de 2020, de <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/708/599>
- Pagotto-Euzebio, M. & Menezes, R. (2020). Iconoclastia identitária e os monumentos públicos: o que se quer reparar? *Jornal da USP*. Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 27 de julho de 2020, de <https://jornal.usp.br/artigos/iconoclastia-identitaria-e-os-monumentos-publicos-o-que-se-quer-reparar/>
- Passaglio, K.; Barros Neto, R.; Fensterseifer, L; Meireles, B.; Cruz, J.; Santos, L.; Lins, V. (2008). Possíveis benefícios psicológicos e fisiológicos do riso em ambiente escolar. *Neurociências*, 4, 22-30, Atlântica Editora.
- Paula, V. (2011). *Análise sobre a duplicidade das denominações dos logradouros públicos de Belo Horizonte*. (Trabalho de conclusão de curso de especialização lato sensu). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Perrot, M. (2005). Práticas da memória feminina. In M. Perrot. *As mulheres ou os silêncios da história* (V. Ribeiro, trad.). (pp.33-43). Bauru: Edusc.
- Petta, R. (2020). *O mal que faz um 'cidadão de bem'*. Recuperado de <https://domtotal.com/fato-em-foco/595/2020/06/o-mal-que-faz-um-cidadao-de-bem/>

- Piaget, J. (2007). *Epistemologia Genética* (A. Cabral, trad., 3 ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2(3), 3-15. Recuperado em 12 de abril de 2011, de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(1), 200-212. Recuperado em 12 de abril de 2011 de <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>
- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. (2014). *“Memórias de Resistência” mostra locais de repressão e resistência em BH durante ditadura militar*. Recuperado em 15 de junho de 2015 de <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=150404&pldPlc=&app=salanoticias>
- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH. (2019). *Levantamento da Prodabel revela número de ruas e histórias de BH*. Recuperado em 13 de fevereiro de 2020, de <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/levantamento-da-prodabel-revela-numero-de-ruas-e-historias-de-bh>
- Prefeitura de São Paulo. (2015). *Projeto “Ruas de Memória” fará intervenção artística na zona sul*. Recuperado em 15 de junho de 2015 de <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5685>
- PROGRAD – Pró-reitoria de Graduação da UFMG (n/d). *Formação Transversal (Apresentação)*. Recuperado de <https://www2.ufmg.br/prograd/prograd/Pro-Reitoria-de-Graduacao/Estudante/Formacao-Transversal/Formacao-Transversal-Apresentacao>
- Projeto de Lei n. 4069/2013. *Altera a denominação do Estádio Governador Magalhães Pinto para Estádio Mineirão*. Belo Horizonte, MG: Governo do Estado de Minas Gerais.
- QGIS, (2020). QGIS: *Um Sistema de Informação Geográfica livre e aberto*. Recuperado em 18 de agosto de 2020, de https://www.qgis.org/pt_BR/site/index.html
- Rasera, E.; Guanaes-Lorenzi, C. Corradi-Webster, C. (2016). Pesquisa como prática social: o pesquisador e os “outros” na produção do conhecimento. *Athenea Digital* - 16(2), 325-347. Recuperado de <https://atheneadigital.net/article/download/v16-n2-rasera-guanaes-corradi/1839-pdf-pt>

- Rayo, J. (2008) Uma educação com vocação internacional. In J. T. Rayo. *Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global* (pp. 85-162). Porto Alegre: Artmed.
- Reis, D. (2005). *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Reis; D.; Ridente, M. & Motta, R. (2014). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe militar*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ribeiro, F. (2005). A Subida do Monte Purgatório: estudo da experiência de presos políticos na Penitenciária Regional de Linhares. *Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, MG, Brasil. Recuperado em <https://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a25.pdf>
- Ribeiro, R. (Coord.). (2011). *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte /Regional Norte*. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade.
- Ricouer, P. (2007). P. Ricouer. *A Memória, a história, o esquecimento* (A. François, trad.). Campinas: Ed. Unicamp.
- Rieff, D. (2016). *In Praise of Forgetting: historical memory and its ironies*. New Haven: Yale University Press.
- Rocha-Coutinho, M^a. L. (1994). *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Rodeghero, C. (2014). A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In. D. A. Reis; M. Ridente & R.P.S. Motta (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe militar* (pp.172-185). Rio de Janeiro: Zahar.
- Rolleberg, D.; Quadrat, S. (Orgs.). (2010). Apresentação. In D. Rolleberg & S. V. Quadrat. *Construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX* (pp. 11-31). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Romancini, R. (2018). Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. *Contracampo*, 37(02), 87-108. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v37i2.1102>
- Romanelli, G. (1998). A entrevista antropológica: troca e alteridade. In G. Romanelli & Z. Biasoli-Alves (Orgs). *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa* (pp. 119-133). Ribeirão Preto: Legis Summa.

- Romero, L. (2006). O impulso e o freio, 1983-1989. In L. A. Romero. *História Contemporânea da Argentina* (E. Barreiros, trad.), (pp. 230-253). Rio de Janeiro: J. Zahar Editora.
- Roussiau, N. & Renard, E. (2003). Das representações sociais à institucionalização da memória social (D. M. Oliveira, trad.). *Connexions*, Paris, 80, 31-41.
- Sá, C. (1996). Métodos e técnicas de pesquisa do núcleo central. In C. P. Sá. *Núcleo Central das Representações Sociais* (pp. 99-146). Petrópolis: Vozes.
- Sá, C. (2005). As memórias da memória social. In C. P. Sá (Ed.). *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 63-86). Rio de Janeiro, RJ: Editora do Museu da República.
- Sá, C. (2007). Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 20(2), 290-295.
- Sá, C. (2009). A memória histórica numa perspectiva psicossocial. *Morpheus*, 14, 91-100.
- Sá, C. (2012). Psicologia social da memória: sobre memórias históricas e memórias geracionais. In Jacó-Vilela, A. M. & Sato, L (Orgs). *Diálogos em psicologia social [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Cap.3. p.46-57. Recuperado em 01 de março de 2016 de <http://books.scielo.org>.
- Sá, C. (2013) A psicologia social da memória: uma sistematização teórico-conceitual. In C. P. Sá, P. R. M. Menandro, L. A. M. Naiff (Orgs.). *Psicologia social e o estudo da memória histórica: o caso dos Anos Dourados no Brasil*. Curitiba: Appris.
- Sá, C. (2015). Entre a história e a memória, o estudo psicossocial das memórias históricas. *Cadernos de Pesquisa [online]*. 45(156), 260-274. Recuperado em 26 de maio de 2018, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742015000200260&script=sci_abstract&tlng=pt
- Sá, C.; Castro, R.; Möller, R.; Perez, J. & Bezerra, F. (2008). A memória histórica do Regime Militar em três gerações: conteúdos factuais e juízos críticos. *Psicologia: Teoria & Prática*, 10(1), 36-51.
- Sá, C.; Oliveira, D.; Castro, R. & Möller, R. (2009). A construção do estado atual de uma memória histórica: o caso do regime militar no Brasil. Em A. M. O. Almeida & D. Jodelet. *Representações Sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas* (pp. 245-265). Brasília: Thesaurus.

- Sá, C.; Oliveira, D.; Wolter, R. & Vetere, R. (2011). A memória histórica dos Anos Dourados no Rio de Janeiro: Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília *Memorandum*, 21, 179-194. Recuperado em 30 de maio de 2013 de <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a21/saoliveirawoltervetere01>
- Sá, C.; Menandro, P. & Naiff, L. (2013). (Orgs.). *Psicologia social e o estudo da memória histórica: o caso dos Anos Dourados no Brasil*. Curitiba: Appris.
- Salgueiro, H. (2001). O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In H. Salgueiro. (Org). *Cidades Capitais do século XIX* (pp.135-181). São Paulo, Edusp.
- Sandoval. S. (2018). Formação em métodos de pesquisa na pós-graduação: abordagens multimétodos para as demandas da atualidade. *Educar em Revista*, 34(71), 69-82. Recuperado em 09 de setembro de 2020, de <https://www.scielo.br/pdf/er/v34n71/0104-4060-er-34-71-69.pdf>
- Santos, M. (2019). BH 'ganha' praça em homenagem à Marielle Franco: 'Patrimônio político'. *BHAZ*. Recuperado em 31 de agosto de 2020, de <https://bhaz.com.br/2019/09/04/praca-marielle-franco-em-bh/#gref>
- Santos, P.; Santos, E. & Oliveira, D. (2020). O intelectual orgânico e a construção da vontade coletiva da classe subalterna na direção da formação humana. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, 24(3), 1598-1614. Recuperado de <https://doi.org/10.22633/rpge.v24i3.14295>
- Sapienza, J. A. (2018). *Curso de Extensão sobre Sistemas de Informação Geográfica – ArcGis*. Sistema LabGis - Núcleo de Geotecnologias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (Notas de aula).
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. (2010). *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PR.
- Soares, I. & Quinalha, R. (2011). Lugares de memória no cenário brasileiro da Justiça de Transição. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, 10, 75-86.
- Sobrinho, M. (2019a). Psicossociologia do fenômeno Bolsonaro. *Anais da XI Jornada Internacional sobre Representações Sociais - JIRS e IX Conferência Brasileira sobre Representações Sociais: Representações Sociais e Práticas Psicossociais: para mundos sem fronteiras*. UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado em <https://www.2019.jirs.com.br/anais/trabalhos/mesaredonda?simposio=11>
- Sobrinho, M. (2019b). Representações sociais e matrizes explicativas do fenômeno Bolsonaro. *Anais da XI Jornada Internacional sobre Representações Sociais - JIRS e IX Conferência Brasileira sobre Representações Sociais: Representações*

Sociais e Práticas Psicossociais: para mundos sem fronteiras. UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado em <https://www.2019.jirs.com.br/anais/trabalhos/mesaredonda?simposio=11>

- Soja, E. (1993). *Geografias Pós Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica* (V. Ribeiro, Trad.). 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Souza, G. (2014). Uso da cartografia no setor público: geoprocessamento como tomada de decisão. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, Volume Especial Cartogeo, 180-202.
- Souza, J.; Grillo, A.; Silva, E.; Rocha, E.; Maciel, F.; Santos, J.; Luna, L.; Carneiro, M.; Mattos, P.; Coutinho, P.; Torres, R. & Berg, T. (Col.) (2009). *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Souza, L. (2004). Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In L. Souza, Z. A. Trindade. (Orgs.). *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos* (pp.57-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, L. (2005). Processos de identidade social: da intolerância e violência à utopia solidária. In Z. Trindade e L. Souza (Orgs). *Anais do Simpósio Nacional de Psicologia Social e do Desenvolvimento Humano- X Encontro Nacional do PROCAD/Psicologia-CAPES*. Vitória, ES, Brasil.
- Souza, L. & Menandro, P. (2007). Pesquisa documental em psicologia: a máquina do tempo. In M. M. P. Rodrigues & P. R. M. Menandro. (Orgs.) *Lógicas Metodológicas: trajetórias de pesquisa em psicologia*. (pp. 151-174). Vitória: UFES – Programa de Pós-Graduação em Psicologia / GM Gráfica Editora.
- Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno falar?* (S. R. G. Almeida; M. P. Feitosa; A. P. Feitosa). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Obra original publicada em 1942).
- Starling, H. (1986). *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. (2a ed). Petrópolis: Vozes.
- Starling, H. (2007). Liberdade ainda que tardia. *Revista de História*, 1-2, Universidade Federal Fluminense (UFF). Recuperado em 19 de setembro de 2019, de <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/wpcontent/uploads/2017/02/Liberdade-ainda-que-tardia-Revista-de-Hist%C3%B3ria.pdf>
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Testi, F. (2019). Praça em Belo Horizonte ganha nome em homenagem a Marielle Franco. *Metrópoles*. Recuperado em 31 de agosto de 2020, de

<https://www.metropoles.com/brasil/praca-em-belo-horizonte-ganha-nome-em-homenagem-a-marielle-franco>

The New York Times (2020). *Por que os brasileiros deveriam ter medo do gabinete do ódio*. Recuperado em 31 de agosto de 2020, de <https://www.nytimes.com/pt/2020/08/04/opinion/international-world/bolsonaro-gabinete-do-odio.html>

Trindade, Z. (2013). 16 anos de JIRS: contribuições, avanços e perspectivas. *VIII Jornada Internacional em Representações Sociais (JIRS) e a VI Conferência Brasileira em Representações Sociais (CBRS): Desenvolvimento da Teoria Das Representações Sociais: viagens euro-americanas*. Recife, Pernambuco, Brasil, VIII JIRS e VI CBRS.

UFMG. (2019). *Memorial é símbolo da construção democrática, diz comitê da Comissão de Anistia*. Recuperado em 01 de setembro de 2020, de <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/memorial-e-simbolo-da-construcao-democratica-diz-comite-da-comissao-de-anistia>

Vala, J. (1993). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 28 (4-5), 887-919.

Vala, J. (2004). Representações Sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In J. Vala, J., & M. B., Monteiro. *Psicologia Social* (6a. ed., pp.457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Valente, I. & Erundina, L. (2019). *Requerimento de Informação de n.º 461 de 2019: Solicita à Excelentíssima Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Sra. Damares Alves, informações sobre as mudanças do Regimento Interno da Comissão da Anistia e sobre a iniciativa de revisão de processos já analisados e aprovados pela Comissão*. Brasília: Câmara dos Deputados, Lideranças do Partido Socialismo e Liberdade. Recuperado em 12 de agosto de 2020 de https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1741486&filename=RIC+461/2019

Vannuchi, C. (2020). *Vala de Perus: uma biografia*. São Paulo: Alameda.

Ventura, Z. (1988). *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Vergès, P. (2005). A evocação do dinheiro: um método para a definição do núcleo central de uma representação. In A. S. P. Moreira; B.V. Camargo, J. C. Jesuíno & S. M. Nóbrega. (Orgs). *Perspectivas Teórico-Metodológicas em Representações Sociais* (pp. 471-487). João Pessoa: Editora Universitária – UFPB.

- Vieiralves de Castro, R. (2017). *Pensamento social dos brasileiros sobre corrupção os brasileiros e a corrupção*. *Polêmica*, 17(3), 20-37. Recuperado em 04 de abril de 2018 doi: <https://doi.org/10.12957/polemica.2017.31040>
- Villalta, L. (2013). Inconfidentes desde de sempre. *Revista de História*, 1-4, Universidade Federal Fluminense (UFF). Recuperado em 19 de setembro de 2019, de <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/wpcontent/uploads/2017/02/Inconfidentes-desde-sempre-Revista-de-Hist%C3%B3ria-1.pdf>
- Vinitzky-Seroussi, V. & Teeger, C. (2010). Unpacking the Unspoken: Silence in Collective Memory and Forgetting. *Social Forces*, 88(3), 1103-1122. Recuperado em 04 de abril de 2018 de <https://academic.oup.com/sf/article/88/3/1103/1936346>
- Weinrich, H. (2001). *Lete: arte e crítica do esquecimento* (L. Luft, trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Wolter, R.; J. Wachelke; Sá, C.; Dias, A. & Naiff, D. (2015). Temporalidade e representações sociais: estabilidade e dinâmica dos elementos ativados pelo regime militar brasileiro. *Psychologica*, 58(1), 107-125. Recuperado em 12 de setembro de 2018, de <http://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/2757/1989>
- Wolter, R. & Peixoto, A. (No prelo). *Temporalidade e pensamento social: das transformações pelas minorias e novas práticas às oscilações situacionais*. In A. R. Nascimento, I. F. Gianordoli-Nascimento, M. I. Antunes-Rocha (Orgs.). Livro - X Jornada Internacional sobre Representações Sociais e VIII Conferência Brasileira sobre Representações Sociais (Título Temporário).
- Zilli, M. (2011). O Regime Militar e a Justiça de Transição no Brasil. Para onde caminhar? *Revista Brasileira de Ciências Criminas - RBCCrim*, 19(93), 61-101. Edição Especial Justiça de Transição. São Paulo, Editora: Revista dos Tribunais.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Prezada Sr.(a),

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “Entre Ruas e avenidas: a construção de uma memória histórica do regime militar no Brasil (1964-1985)”.

A presente pesquisa tem como objetivo, compreender como os grupos sociais constroem suas memórias sobre determinado período histórico, buscando especificamente compreender a construção da memória histórica do Regime Militar (1964-1985), a partir da modificação de nomes de ruas e avenidas em Belo Horizonte e Região Metropolitana. Para isso, vamos fazer perguntas sobre esse período a diversas pessoas, com o intuito de resgatar e contribuir para o aparecimento de novas versões da memória social. A pesquisa é de responsabilidade da professora orientadora Dra. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento e da estudante de doutorado, Jaíza Pollyanna Dias da Cruz Rocha.

Você está sendo convidado(a) agora, a participar de uma tarefa única, que consiste em expressar sua opinião de forma sigilosa e anônima, em um questionário sobre o tema, dedicando um tempo estimado em 25 minutos para o preenchimento. Esta tarefa não é uma avaliação ou teste de conhecimentos, e sim, um instrumento para mapear lembranças que você pode ter sobre o Regime Militar no Brasil. Não existem respostas certas ou erradas. O questionário não possui qualquer forma de identificação em seu preenchimento, apenas, seu consentimento em participar, e o fornecimento de dados como idade, sexo, naturalidade, orientação política, orientação religiosa, escolaridade. Tais dados não serão expostos individualmente, apenas em conjunto para caracterizar o grupo de participantes. Consideramos que sua participação oferece baixo risco. Nossa intenção é que você se sinta confortável para expressar sua opinião e que não haja desconforto ou constrangimento durante a tarefa. Ainda assim, você tem liberdade para recusar ou desistir de sua participação, não sofrendo nenhuma penalização ou prejuízo devido a isso. Sua participação será totalmente voluntária. Você não terá qualquer tipo de despesa para participar da pesquisa e não receberá remuneração por sua participação. O conjunto dos resultados analisados na pesquisa será futuramente divulgado em congressos, em apresentações orais e em publicações científicas. Os dados obtidos durante a pesquisa são confidenciais e não serão usados para outros fins. Os questionários impressos ficarão armazenados juntos as pesquisadoras por 06 anos, após esse período serão incinerados.

Colocamos a sua disposição o projeto de pesquisa, para que possa ler e se familiarizar com a proposta do trabalho. Para isso e para quaisquer outros esclarecimentos, basta fazer contato com as pesquisadoras e a professora responsável. No caso de dúvidas éticas entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais.

- **Prof.^a Dr.^a. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento**, pesquisadora responsável. Telefone para contato: (31) 3409-6278. E-mail: ingridfgian@gmail.com

- **Jaíza Pollyanna Dias da Cruz Rocha**, pesquisadora de doutorado responsável. Telefone para contato: (31) 98625-9570 E-mail: jaizacruz@gmail.com

- As pesquisadoras poderão também ser contatadas no endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) 4º andar, no Departamento de Psicologia ou no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG.

- **Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP-UFMG)** deverá ser contatado na Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Tel.: (31) 3409-4592. E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2019.

Rubricas:

Estando de acordo, assina o presente Termo de Consentimento em 2 (duas) vias, devendo todas as páginas das duas vias serem rubricadas pelo participante e as pesquisadoras.

Declaro que li e entendi as informações relativas a esta pesquisa contidas neste termo de consentimento e concordo em participar, voluntariamente, da mesma. AUTORIZO a utilização das informações prestadas na pesquisa intitulada *“Entre Ruas e avenidas: a construção de uma memória histórica do regime militar no Brasil (1964-1985).”*

Ass.: _____
Participante

Ass.: _____
Jaíza Pollyanna Dias da Cruz Rocha
Pesquisadora Responsável

Ass.: _____
Prof.^a. Dr.^a. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento
Professora Orientadora Responsável

Rubricas:

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

QUESTIONÁRIO

Pesquisa: “*Entre ruas e avenidas: a construção de uma memória histórica do período militar (1964-1985) em Belo Horizonte - MG*”

Número do questionário: _____

Nome do Aplicador: _____

Data de aplicação: ____/____/____

Logradouro de aplicação: _____

Região: _____

Meu nome é _____, e no momento, estamos realizando uma pesquisa da UFMG intitulada “*Entre ruas e avenidas: a construção de uma memória histórica do período militar (1964-1985) em Belo Horizonte-MG*” Precisamos de sua colaboração. Gostaria de saber se você reside, trabalha ou transita por esta rua frequentemente.

() Sim (*continue*) () Não (*encerre*)

Vou lhe apresentar um termo com informações sobre esta pesquisa e, a seguir, conforme o seu consentimento, vou fazer algumas perguntas. (*Ler o termo reduzido no fim do questionário, colher a assinatura, conforme o consentimento. Entregar a via a dela.*)

PARTE I – Sobre as ruas e avenidas

1. Há quanto tempo você reside ou trabalha nessa rua/avenida?

2. Vamos falar sobre este local. Você sabe ou se lembra quem é a pessoa que dá nome a esta rua? (*Repetir o nome da rua*)

1. () Sim. Quem é?

2. () Não.

3. Você sabe se essa rua tinha um antigo nome? (*Repetir o nome antigo da rua – quando houver*)

1. () Sim. (**Siga para a questão 4.**)

2. () Não. (**Pule para a caixa de texto pg.3**)

4. Sobre o antigo nome, você sabe quem era e o porquê da modificação?

1. () Sim. Quem era?

1.1 E por que houve a modificação?

2. () Não.

5. Como foi para você a mudança do nome desta rua? (O que você achou e como você se sente/sentiu)?

6. Para você, como morador ou transeunte desse local, houve mais coisas boas, mais coisas ruins, ou tanto coisa boas como coisas ruins com a mudança de nome (Ou nomeação) dessa rua/avenida?

1. () Mais coisas boas. **(Siga para a 6.1)**
2. () Mais coisas ruins. **(Siga para a 6.2)**
3. () Tanto boas quanto ruins. **(Continue)**
4. () Não sabe. **(Siga para a 7)**

6.1. Das coisas boas, o que você destaca?

6.2. Das coisas ruins, o que você destaca?

7. Você prefere o antigo nome da rua (falar o nome da antiga rua) ou o nome atual (repetir o nome atual) ou não faz diferença?

1. () Antigo. Por quê?

2. () Atual. Por quê?

3. () Não faz diferença.

<p style="text-align: center;"><u>ATENÇÃO!!!</u> NESSE MOMENTO O APLICADOR DEVERÁ LER A FICHA COM UMA PEQUENA BIOGRAFIA SOBRE QUEM ERA A PESSOA QUE NOMEAVA A ANTIGA RUA, E/OU SOBRE QUEM É O ATUAL HOMENAGEADO. NÃO ESQUECER!!!</p>
--

8. A nomeação de ruas e avenidas são atos de homenagem a pessoas que tiveram destaque na sociedade. Você considera que esta ação de nomear a rua tem algum efeito para a vida dos moradores?

1. () Sim. Qual?

2. () Não.

3. () Não sei.

8.1 E para as famílias da pessoa homenageada?

1. () Sim. Qual?

2. () Não.

3. () Não sabe.

9. A forma como a nomeação desse local foi feita é de conhecimento da comunidade?

1. () Sim.

2. () Não.

3. () Não sabe.

10. Você concorda com a forma que foi feita?

1. () Sim. Por quê?

2. () Não. Por quê?

3. () Não sei.

11. Você conhece outras ruas ou avenidas que homenageiam figuras políticas da época do período militar no Brasil?

1. () Sim. Qual (is)?

2. () Não.

PARTE II – Período Militar no Brasil

12. Agora vamos conversar um pouco sobre o período militar no Brasil (1964-1985), e eu gostaria que você me dissesse 5 (cinco) palavras ou expressões que te vêm logo à lembrança (mente) quando eu falo, “PERÍODO MILITAR”:

- () _____
 () _____
 () _____
 () _____
 () _____

12.1 Agora eu gostaria que você colocasse estes termos em ordem de importância (mostrar os termos evocados pelo sujeito). No espaço entre parênteses à frente de cada um deles, vamos escrever o número "1" para o que vem em primeiro lugar, ou seja, o que você acha mais importante, o "2" para aquele que você acha que segue em importância e assim por diante até cinco. (verificar se o entrevistado entendeu)

13. Vou te apresentar alguns termos utilizados para definir esse período e gostaria que você me dissesse quais desses nomes melhor representa, para você, esse momento histórico?

1. () Regime militar.
2. () Ditadura militar.
3. () Ditadura civil-militar.
4. () Golpe militar.
5. () Período militar.
6. () Governo militar.
7. () Revolução militar.
8. () Outro. Qual? _____
9. () Não faz diferença.
10. () Não sabe.

14. Agora, eu gostaria que você me dissesse 5 (cinco) palavras ou expressões que vêm logo à lembrança quando eu falo: " _____ "? (Usar o termo que a pessoa escolheu)

- () _____
 () _____
 () _____
 () _____
 () _____

14.1. Novamente, gostaria que você colocasse estes termos em ordem de importância (mostrar os termos evocados pelo sujeito). No espaço entre parênteses à frente de cada um deles, vamos escrever o número "1" para o que vem em primeiro lugar, ou seja, o que você acha mais importante, o "2" para aquele que você acha que segue em importância e assim por diante até cinco. (verificar se o entrevistado entendeu)

15. Vou apresentar algumas opções e gostaria que me dissesse como você teve acesso ao tema do período militar do Brasil? (Você pode escolher mais de uma resposta.)

1) Livros	
2) Escola	
3) Universidade	
4) Jornais e revistas	
5) Televisão	
6) Filmes/ séries	
7) Documentários	
8) Teatro	
9) Músicas	
10) Participação em movimentos sociais	
11) Internet	
12) Amigos	
13) Familiares	
14) Documentos Oficiais	
15) Outros. Quais:	

16. Em sua opinião, o que marcou o período militar no país, naquela ocasião? (Você pode escolher mais de uma opção).

- () Golpe de estado.
- () Revolução.
- () Movimento popular.
- () Crise econômica, política e social.
- () Luta pela família, ordem e bons costumes.
- () Presença do Comunismo no país e a necessidade de combatê-lo
- () Não sei / Não lembro.
- () Outro: _____

17. Você se lembra ou já ouviu falar no nome de algum presidente do período militar?

- () Sim. Qual? _____
- () Não.

18. Em sua opinião, por que ocorreu o período militar no Brasil? (Você pode escolher mais de uma opção).

1. () Para acabar com a "baderna".
2. () Para impedir o avanço do comunismo no Brasil.
3. () Devido a disputas políticas ente esquerda e direita.
4. () Para acabar com a corrupção.
5. () Para que as elites conservadoras se mantivessem no poder.
6. () Para acabar com a crise econômica no Brasil.
7. () Para que o país mantivesse a ordem e bons costumes.
8. () Para mudar a política brasileira.
9. () Para que acontecessem reformas políticas, econômicas e sociais.
10. () Não sei / Não lembro.
11. () Outro: _____

19. Você considera que no período militar tiveram mais coisas boas, mais coisas ruins, tanto coisas boas como coisas ruins?

1. () Mais coisas boas. **(Siga para 19.1)**
2. () Mais coisas ruins. **(Siga para 19.2)**
3. () Tanto boas quanto ruins. **(Continue)**
4. () Não sabe. **(Siga para 20)**

19.1. De quais coisas boas ocorridas nesse período você se lembra ou ouviu falar?

19.2. De quais coisas ruins ocorridas nesse período você se lembra ou ouviu falar?

Ningú m apoiava	1	2	3	4	5	6	7	Todos apoiavam

20. Você se lembra como as pessoas que se opunham e lutavam contra o Governo Militar eram chamados naquela época? (Você pode escolher mais de uma opção.)

1. () Comunistas.
2. () Terroristas.
3. () Subversivos.
4. () Militantes de esquerda.
5. () Revolucionários.
6. () Traidores da Nação.
7. () Pessoas que lutavam pelo povo.
8. () Estudantes politizados.
9. () Estudantes alienados.
10. () Pessoas que lutavam pela democracia.
11. () Outro. Qual? _____
12. () Não lembra.

21. E para você? Como as pessoas que se opunham e lutavam contra o Governo naquela época, devem ser nomeados? (Você pode escolher mais de uma opção).

1. () Comunistas.
2. () Terroristas.
3. () Subversivos.
4. () Militantes de esquerda.
5. () Revolucionários.
6. () Traidores da Nação.
7. () Pessoas que lutavam pelo povo.
8. () Estudantes politizados.
9. () Estudantes alienados.
10. () Pessoas que lutavam pela democracia.
11. () Outro. Qual? _____
12. () Não lembra.

22. Você conhece ou ouviu falar de algum militante político de esquerda que lutou contra o governo militar?

1. () Sim. Quem? _____
2. () Não.

23. Em sua opinião, em uma escala que vai de 1 a 7 (sendo o 1, a completa ausência de apoio, e o 7, apoio total), em que medida a população brasileira em geral daquela época apoiava o governo militar?

24. No período militar no Brasil, alguns fatos em relação ao aumento da violência e a repressão foram observados. Para você, o que é mais marcante nesse período?

1. () Censura.
2. () Torturas.
3. () Desaparecimento de pessoas.
4. () Morte de Marighela.
5. () Guerrilha do Araguaia.
6. () Passeatas, greves e movimentos de rua.
7. () Avanços econômicos.
8. () Derrota do comunismo.
9. () Diminuição das "badernas" nas ruas.
10. () Aumento da ordem e segurança.

25. Você se lembra ou já ouviu falar no nome de alguma técnica ou prática de tortura (utilizada naquele período e usada ainda hoje para obter informações e punir prisioneiros)?

1. () Sim. Qual? _____
2. () Não me lembro.
3. () Não sei.
4. () Isso não aconteceu.

26. Há alguma outra coisa que você gostaria de dizer em relação ao período militar?

1. () Sim.

2. () Não.

PARTE III – Perfil dos respondentes

Por fim, gostaria, por favor, que você me informasse alguns dados:

27. Gênero:

1. () Feminino.
2. () Masculino.
3. () Prefiro não responder.
4. () Outro: _____

28. Ano de Nascimento: _____

29. Idade: _____

30. Naturalidade: _____

31. Qual é o seu nível de escolaridade:

1. () Ensino Básico Incompleto (antigo primário)
 2. () Ensino Básico Completo (antigo primário)
 3. () Ensino Fundamental Incompleto (antigo ginásio)
 4. () Ensino Fundamental Completo (antigo ginásio)
 5. () Ensino Médio Incompleto (antigo 2º grau)
 6. () Ensino Médio Completo (antigo 2º grau)
 7. () Ensino Superior Incompleto
 8. () Ensino Superior Completo.
- Curso? _____
9. () Curso Técnico/Profissionalizante.
- Qual? _____
10. () Pós-graduação *latu sensu*.
- Qual? _____
11. () Pós-graduação *stricto sensu*.
- Qual? _____
12. () Analfabeto.

32. Qual a sua profissão?
_____**32.1 Atua na área:**

1. () Sim
2. () Não

32.2 Caso a resposta seja “NÃO”, qual a sua ocupação?
_____**33. A que religião você é vinculado ou simpatizante?**

1. () Católica.
2. () Evangélica/Protestante
3. () Espírita/Cardecista.
4. () Candomblé.
5. () Umbanda.
6. () Testemunha de Jeová.
7. () Budismo
8. () Outra. Qual? _____
9. () Sou ateu.
10. () Não tenho religião (agnóstico).

34. Como você define sua cor/raça:

1. () Branca
2. () Parda
3. () Preta/Negra
4. () Amarela
5. () Indígena
6. () Outra. Qual? _____

35. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

1. () Nenhuma renda.
2. () Até **1 salário mínimo** (até R\$ 998,00).
3. () De **1 a 3 salários mínimos** (de R\$ 998,01 até R\$ 2.994,00).
4. () De **3 a 6 salários mínimos** (de R\$ 2.994,01 até R\$ 5.988,00).
5. () De **6 a 9 salários mínimos** (de R\$ 5.988,01 até R\$ 8.982,00).
6. () De **9 a 12 salários mínimos** (de R\$ 8.982,01 até R\$ 11.976,00).
7. () De **12 a 15 salários mínimos** (de R\$ 11.976,01 até R\$ 14.970,00).
9. () Acima de **15 salários mínimos** (mais de R\$ 14.970,01).

36. Você classificaria a sua atual orientação política como de...

1. () Direita.
2. () Centro-direita.
3. () Centro.
4. () Centro-esquerda.
5. () Esquerda.
6. () Outra. Qual? _____
7. () Não tenho orientação política.

FIM.**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “Entre Ruas e avenidas: a construção de uma memória histórica do período militar no Brasil (1964-1985)”. Esta é uma tarefa única, que consiste em expressar sua opinião de forma sigilosa e anônima, em um questionário sobre o tema, dedicando um tempo estimado em 27 minutos para o preenchimento. Esta tarefa não é uma avaliação ou teste de conhecimentos, e sim, um instrumento para mapear lembranças que você pode ter sobre o Período Militar no Brasil. Não existem respostas certas ou erradas. O questionário não possui qualquer forma de identificação em seu preenchimento, apenas, seu consentimento em participar, e o fornecimento de dados como idade, sexo, naturalidade, orientação política, orientação religiosa, escolaridade. Sua identidade será mantida em sigilo, e os dados não serão expostos individualmente, apenas em conjunto para caracterizar o grupo de participantes. Consideramos que sua participação oferece baixo risco. Nossa intenção é que você se sinta confortável para expressar sua opinião e que não haja desconforto ou constrangimento durante a tarefa. Ainda assim, você tem liberdade para recusar ou desistir de sua participação, não sofrendo nenhuma penalização ou prejuízo devido a isso. Sua participação será totalmente voluntária. Você não terá qualquer tipo de despesa para participar da pesquisa e não receberá remuneração por sua participação.

Consentimento do Participante.:

_____.

Ass.:

(Jaíza Pollyanna Dias da Cruz Rocha- Pesquisadora Responsável)

Ass.:

(Prof.^a. Dr.^a. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento (Professora Orientadora Responsável).

APÊNDICE C - EXEMPLO DAS BIOGRAFIAS UTILIZADAS NA INTERVENÇÃO FEITA NA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Rua Frei Tito (Tito de Alencar Lima). Bairro: Goiânia



Tito de Alencar Lima, o Frei Tito, nasceu em Fortaleza, Ceará, em 14 de setembro de 1945. Frequentou o Colégio dos Jesuítas de Fortaleza e foi coordenador da Ação Católica Estudantil no nordeste do País. Estudou Filosofia na Universidade de São Paulo (USP) e foi ordenado sacerdote, (Frei) em 1967. Lutava pelos menos favorecidos e contra as formas de violência e opressão. Foi preso em 1968 sob a acusação de ter alugado um sítio na cidade de Ibiúna, São Paulo, para a realização de um famoso congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Foi preso novamente no dia 4 de novembro de 1969, no Convento dos Dominicanos, junto com mais sete religiosos. Foi barbaramente torturado no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), durante 40 dias, permanecendo preso até 17 de dezembro de 1970. Nesse dia, foi transferido pela Operação Bandeirantes para o (DOI/CODI) de São Paulo, onde conheceu a chamada “*sucursal do inferno.*” Foi violentamente torturado durante 02 dias inteiros: pendurado no pau-de-arara, recebeu choques elétricos na cabeça, tendões dos pés, órgãos genitais, pés, mãos, ouvidos. Esteve sujeito a socos, pauladas, palmatórias, queimaduras. Toda a tortura foi acompanhada de ameaças e insultos, inclusive foi-lhe aplicado um fio elétrico que lhe arreventou a boca, impedindo-o de falar. Depois de uma noite de tortura no pau-de-arara, foi levado para a cela no dia 20 de fevereiro de 1970. Tentou, então, o suicídio com uma gilete, sendo conduzido às pressas para o Hospital onde ficou uma semana em tratamento médico. Denunciou todo o seu sofrimento a Ordem Dominicana no Brasil. Nesse período, sofreu tortura psicológica constante e foi condenado a 01 ano e 6 meses de prisão. Foi banido (expulso) do país para o Chile em 13 de janeiro de 1971. Viajou para a Itália e depois para a França. Nesse País, permaneceu algum tempo na Capital, Paris, residindo na Comunidade Dominicana. Tentou, desesperadamente, lutar contra os crescentes tormentos de sua mente abalada pela tortura. No dia 7 de agosto de 1974, Frei Tito foi encontrado enforcado em uma árvore. Em seu túmulo de terra junto no Convento em uma cruz de madeira, foi colocada uma inscrição: “*Frei da Província do Brasil. Encarcerado, torturado, banido, atormentado até a morte, por ter proclamado o Evangelho, lutando pela liberdade de seus irmãos. TITO descansa em terra estrangeira.*” Em 1983, os restos mortais de Frei Tito de Alencar Lima foram trasladados de Paris para Fortaleza. O filme “Batismo de Sangue” retrata a vida de Frei Tito

APÊNDICE D – TABELAS COMPLETAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO (ESTUDO IV)

Região	Frequência	Total
Barreiro	26	17,33
Centro-sul	19	12,67
Leste	7	4,67
Nordeste	17	11,33
Noroeste	13	8,67
Norte	22	14,67
Oeste	19	12,67
Pampulha	9	6,00
Venda nova	18	12,00
Total	150	100,00

Situação do respondente	Frequência	Total
MORADOR	101	67,33
TRANSEUNTE	41	27,33
Sem informação	8	5,33
Total Geral	150	100,00

1. Há quanto tempo você reside ou trabalha nessa rua/avenida?	Frequência	Total
Menos de 1 ano	8	5,33
A partir de 1 e menos de 5 anos	17	11,33
A partir de 5 e menos de 10 anos	13	8,67
A partir de 10 e menos de 20 anos	37	24,67
A partir de 20 e menos de 40 anos	44	29,33
Acima de 40 anos	31	20,67
TOTAL	150	100,00

2. Você sabe ou se lembra quem é a pessoa que dá nome a esta rua?	Frequência	Total
Não	30	20,00
Sim	120	80,00
TOTAL	150	100,00

2.1 Você sabe ou se lembra quem é a pessoa que dá nome a esta rua? QUAL?	Frequência	Total
Designer e estilista	5	3,33
Escritora	1	0,67

Estudante	2	1,33
Advogado	1	0,67
Morador	3	2,00
Padre	6	4,00
Outros*	6	4,00
Não lembro	3	2,00
Não sei	123	82,00
TOTAL	150	100,00

* Outros: Alguém que contribuiu ou homenagem; eu trabalhava na fábrica de tecidos e ele era presidente do sindicato. Ele trabalhava com minha mãe; foi morta durante o Araguaia; foram os Falabelas; uma pessoa da prefeitura; vítima do Dan Mitrioni.

3. Você sabe se essa rua tinha um antigo nome?	Freq.	Total
Não	93	62,00
Sim	57	38,00
TOTAL	150	100

4. Sobre o antigo nome, você sabe quem era?	Freq.	Total
Não sabe	3	2,00
Sim	17	11,33
Não	36	24,00
Sem informação	1	0,67
Não se aplica	93	62,00
Total Geral	150	100,00

4.1 Sobre o antigo nome, você sabe quem era?	Freq.	Total
Avenida 4	2	1,33
Avenida alterosa, avenida 2	1	0,67
Castro maia	11	7,33
Rua 2	1	0,67
Rua 20	3	2,00
Rua 4	2	1,33
Rua 8	2	1,33
Rua i	2	1,33
Rua Cemig e Dan Mitrione	1	0,67
Militar da ditadura, aplicou a punição da ditadura	1	0,67
Número e letra	1	0,67
Não sei	1	0,67
Papa	3	2,00
Sem informação	119	79,33
Total Geral	150	100,00
4.1.1 Sobre o antigo nome, você sabe o porquê da modificação?	Freq.	Total

A prefeitura trocou/ fez homenagem	2	1,33
Avenida Henfil	1	0,67
Escolha dos moradores	1	0,67
Troca do nome de um torturador por um opositor ao regime	2	1,33
No governo do Patrus quiseram colocar os nomes dos heróis do lado deles	1	0,67
Para homenagear	1	0,67
Para ter um nome mesmo	1	0,67
Troca devido a outra rua/avenida com o mesmo nome	2	1,33
A planta do bairro foi aprovada e modificou os nomes da rua	2	1,33
Rua 14, depois 16	1	0,67
Rua 8	1	0,67
Sem informação	23	15,33
Substituíram as letras ou números por nomes	3	2,00
Não sei por que houve a modificação	2	1,33
Não sei quem era e não sei o porquê houve a modificação	14	9,33
Não se aplica	93	62,00
Total Geral	150	100,00

5. Como foi para você a mudança do nome desta rua?	Freq.	Total
Modernização/ melhorias	5	3,33
Achei bom, porque personalizou/identificou melhor o local	6	4,00
Achei ruim/confuso, preferência pelo nome antigo/dificuldade de adaptação com o nome novo	11	7,33
Achei ruim/horrível	2	1,33
Fere o direito de cada morador, porque perde a constância, aquele lugar não existe, você não existe, destrói a memória	1	0,67
Foi difícil receber as cartas/mercadorias/localização	5	3,33
Indiferente	13	8,67
Foi melhor	4	2,67
Interessante/justo/homenagem	2	1,33
Não	1	0,67
Não avisaram/não houve consulta	3	2,00
Não foi legal, impediu o fechamento do condomínio	1	0,67
Sem informação	2	1,33
Uma felicidade extrema, pois foi o nome do seu pai (Francisco)	1	0,67
Não se aplica	93	62,00
Total Geral	150	100,00

6. Houve mais coisas boas, mais coisas ruins, ou tanto coisa boas como coisas ruins com a mudança de nome (Ou nomeação) dessa rua/avenida?	Freq.	Total
Mais coisas boas;	14	9,33
Mais coisas ruins;	10	6,67
Tanto coisa boas como coisas ruins	11	7,33
Não sabe	20	13,33

Sem informação	2	1,33
Não se aplica	93	62,00
Total Geral	150	100,00

6.1. Das coisas boas, o que você destaca?	Freq.	Total
Convivência e comunicação entre os moradores	2	1,33
Indiferente	3	2,00
Facilitou a localização	5	3,33
Modernização/ melhorias	11	7,33
Personalização	1	0,67
Não sabe	3	2,00
Não se aplica	125	83,33
Total Geral	150	100,00

6.2. Das coisas ruins, o que você destaca?	Freq.	Total
Achei ruim/confuso, preferência pelo nome antigo/dificuldade de adaptação com o nome novo	5	3,33
Aumento da população/violência	3	2,00
Dificuldade com a localização espaço-temporal	3	2,00
Foi difícil receber as cartas/mercadorias/localização	4	2,67
Indiferente	2	1,33
O impedimento do fechamento do condomínio	1	0,67
O pessoal não sabe, pergunto por que mudou	1	0,67
Não sabe	2	1,33
Não se aplica	129	86,00
Total Geral	150	100,00

7. Você prefere o antigo nome da rua ou o nome atual ou não faz diferença?	Freq.	Total
Antigo	17	11,33
Atual	20	13,33
Não faz diferença	17	11,33
Não sabe	3	2,00
Não se aplica	93	62,00
Total Geral	150	100,00

7.1 Prefere o antigo. Por quê?	Freq.	Total
Dificuldades com a grafia e/ou pronúncia do novo nome/grande/difícil	9	6,00
Memorização antigo/dificuldade de familiarizar com o novo	4	2,67
A homenagem não faz sentido	3	2,00
Porque daria a autonomia do condomínio ser fechado	1	0,67
Não se aplica	133	88,67

Total Geral	150,00	100,00
--------------------	---------------	---------------

7.2 Prefere o atual nome. Por quê?	Freq.	Total
Acostumou	2	1,33
Facilitou a localização	3	2,00
Foi melhor	1	0,67
Indiferente	1	0,67
Modernização/Melhorias	3	2,00
Personalização/Identificação do local	2	1,33
Porque é o nome do pai	1	0,67
Preferência pelo novo nome/bonito	1	0,67
Reconhecimento da importância da homenagem/homenageado	4	2,67
Não sei	2	1,33
NÃO SE APLICA	130	86,67
Total Geral	150	100,00

8. Você considera que esta ação de nomear a rua tem algum efeito para a vida dos moradores?	Freq.	Total
NÃO	89	59,33
SIM	49	32,67
NÃO SEI	12	8,00
Total Geral	150	100,00

8. Efeito para na vida dos moradores	Freq.	Total
Efeito negativo da nomeação (dificuldades de localização, recebimento de cartas e mercadorias)	2	1,33
Efeito positivo da nomeação (Chegada de cartas, mercadorias, localização)	1	0,67
Importância e conhecimento/lembrança, memória e história	9	6,00
Indiferente	1	0,67
Memorização antigo/dificuldade de familiarizar com o novo	2	1,33
Modernização/Melhorias	5	3,33
Personalização/Identificação do local	5	3,33
Reconhecimento da importância da homenagem/homenageado	18	12,00
Sentido para a vida dos moradores	6	4,00
NÃO SE APLICA	101	67,33
Total Geral	150,00	100,00

8.1 Você considera que esta ação de nomear a rua tem algum efeito para a vida dos FAMILIARES?	Freq.	Total
Não	18	12,00
Sim	120	80,00
Não sabe	12	8,00

Total Geral	150	100,00
--------------------	------------	---------------

9. A forma como a nomeação desse local foi feita é de conhecimento da comunidade?	Freq.	Total
Não	83	55,33
Sim	22	14,67
Não sabe	45	30,00
Total Geral	150	100,00

10. Você concorda com a forma que foi feita A NOMEAÇÃO?	Freq.	Total
Não	48	32,00
Sim	52	34,67
Não sabe	50	33,33
Total Geral	150	100,00

10.1 Concorda com a forma de nomeação.	Freq.	Total
A homenagem é importante/forma de honrar a pessoa/mas deveria ser feito com a pessoa viva	5	3,33
A rua tinha que ter um nome/personalização	8	5,33
É algo bom	12	8,00
Luta da comunidade para melhorias da rua	5	3,33
O homenageado fez algo pelo bairro/comunidade/país	9	6,00
Passou a achar importante depois de conhecer a história do homenageado e acha que a comunidade deveria saber	4	2,67
Pela família do homenageado/honra	1	0,67
Positivo, mas foi feito independente da vontade deles/se consulta/hierarquia e poder da PBH	4	2,67
Não se aplica	98	65,33
Sem informação*	4	2,67
Total Geral	150	100,00

*Dos 52 respondentes (SIM) apenas 48 justificaram as respostas. Os outros 04, apenas responderam sim.

10.2 Não Concorda com a forma de nomeação.	Freq.	Total
A comunidade deveria ser consultada e participar do processo decisório	26	17,33
A homenagem deve ser feita em vida	2	1,33
A troca do nome de ruas não é algo positivo para os moradores/tem outras prioridades	3	2,00
Dificuldade de adaptação como o novo nome	1	0,67
É uma atividade que precisa ter mais destaque. Não sabem o motivo	2	1,33
Lembrança negativa para a família do homenageado, pela causa violenta da morte	1	0,67
O homenageado deve ser um morador da rua/bairro/alguém conhecido	2	1,33
Os moradores deveriam ser informados sobre o homenageado/conhecer a história dele	6	4,00

Por ser contra o militarismo	1	0,67
Indiferente	1	0,67
Sem informação*	3	2,00
Não se aplica	102	68,00
Total Geral	150	100,00

* Do total dos 48 respondentes (NÃO), apenas 45 justificaram a resposta.

11. Você conhece outras ruas ou avenidas que homenageiam figuras políticas da época do período militar no Brasil?	Freq.	Total
Não	91	60,67
Sim	59	39,33
Total Geral	150	100,00

11. 1 Quais outras ruas ou avenidas homenageiam figuras políticas da época do período militar	Freq.	Total
Presidentes do Período Militar (1964-1985)	13	14,94
Presidentes anteriores ao Período Militar (1964-1985)	27	31,03
Presidentes posteriores ao Período Militar (1964-1985)	9	10,34
Políticos brasileiros	3	3,45
Políticos de Minas Gerais	13	14,94
Militantes políticos de esquerda/Oposição	3	3,45
Militares	3	3,45
Personalidades (padres/artistas/figuras históricas)	3	3,45
Não sabe	6	6,90
Outros	7	8,05
Total Geral	87	100,00

*Apenas 59 respondentes disseram conhecer outras ruas ou avenidas, e podiam dar mais de uma resposta.

13. Quais desses nomes melhor representa, para você, esse momento histórico?	Freq.	Total
Ditadura civil-militar	3	2,00
Ditadura militar	39	26,00
Golpe militar	19	12,67
Governo militar	25	16,67
Não faz diferença	1	0,67
Período militar	17	11,33
Regime militar	34	22,67
Revolução militar	7	4,67
Não sabe	5	3,33
Total Geral	150	100,00

*Outros: Período Militar Necessário (1)

15. Formas de acesso ao tema do período militar do Brasil (N=150)	SIM (F)	SIM (%)	NÃO (F)	NÃO (%)
Livros	74	49,33	76	50,67
Escola	104	69,33	46	30,67
Universidade	25	16,67	125	83,33
Jornais e revistas	79	52,67	71	47,33
Televisão	102	68,00	48	32,00
Filmes	63	42,00	87	58,00
Documentários	65	43,33	85	56,67
Teatro	10	6,67	140	93,33
Músicas	61	40,67	89	59,33
Movimentos sociais	25	16,67	125	83,33
Internet	69	46,00	81	54,00
Amigos	66	44,00	84	56,00
Famíliares	79	52,67	71	47,33
Documentos oficiais	21	14,00	129	86,00
Outros*	19	12,67	131	87,33

Outros*: CURSOS (1), IGREJA (1), MUSEUS (1), O APLICADOR (1); RÁDIO (3); WHATSAPP (1); SOCIEDADE (1); VIVÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS (2); VIVÊNCIA DO PERÍODO (8).

16. O que marcou o período militar no país, naquela ocasião?	Freq.	Total
Golpe de estado	58	20,21
Revolução	39	13,59
Movimento Popular	32	11,15
Crise econômica, política e social	54	18,82
Luta pela família, ordem e bons costumes	50	17,42
Presença do Comunismo no país e a necessidade de combatê-lo	36	12,54
Não sei/ não lembro	11	3,83
Outro*	7	2,44
Total Geral	287	100,00

* Desordem governamental e os militares entraram para colocar ordem (1); violência (1); repressão (1); defesa da nação contra o comunismo (1); desenvolver o país (1); pergunta inconclusa (1); poder da elite, mantido até hoje (1)

17. Você se lembra ou já ouviu falar no nome de algum presidente do período militar?	Freq.	Total
Castelo Branco	23	10,55
Conselheiro Dutra	3	1,38
Costa e Silva	16	7,34
Dilma Rousseff	3	1,38
Emílio Garrastazu Médice (Médice)	11	5,05
Ernesto Geisel	27	12,39
Fernando Collor	1	0,46
Fernando Henrique Cardoso (FHC)	3	1,38

Getúlio Vargas	5	2,29
Jânio Quadros	6	2,75
João Batista Figueiredo	31	14,22
João Goulart	10	4,59
José Sarney	4	1,83
Juscelino Kubitschek	7	3,21
Lula	3	1,38
Marechal Deodoro	1	0,46
Não Lembro	3	1,38
Tancredo Neves	6	2,75
Itamar Franco	2	0,92
Não se aplica	53	24,31
Total	218	100,00

*Nessa questão, 97 pessoas disseram sim, conheciam algum nome de presidente do período militar, e podiam dizer quantas opções quisessem, por isso, ultrapassa 150 respostas.

18. Por que ocorreu o período militar no Brasil? (N=379)*	Freq.	Total
Para acabar com a "baderna"	46	12,04
Para impedir o avanço do comunismo no Brasil	49	12,83
Devido a disputas políticas entre esquerda e direita	54	14,14
Para acabar com a corrupção	31	8,12
Para que as elites conservadoras se mantivessem no poder	45	11,78
Para acabar com a crise econômica no Brasil	27	7,07
Para que o país mantivesse a ordem e bons costumes	48	12,57
Para mudar a política brasileira	31	8,12
Para que acontecessem reformas políticas, econômicas e sociais	44	11,52
Outros**	3	0,79
Não sei / Não lembro	4	1,05
Total Geral	382	100,00

* Os respondentes podiam escolher mais do que uma alternativa.

** Influência externa dos EUA; para evitar o movimento dos estudantes; quem era comunista era mal visto.

19. Você considera que no período militar tiveram mais coisas boas, mais coisas ruins, tanto coisas boas como coisas ruins?	Freq.	Total
Mais coisas boas	43	28,67
Mais coisas ruins	49	32,67
Tanto coisa boas como coisas ruins	45	30,00
Não sabe	13	8,67
Total Geral	150	100,00

19. Coisas BOAS que aconteceram no período militar	Freq.	Total
As pessoas eram mais responsáveis	1	0,67
Crescimento econômico e privilégio	5	3,33

Desenvolvimento do país	8	5,33
Educação era melhor	1	0,67
Mais empregos	1	0,67
Manifestação popular/direito de se manifestar	1	0,67
Menos corrupção	6	4,00
Não lembra	6	4,00
Não sabe	1	0,67
Outros	3	2,00
Tinha mais ordem	19	12,67
Tinha mais respeito/obediência/disciplina	3	2,00
Tinha mais segurança e menos violência urbana	25	16,67
União/Patriotismo	1	0,67
Sem informação	7	4,67
Não se aplica	62	41,33
Total Geral	150	100,00

19. Coisas RUINS que aconteceram no período militar	Freq.	Total
A forma de governar dos militares	1	0,67
A morte, perseguição e exílio de pessoas	16	10,67
Autoritarismo e censura	15	10,00
Corrupção e crise econômica	3	2,00
Desaparecimento de pessoas	5	3,33
Falta de ordem	1	0,67
Fim do Governo Militar	1	0,67
Guerra	5	3,33
Medo/Insegurança	2	1,33
Não lembra	4	2,67
Perda da democracia	1	0,67
Perda de direitos das mulheres	3	2,00
Pobreza/Miséria	6	4,00
Repressão, violência e torturas	29	19,33
Sem informação	4	2,67
Não se aplica	54	36,00
Total Geral	150	100,00

20. Como pessoas que se opunham e lutavam contra o Governo Militar eram chamados naquela época?	Freq.	Total
Comunistas	74	21,14
Terroristas	40	11,43
Subversivos	38	10,86
Militantes de esquerda	33	9,43
Revolucionários	28	8,00
Traidores da Nação	28	8,00

Pessoas que lutavam pelo povo	27	7,71
Estudantes politizados	9	2,57
Estudantes alienados	16	4,57
Pessoas que lutavam pela democracia	32	9,14
Outros*	6	1,71
Não Lembra	19	5,43
Total Geral	350	100,00

***Outros:** Adversários; anarquistas; baderneiros; nunca vi ninguém se opor; pessoas contra a democracia; tupamaros (termo usado pelos militares)

21. Como pessoas que se opunham e lutavam contra o Governo Militar eram chamadas PRA VOCÊ?	Freq.	Total
Comunistas	18	6,74
Terroristas	9	3,37
Subversivos	13	4,87
Militantes de esquerda	14	5,24
Revolucionários	38	14,23
Traidores da Nação	11	4,12
Pessoas que lutavam pelo povo	52	19,48
Estudantes politizados	22	8,24
Estudantes alienados	6	2,25
Pessoas que lutavam pela democracia	61	22,85
Outros*	14	5,24
Não Lembra	9	3,37
Total Geral	267	100,00

*Corruptos; baderneiros; esquerda radical; grupos que lutavam pelos seus interesses; guerreiros; guerreiros corajosos; guerrilheiros; ignorantes; patriotas; pessoas revoltadas; posição de cada um; radical de esquerda; resistência; revoltados.

22. Você conhece ou ouviu falar de algum militante político de esquerda que lutou contra o governo militar?	Freq.	Total
NÃO	86	57,33
SIM	63	42,00
SEM INFORMAÇÃO	1	0,67
Total Geral	150	100,00

22. Conhece ou ouviu falar de militante político que lutou em oposição ao governo militar	Freq.
Amélia Teles	1
Artistas	2
Bolsonaro	1
Caetano Veloso	12
Cantores	2
Capitão Lamarca (Carlos Lamarca)	2

Chico Buarque	7
Dilma Rousseff	19
Enéas	1
Estudantes	1
Fernando Collor	1
Fernando Gabeira	1
Fernando Henrique Cardoso (FHC)	4
Fernando Pimentel	1
Geraldo Vandré	2
Gilberto Gil	3
Gilberto Notolive	1
Irene	1
João Dimas	1
Jorge Amado	1
José Dirceu	3
José Genuíno	1
José Serra	1
Juscelino Kubitschek (JK)	1
Leonel Brizola	1
Lobão	1
Luis Carlos Prestes	2
Lula (Luiz Inácio Lula da Silva)	15
Marido da Dilma	1
Marighella (Carlos Marighela)	3
Marina Silva	1
Milton Nascimento	1
Muniz Tansab	1
Não lembra	1
Nilmário Miranda	1
Olga Benário	1
Olívio Dutra	1
Paulo	1
Rubens Paiva	1
Sinval Bambirra	1
Stuart Angel Jones	1
Tios	1
Vereador	1
Vizinho	1
Zuzu Angel	1
Total	108

*Na questão 22, 63 pessoas responderam que sim, conheciam ou ouviram falar de algum militante que lutou contra o governo militar, e podiam citar mais de um nome

23. Em que medida a população brasileira em geral daquela época apoiava o governo militar?	Freq.	Total
Ninguém apoiava	11	7,33
Uma pequena minoria	6	4,00
A minoria apoiava	25	16,67
Metade apoiava	33	22,00
A maioria apoiava	38	25,33
A grande maioria apoiava	11	7,33
Todos apoiavam	24	16,00
Sem informação	2	1,33
Total Geral	150	100,00

24. O que é mais marcante nesse período?	Freq.	Total
Censura	57	16,72
Torturas	81	23,75
Desaparecimento de pessoas	70	20,53
Morte de Marighela	13	3,81
Guerrilha do Araguaia	7	2,05
Passeatas, greves e movimentos de rua	36	10,56
Avanços econômicos	11	3,23
Derrota do comunismo	5	1,47
Diminuição das "badernas" nas ruas	23	6,74
Aumento da ordem e segurança	27	7,92
Não houve aumento da violência e da repressão nesse período	11	3,23
Total Geral	341	100,00

25. Você se lembra ou já ouviu falar no nome de alguma técnica ou prática de tortura (utilizada naquele período e usada ainda hoje)	Freq.	Total
Isso não aconteceu	4	2,67
Não me lembro	38	25,33
Não sei	17	11,33
Sim	89	59,33
Sem informação	2	1,33
Total Geral	150	100

25. Técnicas de tortura (N= 63)*	Freq.	Total
Afogamento	3	2,56
Agressão	5	4,27
Asfixia/Sufocamento/Saco da verdade	10	8,55
Banho de água fria/gelada	3	2,56
Cadeira elétrica	3	2,56
Chicotear	2	1,71
Choque Elétrico	20	17,09
Espancamento	12	10,26

Estupro	2	1,71
Introdução de animais/insetos/objetos na vagina e ânus	2	1,71
Isolamento	2	1,71
Jejum forçado	2	1,71
Nudez	2	1,71
Palmatória	2	1,71
Pau de Arara	18	15,38
Perfuração de Unhas	8	6,84
Prisão forçada	2	1,71
Tortura psicológica (Tortura de mulheres na frente dos filhos, gritos, barulhos, pressão psicológica)	7	5,98
Outros**	12	10,26
Total Geral	117	100,00

* Dos 63 respondentes que afirmaram conhecer alguma prática, puderam citar mais de uma técnica, por isso o total 117. Os demais respondentes disseram NÃO conhecer alguma técnica de tortura.

** (Ratos na sela, crucifixo inverso, empalamento, encapuzamento, estrangulamento, escravizar, extração de dentes, fuzilamento, guilhotina, interrogatório, lei do bombril, micro-ondas.

27. GÊNERO	Freq.	Total
Feminino	75	50,00
Masculino	73	48,67
Prefiro não responder	2	1,33
Total Geral	150	100

29. IDADE	Freq.	Total
18 a 33 anos - JOVENS (Nascidos na Democracia)	49	32,67
34 a 55 anos - ADULTOS (Nascidos na Ditadura)	51	34,00
Acima de 56 anos - IDOSOS (Nascidos antes da Ditadura)	50	33,33
Total Geral	150	100

30. NATURALIDADE	Freq.	Total
Belo Horizonte/MG	86	57,33
Outras cidades de Minas Gerais	55	36,67
Outros estados do Brasil*	7	4,67
Sem informação	2	1,33
Total Geral	150	100,00

*Sudeste (SP e ES) =4; Nordeste (BA e PI)=3.

31. Qual é o seu nível de escolaridade:	Freq.	Total
Ensino Básico Incompleto (antigo primário)	5	3,33
Ensino Básico Completo (antigo primário)	7	4,67
Ensino Fundamental Incompleto (antigo ginásio)	11	7,33
Ensino Fundamental Completo (antigo ginásio)	16	10,67
Ensino Médio Incompleto (antigo 2º grau)	17	11,33

Ensino Médio Completo (antigo 2º grau)	40	26,67
Ensino Superior Incompleto	22	14,67
Ensino Superior Completo	16	10,67
Curso Técnico/Profissionalizante	9	6,00
Pós-graduação latu sensu	4	2,67
Pós-graduação stricto sensu	1	0,67
Analfabeto	1	0,67
Sem informação	1	0,67
Total Geral	150	100,00

31.1 Escolaridade - Superior Completo – Cursos	Freq.	Total
Administração	1	0,67
Arquitetura	2	1,33
Bancário	1	0,67
Biologia	1	0,67
Ciências contábeis e direito	1	0,67
Direito	2	1,33
Economia, contabilidade e administração	1	0,67
Engenharia civil	1	0,67
Engenharia de segurança	1	0,67
Engenharia mecânica	1	0,67
Farmácia e bioquímica	1	0,67
Filosofia, teologia e administração	1	0,67
Fisioterapia e educação física	1	0,67
História	1	0,67
Jornalismo	1	0,67
Logística	1	0,67
Neuro educação	1	0,67
Pedagogia	3	2,00
Psicologia e pedagogia	1	0,67
Sociologia	1	0,67
(Vazio)	126	84,00
Total Geral	150	100,00

31.1 Escolaridade - Curso Técnico Profissionalizante	Freq.	Total
Contabilidade	1	0,67
Cuidador de idosos	2	1,33
Eletrônica	1	0,67
Finamento de motores	1	0,67
Radiologia	1	0,67
Técnico de segurança do trabalho	1	0,67
Técnico em mineração	1	0,67
(Vazio)	142	94,67

Total Geral	150	100,00
--------------------	------------	---------------

31.1 Escolaridade - Pós-graduação latu sensu	Freq.	Total
Neuropsicopedagogia	1	

32. Profissão	Freq.
Advogado	1
Agente administrativo	1
Ajudante de metalurgia	1
Aposentado(a)	22
Arquiteta	1
Autônomo(a)	2
Auxiliar administrativo(a)	2
Auxiliar de cozinha	1
Auxiliar de secretaria	2
Auxiliar de serviços gerais	1
Auxiliar financeiro	1
Bancário	1
Cabelereiro(a)	3
Caixa	1
Comerciante	1
Cozinheira	8
Cuidador de idosos	1
Dentista	1
Desempregado	2
Desenhista	1
Diarista/domestica	7
Do lar	4
Empresário	1
Encanador/pintor	3
Engenheiro	1
Escriturário	2
Estagiário	1
Estoquista	1
Estudante	9
Filósofo, teólogo e administrador	2
Funcionário público	1
Gerente	3
Industriário	1
Instrutor de autoescola	1
Manicure	1
Maquinista	1
Marceneiro	1

Mecânico	4
Mestre de obras	1
Micro empresário/empreendedor	4
Montador de bomba injetora	1
Motoboy	1
Motorista	2
Não tenho	2
Operador de caixa	2
Padeiro	2
Pedagoga	3
Pedreiro	2
Porteiro, frentista e pedreiro	1
Professor	10
Psicóloga	1
Repositor	1
Representante comercial	1
Secretaria	1
Segurança e barman	1
Serviços gerais	1
Servidora publica	1
Sociólogo	1
Supervisor de pessoal	1
Taxista	1
Tecelã e dona de casa	1
Técnico de segurança do trabalho	1
Técnico eletrônico	2
Técnico em eletrodoméstico	1
Técnico em redes	1
Técnico em segurança do trabalho	1
Técnico radiologista	1
Vendedor	2
Vendedor ambulante	1
Viajante	1
Zelador	2
(Vazio)	1
Total Geral	154

* Algumas pessoas responderam ter mais de uma ocupação

Q33_RELIGIÃO	Freq.	Total
Católico	70	46,67
Evangélica/Protestante	45	30,00
Espírita/Cardecista	10	6,67
Candomblé	1	0,67
Umbanda	1	0,67

Testemunha de Jeová	2	1,33
Budismo	1	0,67
Outra	5	3,33
Sou ateu	2	1,33
Não tenho religião (agnóstico)	12	8,00
Sem informação	1	0,67
Total Geral	150	100

***Outra:** Amor Fati; Cristã; Deísta; Espírita Umbandista.

Q34_ RAÇA	Freq.	Total
Branca	48	32,00
Parda	59	39,33
Preta/Negra	34	22,67
Amarela	3	2,00
Indígena	1	0,67
Outra	5	3,33
Total Geral	150	100,00

***Outra:** Mestiço, Moreno; Não defino, nós somos diferentes; Qualquer uma.

Q35_ RENDA	Freq.	Total
Nenhuma renda	2	1,33
Até 1 salário mínimo (até R\$ 998,00)	21	14,00
1 a 3 salários mínimos (de R\$ 998,01 até R\$ 2.994,00)	58	38,67
3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.994,01 até R\$ 5.988,00)	31	20,67
6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.988,01 até R\$ 8.982,00)	8	5,33
9 a 12 salários mínimos (de R\$ 8.982,01 até R\$ 11.976,00)	4	2,67
12 a 15 salários mínimos (de R\$ 11.976,01 até R\$ 14.970,00)	2	1,33
Acima de 15 salários mínimos (mais de R\$ 14.970,01)	5	3,33
Prefiro Não informar	17	11,33
Não sei	2	1,33
Total Geral	150	100,00

36. Orientação política	Freq.	Total
Direita	31	20,67
Centro-direita	6	4,00
Centro	11	7,33
Centro-esquerda	10	6,67
Esquerda	15	10,00
Outra	6	4,00
Não tenho orientação política	69	46,00
Sem informação	2	1,33
Total Geral	150	100,00

***Outra:** A favor do povo; Apolítica; Entende de política; Não tenho um lado; Nenhuma dessas; Variável.

APÊNDICE E – QUADRO DE QUATRO CASAS COMPARATIVO (ORDEM MÉDIA DE EVOCAÇÃO (OME))

Ordem Média de Evocação n= 143	Ordem Média de Importância n= 143
<i>Tortura</i>	<i>Tortura</i>
<i>Ditadura</i>	<i>Ditadura</i>
<i>Ordem</i>	<i>Respeito</i>
<i>Guerra</i>	<i>Ordem</i>
<i>Repressão</i>	<i>Segurança</i>
<i>Polícia</i>	<i>Guerra</i>
<i>Exército</i>	<i>Repressão</i>
<i>Opressão</i>	<i>Morte</i>
<i>Prisão</i>	<i>Polícia</i>
<i>Perseguição</i>	<i>Exército</i>
<i>Disciplina</i>	<i>Autoritarismo</i>
	<i>Falta de liberdade</i>
	<i>Disciplina</i>

<= 2.71 Rangs > 2.71

Zone du noyau	Première périphérie
<p>TORTURA-30-2.4 DITADURA-22-1.8 ORDEM-18-2.6 GUERRA-18-2.3 REPRESSAO-15-2 POLICIA-11-2 EXERCITO-8-1.6 OPRESSAO-7-2.4 PRISAO-7-2.1 PERSEGUICAO-6-2.2 DISCIPLINA-6-2.3</p>	<p>RESPEITO-20-3 CENSURA-19-3.2 SEGURANCA-18-2.8 MORTE-15-2.8 VIOLENCIA-11-3.4 MEDO-10-3.5 MILITARISMO-8-3.4 SOFRIMENTO-7-3.3 AUTORITARISMO-6-3.7 FALTA_DE_LIBERDADE-6-3</p>
Elements contrastés	Seconde périphérie
<p>RIGIDO-5-1.8 REVOLTA-4-2.5 ESCRAVIDAO-4-2.5 GOLPE-4-2 REGIME_MILITAR-3-2.3 ORGANIZACAO-3-1.7 DITADURA_MILITAR-3-1 REVOLUCAO-3-2.7 AUTORIDADE-3-1.7 TRABALHO-3-2.3 REGIME-3-1.3 TANCREDO_NEVES-2-1 COBRANCA-2-2.5 JOÃO_FIGUEIREDO-2-1 PROIBICAO-2-2.5 FALTA_DE_EXPRESSAO-2-2.5 LEI-2-2.5 HORARIO-2-2 MELHOR-2-1.5 POLICIA_NA_RUA-2-1.5 GREVE-2-1.5 AGRESSAO-2-2 EMPREGO-2-2.5</p>	<p>LUTA-5-3.4 FOME-5-3.2 IMPOSICAO-5-2.8 REGIME_RIGIDO-4-2.8 INJUSTICA-4-4.5 CORRUPCAO-4-3.5 EXILIO-4-3 TRISTEZA-4-2.8 FAMILIA-3-3.7 FALTA_DE_DEMOCRACIA-3-4 CONFUSAO-3-3.3 LIBERDADE_DE_EXPRESSAO-3-4.3 EDUCACAO-3-3.3 PROGRESSO-3-3.7 RETROCESSO-2-5 DESAVENÇAS-2-5 ODIO-2-3.5 PRIVACAO-2-3.5 CONFLITO-2-3 ARMAS-2-3 DESAPARECIMENTO-2-3.5 COVARDIA-2-3 INJUSTO-2-3 BAGUNÇA-2-3 TRANQUILIDADE-2-4 PERSEGUICAO_POLITICA-2-3 COMPROMETIMENTO-2-4 SAUDE-2-4.5 DEVERES-2-3.5 DESCASO-2-4.5</p>

< 5.47 Fréquences >= 5.47

ANEXO A – FOLHA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

Projeto: CAAE – 89131418.2.0000.5149

Interessado(a): Profa. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento
Depto. Psicologia
FAFICH - UFMG

DECISÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP aprovou, no dia 06 de junho de 2018, o projeto de pesquisa intitulado **“Topografando lugares de memória: uma análise psicossocial da memória histórica do regime militar no Brasil (1964-1985)”** bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto através da Plataforma Brasil.

Profa. Dra. Vivian Resende

Coordenadora do COEP-UFMG

ANEXO B - PROJETO “LOCAIS DA RESISTÊNCIA OU TRILHAS DA DEMOCRACIA”

Rascunho do Projeto “Locais de Resistência ou Trilhas da Democracia” cedido pelo ex-vereador Betinho Duarte, de seu acervo pessoal, na ocasião da entrevista que realizamos com o mesmo. Abaixo constam os locais selecionados em Belo Horizonte, e em alguns, uma breve especificação desse local e o nome de algum familiar ou militante de referência para consultar sobre aquele local. Esse projeto seria levado à BeloTur, para a criação de um Guia, posteriormente, foi lançado o Guia Lugares da Repressão e Resistência em Belo Horizonte.

“Locais de Resistência ou Trilhas da Democracia”

Tem como o objetivo de resgatar a Memória, Verdade e Justiça no período da ditadura militar (64 a 85).

São locais em Belo Horizonte, onde democratas resistiram ao arbítrio, autoritarismo, torturas e inúmeras outras transgressões aos direitos humanos e à cidadania.

1 – Igreja São Francisco da Chagas
(José Luiz Moreira Guedes)

2 – Diretório Acadêmico da Medicina/UFMG
Avenida Alfredo Balena 190
(José Afonso)

3 – Centro Cultural do DCE/UFMG
Rua Gonçalves Dias – 1581 – Lourdes

4 – FAFICH/UFMG
Rua Carangola 288 – Santo Antônio
(Eleonora Menicucci)

5 – Faculdade de Direito da UFMG
Avenida Álvares Cabral 211 Lourdes
(Oldack Miranda)

6 – Casa Dona Helena Greco
Rua Juiz de Fora 849 – Barro Preto
(Bizoca)

7 – Colégio Santo Antônio
Rua Pernambuco 880 – Funcionários
(Magda Neves)

8 – DCE/UFMG

Rua Guajajaras 649 Centro

9 – Sucursal do Jornal EM TEMPO
Rua Bernardo Guimarães – 1884
(Betinho Duarte)

10 – Jornal de FATO
Avenida do Contorno 2399]
(Aloisio Moraes)

11 – Colégio Santo Agostinho
Avenida Amazonas, 1803 - Santo Agostinho

12 – Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais
Avenida Álvares Cabral 400 – Centro
(Didimo Paiva)

13 – Edifício Maleta

14 – Escadarias da Igreja São José
(Salvio Humberto Pena)

15 – Praça Sete
(Vicentão)

16 – Ex-campo do Clube Atlético Mineiro
Av. Olegário Maciel, 1600
(LULA)

17 – DCE/UFMG- BEMOREIRA
(Zé Antônio - Engenharia)

18 – Colégio Estadual Central
Rua Fernandes Tourinho, 1020
(Marco Antônio Meyer)

19 – Secretária de Saúde – MINASCENTRO
Av. Bias Fortes, 783

20 – ALMG/Câmara Municipal de Belo Horizonte
Rua Tamoios
(Júnia Marise)

21 – Convento dos Dominicanos
Rua do Ouro, 1900
(Frei Oswaldo Augusto Rezende Júnior)

22 – Praça da Estação

23 – Teatro Marília
Av. Professor Alfredo Balena, 586- Santa Efigênia

24 – Teatro AMI

25 – Sindicato dos Bancários de Minas Gerais
Rua dos Tamoios, 611 - Centro
(Antônio Faria)

26 – Instituto de Educação
Rua Pernambuco, 47 - Funcionários
(Jota D'Angelo)

27 – Casa do Dr. Célio de Castro
Rua Catete, 652 – Alto Barroca
(Rodrigo de Castro)

28 – Aparelho da organização COLINA
Rua Itacarambu, 120 – São Geraldo
(Jorge Nahas)

29 – Delegacia de Furtos e Roubos
Rua Pouso Alegre, 417
(Nilo Sérgio)

30 – DOPS
Av. Afonso Pena – 2351
(Nilmário Miranda)

31 – Igreja Santo Antônio
(Noracy)

32 – Colégio Militar de Minas Gerais
(Wellington Diniz Moreira)

33 – Binômio
(José Maria Rabelo)

34 – Bar BUCHECO
Rua Guajajaras 329
(Marcinho Borges)

35 – Jornal MOVIMENTO
Rua Rio de Janeiro 300 - Centro
(Betinho Duarte)

36 – 3 P – Pesquisas, Planejamento e Projetos
(Zélinha Rogedo)

37 – Edifício PIO XII
Rua Espírito Santo 1059 – Centro
(JUC, JEC, AP)

38 – Escola Técnica de Belo Horizonte ou Federal de Minas Gerais
(Ricardo Apgaua)

39 – Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte
(Conceição Imaculada)

40 – UEE – União Estadual Estudantes
(João Batista Mares Guia)

41 – Edifício Acaiaca

42 – Stage-Door – Bar situado no Teatro Marília, reunia os artistas de teatro em geral, escritores, jornalistas, músicos, artistas plásticos e curiosos. Teve seu auge em 67 e 68 e funcionou até 1973. Dirigido inicialmente por Sálvio de Oliveira e depois por Júlio Varella.
(Pedro Paulo Cava)

43 – Saloon – Rua Rio de Janeiro ao lado da Imprensa Oficial. Aberto a partir de 1966. Público constituído basicamente por estudantes. Pertencia ao Hermann e Rose Pidner.
(Sirlan Antônio de Jesus)

44 – Jangadeiro – Bar na porta do Maletta, frequentado basicamente pelo pessoal de cinema e estudantes. Tinha mesa na calçada da Avenida Augusto de Lima e um segundo andar que era quase uma boate.

45 – Maria Joana ou Maria Juana, na Av. do Contorno esquina de Levindo Lopes, primeiro bar especializado em batidas de frutas com vodca, rum ou cachaça. Perto da Fafich era o ponto de encontro dos “faficheiros”. O dono era o (Amílcar Vianna Martins).

46 – Veia Poética – Na Av. do Contorno perto do Colégio estadual. Reunia principalmente os secundaristas. O dono era o (Xexéu (Marcelo)). Tinha uma arquibancada nos fundos onde aconteciam alguns shows de artistas mineiros com músicas de protesto, isso quando um coronel que morava ao lado não dava uns tiros por cima do muro.

47 – Le Mocó – O bar mais pirado da cidade, situado na Rua Caraça, reunia as minorias e principalmente os que desejavam fumar um baseado. Era uma casa velha

improvisada em boteco, mas com muito charme. Os donos eram Luci Panicalli e (Luiz Carlos Figueiredo). Lá foram rodadas cenas antológicas do filme “Puro Fantasma”, de Olívio Tavares de Araújo, com Priscila Freire, Etienne e outros. Abriu em 67 e fechou em dezembro de 68.

48 – Editora e Livraria Aldeia Global, situada no segundo piso do Maletta, pertencente ao partidão e criada pelo Bertelli. Editava livros comunistas e foi empastelada umas duas ou três vezes pela polícia, que recolhia as edições e incendiava na sede do Dops. (Javert Monteiro) trabalhou lá e era também um aparelho ou ponto de encontro do Partidão.

49 – Livraria do Estudante, na Rua Tupis entre Afonso Pena e Espírito Santo, era uma espécie de representante da Ed. Civilização Brasileira. Ali eram vendidos os livros de Brecht, Marx, Lênin, etc. Faziam lançamentos dos livros que chegavam que se esgotavam no mesmo dia. Várias vezes teve suas edições confiscadas, mas possuía uma clientela cativa de estudantes de todas as áreas que possuíam uma carteirinha de desconto e crédito para adquirir livros.

50 –

51– Bar do Thibau na zona hospitalar, residência médica atrás da Faculdade de Medicina da UFMG

52 – Cebrade, criado por Célio de Castro e que funcionava numa sala do Maletta (Centro Brasil Democrático)
(Neres- PCB)

53 – Instituto Cultural Brasil – URSS

54 – MOFUCE - Casa do Estudante de Minas Gerais (1959)

55 – Casa do Estudante localizado na Av. Getúlio Vargas, 85 funcionários. Reaberta em novembro de 2005, a Casa do Estudante é um tradicional espaço cultural da capital mineira. Desde 1955, ela abriga diferentes expressões artísticas e culturais. Tem uma história que comemora mais de 50 anos de atividades culturais.

56 – Edifício Balança, Mas Não Cai
Tomaz Aroldo da Mota Santos

57 – Casa Amarela

58 – Livraria do Estudante, na Rua Tupis entre Afonso Pena e Espírito Santo, era uma espécie de representante da Ed. Civilização Brasileira. Ali eram vendidos os livros de Brecht, Marx, Lênin, etc. Faziam lançamentos dos livros que chegavam que se esgotavam no mesmo dia. Várias vezes teve suas edições confiscadas, mas possuía uma clientela cativa de estudantes de todas as áreas que possuíam uma carteirinha de desconto e crédito para adquirir livros

59 – Escola Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais
Praça da Liberdade
(Gilse Consenza)

60 - Edifício Solar
(Galeno)

61 - Sindicato dos Médicos
(Everaldo Crispim)

62 - Casa do Bairro Renascença
(Sissi)

63- CIFRA LTDA.
(Aldeysio Duarte)

64 - POZOLANITA LTDA.

65 - Parque de Exposição da Gameleira.
(Luzia Ferreira)

66 - SETORIAL
(Vicente Sampaio)

67 - Livraria do Zé Maria

68- CPC

69 - Praça da Rodoviária
(Diretas Já)

70 - Sindicato dos Tecelões
(Dora Bambirra)

71 – Sindicato dos Petroleiros.
(Agnaldo Quintela)

72- Bancas de Jornal

73- Igreja Santa Teresa
(Luíz Bernardes)

74 - Igreja da Floresta
(Luíz Bernardes)